

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

TAÍSE SOUZA BARFKNECHT

**COMUNICAÇÃO PÚBLICA, ÉTICA AMOROSA E EXPERIÊNCIA FEMINISTA:
REDES DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA E INSURGÊNCIA DA VIDA
EM PORTO ALEGRE**

PORTO ALEGRE

2023

CIP - Catalogação na Publicação

BARFKNECHT, Taíse Souza
COMUNICAÇÃO PÚBLICA, ÉTICA AMOROSA E EXPERIÊNCIA
FEMINISTA: REDES DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA E
INSURGÊNCIA DA VIDA EM PORTO ALEGRE / Taíse Souza
BARFKNECHT. -- 2023.
237 f.
Orientadora: Maria Helena WEBER.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação,
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Violência de Gênero. 2. Feminismo. 3. Redes de
Comunicação Pública. I. WEBER, Maria Helena, orient.
II. Título.

TAÍSE SOUZA BARFKNECHT

**COMUNICAÇÃO PÚBLICA, ÉTICA AMOROSA E EXPERIÊNCIA FEMINISTA:
REDES DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA E INSURGÊNCIA DA VIDA
EM PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de mestra em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Helena Weber

PORTO ALEGRE

2023

TAÍSE SOUZA BARFKNECHT

**COMUNICAÇÃO PÚBLICA, ÉTICA AMOROSA E EXPERIÊNCIA FEMINISTA:
REDES DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA E INSURGÊNCIA DA VIDA
EM PORTO ALEGRE**

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Helena Weber (PPGCOM/UFRGS)
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Patricia Ketzer (UPF)
Examinadora

Prof. Dr. João Pissarra Esteves (UNL)
Examinador

Prof^a. Dr^a. Céli Regina Pinto (UFRGS)
Examinadora

Prof^a. Dr^a. Nísia Martins do Rosário (PPGCOM/UFRGS)
Examinadora

Prof^a. Dr^a. Laura Hastenpflug Wottrich Cougo (UFRGS)
Suplente

*Dedico este trabalho à minha linhagem ancestral
feminina, que ensina a todo momento sobre a
potência das redes e a insurgência da vida: Maria
Helena, Maria de Lourdes, Andressa e Valentina.
Tudo por vocês.*

AGRADECIMENTOS

À constelação que impulsiona sonhos e promove a vida.

A centralidade do corpo nesta pesquisa foi uma construção ética e epistemológica, mas também intuitiva e autobiográfica. Ao exigir muito do meu próprio corpo, ele respondeu e gritou um *basta!* Ao revelar suas fragilidades e potências, ensinou uma nova forma de ouvi-lo e tratá-lo: sem violência, pautada por uma ética amorosa a serviço da vida. Sou grata por essa nova forma de viver. E assim como a vida e a pesquisa se sustentam nas relações, sou grata à vasta rede corpórea, afetiva e mobilizadora desta dissertação.

Em primeiro lugar, agradeço à minha linhagem feminina, fonte de admiração, ensinamentos e força intergeracional: Maria Helena (vó), Maria de Lourdes (mãe), Andressa (irmã) e Valentina (sobrinha).

À minha orientadora, Milena, por me presentear com o universo da comunicação pública e incentivar a sempre questionar, problematizar e contribuir com a transformação da realidade. Pela condução aberta, generosa e compreensiva deste trabalho, muito obrigada!

À UFRGS, pela oportunidade de realizar o mestrado e integrar a profusão de saberes a serviço da sociedade que constitui a identidade de uma universidade pública.

Aos colegas do querido Núcleo de Comunicação Pública e Política (Nucop), por demonstrarem que pesquisar é um exercício coletivo e por suas contribuições preciosas. Em especial, agradeço à minha dupla, Thiane, por cada conquista que brindamos juntas – você me fez mais forte a cada troca gentil e profunda. À Fernanda, pelo acolhimento e apoio mútuo tão próprios da amizade. E ao professor Carlos Locatelli, pelas percepções importantes sobre a potência e permanência do *Corpo-rede* e sua relação com a comunicação pública.

Ao Observatório da Comunicação Pública da UFRGS (OBCOMP), pela oportunidade de refletir sobre a responsabilidade social da propaganda e mobilizar assuntos de interesse público.

Às professoras presentes na banca de qualificação, Ana Carolina Escosteguy, Patricia Ketzer e Maria Berenice Machado, por compartilharem seus conhecimentos e poderes, transmitindo segurança e direcionamento para a continuidade deste trabalho.

Aos professores integrantes da banca de defesa, João Pissarra Esteves, Patricia Ketzer, Céli Regina Pinto, Nísia Martins do Rosário e Laura Wottrich, pela leitura atenta e generosa e pelas contribuições valiosas.

Às instituições dedicadas a enfrentar a violência de gênero, que são a razão de ser desta pesquisa. Obrigada por reacenderem minha esperança em transformações estruturais possíveis, que tomam forma nas comunidades.

À minha gestora, Débora, que é uma grande incentivadora da “Taíse pesquisadora” e fez tudo que estava ao seu alcance para tornar o mestrado um sonho possível. Obrigada por acreditar em mim quando eu mesma duvidei. À equipe da PUCRS, que acompanhou o processo e torceu pelo meu sucesso.

Aos meus amigos, que ofereceram escuta generosa e apoio incondicional. Em especial, ao Róbson, por vibrar a cada passo desde a seleção, por me ensinar e provocar muito com seu olhar sensível sobre o mundo. À Luana, que sempre foi uma parceira de transformações internas e externas, ajudando a abraçar o caminho da escrita. À Luciana, que leu cada página com carinho e coração aberto, ajudando a aparar arestas e contribuindo muito para o resultado final.

Ao meu companheiro de vida, José Elias, que me vê gigante e sempre acreditou no meu potencial. Ele esteve ao meu lado na alegria e na dor, me cobrindo de afeto e tornando cada momento mais leve e especial, dando a cada tempestade o abrigo de um lar. À Jô, por se fazer presente e vibrar a cada avanço no mestrado. Ao Chimia, que participou com latidos e acompanhou os turnos de escrita. Nas pausas para jogar a bolinha, mostrava que é no *brincar* que a vida criativa acontece.

Ao Luiz, fisioterapeuta que me ajuda na recuperação da dor para resgatar a vida. À Karine, que impulsiona o autoconhecimento para acolher este e tantos outros processos. À comunidade do Planejamento Selvagem, por me ajudar a compreender a potência de se viver com alegria, gentileza e inteireza.

Assim como estrelas se espalham nos céus, citar todos os integrantes desta constelação permanecerá uma tarefa inacabada. Por isso, registro meu profundo agradecimento às pessoas que, de alguma forma, deixaram sua marca nas próximas páginas. A todos aqueles que contribuíram com palavras de incentivo, condições estruturais, de tempo e espaço para a escrita, dentre incontáveis fatores que possibilitaram esta pesquisa, muito obrigada!

Somos filhos da época
e a época é política.

Todas as tuas, nossas, vossas coisas
diurnas e noturnas,
são coisas políticas.

Querendo ou não querendo,
teus genes têm um passado político,
tua pele, um matiz político,
teus olhos, um aspecto político.

O que você diz tem ressonância,
o que silencia tem um eco
de um jeito ou de outro político.

Até caminhando e cantando a canção
você dá passos políticos
sobre um solo político.

Versos apolíticos também são políticos,
e no alto a lua ilumina
com um brilho já pouco lunar.
Ser ou não ser, eis a questão.
Qual questão, me dirão.
Uma questão política.

**Trecho do poema "Filhos da época",
de Wislawa Szymborska.**

RESUMO

Esta dissertação aborda o enfrentamento da violência de gênero a partir da análise de sete instituições em Porto Alegre: Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal; Clínica Feminista na perspectiva da Interseccionalidade (CliFI); Coletivo Nós, seguras; GRITAM – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres; Patrulha Maria da Penha; Projeto Gradiva; e Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos. Para tanto, a investigação considera que o enfrentamento da violência ocorreu, desde o início, *em redes* permeadas por processos de comunicação. A pesquisa visa investigar as possíveis contribuições da comunicação pública em instituições que atuam para interromper a violência contra as mulheres e promover a vida em Porto Alegre. Os procedimentos metodológicos consistem em pesquisa exploratória sobre o contexto de violências; mapeamento histórico-descritivo de acontecimentos relacionados ao enfrentamento da violência; e estudo de caso das instituições mapeadas. O trabalho divide-se em quatro partes que operam da *morte* para a *vida*, e da *vida* para as *redes de comunicação*. A Parte I, *Corpo-Morte*, aborda o contexto sócio-histórico e as implicações da violência de gênero (BANDEIRA, 2014; BIROLI e MIGUEL, 2014; BUTLER, 2018; GAGO, 2020; hooks, 2019; MACHADO, 2010; SEGATO, 2012). A Parte II, *Corpo-Vida*, apresenta as contribuições da teoria e prática feministas no enfrentamento da violência (CARRERA, 2021; CRENSHAW, 2002; hooks, 2020; PINTO, 2003). A Parte III, *Corpo-Rede*, destaca o potencial da comunicação pública (ESTEVES, 2011); MAIA, 2008; WEBER e LOCATELLI, 2022) e das *redes de comunicação pública* (WEBER, 2017) para manter o tema no debate público e desenvolve uma análise inicial das instituições mapeadas. Por fim, a Parte IV, *Rede de enfrentamento da violência e insurgência da vida* (Reviva), submete as instituições às categorias de análise da comunicação pública e dos estudos feministas. Os resultados deste estudo demonstram a importância de uma atuação integrada e interdisciplinar no enfrentamento da violência de gênero e propõem que redes de comunicação pública pautadas pela ética amorosa (hooks, 2020) representam uma contraproposta ao poder hierárquico baseado na opressão.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Feminismo; Redes de Comunicação Pública; Ética Amorosa.

ABSTRACT

This dissertation approaches the confrontation of gender violence from the analysis of seven institutions in Porto Alegre: Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal; Clínica Feminista na perspectiva da Interseccionalidade (CliFI); Coletivo Nós, seguras; GRITAM – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres; Patrulha Maria da Penha; Projeto Gradiva; e Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos. Therefore, the investigation considers that the confrontation of violence occurred, from the beginning, in networks permeated by communication processes. The research aims to investigate the possible contributions of public communication in institutions that work to stop violence against women and promote life in Porto Alegre. The methodological procedures consist of exploratory research on the context of violence; historical-descriptive mapping of events related to coping with violence; and case study of the mapped institutions. The work is divided into four parts that operate from *death* to *life*, and from *life* to *communication networks*. The first part, *Corpo-Morte*, addresses the socio-historical context and implications of gender-based violence (BANDEIRA, 2014; BIROLI e MIGUEL, 2014; BUTLER, 2018; GAGO, 2020; hooks, 2019; MACHADO; 2010; SEGATO, 2012). The second part, *Corpo-Vida*, presents the contributions of feminist theory and practice in coping with violence (CARRERA, 2021; CRENSHAW, 2002; hooks, 2020; PINTO, 2003). The third part, *Corpo-Rede*, highlights the potential of *public communication* (ESTEVEZ, 2011); MAIA, 2008; WEBER e LOCATELLI, 2022) and *public communication networks* (WEBER, 2017) to keep the topic in the public debate and develops an initial analysis of the mapped institutions. Finally, the fourth part, *Network for Combating Violence and Insurgence of Life* (Reviva), submits the institutions to the analysis categories of public communication and feminist studies. The results of this research demonstrate the importance of integrated and interdisciplinary procedures to fight gender violence and propose that *public communication networks* guided by *love ethic* (hooks, 2020) represent a counterproposal to hierarchical power based on oppression.

Keywords: Gender Violence; Feminism; Public Communication Networks; Love Ethic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diagrama teórico-metodológico da pesquisa	40
Figura 2 - Conexão entre o diagrama teórico-metodológico e as instituições	51
Figura 3 – Campanha sobre legislação.....	153
Figura 4 – Orientações para situação de violência.....	153
Figura 5 – Campanha em homenagem a personalidades.....	154
Figura 6 – Campanha em homenagem a personalidades.....	155
Figura 7 – Promoção de lives com especialistas.....	155
Figura 8 – Dica de leitura	156
Figura 9 – Página institucional do GRITAM no site da UFRGS.....	158
Figura 10 – Dicas de livros, filmes e séries	159
Figura 11 – Campanha em parceria com a Casa de Mulheres Mirabal	160
Figura 12 – Campanha de seleção de novos integrantes	161
Figura 13 – Página institucional – Patrulha Maria da Penha	163
Figura 14 – Cursos e seminários – Patrulha Maria da Penha	164
Figura 15 – Dados de produtividade – Patrulha Maria da Penha.....	164
Figura 16 – Atuação das Promotoras Legais Populares (PLPs)	167
Figura 17 – Página inicial – ONG Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos	168
Figura 18 – Publicações e obras – ONG Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos.....	168
Figura 19 – Temas de interesse público e posicionamento político	169
Figura 20 – Rede Nacional de PLPs	170
Figura 21 – Campanha Levante Contra o Femicídio	171
Figura 22 – Reportagem sobre a Themis.....	172
Figura 23 – Organização de manifestações.....	177
Figura 24 - Organização de eventos	177
Figura 25 - Divulgação de produtos	178
Figura 26 – Produtos Quitutes Mirabal.....	178
Figura 27 – Divulgação da Roda de Mulheres	180
Figura 28 – Divulgação de ciclo formativo.....	181
Figura 29 – Campanha informativa	182

Figura 30 – Página institucional do Projeto Gradiva.....	183
Figura 31 - Campanhas Grupo de Palavra e atendimento às mulheres.....	184
Figura 32 – Primeira Assembleia Ordinária.....	184
Figura 33 – Diagrama da Rede de enfrentamento da violência e insurgência da vida (Reviva)	190
Figura 34 - Diagrama - Contexto sócio-histórico e instituições.....	201

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Proporção das redes de comunicação pública	213
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instituições de enfrentamento da violência e promoção da vida em Porto Alegre	50
Quadro 2 - Formas de autonomia promovidas pelas instituições.....	55
Quadro 3 - Instituições promotoras de Autonomia Jurídica.....	56
Quadro 4 - Instituições promotoras de Autonomia Psicológica	56
Quadro 5 - Instituições promotoras de Autonomia Integrada	57
Quadro 6 – Rede Constitucional – Acesso à cidadania	104
Quadro 7 – Rede Institucional – Enfrentamento da violência.....	106
Quadro 8 – Rede Científica – Conhecimento e pesquisa.....	112
Quadro 9 – Palavras-chave para busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.....	114
Quadro 10 – Teses e dissertações.....	118
Quadro 11 – Artigos científicos	118
Quadro 12 – Grupos de trabalho em eventos	119
Quadro 9 – Normatividade versus facticidade da violência de gênero.....	145
Quadro 14 - Instituições atuantes na transição do Corpo-morte para o Corpo-vida	151
Quadro 15 – Instituições atuantes na transição do Corpo-vida para o Corpo-rede	174
Quadro 16 – Comunicação e instituições de autonomia jurídica.....	193
Quadro 17 – Comunicação e instituições de autonomia psicológica.....	194
Quadro 18 – Comunicação e instituições de autonomia integrada	195
Quadro 19 - Instituições e redes de comunicação pública	212
Quadro 20 - Instituições e categorias de análise - Estudos Feministas	216
Quadro 21 - Instituições e categorias de análise – Comunicação Pública	217

SUMÁRIO

PRÓLOGO	18
Pesquisa-manifesto.....	18
Por que os corpos?	19
Uma pesquisa <i>situada</i>	20
1. INTRODUÇÃO	22
2. A VIDA, A MORTE E A REDE: O TEMA DA PESQUISA	32
3. PERCURSO METODOLÓGICO	38
3.1 Abordagem do objeto de pesquisa.....	39
3.1.1 <i>Pesquisa exploratória</i>	41
3.1.2 <i>Mapeamento histórico-descritivo</i>	41
3.2 Estudo de caso	42
3.2.1 <i>Procedimentos analíticos</i>	44
3.3 Etapas da pesquisa.....	45
3.4 Categorias de análise: feminismo e comunicação pública.....	47
3.4.1 <i>Estudos Feministas</i>	47
3.4.2 <i>Comunicação Pública</i>	48
4. REDES EM PROL DA AUTONOMIA: O OBJETO DA PESQUISA	50
4.1 Princípios norteadores da investigação	52
4.2 Formas de autonomia e <i>corpus</i> de pesquisa	54
4.2.1 <i>Autonomia Jurídica</i>	55
4.2.2 <i>Autonomia Psicológica</i>	56
4.2.3 <i>Autonomia Integrada</i>	57
PARTE I - CORPO-MORTE	58
5. CORPOS SOB AMEAÇA	60
5.1 Do poder <i>sobre</i> os corpos ao poder <i>dos</i> corpos	61
5.2 Poder, performances e alteridade de gênero	68
5.3 Violência de gênero, fenômeno múltiplo e interconectado.....	72
5.4 Público <i>versus</i> privado, um campo de disputas	81
PARTE II - CORPO-VIDA	91
6. CORPOS EM COMBATE	92
6.1 O feminismo como <i>lugar</i> de pesquisa	92
6.2 Redes feministas no enfrentamento da violência de gênero.....	97
6.3 Mapeamento histórico-descritivo das <i>redes em combate</i>	103

6.3.1 Rede Constitucional – Acesso à cidadania	104
6.3.2 Rede Institucional – Enfrentamento da violência	106
6.3.3 Rede Científica – Conhecimento e pesquisa	112
6.3.4 Rede de Comunicação Pública – Visibilidade e debate público.....	122
6.4 Interseccionalidade, solidariedade política e insurgência de vida	123
INTERLÚDIO	127
Politização do amor em prol da vida	127
PARTE III - CORPO-REDE.....	132
7. Corpos em aliança	135
7.1 Esfera de aparecimento e o potencial das assembleias	135
7.2 Comunicação pública: o interesse público como horizonte.....	138
7.3 Redes de comunicação pública e emancipação social	143
7.4 Instituições atuantes na transição do <i>Corpo-morte</i> para o <i>Corpo-vida</i>	151
7.4.1 Coletivo Nós, seguras	152
7.4.2 GRITAM – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres	157
7.4.3 Patrulha Maria da Penha.....	161
7.4.4 Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos.....	165
7.4.5 Reflexões do <i>Corpo-morte</i> para o <i>Corpo-vida</i>	173
7.5 Instituições atuantes na transição do <i>Corpo-vida</i> para o <i>Corpo-rede</i>	174
7.5.1 Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal	175
7.5.2 Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade (CliFI)....	179
7.5.3 Projeto Gradiva	182
7.5.4 Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos.....	185
7.5.5 Reflexões do <i>Corpo-vida</i> para o <i>Corpo-rede</i>	186
PARTE IV – REDE DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA E INSURGÊNCIA DA VIDA (REVIVA).....	187
8. COMUNICAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES MAPEADAS.....	192
8.1 Comunicação desde as vivências das mulheres.....	197
8.1.1 Interseccionalidade	197
8.1.2 Paridade de participação.....	198
8.2 Assembleias e produção de inteligência coletiva	199
8.2.1 Contexto constitucional, institucional e científico	200
8.2.2 Pluralismo histórico	202
8.2.3 Solidariedade política.....	203
8.3 Violência de gênero e interesse público.....	204

8.3.1 <i>Corpo-território</i>	205
8.3.2 <i>Interesse público</i>	206
8.3.3 <i>Visibilidade</i>	207
8.3.4 <i>Debate público</i>	208
8.4 Comunicação pública e transformação política.....	209
8.4.1 <i>Redes de comunicação pública</i>	210
8.4.2 <i>Credibilidade</i>	214
8.4.3 <i>Legitimidade</i>	215
8.5 Redes de comunicação pública feministas em prol da vida.....	216
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	219
EPÍLOGO	223
Ética amorosa: uma contraproposta ao poder hierárquico.....	223
REFERÊNCIAS	228

PRÓLOGO

Sozinha no mato
Meu coração está aberto
O presente das trevas é coragem
O segredo da noite é proteção
Abro os olhos no escuro para descobrir
Sinto os pés no frio da terra para lembrar
Que não estou
Sozinha no mato

Mariana Bandarra

Pesquisa-manifesto

Este é um trabalho para todas as mulheres que vieram antes, e para todas aquelas com quem compartilho o tempo presente. Para todas as autoras e personagens históricas que teceram caminhos teóricos, metodológicos e empíricos a partir dos quais esta pesquisa tornou-se possível. Para todos os corpos femininos e feminizados possivelmente expostos à violência de gênero, sob variadas formas e em diferentes níveis, enquanto fenômeno social e estrutural.

Ao refletir sobre uma pesquisa acadêmica, pode-se elencar, primeiramente, justificativas científicas, estatísticas e sociais. Contudo, o problema do machismo ultrapassa gerações e a própria vivência individual. Basta analisar gerações anteriores para reconhecer episódios de violência explícita, ou então voltar os olhares para nossas avós, mães, irmãs, amigas, vizinhas, colegas de trabalho ou de estudos. E, como a primeira mulher da minha família a ingressar em um mestrado, sonhei honrar a trajetória da minha própria linhagem feminina. Afinal, nossas trajetórias e nossas pesquisas não são apenas de ordem objetiva. Pelo contrário, combinam elementos emocionais, sensoriais, psicológicos e toda a riqueza da memória.

Este trabalho atua em prol das mulheres em situação de sofrimento e desvalorização, de ordem pública ou privada, e que podem ter dificuldade em encontrar acesso à Justiça, pleno atendimento de suas questões, reconhecimento de direitos e individualidades. Como um manifesto para todas as redes de interlocutoras, todos os corpos femininos e feminizados cujas vozes e existências têm o direito não só de aparecer, mas também de viver com amor, autonomia e dignidade.

Por que os corpos?

O corpo é um ser multilíngue. Ele fala através da cor e da temperatura, do rubor do reconhecimento, do brilho do amor, das cinzas da dor, do calor da excitação, da frieza da falta de convicção. Ele fala através do seu bailado ínfimo e constante, às vezes oscilante, às vezes agitado, às vezes trêmulo. Ele fala com o salto do coração, a queda do ânimo, o vazio no centro e com a esperança que cresce.

Clarissa Pinkola Estés

A experiência do corpo é habitada por cada mulher, imprimindo memórias e sensações, permitindo a mobilização ou ausência de ação. Mesmo elementos emocionais e psicológicos podem culminar em reações corporais. Na violência, o corpo extrapola a dimensão individual para sofrer influências externas, a partir de agressões que podem assumir múltiplas formas. Independentemente do que vivenciamos e dos espaços pelos quais circulamos, a dimensão corporal representa uma importante mediadora.

As definições circunscritas nos corpos são especialmente problemáticas ao iluminar as existências de diferentes mulheres. Os corpos femininos e feminizados foram sistematicamente alvos de exclusão e violação, como demonstrado não só pela história, mas também pelos dados alarmantes de violência de gênero na contemporaneidade. Essa análise torna-se ainda mais complexa ao considerar as dimensões de raça, classe e os resquícios da colonialidade presentes no contexto brasileiro. No entanto, os mesmos corpos que sofrem violência e anulação também se colocam em movimento de resistência, o que pode ser observado nas lutas e conquistas do movimento feminista em nosso país.

Desse modo, não se pretende ater à dimensão material das corporeidades, nem as considerar inertes. Pelo contrário, remete-se à vitalidade corpórea que viceja para produzir e manter a vida. Certamente, essa *pulsão de vida* se expressa no funcionamento biológico, com a respiração, a movimentação dos membros e a sinergia dos órgãos internos. Mas também existe na dimensão relacional, possibilitando interação, formação de comunidades e reivindicação de direitos. Nessa perspectiva, o corpo é uma precondição para a existência e preservação da vida, reunindo recursos de subsistência, proteção e mobilização.

É fundamental transpor a visão do corpo como um mero receptor de vivências para conceber sua autonomia de potencial de construir novas

realidades. A organização coletiva dos corpos tem o poder de fortalecê-los, mostrando que existem, que suas demandas e reivindicações importam; acionando sua potência a partir de manifestações plurais para constituir um *corpo político* mais amplo. Assim, formam-se *redes* em que a comunicação tem o potencial de ampliar vozes, fortalecer coletividades e alcançar espaços que transcendem limites geográficos para, assim, alcançar e criar *novos territórios existenciais*.

Uma pesquisa *situada*

Para Bruno Latour (2012), toda pesquisa é *situada*, uma vez que é produzida por *alguém*, em *algum lugar*. Visando situar-me neste trabalho, localizo-me em posição de privilégio como mulher branca e cisgênero, incapaz de compreender, pela experiência, as desigualdades provenientes de fatores como raça e gênero. Ao optar por uma abordagem interseccional de produção do conhecimento, convido autoras que falam a partir desses lugares, os quais compreendo somente teórica e parcialmente, para trazerem a experiência aliada à ciência a fim de produzir resultados de impacto acadêmico e social.

Emprestando a terminologia latouriana na teoria ator-rede, viso construir uma *rede* a partir de diferentes concepções do pensamento feminista, entre aproximações e afastamentos, “apoiando-me em ombros de gigantes”¹ e buscando, a todo momento, honrar seus legados.

Assumo uma posição feminista interseccional e descolonial ao privilegiar pesquisadores e pesquisadoras brasileiros(as) e latino-americanos(as) que dialogam intimamente com a realidade pesquisada e a história do problema, pois *conhecer* também envolve *experienciar*. A partir dos efeitos contemporâneos da colonialidade pautados por Rita Segato (2012), reconheço a “descolonização” dos corpos e do conhecimento enquanto um processo de resgate contínuo.

Em suma, trata-se de uma pesquisa *situada* no sentido proposto por Verónica Gago (2020), em que um posicionamento feminista é essencialmente parcial, processual e internacionalista. Para a autora, “a potência do pensamento

¹ Expressão adaptada da frase atribuída a Isaac Newton: “Se vi mais longe, foi por estar de pé sobre ombros de gigantes”.

sempre tem corpo. E nesse corpo se congregam experiências, expectativas, recursos, trajetórias e memórias” (GAGO, 2020, p. 12).

Para Gago (2020), *parcial* não significa “uma pequena parte”, mas um posicionamento político e epistêmico a partir do Sul que permite acessar questões de maneira singular. Já o feminismo como *processo* representa a possibilidade de construir novos olhares e formas de sociabilidade – territórios para existir e resistir. E o feminismo assume caráter *internacionalista* pela influência dos corpos e trajetórias situadas, marcando presença em espaços como as casas, as assembleias, as universidades, as feiras e as fábricas. Essa visão do internacionalismo “[...] é inversa a uma longa tradição internacionalista que organiza por cima, unificando e dando ‘coerência’ às lutas a partir de sua adesão a um programa” (GAGO, 2020, p. 285), para considerar os diferentes contextos em que a vida acontece.

1. INTRODUÇÃO

O corpo se lembra, os ossos se lembram, as articulações se lembram. Até mesmo o dedo mínimo se lembra. A memória se aloja em imagens e sensações nas próprias células. Como uma esponja cheia de água, em qualquer lugar que a carne seja pressionada, torcida ou mesmo tocada com leveza, pode jorrar dali uma recordação.

Clarissa Pinkola Estés

Historicamente, tradições acadêmicas das Exatas às Humanidades defenderam a ideia de uma ciência produzida sem corpo. Este trabalho, por sua vez, sustenta a proposição de que é impossível descolar o enfrentamento das violências e a promoção da vida das corporalidades, que fornecem as condições necessárias para transformações sociais efetivas. Essa retomada do corpo também importa para o exercício de *fazer* pesquisa, sendo a própria redação deste texto permeada por um corpo com seus próprios recursos e limitações.

Nas palavras de Judith Butler (2005, p. 12, em tradução nossa), “[...] há uma vida corporal que não pode estar ausente da teorização”, e, sendo assim, nossas produções são originadas, manuseadas e interpretadas por indivíduos que habitam diferentes corpos e experiências de vida.

Desse modo, o **tema (ou corpo) da pesquisa** abrange as elaborações teóricas sobre a violência de gênero; as contribuições do movimento feminista para tornar esse um problema visível e relevante para o Estado e a sociedade civil; e a atuação dos movimentos de mulheres frente aos desafios contemporâneos.

Assim, mobilizam-se os princípios da comunicação pública para investigar o funcionamento de sete instituições atuantes no enfrentamento da violência em Porto Alegre: 1. Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal; 2. Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade (CliFI); 3. Coletivo Nós, seguras; 4. GRITAM – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres; 5. Organização Não Governamental Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos; 6. Patrulha Maria da Penha; e 7. Projeto Gradiva.

A atualidade do controle exercido sobre os corpos se impõe constantemente. A título de exemplo, somente em 2022 os procedimentos de laqueadura e vasectomia a partir dos 21 anos passaram a ser permitidos no Brasil independentemente da autorização de um companheiro ou companheira (Rádio

Senado, 2022). Transformações como essa não resultam de uma evolução “natural” dos regramentos legais, mas, sim, de mobilizações da sociedade civil permeadas por processos comunicativos, a partir da expressão de demandas contemporâneas.

Sendo assim, esta dissertação constitui-se a partir de dois fios condutores centrais, representados pelas corporalidades e a comunicação pública nas instituições responsáveis pelo enfrentamento da violência de gênero. Considero a experiência múltipla dos corpos femininos e feminizados para compreender como vivências atravessadas por diferentes formas de violência também reúnem potência de transformação social. A organização desses corpos em redes extrapola a vivência individual, o que permite vislumbrar experiências muito diversas e formar, assim, um corpo coletivo para reivindicação de direitos e representação política.

De acordo com Annemarie Mol (2002), o corpo é formado por fragilidades e poderes. De um lado, está entremeadado em estruturas de opressão que qualificam – ou desqualificam – sua existência plena. De outro, mobiliza-se em busca de condições de vida dignas, gerando efeitos no mesmo tecido social que se esforça em contê-lo. Assim, Mol (2002) evidencia a importância dos componentes sociomateriais nas experiências vividas para produzir realidades distintas, recusando a noção de “perspectivas” sobre uma realidade única. A autora preconiza que essa produção de realidades é processual, múltipla e contínua, a partir de humanos e não humanos partícipes.

Mesmo que sentimentos e interpretações sejam importantes, eles não estão sozinhos em explicar o que é a vida. A realidade do dia a dia, a vida que vivemos também é um assunto carnal. Uma questão de cadeiras e mesas, comida e ar, máquinas e sangue. Dos corpos (MOL, 2002, p. 27, tradução nossa).

De acordo com Gago (2020), compreender a interligação das violências a *partir* dos corpos também opera como via de acesso ao problema, transpondo limites territoriais públicos e privados para apreender como as corporeidades vivenciam as violências e mobilizam-se em direção ao seu enfrentamento. Ademais, Gago (2020) entende as mais variadas opressões como justaposição das formas de exploração no capitalismo contemporâneo, que adquirem volume e politicidade devido ao seu caráter estrutural e globalizado.

[...] as violências contra o corpo das mulheres e os corpos feminizados são lidas a partir de uma situação singular - o corpo de cada uma -, para então produzirem uma compreensão da violência como fenômeno total. O corpo de cada uma, como trajetória e experiência, se torna assim via de acesso, um modo concreto de localização, a partir do qual se produz um ponto de vista específico: como se expressa a violência, como a reconhecemos, como a combatemos, como ela se singulariza no corpo de cada uma? (GAGO, 2020, p. 73).

Gago (2020) propõe que o corpo passe a ser visto não como *propriedade*, noção fortemente arraigada na perspectiva liberal, mas como *composição*. Em sua indeterminação de afetos, possibilidades, sentidos e recursos, "o corpo nunca depende de si mesmo nem possui margens proprietárias" (GAGO, 2020, p. 68).

Nesse sentido, a comunicação pública contribui para a compreensão desse corpo plural e coletivo, situando a violência de gênero como assunto de interesse público. Da mesma forma, as redes de comunicação pública de Maria Helena Weber (2017) expressam a formação e manutenção de espaços de debate em prol da emancipação social.

Na seara da comunicação, ainda devem ser consideradas as influências e transformações possíveis com a ascensão de um ativismo digital, especialmente com o advento da primavera feminista. Entretanto, a internet enquanto artefato cultural (HINE, 2004) possibilita tanto a reprodução de mobilizações sociais quanto de desigualdades e opressões, não devendo ser idealizada antes de uma análise contextualizada. Neste trabalho, as redes digitais desempenham o importante papel de rastreamento de iniciativas voltadas ao combate às violências e à promoção de condições de vida dignas.

A esse respeito, é notório que a pandemia da Covid-19 teve efeitos distintos sobre e para diferentes existências. O mapeamento inicial dos dados de violência de gênero no período entre 2020 e 2021 justifica a relevância desta pesquisa, ao demonstrar um problema estrutural e persistente, apesar dos avanços sociais e dos dispositivos legais em defesa das mulheres.

De acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em 2020, os canais Disque 100 e Ligue 180 registraram 105.671 denúncias de violência, volume equivalente a um registro a cada cinco minutos. Dentre as denúncias, 72% tratavam de violência doméstica e familiar e 22% configuravam violação de direitos civis e políticos, como tráfico de pessoas, cárcere privado e condições análogas à escravidão.

Ainda em 2020, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) revelou que a violência contra a mulher aumentou cerca de 22% se comparada ao ano anterior. Um estudo divulgado pelo Fórum apontou que, embora o isolamento social tenha contribuído para a elevação dessa taxa, o aumento podia ser identificado mesmo antes da pandemia.

Já a Operação Resguardo, maior ação de combate a crimes de violência contra a mulher em nosso país, também demonstrou resultados alarmantes. No dia 8 de março de 2021, Dia Internacional da Mulher, o Ministério da Justiça e Segurança Pública divulgou que mais de 160 mil vítimas de violência foram atendidas desde o início do referido ano, cerca de 8,5 mil pessoas foram presas, 45 mil denúncias foram apuradas e aproximadamente 56 mil inquéritos foram instaurados em todo o Brasil (OLIVEIRA, 2021).

Somando-se a esse cenário, uma pesquisa realizada pelo Lab Think Olga sobre o tema “Cuidado e Política” apontou o crescente desfinanciamento das iniciativas públicas de proteção às mulheres a partir de 2020. Em um contexto marcado pelo aumento nos casos de violência, identifica-se o decréscimo de gastos em políticas para as mulheres, como uma das respostas da centralidade concedida às “famílias”. Ao deslocar, ou reduzir, a condição de sujeito das mulheres, aliena-se o fato de que o lar e a família podem configurar cenários de risco, conforme apontado pela antropóloga Beatriz Accioly Lins, coordenadora da pesquisa:

Ao colocar a Família como o grande sujeito, você retira a mulher como sujeito de direito, de direitos específicos e direcionados. É falacioso esse argumento, pois a família é também o lugar da violência. Como uma instituição monogâmica, de hierarquias etárias e papéis de gênero muito definidos é o lugar da obediência e do controle. Não é o lugar da autonomia. E estatisticamente é o lugar da violência, da morte, da letalidade (LAB THINK OLGA, 2022).

Nesse sentido, ocorreu a substituição do programa "Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento a Violência", específico para as mulheres, criando-se o programa “Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos”, destinado a mulheres, idosos e pessoas com deficiência. Essa fusão dos programas pode dificultar o acompanhamento e a transparência quanto à implementação de políticas públicas específicas voltadas às mulheres. Como possível reflexo dessa mudança, a Câmara dos Deputados (Agência de Notícias, 2020) registrou que, entre 2019 e

2020, os gastos destinados a políticas para mulheres foram de apenas R\$ 5,6 milhões, do total de R\$ 126,4 milhões previstos.

Em reportagem para o portal UOL, Chade (2021) destaca que, em 2021, o Brasil também não aderiu a uma declaração feita pelo Conselho de Direitos Humanos para marcar o Dia Internacional das Mulheres e assumir compromissos no que se refere à saúde feminina. Esse documento foi assinado por mais de 60 países, praticamente todas as principais democracias do mundo, demarcando a importância de promover os direitos humanos e reprodutivos das mulheres.

Já em 2022, uma pesquisa empreendida pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), demonstrou que o governo federal à época propôs 94% menos recursos no Orçamento para combate à violência contra mulheres, em comparação aos quatro anos anteriores à sua gestão (MARTELLO, 2022). Esses acontecimentos exemplificam uma postura de descaso e desmonte das instituições responsáveis pelo enfrentamento da violência contra a mulher em nosso país.

Nesse contexto, certamente os regramentos políticos e legais no enfrentamento da violência de gênero representaram importantes avanços em defesa dos corpos femininos e feminizados. Contudo, questiona-se sua efetiva aplicação prática, em que o decréscimo no financiamento pode representar uma nova tentativa de apagamento do problema, durante muito tempo considerado de ordem “privada”, a ser resolvido pelos próprios institutos familiares.

Se as violências estão conectadas (GAGO, 2020), a atuação dos governos torna-se fundamental para combater – ou não – os altos índices que se apresentam na contemporaneidade. Desse modo, quando as políticas públicas falham em garantir a segurança e autonomia das mulheres, as redes alternativas irrompem para demonstrar a urgência de suas demandas, produzindo levantes e promovendo a manutenção da vida corpórea e congregada coletivamente (BUTLER, 2018).

Sendo assim, o desenvolvimento desta pesquisa parte de quatro **premissas**:

- I. a violência de gênero impede a emancipação social, política, econômica e afetiva dos corpos femininos e feminizados e, portanto, o pleno exercício da sua cidadania;

- II. o enfrentamento das violências ocorreu, desde o início, *em redes*, constituídas e/ou impulsionadas pelos movimentos feministas e responsáveis por incorporar esse tema à esfera pública;
- III. não basta combater as violências, também é necessário promover condições dignas de vida, e as redes alternativas adquirem protagonismo ao suprirem carências do aparato institucionalizado;
- IV. a comunicação se faz presente a partir das interações *das redes*, *nas* redes e *entre* as redes que contribuem para recuperar a autonomia e a própria vida das mulheres.

Nessa concepção, da mesma forma que existe o problema das violências, existem redes de resistência. Ainda que essas formações coletivas possam se desfazer diante da lógica neoliberal, individualista e meramente punitivista, as redes de comunicação pública têm o potencial de restauração dos laços, a partir da congregação acerca de temas mobilizadores: enfrentamento da violência e promoção da vida.

O **percurso teórico** abordará a violência de gênero, o papel do feminismo no seu enfrentamento e a importância da comunicação nesses processos. Desse modo, o referencial bibliográfico está organizado a partir de três eixos teóricos que operam *da morte para a vida*, e *da vida para as redes corpóreas e comunicativas*. A divisão de conceitos e reflexões em eixos não visa compartimentar as áreas do conhecimento, mas, sim, revelar possíveis entrelaçamentos, embates e convergências que impactam diretamente a realidade estudada.

Nesse sentido, parte-se da violência sofrida em âmbito individual para sua problematização enquanto mazela social, do individualismo neoliberal para a lógica das redes coletivas, identificando a comunicação existente nas relações que ocorrem no espaço *entre* os corpos. Destaca-se, ainda, a importância do interlúdio, que analisa a constituição de uma ética amorosa para contribuir com o resgate das comunidades e dos sentidos presentes nas interações nas redes.

Para discutir as assimetrias e violências de gênero, serão trabalhadas teorizações propostas por Bandeira (2014); Butler (2005 e 2018); Gago (2020); Latour (2012); Lugones (2014); Machado (2010); Mol (2002) e Segato (2012). Para introduzir as teorias e práticas feministas no enfrentamento das violências, serão abordadas as reflexões produzidas por Almeida (2014); Bandeira (2014); Carneiro (2003); Carrera (2021); Crenshaw (2002); Gago (2020); hooks (2019); Lugones (2014) e Pinto (2003). Para tematizar a comunicação e os processos interacionais nas redes de mulheres, serão discutidos os autores Butler (2018); Escosteguy (2020); Esteves (2011); Fraser (2007); Gago (2020); Maia (2008); Weber (2017); e Weber e Locatelli (2022).

Dentre as **contribuições esperadas** na dimensão sociocultural, esta dissertação investiga os desafios contemporâneos relacionados à violência de gênero, apresentando uma leitura da realidade a partir do mapeamento de instituições porto-alegrenses implicadas no enfrentamento desse problema. Desse modo, analisa o potencial da comunicação para contribuir com a visibilidade desses espaços, tornando-os mais acessíveis às pessoas atendidas e à sociedade como um todo.

No âmbito acadêmico, esta dissertação contribui com as formulações sobre violência de gênero, feminismos e comunicação pública. Para tanto, desenvolve-se de modo interdisciplinar, congregando diferentes fontes de conhecimentos a partir de autores da Comunicação, mas também de áreas como Antropologia, Sociologia, Direito, Psicologia e Ciência Política.

Da perspectiva institucional, integra as investigações realizadas pelo Núcleo de Pesquisa em Comunicação Pública e Política (NUCOP) sobre a comunicação pública e política, ao operar concepções como debate público, interesse público e redes de comunicação pública. Importa ressaltar que a comunicação representa um processo vital deste trabalho, porquanto promove a manutenção dos debates sobre a violência de gênero e de instituições organizadas em *redes*.

A comunicação pública será observada a partir de um posicionamento situado nos estudos feministas, interseccionais e decoloniais, tecendo novas abordagens possíveis para contribuir com futuras pesquisas. Essa abordagem sustenta-se a partir de informações extraídas do levantamento do estado da arte, que revelou uma carência de estudos sobre violência de gênero e feminismo

combinados aos princípios da comunicação pública na perspectiva proposta por autores como João Pissarra Esteves (2011) e Maria Helena Weber (2017). Essa pesquisa inicial também revelou um crescente e profícuo debate sobre a interseccionalidade no campo da Comunicação, ao abordar temas sensíveis e mobilizadores como racismo, sexismo e misoginia.

Na dimensão contextual, a pesquisa oferece um mapeamento das redes de enfrentamento da violência de gênero e promoção da vida em Porto Alegre, a partir da comunicação, tanto para o funcionamento das coletividades, quanto para o protagonismo e acesso à cidadania das mulheres integrantes.

Nesse sentido, o desafio empreendido nesta dissertação consiste em construir uma pesquisa a partir de um *corpo isolado* e suscetível à violência, na direção de um *corpo que tece alianças*, manifestas nas teorias e práticas do feminismo, e as interações formadas nesses espaços por meio de *processos comunicacionais corporificados*. Assim, pretende investigar as redes em movimento a partir de estratégias e práticas de comunicação realizadas pelas próprias coletividades, analisadas à luz da comunicação pública e dos estudos feministas.

A partir da noção de precarização da *vida individualizada* (BUTLER, 2018), este estudo procura cartografar novos territórios existenciais (GAGO, 2020) em prol da insurgência da *vida coletiva*, criada e recriada pelas dinâmicas das redes. Sendo assim, o **objetivo geral** desta pesquisa consiste em investigar as contribuições da comunicação pública em instituições que atuam para interromper a violência contra mulheres e promover a vida em Porto Alegre.

Para contribuir com a consolidação do objetivo geral, os **objetivos específicos** são:

- I. compreender como diferentes corpos femininos e feminizados podem assegurar a sua própria proteção e expressão, aliados a um compromisso de transformação coletiva;
- II. investigar o funcionamento de sete instituições atuantes no enfrentamento da violência de gênero e promoção da vida em Porto Alegre, a partir de suas trocas comunicacionais;

- III. identificar a formação de redes comprometidas com o enfrentamento da violência e a promoção da autonomia das mulheres integrantes;
- IV. examinar a formação de redes de comunicação pública de uma perspectiva feminista, visando compreender os processos interacionais *em redes*;
- V. analisar a comunicação das instituições desde as vivências de mulheres implicadas por seus processos, rompendo o silenciamento provocado pela precarização da vida.

Os **procedimentos metodológicos** adotados abrangem as seguintes etapas: pesquisa bibliográfica; pesquisa exploratória; mapeamento histórico-descritivo; e estudo de caso.

A pesquisa bibliográfica desenvolve uma discussão teórica acerca de temas centrais para a realização desta pesquisa: violência de gênero, feminismo e comunicação pública.

A pesquisa exploratória consiste no delineamento do cenário de pesquisa, a partir da identificação de elementos pertinentes ao estudo proposto.

O mapeamento histórico-descritivo apresenta acontecimentos que impactaram significativamente o acesso à cidadania das mulheres e o enfrentamento da violência no contexto brasileiro, sintetizados em redes, especificamente: I. Rede Constitucional; II. Rede Institucional; III. Rede Científica; IV. Rede de Comunicação Pública.

Por fim, o estudo de caso analisa o funcionamento de sete instituições atuantes no enfrentamento da violência e na promoção da vida desde a perspectiva da comunicação pública e dos estudos feministas.

A **estrutura** do trabalho divide-se em um bloco inicial que apresenta, detalhadamente, o tema, o objeto e os procedimentos metodológicos, seguido de quatro partes, que combinam as reflexões teóricas adotadas aos aspectos empíricos da pesquisa.

A primeira parte, intitulada “**Corpo-morte**”, apresenta debates teóricos sobre a violência de gênero; a segunda parte, “**Corpo-vida**”, destaca as contribuições do feminismo para o enfrentamento das violências; a terceira parte, “**Corpo-rede**”, aborda a importância da comunicação para tematizar a violência

de gênero na esfera pública; e a quarta parte, “**Rede de enfrentamento da violência e insurgência da vida (Reviva)**”, destaca a formação de redes permeada por processos de comunicação.

Nas partes III e IV do trabalho, combinam-se aspectos teórico-metodológicos, tecendo relações entre conceitos e instituições que atuam *da morte para a vida, e da vida para a rede*. Ao reunir essas esferas, adota-se o direcionamento feminista de reunir teoria e prática, visto que um campo incide constantemente sobre o outro.

2. A VIDA, A MORTE E A REDE: O TEMA DA PESQUISA

O tema desta pesquisa é formado pela comunicação pública no enfrentamento da violência de gênero, acionando uma tríade simbolicamente constituída pela *morte*, a *vida* e a *rede*, que representa o seu alicerce central – na metáfora do *corpo*, sua *coluna vertebral*. Esses três eixos são fundamentais para a sustentação do trabalho e, desse modo, o tema consiste na análise das redes de enfrentamento da violência e insurgência da vida em Porto Alegre, a partir de processos de comunicação pública e da experiência feminista.

Escolher um tema profundamente mobilizador tem um ônus e um bônus. Sob o aspecto positivo, mergulhar no processo investigativo de leituras, cenários e reflexões torna-se uma jornada incansável e repleta de aprendizados. Ao mesmo tempo, pode ser difícil delinear os limites de alcance e ação possíveis. A cada nova problemática, emerge também um desejo de resolução. Enredada em uma complexidade de dualismos, multiplicidades, incoerências, essa trajetória só fez confirmar que a pesquisa é um processo contínuo e coletivo, composto de legados que permitem o avanço e oportunidades de cultivo para estudos futuros.

Realizar uma pesquisa sobre a violência de gênero significa perscrutar um fenômeno terrivelmente próximo, volumoso e contemporâneo. Enquanto buscava leituras e registros para retratar a história do problema, manchetes jornalísticas me lembravam sua dureza, crueldade e prevalência. A questão da violência persiste como fenômeno para tomar as páginas dos livros e legislações, bem como compor as pautas de tratados internacionais. Surge nos corpos, mesmo que não os implique diretamente, deixando marcas profundas na memória sensorial e social. Surge conformando diferentes realidades e afetando vidas.

A violência também é dotada de dimensões estruturais de opressão e desigualdade que, há muito tempo e em diferentes níveis, têm demarcado existências e posições de inferioridade em nossa sociedade. Assim, trata-se de um fenômeno complexo, atual e, ao mesmo tempo, com origens históricas. Em face de um assunto difícil, o sentimento mobilizador deste trabalho foi, por diversas vezes, a indignação. Esse estado indignado converteu-se em pesquisa em razão da confiança no fortalecimento coletivo em prol da vida.

Inicialmente, a violência contra os corpos femininos e feminizados pode ser concebida como uma questão individualizada e coletiva. Individualizada porque permeia um corpo composto por matéria, sabedoria, indeterminação e potência de ação. Por isso, torna-se fundamental desconstruir a “mulher” como sujeito universal para reconhecer cada vivência particular que demanda estratégias específicas de proteção e atendimento. A violência é, também, coletiva, enquanto tema sensível que perpassa gerações, temporalidades, dimensões físicas, morais e psicológicas, mobilizando diferentes aspectos intersubjetivos e sociais. Dessa forma, são reconhecidas as contribuições das redes no enfrentamento das violências e, especialmente, as conquistas empreendidas pelo movimento feminista.

As corporalidades demonstram sua potência, sobretudo, quando reunidas em “alianças” coletivas (BUTLER, 2018; GAGO, 2020). Portanto, entende-se que o enfrentamento da violência de gênero ocorreu, desde o início, a partir de mobilizações sociais – em *redes*. Essa violência foi um problema resguardado, durante um longo período, no âmbito “privado” ou familiar; e as alianças do movimento feminista foram, em grande medida, responsáveis pela irrupção do tema na esfera “pública”. Desse modo, tornou-se impossível dissociar as teorias e práticas do feminismo da análise sobre as violências de gênero.

No mesmo sentido, Butler (2018) reflete sobre a violência e a vida na experiência corporal. Por um lado, existem condições de precariedade que atuam *sobre* os corpos, podendo se mesclar, exacerbar ou mesmo provocar formas de violência. Por outro, a existência, ou ausência, de condições de manutenção dos corpos está intrinsecamente ligada à possibilidade de viver uma vida digna.

Para Butler (2018), a existência do corpo configura-se a partir das dinâmicas em que humanos e não humanos atuam em rede para aparecer nos espaços caracterizados como “públicos” e possibilitar a vida. Desse modo, a própria emergência de reflexões e emoções atravessa uma dimensão física e

[...] a exposição do nosso corpo no espaço público nos constitui fundamentalmente, estabelecendo nosso pensamento como social e corporificado, vulnerável e passional, então o nosso pensamento não chega a lugar nenhum sem o pressuposto dessa interdependência e desse entrelaçamento corpóreos (BUTLER, 2018, p. 106).

Butler (2018) preconiza que os corpos não são de pertença do sujeito porque, ainda que se habite um corpo, este constitui-se de modo relacional,

tangenciado por fatores interseccionais e sócio-históricos. Os corpos podem ser expostos a condições precárias, demandando estruturas e instituições para exercerem seu direito de viver. Para a autora, “se estamos pensando bem, e nosso pensamento nos compromete com a preservação da vida de alguma forma, então a vida a ser preservada toma uma forma corporal” (BUTLER, 2018, p. 105-106). Em outras palavras, o corpo ocupa centralidade tanto para resistir às formas de opressão quanto para reivindicar o direito à existência e, sendo assim,

[...] a vida do corpo – sua fome, sua necessidade de abrigo e proteção contra a violência – se torna uma importante questão de política. Mesmo os aspectos mais determinados ou não escolhidos da nossa vida não são simplesmente determinados. Eles são determinados na história e na linguagem, por meio de vetores de poder que nenhum de nós escolheu. Do mesmo modo é verdadeiro que uma determinada propriedade do corpo ou um conjunto de características definidoras dependem da persistência contínua do corpo (BUTLER, 2018, p. 105-106).

Ao passo que reconheço os recursos e a sabedoria presentes nos corpos, também compreendo que eles podem se tornar espaços de risco, passíveis de sofrer interferências externas na condição de espaços onde a violência pode tomar lugar.

Contudo, se os corpos persistem de forma mais contundente em alianças coletivas, acredita-se que as condições dignas de vida podem ser retomadas por meio da restauração dos tecidos comunitários (BUTLER, 2018; SEGATO, 2012). Assim sendo, talvez o caminho para alcançar esse objetivo passe por uma educação de prevenção à violência, e não somente por medidas de enfrentamento.

Ao considerar a posição central da educação para superar assimetrias socioculturais de gênero, a comunicação representa um recurso estratégico aliado nesse processo. Desse modo, um ponto fundamental desta pesquisa é a percepção de que a violência de gênero já está, *a priori*, fortemente entrelaçada com processos de comunicação. Conforme mencionado anteriormente, as reportagens jornalísticas costumam noticiar casos de violência contra a mulher e feminicídio. Também é possível citar outras iniciativas comunicacionais, como produtos audiovisuais e campanhas publicitárias que abordam a temática, problematizando suas contribuições em termos de conscientização e enfrentamento.

Nesse cenário, emerge a relevância de se pensar a violência de gênero em convergência com a comunicação, reconhecendo sua forte interligação, mas

também questionando como os produtos midiáticos podem ajudar a *conformar* determinadas noções e estereótipos sobre diferentes casos e a própria conceituação da violência.

Ao analisar as instituições atuantes no enfrentamento da violência de gênero e insurgência da vida, entendo que essas coletividades são permeadas por processos de comunicação. Por meio de divergências e debates entre diferentes sujeitos, ocorrem novas formulações, resoluções e avanços sociais a respeito do problema em pauta. Nesse sentido, a comunicação pública contribui com essa análise, dado o seu respeito aos princípios democráticos de representação e participação paritária das mulheres – em todas as suas diversidades – em diferentes espaços.

O levantamento do estado da arte demonstra o crescente interesse do campo da comunicação sobre os estudos de gênero e feminismos. No entanto, observou-se uma carência de pesquisas que combinam o conceito de “comunicação pública” na perspectiva de Esteves (2011) e Weber (2017) com as teorizações feministas, o que demonstra possibilidades de contribuição acadêmica do enquadramento desta pesquisa.

Para abarcar o enfrentamento da violência, a insurgência da vida e a formação de redes de comunicação pública, o trabalho divide-se em quatro partes intituladas, respectivamente: I. Corpo-morte; II. Corpo-vida; III. Corpo-rede; e IV. Rede de enfrentamento da violência e insurgência da vida (Reviva).

A primeira parte, “**Corpo-morte**”, representa uma provocação a partir da constatação de que, em razão da misoginia, os corpos femininos e feminizados estão em constante risco de violência e morte, ou seja, sob ameaça. Sendo assim, são analisadas as posições desiguais ocupadas por diferentes mulheres, que culminam no exercício de poder e opressão estruturais e traduzem-se em expressivos índices de violências.

A segunda parte do trabalho, “**Corpo-vida**”, apresenta as contribuições do feminismo, enquanto abordagem epistemológica e prática social, para o enfrentamento da violência e a preservação da vida. Ademais, reconhece os desafios contemporâneos que atingem os corpos femininos e feminizados e oferece chaves de leitura feministas como alternativas em prol da emancipação, tais como a interseccionalidade e a solidariedade política.

Entre a segunda e a terceira parte do trabalho, localiza-se o interlúdio, intitulado “**Políticação do amor em prol da vida**”. A partir da ética amorosa de bell hooks² (2020), essa breve digressão representa a materialização e aplicação prática dos preceitos feministas em prol da insurgência de vida.

A terceira parte do trabalho, “**Corpo-rede**”, destaca a importância da comunicação para colocar o problema da violência de gênero na “esfera de aparecimento” (BUTLER, 2018), bem como reunir diferentes sujeitos que se mobilizam pela promoção da vida. Desse modo, a comunicação pública contribui para investigar a violência de gênero enquanto assunto de interesse público, passível de receber a atenção tanto de instituições políticas formais quanto das coletividades alternativas compostas por corpos femininos e feminizados.

Por fim, a quarta parte do trabalho é nomeada “**Rede de enfrentamento da violência e insurgência da vida (Reviva)**”, convergindo e aprofundando as análises empreendidas nas três primeiras partes. Nesse momento, destaca-se o potencial da comunicação para *formar e manter redes* em torno de assuntos de interesse público, combinando princípios da comunicação pública e dos estudos feministas para compreender esses processos.

Em síntese, o **eixo problematizador** desta pesquisa é composto por multiplicidades e dualidades. As experiências múltiplas se configuram a partir da ampla diversidade de mulheres, das formas de violência, dos espaços institucionais e alternativos, das redes de comunicação pública, das práticas no sistema de Justiça, das formas de resistência, das dimensões normativa e fática da comunicação, dentre outros fatores. Já a dualidade revela-se no embate entre público e privado, nas convergências entre corporal e digital, nas rupturas entre individual e coletivo – como ao defender que *o privado é político* – nos deslocamentos entre a iminência de morte e a insurgência de vida, nos movimentos teóricos e políticos próprios dos feminismos.

Uma vez reunidas, essas complexidades contribuem para investigar as redes de enfrentamento da violência de gênero e em prol da vida. Afinal, como a comunicação pode contribuir não só para o enfrentamento da violência, mas na

² Ao longo deste trabalho, o nome bell hooks é escrito em letras minúsculas em respeito ao posicionamento da própria pensadora. Nesse nome, criado em homenagem à sua bisavó, hooks emprega letras minúsculas visando romper convenções linguísticas e acadêmicas e, assim, enfatizar seu trabalho em vez de sua pessoa.

promoção da vida? Como interfere no funcionamento, na visibilidade e na produção de novas *redes* acerca dos temas mobilizadores?

A investigação de redes corpóreas e comunicativas sustenta-se em sua dupla identidade, dotada das dimensões combativa e produtiva – na medida em que operam no enfrentamento da violência e convergem para a promoção de condições dignas de vida. Dessa forma, torna-se necessário problematizar como as redes interagem para colocar o tema da violência de gênero na “esfera de aparecimento” (BUTLER, 2018).

A partir do entendimento dessas formas de violência como assunto de interesse público, deve-se refletir como os princípios da comunicação pública podem contribuir com as estratégias desenvolvidas tanto para garantir que o problema permaneça em pauta quanto para elaborar soluções coletivas.

De acordo com hooks (2019), o enfrentamento da violência contra as mulheres deve envolver setores de toda a sociedade, e não somente os sujeitos diretamente afetados. Enquanto esse problema estrutural continuar sendo considerado da seara familiar e interpessoal, será muito difícil elaborar e aplicar medidas efetivas para o seu enfrentamento.

Ao optar pela denominação “redes de enfrentamento da violência e promoção da vida”, entendo que os esforços para proteção das mulheres são empreendidos em comunidades, podendo abarcar diversos sujeitos e grupos sociais. Desse modo, falar em “redes de mulheres” poderia ser uma redução, considerando-se a amplitude de atores envolvidos no combate dessa mazela social. No mesmo sentido, compreende-se como “mulheres”³ todos os corpos femininos e feminizados suscetíveis à violência por motivos de gênero.

Portanto, este estudo configura-se a partir de uma série de questionamentos, norteadores do **problema de pesquisa**. *Como a comunicação pública e o movimento feminista contribuem para manter o problema da violência em pauta? Como as instituições selecionadas atuam para uma retomada de poder individual e coletivo das mulheres e da própria vida? Quais elementos caracterizam a transição da morte para a vida e da vida para a rede? De que forma redes de comunicação pública femininas e feminizadas podem operar na transição da iminência de morte para a insurgência da vida?*

³ A referência a “mulheres” e “corpos femininos e feminizados” visa abarcar mulheres cis, trans e travestis.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico organizado nesta pesquisa investiga o complexo tema da violência de gênero e insurgência de vida, a partir da comunicação em sete instituições atuantes nesses âmbitos em Porto Alegre.

De acordo com Braga (2008), desenvolver pesquisa em contextos complexos é um exercício constantemente nutrido por indícios, que podem gerar novas formulações, qualificar as hipóteses iniciais e, inclusive, transformar a essência do estudo proposto. Para o autor, esses indícios são revelados a partir do ângulo em que o objeto é posicionado e, dessa forma, estar aberto às singularidades e descobertas do campo é fundamental para o avanço científico. Em um percurso de descoberta contínua, pode-se perceber que as concepções iniciais eram superficiais e mesmo equivocadas.

Neste trabalho, os indícios resultam de leituras relacionadas ao tema, bem como de análises sobre o contexto e o objeto. Assim, parte-se da premissa de “abertura ao campo” em um processo contínuo de descobertas e novas *associações*⁴, conforme proposto na abordagem latouriana. Para Braga (2008), os “achados” da investigação devem apontar para possíveis escolhas, caminhos teóricos, metodológicos e técnicos em constante tensionamento e redefinição.

Nesse sentido, adota-se uma abordagem qualitativa para estabelecer uma conexão aprofundada com o contexto específico analisado. Segundo Pertti Alasuutari (2009), é característica de vertentes como a escola crítica, os estudos feministas e marxistas pautar a responsabilidade social da ciência, em que os saberes produzidos podem favorecer a emancipação de grupos excluídos e marginalizados. E, se a ciência deve comprometer-se em oferecer respostas a uma causa ou demanda social, o potencial qualitativo reside justamente no enfoque concedido às particularidades dos sujeitos e espaços.

Para Alasuutari (2009, p. 9), enquanto o formato quantitativo desenha os contornos gerais de um determinado contexto, os “métodos qualitativos produzem diferentes lentes sobre a realidade social, lentes que tornam a sociedade e seus fenômenos compreensíveis” (tradução nossa). Desse modo, o autor defende a

⁴ Em sua obra “Reagregando o social”, Bruno Latour (2012) propõe que o pesquisador deve estar aberto ao contexto em estudo para “rastrear associações” que permitem a compreensão de um determinado fenômeno social.

existência de microprocessos que permitem diversas formas de observação da realidade social, revelando formulações, conceitos e mesmo realidades inteiramente diferentes.

Mas, afinal, como é possível reconhecer o “particular” em sociedades cada vez mais vastas e diversas? Para responder a essa questão, Alasuutari (2009, p. 12) pontua a importância das identidades individuais, bem como sua conexão aos diferentes segmentos sociais para “[...] tentar entender como e por que as posições de identidade e formas de subjetividade são potenciais agentes políticos e coletivos formados, se elas estão relacionadas com sexo, raça, idade ou quaisquer outras categorias” (tradução nossa).

A partir dessa reflexão inicial, a estrutura metodológica adotada migra do geral – com uma linha do tempo que apresenta acontecimentos importantes para o acesso à cidadania das mulheres e enfrentamento da violência de gênero – ao particular – com a realização de um estudo de caso de sete instituições atuantes no enfrentamento da violência e na promoção da vida em Porto Alegre.

3.1 Abordagem do objeto de pesquisa

A abordagem metodológica do objeto consiste em pesquisa exploratória; mapeamento histórico-descritivo; e estudo de caso.

A partir da investigação bibliográfica e documental sobre a violência contra a mulher, a pesquisa exploratória formula um quadro geral sobre o tema e um resgate histórico das redes de enfrentamento dessa mazela estrutural.

O mapeamento histórico-descritivo, por sua vez, demonstra os avanços significativos em termos legais e institucionais para o enfrentamento das violências, bem como a prevalência desses crimes em nosso país. Além disso, realiza um rastreamento da relação entre o enfrentamento das violências e a atuação das redes – constitucional, institucional, científica e de comunicação pública – perpassadas por questões sociais, políticas e individuais.

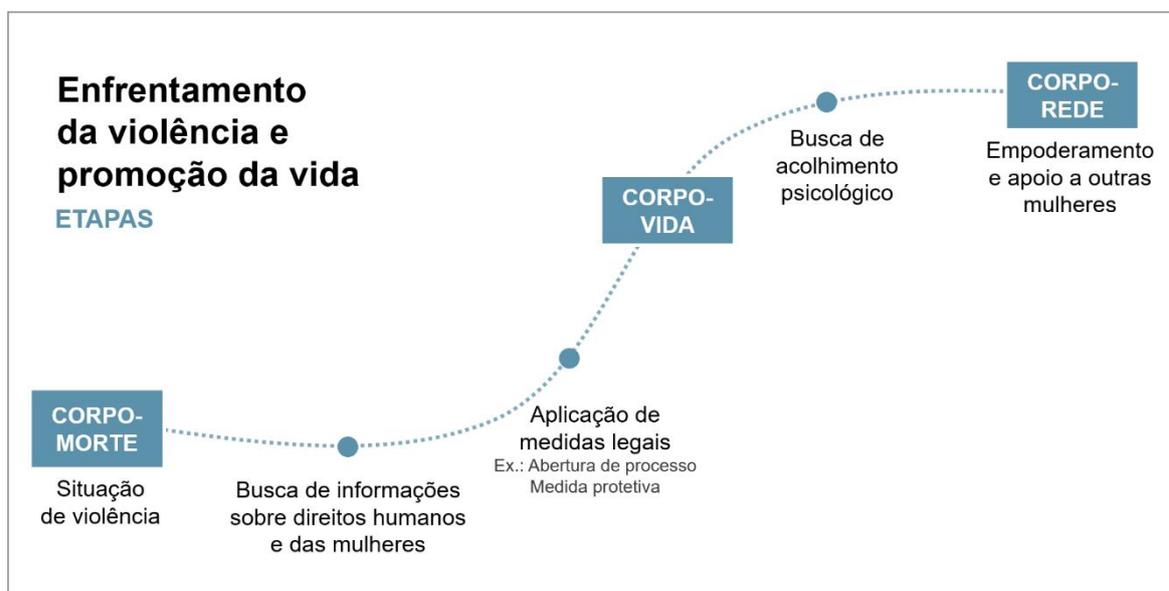
Por fim, o estudo de caso identifica os movimentos das sete instituições atuantes no enfrentamento das violências e na defesa de direitos em Porto Alegre. Enquanto o mapeamento histórico-descritivo revela indícios e desafios contemporâneos, o estudo de caso aprofunda e diversifica a compreensão sobre o fenômeno em um contexto específico. Nesse sentido, a imersão nos canais de

comunicação dessas instituições realiza uma leitura sobre as suas atividades e a efetividade de suas práticas, enquanto escolha teórico-metodológica, ética e política.

Em suma, o percurso metodológico desenhado nesta pesquisa representa uma tentativa de aproximação e contribuição com o contexto estudado a partir da comunicação, em um processo de aprendizagem e construção contínuas da pesquisadora.

A partir da compreensão de “Corpo-morte”, “Corpo-vida” e “Corpo-rede” como princípios interligados por uma cadeia de acontecimentos, torna-se possível delinear uma jornada partindo da violência em direção ao empoderamento individual e coletivo das mulheres.

Figura 1 - Diagrama teórico-metodológico da pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

Esse diagrama foi desenvolvido a partir de teorias mobilizadas nas três primeiras partes do trabalho e articula-se diretamente ao funcionamento das instituições. Na Figura 1, é possível acompanhar diferentes etapas de rompimento de um ciclo de violências da perspectiva da mulher, considerando-a o sujeito mais importante e implicado nesses processos.

Cabe ressaltar que, apesar da representação contínua e unidirecional, essa jornada não constitui um processo linear. Pelo contrário, o percurso pode ser

trilhado de diferentes maneiras, nas mais variadas direções, a partir das histórias de vida e condições de possibilidade de cada uma.

As etapas dessa jornada também se sustentam a partir das interações entre diferentes instituições, dispositivos legais, movimentos sociais, dentre outros fatores. Assim, destaca-se a centralidade das sete instituições mapeadas nesta pesquisa, que preconizam o próprio avanço da jornada em direção à vida.

3.1.1 Pesquisa exploratória

A pesquisa exploratória consiste na investigação teórica sobre violência de gênero, feminismos e comunicação, permitindo elaborar problematizações pertinentes ao tema de pesquisa e ao contexto estudado. Ademais, constituiu-se a partir do levantamento de instituições que atuam no enfrentamento da violência e na promoção da vida em Porto Alegre, bem como de acontecimentos que impactaram esses temas em âmbito nacional.

3.1.2 Mapeamento histórico-descritivo

O mapeamento histórico-descritivo consiste em um resgate de acontecimentos importantes relacionados ao tema e influenciados pela atuação de diferentes instituições. Reconhecendo o caráter histórico e atual da violência de gênero, organiza-se uma linha do tempo com eventos nacionais e internacionais que implicaram o enfrentamento das violências e o acesso das mulheres à cidadania.

O mapeamento desses eventos importantes contribui para compreender os processos que resultaram na emergência do tema das violências na esfera pública, possibilitando sua abordagem enquanto problema social abrangente e a consequente formulação de regramentos jurídicos voltados ao seu enfrentamento. Dessa forma, os acontecimentos foram identificados a partir das seguintes categorias, aprofundadas na “**Parte II – Corpo-vida**” da dissertação.

I. REDE CONSTITUCIONAL – Acesso à cidadania

Acontecimentos relacionados aos direitos constitucionais de acesso à cidadania, reconhecimento e combate das formas de discriminação contra as mulheres.

II. REDE INSTITUCIONAL – Enfrentamento da violência

Acontecimentos relacionados à elaboração de regramentos jurídicos, convenções e instituições comprometidas com o enfrentamento da violência de gênero.

III. REDE CIENTÍFICA – Conhecimento e pesquisa

Acontecimentos relacionados à visibilidade do feminismo e do enfrentamento da violência de gênero a partir da produção de saberes científicos e reivindicação dos movimentos sociais.

IV. REDE DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA – Visibilidade e debate público

Vinculada às redes constitucional, institucional e científica, mantém o debate da sociedade acerca de assuntos de interesse público.

Cabe ressaltar que a divisão em redes não visa compartimentar as conquistas sociais, que podem coexistir e atuar de forma integrada em prol da visibilidade e superação do problema. Além disso, os acontecimentos selecionados representam um recorte da realidade estudada, reconhecendo a impossibilidade de listar todos os episódios relacionados ao tema, mas também assumindo a disposição de incorporar novos fatores relevantes para a realização desta pesquisa.

3.2 Estudo de caso

Os estudos de caso na comunicação, para Braga (2008), contribuem para o "desentranhamento" de questões propriamente comunicacionais da pesquisa, muitas vezes entremeadas em fatores sociais, históricos e políticos. É notório que esses elementos integram a realidade em estudo e são fundamentais para o seu

entendimento. No entanto, extrair os processos interacionais representa um desafio para o pesquisador em comunicação, e o estudo de caso pode apoiá-lo nessa missão.

Ademais, Braga (2008) pontua que os estudos de caso possibilitam a produção de conhecimento diversificado e plural sobre fenômenos sociais. Assim, permitem a articulação entre saberes teóricos e proposições abstratas para compreender realidades específicas, refletindo em fenômenos considerados de ordem “geral”. Em outras palavras, os indícios permitem “fazer proposições de ordem geral a partir dos dados singulares obtidos” (BRAGA, 2008, p. 78).

Em suma, Braga (2008) argumenta que o estudo de caso requer a adoção de um paradigma indiciário para compreender a realidade observada, a partir do constante diálogo e tensionamento entre problema de pesquisa; levantamento de indícios e produção de inferências; e articulação com o conhecimento teórico e empírico disponível.

Faz parte, então, dos estudos de caso, o trabalho de (a) levantar indícios; (b) decidir de sua relevância para o objeto e para a pergunta da pesquisa; e (c) articular conjuntos de indícios derivando, daí, inferências sobre o fenômeno. Isso pode ser feito através de um tensionamento triangular entre situação empírica, bases teóricas e problema de pesquisa (BRAGA, 2008, p. 81).

Somando-se a isso, Robert Yin (2005, p. 19) argumenta que a aplicação metodológica dos estudos de caso demonstra-se efetiva “[...] quando se colocam questões do tipo ‘como’ e ‘por que’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. Neste trabalho, o problema de pesquisa situa-se em “como” as redes podem atuar no enfrentamento da violência e na promoção da vida e, desse modo, empenha-se em compreender o funcionamento desses coletivos a partir das suas dinâmicas comunicacionais.

No mesmo sentido, o objeto de pesquisa é delimitado por acontecimentos sócio-históricos e contemporâneos que compõem o “pano de fundo” de atuação das instituições de enfrentamento da violência e promoção da vida, influenciando suas dinâmicas, iniciativas e interações.

Desse modo, os estudos de caso podem assumir caráter exploratório, descritivo e explanatório, formatos não excludentes entre si e possivelmente complementares. O autor pontua que

[...] questões do tipo "como" e "por que" são mais explanatórias, e é provável que levem ao uso de estudos de casos, pesquisas históricas e experimentos como estratégias de pesquisa escolhidas. Isso se deve ao fato de que tais questões lidam com ligações operacionais que necessitam ser traçadas ao longo do tempo, em vez de serem encaradas como meras repetições ou incidências (YIN, 2005, p. 25).

Nesta dissertação, adota-se o estudo de caso nas dimensões descritiva e explanatória, a partir da caracterização e inter-relação entre instituições e acontecimentos históricos voltados ao enfrentamento da violência de gênero à promoção da vida. Para tanto, Yin (2005) destaca a amplitude do material empírico disponível nos estudos pautados sob essa orientação metodológica que une fenômenos e contextos, em comparação às pesquisas históricas.

[...] embora os estudos de casos e as pesquisas históricas possam se sobrepor, o poder diferenciador do estudo é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional (YIN, 2005, p. 27).

Por fim, Braga (2008) pontua que a realização bem-sucedida de um estudo de caso não consiste meramente na reflexão empírica ou na categorização de indícios dentro de conhecimentos estabelecidos. Pelo contrário, a relevância acadêmica e social desse método reside na problematização entre teoria e práxis, expandindo perspectivas sobre um determinado cenário e possibilitando a formulação de novas interpretações. Dessa forma, a pesquisadora deve assumir uma postura de abertura ao universo empírico apresentado, bem como compreender que as premissas e teorizações realizadas *a priori* podem sofrer transformações durante o processo.

3.2.1 Procedimentos analíticos

A aplicação do estudo de caso realiza-se a partir da análise de sete instituições implicadas no enfrentamento da violência e na promoção da vida, considerando-se suas especificidades. Desse modo, a comunicação dos coletivos e das instituições enquanto um caso passível de estudo sustenta-se a partir da investigação sobre o seu funcionamento interno, em convergência com seu contexto sócio-histórico e geográfico de inserção.

Inicialmente, pretende-se descrever o histórico e o funcionamento das instituições mapeadas no *corpus* de pesquisa, por meio das informações disponibilizadas em seus canais de comunicação. Em seguida, será realizada uma análise a partir de reflexões suscitadas por abordagens teóricas, acontecimentos históricos e atuação dessas instituições.

A esse respeito, cabe destacar que "[...] os estudos de caso, da mesma forma que os experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos" (YIN, 2005, p. 29). Em outras palavras, contextos distintos podem apresentar resultados completamente diferentes, mesmo amparados sob os mesmos preceitos teóricos.

Na medida em que se almeja contribuir com outros cenários de pesquisa a partir de reflexões teóricas, principalmente situadas na comunicação pública e nos estudos feministas, entende-se a importância de considerar as especificidades contextuais, mesmo ao tratar de temas ou objetos similares. Nesse sentido, trabalhar com o estudo de caso possibilita alcançar as três esferas de inferências pontuadas por Braga (2008): análise de funcionamento do caso singular; inserção do caso em um contexto social; e comparações transversais a partir de pontos de convergência, colaboração e distinção.

3.3 Etapas da pesquisa

A análise de diferentes projetos atuantes em frentes distintas no enfrentamento da violência demonstra como esse problema complexo demanda iniciativas nas mais variadas esferas. No mesmo sentido, objetiva refletir sobre as aproximações e afastamentos entre as iniciativas existentes, o quanto é possível estabelecer parcerias entre elas e como a sua comunicação está sendo recebida pelos públicos, especialmente, pelas mulheres atendidas.

Sendo assim, a diversificação das instituições estudadas contribui para a compreensão dos projetos em curso no combate às violências, identificando possíveis pontos de contribuição, aprimoramento e transformação. Desse modo, a pesquisa divide-se em quatro etapas centrais:

- I. mapeamento histórico-descritivo de acontecimentos relacionados ao tema;
- II. descrição de características gerais das sete instituições do *corpus*;

- III. identificação de dispositivos e produtos comunicacionais das instituições;
- IV. estudo das redes de comunicação pública e proposição da Reviva – Rede de enfrentamento da violência e insurgência da vida.

Inicialmente, será apresentada uma descrição das sete instituições: características, objetivos, funcionamento, histórico, dados estatísticos correspondentes à identificação de dispositivos e produtos de comunicação utilizados.

Considera-se que as instituições selecionadas atuam em um contexto marcado por redes constitucionais, institucionais, científicas e de comunicação pública, identificadas no mapeamento histórico-descritivo desta dissertação. Essas categorias contribuem para elaborar um quadro geral de atuação das instituições, possibilitando o desenvolvimento de categorias de análise.

Os aspectos da comunicação devem ser destacados do objeto, conforme proposto por Braga (2008), adquirindo relevância enquanto fonte para coleta de dados acerca das instituições. Para identificar as dinâmicas comunicacionais das instituições estudadas, serão mapeadas as mídias digitais mais utilizadas, a abordagem adotada nos conteúdos produzidos – institucional, informativa, educacional ou formativa etc. –, quais fases e/ou formas de violência são trabalhadas a partir dos conteúdos e quais são os modos de atuação da instituição frente a esse problema estrutural. Ademais, será realizada uma reflexão sobre o alcance das suas iniciativas de comunicação, especialmente junto às mulheres atendidas.

Para tanto, serão observadas as seguintes mídias: site oficial, mídias digitais, realização de eventos, participação em eventos e menção em portais de notícias. O enfoque às mídias digitais justifica-se em função da sua prevalência na contemporaneidade, podendo contribuir tanto para fins de denúncia de violências quanto em prol da articulação e mobilização feministas.

Ao passo que o campo digital passa a integrar diversas esferas da vida cotidiana, torna-se fundamental investigar as possibilidades e limitações apresentadas pelas tecnologias nessas instituições, o quanto influenciam efetivamente no empoderamento legal e social de líderes e mulheres atendidas.

Desse modo, os canais digitais podem ser instrumentos para formar redes de comunicação pública mobilizadas por temas de interesse público. No entanto,

somente será possível definir o potencial dessas tecnologias a partir da perspectiva das próprias instituições, buscando compreender o quanto as ferramentas contribuem para o fortalecimento individual e coletivo, a visibilidade e credibilidade na esfera pública e possíveis transformações na realidade concreta.

A partir da descrição das instituições, será realizado o aprofundamento da análise, com a submissão às categorias predefinidas e a associação às redes constitucional, institucional e científica mapeadas na etapa histórico-descritiva. Desse modo, será possível tecer relações entre instituições selecionadas, abordagens teóricas e acontecimentos históricos.

3.4 Categorias de análise: feminismo e comunicação pública

As instituições do *corpus* de pesquisa serão observadas a partir de categorias de análise, desenvolvidas por meio de formulações teóricas sobre violência de gênero, feminismo e comunicação pública, aprofundadas nos eixos teóricos. Nesse sentido, adotam-se conceitos referentes à comunicação pública e aos estudos feministas para compor as categorias.

A combinação entre esses universos teóricos visa caracterizar e analisar as práticas de comunicação existentes nas instituições selecionadas. Assim, pretende refletir sobre possíveis aproximações entre comunicação pública e feminismo, tais como embate entre teoria e práxis e compromisso com a transformação social. Assim, almeja-se compreender o quanto a combinação desses conceitos, aparentemente distantes, pode contribuir para o enfrentamento das violências e a promoção da vida.

3.4.1 Estudos Feministas

As categorias de análise dos estudos feministas se propõem à caracterização das instituições, considerando que muitas delas intitulam-se feministas. Desse modo, a associação a conceitos teóricos do feminismo pode contribuir para a análise de discursos e práticas, aliadas ao compromisso institucional e social.

- *Corpo-território*: Análise das tensões imanentes às relações público-privadas, visando compreender o quanto é possível ocupar territórios públicos existentes. Além disso, conjectura sobre formular novos territórios de atuação, e mesmo tornar o próprio *corpo* um *território*.
- *Ética amorosa*: Compreensão do *amor como prática* cotidiana de superação de opressões, pautado pelos princípios de cuidado, compromisso, confiança, responsabilidade, respeito e conhecimento.
- *Interseccionalidade*: Compreensão das diferentes marcas de desigualdade e desempoderamento que atravessam corpos femininos e feminizados, operando-se com vistas à sua superação.
- *Paridade de participação*: Destaque à importância do reconhecimento de identidades, redistribuição de oportunidades e representação política para o pleno exercício da cidadania.
- *Pluralismo histórico*: Reconhecimento das contribuições e insuficiências de espaços formais de enfrentamento das violências, promovendo a devolução da iniciativa às próprias comunidades, ou *redes*.
- *Solidariedade política*: Comprometimento contínuo com uma causa a partir da comunhão de interesses, crenças e objetivos, possibilitando a formação e continuidade de alianças coletivas.

3.4.2 Comunicação Pública

As categorias de análise da comunicação pública referem-se à caracterização da comunicação *nas* instituições e *entre* as instituições, em convergência com o contexto histórico e cultural de inserção. Nesse sentido, buscam apreender a qualidade dos discursos proferidos, a capacidade de deliberação dos públicos e a formação de redes de comunicação pública (WEBER, 2017).

- *Interesse público*: Comprometimento com os assuntos de interesse público em xeque, considerando-se que esses mantêm o processo de deliberação *em redes*.
- *Visibilidade*: Garantia das "condições de aparecimento" (BUTLER, 2018) das redes, das mulheres integrantes e das demandas apresentadas no espaço público, englobando disputas discursivas existentes.
- *Debate público*: Compreensão do tensionamento entre normatividade e facticidade nas relações de comunicação, a fim de tecer novas perspectivas e iniciativas.
- *Credibilidade*: Possibilidade de ocupar o espaço público, dialogando com as redes preexistentes, bem como reconhecimento dos argumentos apresentados sobre determinado tema de interesse público.
- *Legitimidade*: Repercussão das ações exercidas nas redes, bem como lideranças que incidem – direta ou indiretamente – nesses espaços.

As categorias de análise desenvolvidas a partir de abordagens teóricas feministas e da comunicação pública consideram a comunicação elemento fundamental na formação e manutenção do debate público *em redes*, que se evidencia nas manifestações históricas e práticas contemporâneas do feminismo.

4. REDES EM PROL DA AUTONOMIA: O OBJETO DA PESQUISA

O **objeto de pesquisa** configura-se em rede, uma tecitura multifatorial que engloba: institutos formais e legislações específicas de combate às violências; redes constitucional, institucional, científica e de comunicação que refletem o contexto contemporâneo; sete instituições atuantes no enfrentamento da violência e na promoção da vida em Porto Alegre; e autonomias jurídica, psicológica e integrada promovidas pelo seu funcionamento.

O Quadro 1 apresenta o *corpus* construído a partir das sete instituições e suas principais características, que serão aprofundadas no processo de análise. A seleção das instituições orientou-se a partir do recorte geográfico predefinido, bem como da multiplicidade de serviços prestados, permitindo identificar diferentes componentes relacionados ao tema de pesquisa.

Quadro 1 - Instituições de enfrentamento da violência e promoção da vida em Porto Alegre

Instituição	Características
Casa de Referência da Mulher - Mulheres Mirabal (2016)	Centro de acolhimento coordenado por militantes do Movimento Olga Benário para mulheres vítimas de violências e seus filhos, que oferece moradia e serviços integrados de enfrentamento de violências.
Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade (CliFI) (2019)	Programa de Extensão da UFRGS que atua no fortalecimento das redes de saúde mental para mulheres em situação de violência, a partir de atendimentos individuais e coletivos. Promove a disseminação de conhecimentos a partir da perspectiva feminista interseccional.
Coletivo Nós, seguras (2020)	Rede de advogadas que oferecem atendimento e orientação jurídica <i>online</i> e gratuita para mulheres.
GRITAM – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres (2016)	Grupo interdisciplinar do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da UFRGS (SAJU/UFRGS) que contribui com o acesso das mulheres às condições de justiça a partir da assessoria judicial e extrajudicial em casos de violência de gênero.
Patrulha Maria da Penha (2012)	Programa de acompanhamento periódico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul a partir da fiscalização de medidas protetivas nos casos de violência contra a mulher.
Projeto Gradiva (2019)	Programa de Extensão da UFRGS que oferece atendimento clínico psicanalítico para mulheres em situação de violência e consultoria para profissionais que atuam no enfrentamento da

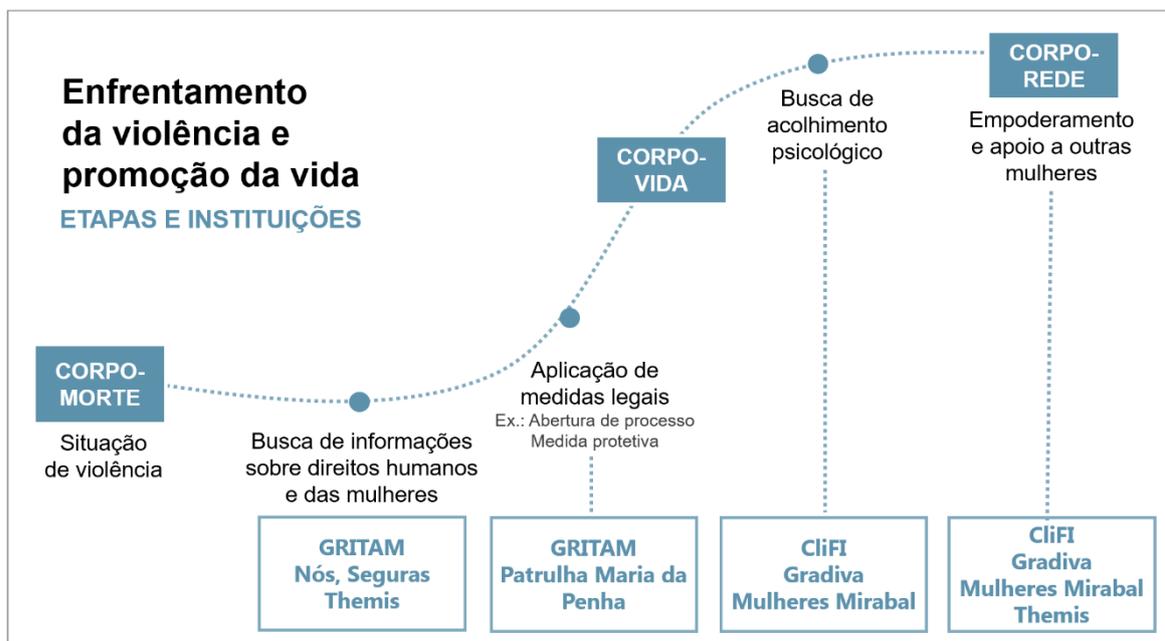
	violência contra a mulher.
Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos (1993)	Organização Não Governamental feminista que visa combater a discriminação contra as mulheres nos espaços de Justiça. Responsável pelo desenvolvimento e aplicação da formação Promotoras Legais Populares (PLPs), que promove o empoderamento jurídico desde uma abordagem centrada em questões de gênero, dos direitos humanos e das mulheres.

Fonte: Elaboração própria.

Para empreender o estudo de caso das instituições selecionadas, é necessário situá-las no imbricado processo de enfrentamento das violências e insurgência da vida. Assim, entende-se que cada uma delas contribui, de diferentes maneiras, com a promoção da autonomia individual e coletiva das mulheres acolhidas pelos seus serviços.

A imagem a seguir apresenta o posicionamento dessas instituições de enfrentamento das violências, situadas na transição da *morte* para a *vida* e da *vida* para a *rede*. Desse modo, é possível perceber que essas organizações estão conectadas por um mesmo objetivo, apesar de apresentarem abordagens e serviços distintos.

Figura 2 - Conexão entre o diagrama teórico-metodológico e as instituições



Fonte: Elaboração própria.

As instituições selecionadas se posicionam em diferentes momentos do enfrentamento da violência e da promoção da vida. Sendo assim, o esquema associa cada organização à etapa mais condizente com a sua atuação.

4.1 Princípios norteadores da investigação

De acordo com José Luiz Braga (2016), “perguntar ao objeto” não significa meramente descrevê-lo, mas também implica decidir o que deve prevalecer na análise. Sendo assim, o objeto desta pesquisa estrutura-se a partir dos seguintes princípios norteadores: aproximação entre a comunicação pública e as teorizações feministas interseccionais e decoloniais; compreensão da violência de gênero enquanto assunto de interesse público; reconhecimento das contribuições e insuficiências dos institutos e operadores de Justiça formais; potencial das redes de comunicação pública para restaurar tecidos comunitários; delimitação geográfica para seleção das instituições presentes no *corpus*; e definição das formas de autonomia promovidas pelas instituições analisadas.

A **aproximação entre a concepção de comunicação pública** (ESTEVES, 2011; WEBER, 2017; WEBER e LOCATELLI, 2022) e **as teorizações feministas interseccionais** (CARNEIRO, 2003; CARRERA, 2021; CRENSHAW, 2002; hooks, 2019) e **descoloniais** (GAGO, 2020; LUGONES, 2014; SEGATO, 2012) suscitou uma série de questionamentos e inquietações pertinentes para a delimitação do objeto. Afinal, como seria um olhar feminista para a comunicação pública? Como as redes feministas poderiam se utilizar da comunicação pública? E como seriam redes de comunicação pública feministas? Quais seriam suas características, potencialidades e desafios? Quais seriam suas divergências e distanciamentos?

Somando-se a isso, o entendimento da **violência de gênero enquanto assunto de interesse público** (ESTEVES, 2011; WEBER, 2017) com a politização das relações íntimas e afetivas também norteou a construção do objeto. Esse movimento histórico ocorreu, especialmente, a partir da segunda onda feminista, ao proclamar que “o privado é político”, deslocando o tema da violência do meio familiar para integrar a esfera pública. Além disso, trata-se de um fenômeno em constante atualização e amplificação, como no bordão “em briga de marido e mulher, a gente salva a mulher”, que subverte o antigo “em

briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Essa mudança pressupõe a formação de espaços de debate sobre a violência de gênero, que representam parte integrante da comunicação pública e não se desfazem, uma vez que o problema não foi totalmente solucionado.

No mesmo sentido, parte-se do **reconhecimento das contribuições e insuficiências dos institutos e operadores de Justiça** contemporâneos no enfrentamento das violências. Essa abordagem se sustenta pelo amplo volume de casos de violência e feminicídio, apesar dos regramentos cada vez mais específicos para coibir esses crimes, apontando a necessidade de transformações socioculturais mais profundas. Desse modo, Segato (2012) propõe restabelecer as comunidades a partir do próprio aparato institucional disponível, enquanto possibilidade de ocupar espaços decisórios e reivindicatórios, lançando o questionamento:

[...] temos algum modo de habitar de forma descolonial ainda que dentro da matriz desse Estado e induzi-lo a atuar de uma forma conveniente à recomposição das comunidades? É possível transformá-lo em um Estado restituidor do foro interno e, com isso, da história própria? (SEGATO, 2012, p. 114).

No mesmo sentido, considera-se o **potencial das redes de comunicação pública** (WEBER, 2017) **para restaurar tecidos comunitários** situados e dotados de características próprias, devolvendo a jurisdição para as próprias interlocutoras – e protagonistas – desta pesquisa. Afinal, como as mulheres atendidas percebem os processos de comunicação das instituições analisadas? Em que nível se sentem pertencentes? Podem fazer um movimento “da margem ao centro” dos processos sociais, conforme proposto por hooks (2019)?

Para voltar os olhares ao caráter único de cada comunidade, realiza-se uma **delimitação geográfica** para selecionar as instituições, inseridas em um contexto sócio-histórico específico. Nesse sentido, a ONG Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos representa o ponto de partida para cartografar outras instituições atuantes no enfrentamento da violência e promoção da vida sediadas em Porto Alegre.

A escolha de trabalhar, inicialmente, com a ONG Themis ocorreu em razão das suas expressivas contribuições, desde 1993, no enfrentamento da violência de gênero e na promoção de direitos humanos. Dentre as iniciativas, destaca-se a

participação na implementação da Lei Maria da Penha (PINTO, 2003) e a ampla atuação em campanhas feministas em níveis regional, nacional e global.

Além disso, meu interesse pelas “redes” de mulheres no enfrentamento da violência de gênero começou em 2018 com a ONG Themis, quando tive a oportunidade de realizar uma observação participante na 17ª formação das Promotoras Legais Populares (PLPs)⁵. Esse estudo demonstrou a potência da democratização dos conhecimentos jurídicos, bem como os efeitos que ultrapassam as fronteiras do Direito.

A atuação das lideranças comunitárias formadas pela Themis carrega um olhar mais “humanizado” e afetuoso para as mulheres atendidas, postura muitas vezes faltante nos sistemas formais de Justiça. Essa experiência de pesquisa também demonstrou as possibilidades de empoderamento individual e coletivo suscitadas a partir da formação de PLPs e da própria Themis, em que as mulheres passavam a se reconhecer como cidadãs de direitos, integrantes dos processos democráticos.

Por fim, as instituições integrantes do *corpus* foram organizadas a partir das **formas de autonomia** prestadas às mulheres integrantes. Nesse sentido, consideram-se as dimensões de acolhimento jurídico, psicológico e integrado fundamentais para o enfrentamento da violência e a promoção da vida.

4.2 Formas de autonomia e *corpus* de pesquisa

De acordo com o Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe (OIG CEPAL), “a autonomia se converte em um elemento central para alcançar a igualdade, como um direito humano fundamental, e uma precondição para que as mulheres atuem como sujeitos plenos do desenvolvimento” (OIG CEPAL, 2023). Sendo assim, trabalhar com o princípio da “autonomia” visa reconhecer a agência das mulheres presentes nas instituições, considerada fundamental para alcançar a promoção da vida e a igualdade de gênero.

⁵ Publicação do artigo “Empoderamento jurídico e humanizado: uma vivência na form(ação) de Promotoras Legais Populares” na Revista de Estudos e Investigações Antropológicas (REIA) da Universidade Federal de Pernambuco (BARFKNECHT, 2020).

Ademais, observar as instituições a partir da “autonomia” concebe esse princípio enquanto potência para se libertar de contextos opressivos. Desse modo, entende-se que as mulheres em situação de violência mantêm a própria autonomia, mesmo que, em algumas situações, possam ser impedidas de exercê-la. Em uma abordagem coletiva e ampliada, a autonomia também significa compartilhar saberes e práticas para formular novas perspectivas, bem como ferramentas para cessar ciclos de violências.

Apesar de acolhimento e orientação representarem etapas importantes no rompimento do ciclo e da cultura da violência de gênero, entende-se que, para empreender uma transformação em nível estrutural, as possibilidades de atuação das mulheres devem ser expandidas nos espaços públicos e privados, destacando-se o seu protagonismo.

Quadro 2 - Formas de autonomia promovidas pelas instituições

Forma de autonomia	Instituições
Autonomia jurídica	<ul style="list-style-type: none"> ● Coletivo Nós, seguras ● GRITAM – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres ● ONG Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos
Autonomia psicológica	<ul style="list-style-type: none"> ● Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade (CliFi) ● Projeto Gradiva
Autonomia integrada	<ul style="list-style-type: none"> ● Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal ● Patrulha Maria da Penha

Fonte: Elaboração própria.

4.2.1 Autonomia Jurídica

As instituições atuantes em prol da **autonomia jurídica** são o Coletivo Nós, seguras; o GRITAM – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres e a organização não governamental Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos. Esses espaços são responsáveis por realizar o acolhimento, a orientação e o atendimento legal de mulheres em situação de violência, oferecendo informações sobre direitos e contribuindo com a sua emancipação de contextos abusivos.

As organizações selecionadas não abarcam todos os momentos, esferas e formas de enfrentamento da violência de gênero. Nesse sentido, enquanto o

coletivo Nós, seguras trabalha principalmente com a orientação jurídica online e gratuita, o GRITAM realiza o acompanhamento na abertura de processos nos institutos de Justiça competentes. A ONG Themis, por sua vez, atua significativamente na produção e disseminação de conhecimentos referentes aos direitos sociais e de gênero, bem como em prol do empoderamento legal das mulheres integrantes e atendidas.

Quadro 3 - Instituições promotoras de Autonomia Jurídica

Instituição	Tipo	Atividades
Coletivo Nós, seguras	Coletivo voluntário	Atendimento e orientação jurídica gratuita para mulheres.
GRITAM – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres	Grupo interdisciplinar do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU/UFRGS)	Assessoria judicial e extrajudicial em casos de violência de gênero.
ONG Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos	Organização Não Governamental	<ul style="list-style-type: none"> ● Advocacia feminista; ● Produção científica; ● Formação de Promotoras Legais Populares (PLPs).

Fonte: Elaboração própria.

4.2.2 Autonomia Psicológica

As organizações relacionadas à **autonomia psicológica** previamente mapeadas do *corpus* são a Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade e o Projeto Gradiva, ambos projetos de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O acolhimento e empoderamento psicológico para mulheres que vivenciaram situações de violência pode ser considerado complementar à autonomia jurídica, uma vez que contextos opressivos podem desencadear traumas e vulnerabilidade psicológica.

Quadro 4 - Instituições promotoras de Autonomia Psicológica

Instituição	Tipo	Atividades
Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade (CliFI)	Projeto de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Acolhimento psicológico individual e coletivo para mulheres em situação de violência.

Projeto Gradiva	Projeto de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Atendimento psicanalítico para mulheres em situação de violência e consultoria para profissionais que atuam no enfrentamento da violência contra a mulher.
-----------------	--	--

Fonte: Elaboração própria.

4.2.3 Autonomia Integrada

Os projetos de **autonomia integrada** atuam em diversas frentes do enfrentamento da violência e, principalmente, da promoção da vida para as mulheres. Nesse sentido, a casa Mulheres Mirabal e a iniciativa Patrulha Maria da Penha apresentam diferenças significativas entre si. No entanto, é possível identificar uma convergência entre os seus modos de atuação, que operam para garantir a segurança das mulheres e seus filhos dentro do ambiente doméstico, durante muito tempo considerado *privado* e invisível aos olhos da Justiça.

Quadro 5 - Instituições promotoras de Autonomia Integrada

Instituição	Tipo	Atividades
Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal	Casa-abrigo coordenada por militantes feministas do Movimento Olga Benário	Moradia para mulheres em situação de violência e filhos, acolhimento jurídico, psicológico, social e recursos para geração de renda.
Patrulha Maria da Penha	Programa da Brigada Militar do Rio Grande do Sul	Acompanhamento de medidas protetivas concedidas pela Lei Maria da Penha, a partir de visitas de policiais militares.

Fonte: Elaboração própria.

A divisão das instituições a partir dos modos de autonomia demonstra como o enfrentamento das violências mobiliza diversos setores profissionais e da sociedade civil, demandando o engajamento de diferentes sujeitos, saberes e práticas. Nesse sentido, a comunicação representa um aspecto comum à atuação das instituições, uma vez que possibilita a conexão entre serviços prestados e pessoas possivelmente beneficiadas.

PARTE I - CORPO-MORTE

[...] a existência das mulheres é carregada de sentidos: ser esposa, mãe, filha, cuidadora, entre os compromissos de ser fiel, companheira, amiga, boa mãe, dentre outros. O registro do patriarcado é demarcado na carne e não é sutil, porém, mais forte é a demarcação simbólica, que quando quebrada, responde com a morte, uma vez que não podemos romper como reprodutoras da ordem social e biológica que nos foi imposta.

Lourdes Maria Bandeira

O resgate da historicidade dos corpos e do gênero feminino opera não só como um registro de enquadramento, mas também ajuda a reconhecer fatores que são "herdados" na contemporaneidade – não em um sentido vago ou generalizante, mas, sim, respaldado a partir de estatísticas, relatos e percursos empíricos. Exemplo evidente repousa na "legítima defesa da honra", utilizada como argumento jurídico até 2021.

No mesmo sentido, a amplitude dos casos de violência contra a mulher observada a partir das décadas de 1970 e 1980, concomitantemente à explosão do movimento feminista, não significa que o surgimento dessa modalidade de crimes é datado do período. Pelo contrário, a ampla divulgação de casos pode ser explicada pelo fato de terem saído das relações "privadas", com a contribuição das próprias manifestações feministas.

Neste trabalho, a emergência da violência de gênero é concebida desde a colonização e o advento da colonialidade, constituídos por fatores como o enfraquecimento das comunidades, a ascensão da moral católica e a consolidação da família nuclear burguesa. Desse modo, considera as desigualdades de gênero, as assimetrias ocasionadas pela divisão tradicional entre as esferas pública e privada e a crise do "pátrio poder" enquanto condições para a ascensão e a manutenção dos casos de violência contra os corpos femininos e feminizados, culminando na eliminação de mulheres a partir dos crimes de feminicídio.

A multiplicidade das violências evidencia-se neste momento, considerando a sobreposição de opressões que diferentes mulheres podem vivenciar, atravessadas pelas questões de raça, classe e gênero. De acordo com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a vitimização de mulheres e os assassinatos por razões de gênero costumam envolver elementos

interseccionais de discriminação (Relatório do CIDH, 2021), justificando o posicionamento interseccional desta pesquisa.

Portanto, não se pretende conceber uma definição única da violência, mas, sim, reconhecer o caráter múltiplo, interseccional, estrutural e histórico dos ataques perpetrados contra os corpos femininos e feminizados. Afinal, assim como é impossível universalizar o sujeito “mulher”, a violência se manifesta em níveis e formatos muito distintos.

O eixo teórico “Corpo-morte” analisa as bases da violência de gênero no contexto brasileiro enquanto assunto de interesse público. Além disso, reflete sobre as implicações da(s) violência(s) sobre diferentes corporalidades, cujas experiências são perpassadas por fatores individuais, geracionais e socioculturais muito distintos. **Neste momento, o desafio consiste em pautar a violência sem eclipsar o protagonismo e a agência das mulheres nem descaracterizar o problema e torná-lo muito abstrato.**

Desse modo, a primeira parte do trabalho apresenta a relevância dos corpos nas disputas por aparecimento e reconhecimento (BUTLER, 2005, 2018; GAGO, 2020; MOL, 2002; SEGATO, 2012); as denominações e assimetrias atribuídas a diferentes posições de gênero (BUTLER, 2018; LUGONES, 2014; MACHADO, 2010); os múltiplos sentidos e implicações da violência de gênero (BIROLI; MIGUEL, 2014; BANDEIRA, 2014; GAGO, 2020; hooks, 2019); e os embates entre público e privado para alçar o tema das violências ao debate público (BIROLI e MIGUEL, 2014; hooks, 2019; SEGATO, 2012).

5. CORPOS SOB AMEAÇA

Durante um longo período, o patriarcado, a desigualdade de gênero e a opressão sexista impediram as mulheres de exercer controle sobre seus corpos, tanto em relação aos direitos reprodutivos quanto à sua liberdade de agência nas mais variadas esferas.

Sendo assim, uma pesquisa *a partir dos corpos* também se pretende à recuperação de aspectos historicamente negados às corporalidades femininas e feminizadas. Ademais, a individualização do tema remete ao fato de que, na espiral da violência, as mulheres podem acabar sendo afastadas de suas redes de apoio – como familiares, amigos e vizinhos que, potencialmente, poderiam auxiliar em situações de risco. Somando-se a isso, ainda existem entraves para o pleno acesso às condições de Justiça, preconizadas a partir das legislações e de canais específicos de enfrentamento à violência contra a mulher.

Considerar o sujeito “mulher” na equação da violência não consiste em estabelecer uma figura homogênea da “vítima”, mas, sim, conceber as possibilidades de defesa, seja a partir de um *corpo isolado* ou da *congregação com outros corpos* (GAGO, 2020; hooks, 2019). Dessa forma, torna-se fundamental estabelecer premissas para compreender as corporalidades femininas e feminizadas, rompendo categorias generalizantes para abarcar experiências múltiplas e dinâmicas relacionadas à violência de gênero.

Primeiramente, é importante situar como integrantes do gênero feminino todas aquelas que assim se identificam, incluindo-se mulheres cis, trans e travestis (GAGO, 2020). Além disso, cabe destacar que a violência de gênero remonta a períodos históricos imemoriais, mas nem sempre alcançou visibilidade na esfera pública. Pelo contrário e, especialmente, em se tratando da violência doméstica, o problema foi, durante muito tempo, considerado de natureza privada e familiar.

Hoje, mesmo com os avanços em termos de legislação, políticas públicas e conquistas dos movimentos sociais, os índices de violência e feminicídio são alarmantes. Somam-se a isso as novas formas de violência em contextos digitais, que reproduzem essas dinâmicas e expõem relações de poder inerentes às

sociedades. Desse modo, torna-se fundamental compreender as dinâmicas de poder exercidas sobre os corpos e delimitadas – dentre outros fatores – pelo gênero, para, assim, aprofundar a análise sobre as violências e conjecturar suas possibilidades coletivas de superação.

5.1 Do poder *sobre* os corpos ao poder *dos* corpos

Em sua obra “Reagregando o social”, Latour (2012) propõe a desconstrução de conceitos hegemônicos como “natureza” e “cultura”, que, muitas vezes, aparecem de forma determinista e inquestionável nas pesquisas científicas. Para o autor, cultura ou natureza não são dadas, e, sim, construídas. Dessa forma, pesquisadores e pesquisadoras devem preservar a abertura ao campo, rastreando associações para alcançar resultados científicos – sempre situados e impermanentes. Mesmo as ciências demandam uma explicação social dinâmica e associativa, constituindo-se por meio de “redes” – daí o nome da sua teoria, “ator-rede”.

Outro ponto fundamental no pensamento latouriano diz respeito à noção de “ator” e “agência”, sendo *ator todo aquele que age* e provoca transformações na rede, abrangendo agenciamentos humanos e não humanos. Ao expandir a compreensão das agências para incorporar não humanos, como dispositivos tecnológicos e elementos da natureza, Latour (2012) provocou uma mudança significativa nas Ciências Sociais.

No mesmo sentido, a obra “O corpo múltiplo”, de Mol (2002), apresenta as inter-relações entre pacientes, profissionais da Saúde e equipamentos em um hospital, demonstrando como esses diferentes componentes *atuam* entrelaçados às corporalidades e produzem múltiplas realidades. Mol (2002) dá continuidade e tensiona premissas adotadas por Latour (2012), expandindo a noção de *associações* para também abranger os fenômenos de colaboração, adição, tensão e inclusão imanentes às relações entre humanos e não humanos.

Ao investigar as corporalidades situadas em meio às relações de poder, diversas perspectivas contribuíram para a compreensão das facetas do corpo e suas consequências políticas.

Para Segato (2012), há uma lógica generalizante dos corpos a serviço do sistema capitalista desde a sua instituição, que representa um legado da

colonial/modernidade. Mesmo que a colonização seja uma herança inglória, a colonialidade persiste, manifestando-se no mundo contemporâneo com desigualdades, preconceitos e processos sistemáticos de precarização da vida.

Relacionando essa premissa ao tema de pesquisa deste trabalho, observamos que Segato (2012) discorre que, a partir da “[...] emergência da grade universal moderna, da qual emana o Estado, a política, os direitos e a ciência, tanto a esfera doméstica como a mulher que a habita transformam-se em meros restos, na margem dos assuntos considerados de relevância universal e perspectiva neutra” (SEGATO, 2012, p. 121).

Nesse sentido, um dos principais expoentes da visão totalizante da realidade é um ideal de *sujeito universal* e representativo de cidadania. No entanto, esse sujeito dito *neutro* apresenta características bem definidas – branco, masculino, heterossexual –, deixando em segundo plano existências que não se encaixam nessas categorias. Assim, pessoas não brancas, indígenas e mulheres, entre outras, podem ter suas questões relegadas a um segundo plano, ou *resto*, conforme pontuado pela autora.

A reflexão de Segato (2012) importa, pois a (in)visibilidade de sujeitos e demandas sociais reflete diretamente em sua capacidade política de comunicar suas demandas e transformar suas realidades. No entanto, equiparar-se a um ideal *neutro* suprime a diversidade humana, uma vez que

Só adquirem politicidade e são dotados/as de capacidade política, no mundo da modernidade, os sujeitos – individuais e coletivos – e questões que possam, de alguma forma, processar-se, reconverter-se, transpor-se ou reformular-se de forma que possam se apresentar ou ser enunciados em termos universais, no espaço “neutro” do sujeito republicano, onde supostamente fala o sujeito cidadão universal. Tudo o que sobra nesse processo, o que não pode converter-se ou equiparar-se dentro dessa grade equalizadora, é resto (SEGATO, 2012, p. 122-123).

Entende-se que todo olhar possui características específicas, mesmo aquele que se pretende universal. Ao adotar uma grade totalizante de cidadania, pode-se restringir o pensamento a uma dimensão muito estreita, invisibilizando quem não se encaixa ou não se identifica com o padrão dominante. Em outras palavras, o problema do sujeito universal moderno é que qualquer indivíduo que destoe do padrão masculino, heterossexual e branco deverá ser igualado a ele para ter sua existência reconhecida.

As noções de universalidade criadas e reiteradas por meio das práticas sociais são uma tentativa de exercer poder *sobre* os corpos. Sendo assim, a matriz descolonial de Segato (2012) propõe justamente desnaturalizar o sujeito universal para situá-lo enquanto parcial e específico. Como o olhar masculino e perspectivado foi considerado, durante muito tempo, neutro, hegemônico e uma tradução da *natureza humana*, Flávia Biroli e Luís Felipe Miguel (2014) destacam como os pontos de vista das mulheres contribuem para questionar a universalidade e formular novas compreensões sobre o tecido social.

A universalidade é colocada em xeque, sobretudo como base para a definição dos direitos dos indivíduos. As visões que se consolidam a partir da posição parcial das mulheres tornam patente o fato de que as posições hegemônicas são também perspectivas e posicionadas, mas foram, a partir da experiência masculina (e não de qualquer homem, mas dos homens brancos e proprietários), amplamente traduzidas como “humanas” e “cidadãs”. Aparecem, assim, desprovidas de marcas de gênero, de classe, de pertencimento num sentido mais amplo (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 13-14).

Mesmo ao reconhecer o caráter parcial do sujeito universal, é importante ter em mente sua formação histórica e colonial, como pontuado por Segato (2012). Apesar das críticas e reflexões em torno da universalidade, empreendidas por diferentes vertentes das Ciências Humanas, dentre elas os estudos feministas e decoloniais, o *cidadão universal* ainda pode ser identificado em espaços com amplo impacto na vida social, como âmbitos acadêmicos, jurídicos e políticos.

Mas, se não um sujeito universal, quem são os sujeitos desta pesquisa? Gago (2020) evoca um posicionamento *situado* do feminismo a partir dos corpos femininos e feminizados, contemplando mulheres cis, trans, lésbicas e travestis. Somando-se à visão de hooks (2019), ao discorrer sobre a interconexão de opressões, Gago (2020) considera que todas as violências estão interligadas e, portanto, é impossível tratar da violência de gênero desconsiderando outras configurações que impactam diferentes corpos.

Em oposição a uma visão universalizante do grupo *mulheres*, Gago (2020) propõe a noção de *corpo-território*, ao reconhecer a indeterminação e a potência de transformação presentes *nos corpos*, vinculados a um *corpo coletivo*. Nessa abordagem, não há escassez: todas são dotadas de corpo e território, não em um sentido de posse individualizada, mas, sim, de *fazer parte* de um todo.

Assim, Gago (2020, p. 108) define esse corpo enquanto campo de batalha que, ao mesmo tempo, precisa se defender e tecer alianças produtivas com outros corpos. O *corpo-território* contribui para desenvolver uma *cartografia política do conflito*, rompendo a compreensão liberal do corpo para enxergá-lo em contextos de colaboração e resistência.

A conjugação das palavras *corpo-território* fala por si mesma: diz que é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem. Corpo e território compactados como uma única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e especifica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo *enquanto* território (GAGO, 2020, p. 107).

Para Gago (2020), a existência corporal se dá, essencialmente, na relação com outros corpos e é permeada por dimensões não humanas.

O corpo se revela, assim, composição de afetos, recursos e possibilidades que não são “individuais”, mas se singularizam, porque passam pelo corpo de cada um na medida em que cada corpo nunca é só “um”, mas o é sempre com outros, e com outras forças também não humanas (GAGO, 2020, p. 107).

O *corpo-território* reconhece a sabedoria inerente aos corpos que integra agências, memórias, emoções e sensações. Ao passo que pontua o potencial da agência corporificada, essa formulação também considera a indeterminação desses mesmos corpos, sua energia de transformação, seu alcance individual e coletivo ainda desconhecido.

Entendido como corpo-território, o corpo é uma imagem-conceito surgida a partir das lutas. Por isso, consegue pôr em relevo saberes do corpo (sobre cuidado, autodefesa, ecologia e riqueza) e, ao mesmo tempo, desenvolver a indeterminação de sua capacidade – isto é, *a necessidade da aliança como potência específica e incontornável* (GAGO, 2020, p. 109-110).

Enquanto concepção desenvolvida a partir das lutas sociais, o corpo-território se estabelece de forma dinâmica, relacional e repleta de sentidos. Demonstra, também, como forças opostas podem coexistir sem necessariamente se excluírem – como no desenvolvimento *defensivo* e *inventivo*.

Trata-se de um desenvolvimento *defensivo* que se plasma nos nomes das coordenações e iniciativas de luta (em defesa da terra, da água, da vida etc.) e que é ao mesmo tempo *inventivo*, pois dá lugar a novos modos de organização, de sociabilidade, a novas táticas de intercâmbio, à criação de territórios existenciais, de pontos de vista. São práticas que defendem e inventam, conservam e criam, resguardam e atualizam e, nesse movimento, produzem valor em um sentido amplo (GAGO, 2020, p. 109-110).

As formulações de Gago (2020) contribuem para definir *quem é esse corpo feminino e feminizado*, a partir de algumas premissas: é situado geográfica e epistemologicamente; não corresponde ao ideal de sujeito único, porquanto é dotado de recursos particulares; não é uma manifestação da violência, apenas sofre a violência com vistas a combatê-la; é, ao mesmo tempo, corpo e território existencial; sua indeterminação possibilita formar alianças com outros corpos.

A partir desta discussão, pode-se inferir que todo posicionamento é situado. Contudo, o olhar branco e masculino foi considerado, durante um longo período, neutro e universal, reverberando nas instituições formais até os dias atuais. Sendo assim, considerar esse olhar universalizante dotado de visão de classe, intenções e vivências individuais demanda a formulação de novas abordagens. Um posicionamento situado e feminista almeja a consciência do lugar que ocupa com relação ao contexto estudado, visando combater assimetrias de poder e desigualdades.

Enfim, para realizar uma pesquisa *situada* nos corpos femininos e feminizados e em sua inter-relação com o mundo, torna-se fundamental aprofundar o campo de discussão que aborda o poder *sobre* os corpos, mas também examinar o poder presente *nos* corpos.

A respeito do poder *sobre* os corpos, Butler (2005) problematiza como a noção de sexo envolve construções materiais e discursivas que definem o pertencimento de alguns corpos e a exclusão de outros. Essa cisão ocorre de acordo com normas sociais criadas e reiteradas por meio de performances de gênero. Desse modo, para pensar o gênero como algo *construído*, é preciso repensar a própria noção de *construção*, para a qual a autora lança diversas questões:

[...] por que o construído é entendido como artificial e prescindível? O que deveríamos fazer com as construções sem as quais não poderíamos pensar, viver ou dar algum sentido, aquelas que de algum modo fizeram-se necessárias? Certas construções do corpo são constitutivas no sentido de que não poderíamos operar sem elas, no sentido de que sem elas não haveria nenhum “eu” e nenhum “nós”. Conceber o corpo como algo construído exige reconceber o significado da própria construção (BUTLER, 2005, p. 14, em tradução nossa).

O pensamento de Butler (2015) converge com a problematização de Latour (2012) sobre a compreensão de *construção*. Para o autor, afirmar que determinado elemento é *construído* não significa considerar que ele seja irreal.

Pelo contrário, essa condição preconiza que toda construção está imbricada no universo social que a produziu, sendo, ao mesmo tempo, premissa e resultado de um determinado contexto.

Entretanto, Butler (2005) frisa que a *construção* talvez seja insuficiente para argumentar que não há um *sexo* anterior ao discurso, como ponto de partida para a construção cultural do gênero. Por isso, torna-se importante refletir sobre as performances que criam e reforçam normas sociais de gênero.

Para contribuir com esse debate, Mol (2002) evidencia a centralidade das *práticas* entre agentes humanos e não humanos – como os corpos, as máquinas e a interação entre sujeitos que ocupam posições distintas – para a formação de múltiplas realidades. Assim, a autora recusa a concepção de uma ontologia única observada sob diferentes perspectivas para defender que ontologias distintas são criadas momento a momento, permeadas pela agência cotidiana e pela dimensão sociomaterial das relações. Em sua concepção, os objetos são *atuados* para produzir diferentes realidades, geradoras de consequências éticas e políticas.

Os estudos de Mol (2002) defendem que as realidades criadas pelas *práticas* sociomateriais não ficam restritas aos âmbitos do pensamento e da emoção, mas também envolvem a dimensão carnal, os corpos produzidos e produtores desses agenciamentos. Mol (2002) argumenta que “ser é estar relacionado” e a realidade constitui-se enquanto campo de disputas, em constante negociação e transformação.

Enquanto Mol (2002) discorre sobre um poder produtor de realidades permeado pelas corporalidades, Butler (2005) reflete sobre as assimetrias de poder inerentes a diferentes corpos, indagando por que alguns importam mais do que outros. Para responder a essa questão, remete-se novamente aos padrões sociais e às diferentes manifestações do poder que estabelecem uma normatividade sobre comportamentos considerados “aceitáveis”. As corporalidades que se distanciam dessas normas sociais podem ter suas existências desconsideradas, ou consideradas descartáveis, o que Butler (2005) nomeou como uma condição dos *corpos abjetos*. Em outras palavras, os corpos que fogem às normas universalizantes não teriam sua humanidade e, em consequência, seus direitos plenamente reconhecidos.

Apesar de Butler (2005) deter-se, especialmente, sobre os corpos e performances de pessoas LGBTQIA+, é possível expandir a percepção dos

corpos invisibilizados para abarcar ampla variedade de intersecções produtoras de desigualdades e vulnerabilidades, tais como raça, classe e gênero.

Contudo, ao considerar as condições de invisibilidade de alguns corpos em comparação a outros, como transformar essa realidade? Em sua obra “Corpos em aliança e política das ruas”, Butler (2018) destaca a potência da formação de assembleias corporificadas que, mesmo em silêncio, denunciam condições precárias de vida e se manifestam em defesa de direitos. Essa perspectiva alinha-se à proposta de Gago (2020) para a emergência de um corpo-território inseparável da coletividade, visto que a formação de alianças exerce uma provocação à lógica neoliberal, pautada pelo individualismo e a concorrência.

Além disso, o poder presente *nos* corpos se evidencia a partir da mobilização feminista em defesa dos direitos das mulheres e voltada ao enfrentamento das violências, aprofundada na Parte II deste trabalho, “Corpo-vida”. Por ora, exemplifico que o lema “O privado é político”, enunciado a partir da segunda onda feminista, lançou luz sobre as assimetrias e desigualdades presentes nos âmbitos doméstico e familiar, levando a uma postura política que ultrapassa a dicotomia entre público e privado.

Ao mesmo tempo, as feministas da segunda onda perceberam como a categoria “mulher” era insuficiente para abarcar as demandas e experiências de sujeitos muito diferentes entre si. Sendo assim, Biroli e Miguel (2014) ressaltam a importância da luta pelo *direito aos corpos* para reconhecer as particularidades presentes em grupos heterogêneos de *mulheres*.

Sobretudo no feminismo dos anos 1960 e 1970, o afeto, a sexualidade e o corpo foram politizados por meio de manifestações e de testemunhos que permitiriam levar a público as perspectivas das mulheres [...]. Nesse período, a noção de direito ao corpo foi fundamental em diferentes partes do mundo para o ativismo contra a violência doméstica e o estupro, assim como para a luta pelo complexo de direitos relacionados à reprodução, como o direito ao aborto. Essa atuação política fortaleceu a compreensão de que cabe às teóricas feministas construir categorias de análise que levem em consideração as experiências vividas pelas mulheres (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 41-42).

Entretanto, apesar dos avanços alcançados por movimentos sociais como o feminismo, existem desafios contemporâneos que não podem ser ignorados. A precarização da vida em ritmo acelerado e escala global, a ascensão de discursos reacionários e a prevalência dos preconceitos demonstram como não é possível pensar individualmente, pois as soluções para os problemas do nosso tempo

somente podem ser empreendidas de forma coletiva. No mesmo sentido, não há mais espaço para generalizações universalizantes dos sujeitos que produzem, igualmente, invisibilidades e apagamentos. Desse modo, Butler (2018) explicita que, quando em alianças, diferentes corpos descobrem e expressam condições de vida compartilhadas, tais como a pobreza, a discriminação e as violências, fortalecendo-se para realizar denúncias e reivindicar direitos.

A partir da premissa de que existe um poder interior e coletivo inerente aos corpos, entende-se a possibilidade de romper os poderes exercidos *sobre* os corpos, por meio das próprias fissuras no tecido social. Em outras palavras, se existe o problema da violência, as mesmas corporalidades suscetíveis a sofrê-la podem reunir esforços para orquestrar práticas de enfrentamento.

5.2 Poder, performances e alteridade de gênero

Para problematizar a violência de gênero, é necessário introduzir a discussão sobre gênero, considerando os impactos do patriarcado sobre todas as manifestações e vivências femininas e feminizadas. Ainda mais importante é pautar a misoginia, o horror direcionado às mulheres que culmina em processos de desumanização, violência e, em última instância, na própria morte. A título de exemplo, os feminicídios perpetrados por ex-companheiros demonstram que, sob uma perspectiva misógina, é inaceitável que as mulheres exerçam poder e autonomia sobre os próprios corpos, que vivam suas vidas com liberdade.

A esse respeito, talvez o principal ponto de convergência entre os corpos e as formas de violência esteja nas normas sociais que inscrevem determinadas características e comportamentos *ideais*, neste estudo representados pelas inscrições do *gênero*, construção sociocultural que estabelece regramentos sobre os corpos que se identificam como *femininos*.

Para Lourdes Maria Bandeira (2014), as concepções de gênero constituem elementos fundamentais para compreender as relações de poder entre homens e mulheres, e a conseqüente conflituosidade estabelecida entre eles. Nesse sentido, “[...] as distintas matrizes teóricas sobre gênero permitem a ressignificação das relações de poder, o que é o objetivo prioritário do feminismo” (BANDEIRA, 2014, p. 455). Butler (2005) corrobora essa discussão ao afirmar

que os padrões de gênero representam construções imprescindíveis para a existência corporal.

E se certas construções parecem constitutivas, quer dizer, se têm esse caráter de ser aquilo “sem o qual” não poderíamos sequer pensar, podemos sugerir que os corpos só surgem, só perduram, só vivem dentro das limitações produtivas de certos esquemas reguladores em alto grau generalizados (BUTLER, 2005, p. 14, em tradução nossa).

De acordo com Ana Carolina Escosteguy (2020), os meios de comunicação desempenham importante papel na representação de identidades de gênero e consequente formulação de quem seriam as *mulheres*. Para a autora, “[...] a mídia participa, de modo ativo, da construção do que significa ser mulher, entre outros modos de ser, num contexto histórico específico, produzindo até mesmo sentidos contraditórios” (ESCOSTEGUY, 2020, p. 117).

A partir do conceito de “performatividade”, Butler (2018) analisa como ações linguísticas têm efeitos significativos nas existências dos sujeitos, como nas atribuições de gênero. As sentenças “é um menino” ou “é uma menina”, proferidas quando um bebê nasce, são dotadas de poder, conferem atribuições formais de sexo e gênero que impactam existências individuais.

Para a autora, as normas de gênero também “[...] nos ‘produzem’, mas não no sentido de nos trazer à existência ou de determinar estritamente quem somos” (BUTLER, 2018, p. 36-37). Pelo contrário, é possível questionar as normas de gênero estabelecidas e, sendo assim, sujeitos que vivem no limiar desses padrões e contestam definições prévias têm o potencial de operar pela sua transformação.

Outro ponto fundamental para relacionar “gênero” e “performance” reside no fato que “[...] o gênero é recebido, mas com certeza não é simplesmente inscrito em nosso corpo como se fôssemos meramente uma chapa passiva obrigada a carregar uma marca” (BUTLER, 2018, p. 38). Assim, para que as estruturas de gênero se mantenham, é necessário que os sujeitos atuem conforme sua designação. Em outras palavras, para Butler (2018) o gênero é uma ficção que se concretiza, ou se torna real, quando performada.

Dessa forma, Butler (2018) considera que os papéis de gênero são mais perceptíveis quando rejeitados. Afinal, apesar de existirem normas e modelos “ideais” de gênero, também existe a possibilidade de “errar o alvo” dessas categorias. Isso pode acontecer por meio da experimentação dos padrões de

gênero, mas também quando um sujeito se situa *entre* eles, não se entendendo como pertencente a um ou outro.

Em sinergia com o pensamento de Latour (2012), quando o autor problematiza conceitos hegemônicos como *natureza, cultura e sociedade*, defendendo que são culturalmente construídos, Butler (2018) afirma que o *gênero é performativo*, mesmo que se pretenda natural. Assim, pensar sobre gênero é também refletir sobre as estruturas de poder e suas consequências.

[...] dizer que o gênero é performativo é dizer que ele é um certo tipo de representação; o “aparecimento” do gênero é frequentemente confundido com um sinal de sua verdade interna ou inerente; o gênero é induzido por normas obrigatórias que exigem que nos tornemos um gênero ou outro (geralmente dentro de um enquadramento estritamente binário); a reprodução do gênero é, portanto, sempre uma negociação com o poder (BUTLER, 2018, p. 39-40).

Por fim, se a manutenção do gênero depende da sua performatividade, a subversão dos padrões dominantes contribui para a elaboração de novos estatutos e denominações mais amplas para viver a diversidade humana.

[...] não existe gênero sem essa reprodução das normas que no curso de suas repetidas representações corre o risco de desfazer ou refazer as normas de maneiras inesperadas, abrindo a possibilidade de reconstruir a realidade de gênero de acordo com novas orientações (BUTLER, 2018, p. 39-40).

Ao conceber as disposições de poder no contexto brasileiro, país marcado pela colonização, existem posições distintas acerca da relação entre colonialidade e gênero. Para María Lugones (2014), o próprio gênero consiste em uma invenção colonial, estabelecida juntamente com processos de desumanização dos sujeitos colonizados, resultando em um lócus fraturado para atuação de movimentos sociais como o feminismo. Segato (2012), por outro lado, considera que o mundo pré-colonial apresentava uma espécie de “patriarcado de baixa intensidade”, enquanto o mundo contemporâneo testemunha a exacerbação das diferenças nas posições de gênero, culminando nas diferentes formas de violência e feminicídio.

Em sua concepção descolonial, Segato (2012) propõe contemplar experiências diversas que podem, ou não, estar interconectadas. Para a autora, apesar dos registros sobre diferenças de gênero remontarem ao mundo pré-intrusão colonial, a colonialidade acentuou a hierarquização dos sujeitos e a centralidade da esfera pública, somadas a um discurso de igualdade de agências

e cidadania. Entretanto, uma noção generalizante de igualdade pode relegar “[...] a diferença a uma posição marginal, problemática – o problema do ‘outro’, ou a expulsão do outro à condição de ‘problema’” (SEGATO, 2012, p. 119). Em outras palavras, uma definição muito fechada de esfera pública pode ser excludente para aquelas que não conseguem alcançá-la, seja por entraves subjetivos, materiais ou simbólicos.

Segato (2012) considera que as relações de gênero estabelecidas pela ordem colonial correspondem à transição de um sistema de dualidades para outro de binarismos. Enquanto a dualidade implica a complementaridade das relações, o binarismo moderno responde a uma lógica de hierarquias e divisões predeterminadas e representadas, por exemplo, pelas noções de público e privado, homem e mulher, oprimido e opressor.

No mesmo sentido, Lia Zanotta Machado (2010) atenta para os problemas da tendência ocidental de estabelecer dicotomias fronteiriças, tais como “[...] cultura e natureza, espaço público e privado, dominação e subordinação, homem e mulher, sujeito (e não objeto) *versus* não sujeito (e somente objeto), algoz e vítima” (MACHADO, 2010, p. 93). A provocação da autora aciona questões pertinentes a esta pesquisa. Afinal, se a pesquisadora pertence ao mesmo contexto ocidental das dicotomias, como poderá escapar delas? Melhor ainda, como repensá-las, reposicioná-las, ou mesmo rompê-las?

Para Machado (2010), as posições dos sujeitos são múltiplas, dinâmicas e relacionais – mesmo entre aqueles pertencentes a um *caldo cultural* comum. A autora considera que a combinação entre a diversidade cultural, oriunda da Antropologia, e as especificidades de gênero, frutos do pensamento feminista, permitem a irrupção de uma “alteridade de gênero” nos estudos de Ciências Sociais:

Um dos efeitos da entrada do feminismo no campo das ciências sociais e históricas é o da exigência de pensar a diversidade interna a uma cultura resultante das posições diferentemente situadas dos seus agentes/sujeitos femininos e masculinos. A alteridade de gênero é entendida como sempre operando uma fratura nos modos de interpretar valores compartilhados. Mesmo que compartilhados, as perspectivas pelas quais são vividos e apreciados, se distinguem entre homens e mulheres (MACHADO, 2010, p. 109).

Ainda para Machado (1994), conferir historicidade e contexto às relações de gênero e dominação não significa suprimi-las ou relegá-las a um segundo

plano. Pelo contrário, a autora propõe que as dinâmicas não são estanques, mas se configuram na relação entre "um" e "outro", posições dinâmicas que se alteram e invertem a cada momento, de acordo com cada vivência. A proposta de uma "alteridade de gênero" considera essas relações incompletas e processuais, ao passo que os recortes socioculturais também se transformam ao longo do tempo.

Refletir sobre as diversidades existentes mesmo nos grupos femininos e feminizados contribui para transpor noções homogêneas e binárias sobre gênero e cultura. Desse modo, Butler (2018) analisa que os processos de precarização da vida e as normas de gênero determinam quem deve *aparecer* e ter acesso a direitos, da mesma forma que esboçam as características dos sujeitos mais suscetíveis à violência. Aproximando essa reflexão da realidade factual, pode-se citar que somente em 2022 o STJ estendeu a aplicação da Lei Maria da Penha aos casos de agressão contra mulheres transgênero, 16 anos após a sua promulgação.

Em suma, se as normas de gênero são forjadas e performadas a partir de dinâmicas de poder, os percursos *desviantes* identificados e exercidos pelos próprios sujeitos podem contribuir na constituição de novos olhares e lugares. Esses movimentos são importantes, principalmente, para conferir visibilidade e representatividade para diferentes mulheres, que habitam diferentes corpos e colecionam experiências de vida específicas.

Portanto, mesmo ao reconhecer a influência do gênero nas formas de violência e opressão, não se pretende fechar esse conceito em si mesmo, mas, sim, identificar as brechas por meio das quais as redes atuam com vistas à própria autonomia, como operam em meio a fatores estruturais que impactam suas realidades.

5.3 Violência de gênero, fenômeno múltiplo e interconectado

A partir da compreensão de Mol (2002) de que “ser é estar relacionado”, a violência de gênero *não é* algo em si, mas se *torna* a partir dos sentidos que lhe são atribuídos. Antes da definição das violências possibilitada pelos marcos legais, por exemplo, seria mais difícil enquadrar a especificidade desses crimes. Desse modo, embora as conquistas jurídicas e regulatórias sejam importantes, a aplicação prática da legislação ainda representa um desafio quando se

consideram as experiências muito distintas de diferentes mulheres. Assim como outrora os crimes de gênero não eram devidamente tipificados, ainda podem existir demandas recentes ou recorrentes que não estão atendidas pelos espaços formais de Justiça.

Ao considerar a complexidade do problema, Bandeira (2014) define a violência contra a mulher como um fenômeno multiforme e diretamente relacionado às dimensões de poder, em que o corpo e a mente de alguém são submetidos às vontades de outrem.

A violência contra a mulher constitui-se em fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológica, moral e física. Suas manifestações são maneiras de estabelecer uma relação de submissão ou de poder, implicando sempre em situações de medo, isolamento, dependência e intimidação para a mulher. É considerada como uma ação que envolve o uso da força real ou simbólica, por parte de alguém, com a finalidade de submeter o corpo e a mente à vontade e liberdade de outrem (BANDEIRA, 2014, p. 459).

Bandeira (2014) discorre que esse tipo de violência se fundamentou, originalmente, na seara interpessoal. A partir de reivindicações, especialmente por parte do movimento feminista, Tânia Mara Campos de Almeida (2007) apresenta diversas denominações semânticas para categorizar essa modalidade de crimes, tais como violência contra a mulher, violência doméstica, violência intrafamiliar, violência conjugal, violência familiar e violência de gênero. Bandeira (2014) complementa que essas violências podem assumir as mais variadas configurações, rompendo limites públicos e privados.

A centralidade das ações violentas incide sobre a mulher, quer sejam estas violências físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos (BANDEIRA, 2014, p. 451).

Ao adotar o termo “violência de gênero”, coloca-se a centralidade de ações violentas praticadas contra as mulheres em diferentes contextos familiares, sociais e históricos, originadas a partir de relações assimétricas de poder estabelecidas pelos padrões de gênero.

Não se trata de adotar uma perspectiva ou um olhar vitimizador em relação à mulher, o que já recebeu críticas importantes, mas destacar que a expressiva concentração deste tipo de violência ocorre historicamente sobre os corpos femininos e que as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam a vida rotineira das pessoas (BANDEIRA, 2014, p. 451).

Para Bandeira (2014), os esforços acadêmicos para explicar a “violência de gênero” sob uma perspectiva feminista nortearam-se, principalmente, a partir de

questionamentos sobre a hegemonia do poder masculino, as hierarquias de gênero que posicionam a mulher em condição subalterna, a construção social da violência a partir de papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, a invisibilização de contextos familiares e sociais violentos e, por fim, as assimetrias e normas sociais que regulam comportamentos como “femininos” ou “masculinos”. Desse modo, a autora destaca o papel desempenhado pelas próprias mulheres na desnaturalização de relações e sociabilidades violentas, que demarcam estruturas de poder e opressão e conformam diferentes aspectos da realidade.

Isto contribuiu para enfrentar a complexidade das práticas violentas com vistas a erradicá-las. Causam dor e sofrimentos físicos e emocionais, impedimentos a uma vida plena. Além disso, transcendem a realidade vivida ao impregnar o imaginário social e projetar um mundo violento, que passa a ser referência e cria a realidade (BANDEIRA, 2014, p. 466).

Importante pontuar que as violências transcendem limites públicos e privados, relações institucionais e interpessoais. Para Bandeira (2014),

[...] a percepção da existência da violência, fazendo-se presente senão em todas, pelo menos, na maioria das ações e relações privadas e sociais, extensivas às práticas de violência em certas instâncias estatais, destrói a esfera da interação humana, provoca agressões disseminadas pelo tecido social, tanto entre os agentes institucionais, quanto entre os indivíduos comuns (BANDEIRA, 2014, p. 466).

Considerando-se as posições sociais de poder, torna-se fundamental compreender que a violência de gênero também mobiliza outras formas de opressão. Para hooks (2019), "ser oprimido significa ausência de opções" (hooks, 2019, p. 32), e diferentes mulheres experienciam formas de opressão muito distintas, de acordo com suas possibilidades de agência e autodeterminação. A esse respeito, a autora apresenta como o problema da discriminação racial acentua condições de desigualdade entre as mulheres.

hooks (2019) provoca a considerar o problema da violência enquanto um fenômeno complexo, cuja responsabilidade não repousa meramente sobre os homens e a estrutura sexista. Pelo contrário, a autora preconiza a correlação entre a violência de gênero e outras formas de opressão presentes em nossa sociedade, como os fatores relativos à discriminação de raça e classe. Portanto, as ações de enfrentamento da violência contra os corpos femininos e feminizados devem estar articuladas à problematização, à desnaturalização e ao combate de todas as formas de violência.

Para ajudar a acabar com a violência contra mulher, as ativistas feministas optaram por criticar a ideologia da supremacia masculina, explicitando seus elos com essa violência. No entanto, os esforços para acabar com a violência masculina contra a mulher só serão bem-sucedidos se fizerem parte de uma luta maior para acabar com todas as formas de violência (hooks, 2019, p. 186).

No mesmo sentido, Biroli e Miguel (2014) destacam como as experiências de classe resultam em diferentes níveis de privação para os corpos femininos, o que importa para analisar as posições desiguais no espaço público. Enquanto mulheres de classe média, por exemplo, podem vivenciar questões psicológicas relativas à domesticidade e às desigualdades, mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica podem enfrentar consequências materiais desses processos, incidindo sobre suas realidades e possibilidades no âmbito doméstico.

Assim, "as formas de organização da esfera doméstica e seu sentido, assim como o acesso à privacidade variam não apenas de acordo com o gênero, mas com a posição de classe e o suporte material disponível" (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 38-39).

Tendo em vista as assimetrias em grupos heterogêneos de mulheres, hooks (2019) argumenta que os termos "exploração" e "discriminação" são mais adequados do que "opressão" para definir suas experiências sob a estrutura sexista, a fim de não suprimir conceitualmente suas possibilidades de escolha. A própria escassez de organização e enfrentamento às desigualdades de gênero pode justificar-se pelo fato de que o sistema capitalista e patriarcal restringe a agência em alguns âmbitos, ao passo que estimula possibilidades em outros.

Dessa forma, a linha tênue estabelecida entre liberdades e restrições pode "borrar" a compreensão das próprias mulheres sobre sua condição subalterna e até mesmo "[...] levá-las a imaginar que nenhuma mulher é oprimida" (hooks, 2019, p. 32). O acesso ao mercado de trabalho e o sucesso individual, por exemplo, podem mascarar a dimensão coletiva do problema.

Abordar a discriminação das mulheres representou uma virada conceitual importante no combate às desigualdades de gênero, ao considerar a fonte social das formas de discriminação e suas possibilidades de superação. Entretanto, hooks (2019) pontua que a noção de "opressão comum", muitas vezes defendida por feministas brancas, desconsidera assimetrias que permeiam diferentes experiências de vida, recaindo em uma dimensão individualizada e descompromissada com projetos de transformação coletiva.

Mesmo reunidas sob a estrutura do sexismo, fatores interseccionais podem garantir o protagonismo de algumas mulheres e o silenciamento de outras. Assim, torna-se insustentável considerar a figura da “mulher” como sujeito universal, havendo a necessidade de compreender a multiplicidade de agências, vivências e demandas prementes em cada grupo social.

Da mesma forma, Gago (2020) compreende as formas de violência de maneira interconectada e indissociável, englobando desde aspectos da agência pessoal até fatores estruturais e estatais. A autora defende que a violência não é meramente doméstica, ou íntima, mas, sim, toma o espaço público a partir do momento em que os corpos femininos e feminizados passam a questionar e desobedecer a autoridade masculina. Na violência feminicida,

[...] se tramam e expressam novas formas de exploração trabalhista com violências financeiras, e violências estatais e racistas com violências familiares. As violências machistas expressam uma impotência que responde ao desenvolvimento do desejo de autonomia (em contextos frágeis e críticos) dos corpos feminizados. Levar adiante esse desejo de autonomia se traduz imediatamente em práticas de desacato à autoridade masculina, o que é respondido por novas dinâmicas de violência que já não podem se caracterizar apenas como “íntimas” (GAGO, 2020, p. 31-32).

Na medida em que é fundamental reconhecer as múltiplas formas de desigualdade atuantes sobre diferentes mulheres, hooks (2019) compreende que a figura da “vítima” não dá conta da totalidade da existência e pode, inclusive, afastar mulheres das estratégias de enfrentamento à violência. Para a autora, as coletividades formam-se a partir de potencialidades e recursos, não de fragilidades.

Mulheres diariamente exploradas e oprimidas não podem deixar de acreditar em sua capacidade de exercer algum controle, mesmo que relativo, sobre suas vidas. Não podem olhar para si mesmas apenas como vítimas, porque sua sobrevivência depende do exercício contínuo de seus próprios poderes, quaisquer que sejam. Para elas, seria psicologicamente devastador se unir a outras mulheres por meio de um compartilhamento de vitimização. Elas se unem com base no somatório de suas forças e recursos (hooks, 2019, p. 81).

hooks (2019) enfatiza que a vitimização das mulheres está intimamente ligada à lógica de pensamento sexista, segundo a qual, meramente por integrar o sexo feminino, uma pessoa será considerada vítima. Mesmo ao reconhecer o peso e as consequências dessa organização social na vida das mulheres, a autora concebe, também, a potência de transformação que emerge em casos de desigualdades, assimetrias e desapropriações, afirmando que essa compreensão

deve nortear o enfrentamento de um problema persistente e atual como a violência.

No mesmo sentido, Gago (2020) realiza um deslocamento de debates "clássicos" sobre o assunto, focados nas taxas de feminicídios e violências praticadas contra os corpos das mulheres. À frente de movimentos como greves e ocupações de espaços públicos, a autora sugere o avanço com relação à condição de vítima, muitas vezes contida nessas narrativas, reconhecendo o horror dos dados estatísticos e, ao mesmo tempo, dando passos adiante, em direção ao enfrentamento e à transformação da realidade social.

Assim, Gago (2020) propõe rastrear as formas de violência que culminam no feminicídio, tecendo uma costura para conectar causas e consequências que, *a priori*, não estariam relacionadas. Esse olhar mais contextual e interconectado forma redes semelhantes a teias de aranha, revelando cenários surpreendentes. Ao retrazar a origem das diferentes violências praticadas contra os corpos femininos e feminizados, a autora pluraliza o debate e aproxima-se do rastreamento de *indícios* presente na teoria ator-rede latouriana e no estudo de caso de Braga (2008).

Conectar as violências implica extravasar os confins da “violência de gênero” para vinculá-la às múltiplas formas de violência que a tornam possível. Desse modo, saímos do lugar de puras vítimas – no qual desejam que permaneçamos – para inaugurar uma palavra política que não apenas denuncia a violência contra o corpo das mulheres, mas que também abre a discussão sobre outros corpos feminizados e, mais ainda, se desloca de uma única definição de violência (sempre doméstica e íntima, portanto confinada) para entendê-la em relação a um plano de violências econômicas, institucionais, laborais, coloniais etc. (GAGO, 2020, p. 73).

O exercício de conectar elementos aparentemente externos ao fenômeno da violência requer, também, uma recuperação histórica, em que os corpos-territórios são localizados no tempo e no espaço. No contexto brasileiro, cabe ressaltar as mazelas da escravidão e do racismo, a prevalência da colonialidade até os dias contemporâneos, a influência da moral católica na formação das famílias, dentre outros fatores estruturais constituintes da ordem vigente.

Sobre a persistência da violência de gênero e sua máxima expressão com as guerras, certas linhas teóricas feministas conjecturam que as mulheres se opõem intrinsecamente a esses conflitos, dada a sua natureza de “cuidado e nutrição da vida”.

No entanto, hooks (2019) considera essas posturas problemáticas, justamente por se apoiarem em uma ideia de “essência feminina”, ou seja, na mesma premissa que permitiu a instauração e a manutenção do sexismo e das desigualdades de gênero. A autora reforça que tanto homens quanto mulheres se desenvolvem em um contexto de poder manifesto pela dominação e, sendo assim, atribuir um posicionamento naturalmente *nutridor* às mulheres pode acabar reafirmando um determinismo biológico próprio do sexismo. Além do mais, essa abordagem desconsidera a complexidade de diferentes mulheres, dotadas de pensamentos e posicionamentos políticos particulares.

Nesse sentido, embora reconheça o volume da violência masculina contra as mulheres, hooks (2019) argumenta que as expressões violentas ocorrem a partir das relações de poder. Para a autora, em uma estrutura capitalista, sexista e supremacista branca, as experiências humanas são fortemente marcadas por pessoas que exercem poder e pessoas desprovidas de poder em contextos específicos, em que o “pátrio poder” presente nas relações domésticas contribuiu para a legitimação da violência masculina. Por outro lado, também não ignora as posições das próprias mulheres no exercício do poder, bem como sua capacidade de praticar atos de violência física ou verbal contra crianças, por exemplo.

Sendo assim, hooks (2019) pondera sobre a urgência de transformação da própria concepção de poder, para não mais representar relações de hierarquia e autoridade. Em outras palavras, homens e mulheres precisam trabalhar para desnaturalizar o poder baseado no uso da força.

Ainda a respeito das relações de poder contemporâneas, Gago (2020, p. 79) sustenta a existência de uma conflituosidade contra os corpos das mulheres, como uma “[...] guerra contra os personagens femininos e feminizados que fazem do saber do corpo um poder”. Assumir uma postura perante as posições assimétricas de gênero revela a existência de forças estruturais, atuantes na valoração de diferentes corporeidades.

Estar em guerra é um modo de assumir a existência de um diagrama de forças. Significa encontrar outro modo de viver em nossos corpos. Implica visibilizar um conjunto de violências que fazem desses corpos "terminais" um diferencial nessa trama. Estar em guerra é liberar forças contidas. É deixar de silenciar sobre as violências (GAGO, 2020, p. 100).

Em outras palavras, o conflito provoca a exposição das violências, rompendo o silenciamento sobre sua ocorrência enquanto fenômeno social. Ao

mesmo tempo, o reconhecimento dos recursos e possibilidades presentes nos corpos das mulheres também pode colocá-las sob o risco de violências.

Assim, compreende-se a violência de gênero como uma guerra, e não como patologia individual. Afinal, enquanto a patologia confere uma ideia de *desvio*, a guerra demonstra o quanto esse fenômeno é um produto da sociedade patriarcal, resultante de um constante embate de forças dinâmicas, desiguais e relacionais. Nas palavras de Gago (2020), o indivíduo violento “*no está enfermo, es un hijo sano del patriarcado*”, que pode ser traduzida como “não está doente, é um filho sadio do patriarcado”.

Desse modo, a violência de gênero pode ser justificada somente em parte pela ordem patriarcal, que define a dominação de homens sobre mulheres. hooks (2019, p. 178) analisa como as diferentes formas de poder e opressão estão interconectadas e “[...] a violência física é causada pela naturalização disseminada em nossa cultura das regras hierárquicas e da autoridade coercitiva, então todas as relações tendem a ser embasadas no poder e na dominação, e assim todas as formas de agressão física se conectam”. Desse modo, a configuração do patriarca provedor e protetor da família foi cooptada em benefício da ordem capitalista, enfraquecendo a noção individual de poder masculino. A violência masculina contra as mulheres emerge, assim, como tentativa de manter esse poder coercitivo, instrumentalizado por meio do controle e da dominação.

Apoiando-se na obra do filósofo John Hodge, hooks (2019) compreende que a socialização dos sujeitos conduz à aceitação da opressão de grupo, inicialmente, a partir da autoridade de homens e adultos no meio familiar ocidental. Mesmo assim, a figura masculina enfrenta uma existência contraditória. Ao passo que a cultura dominante lhe atribui posição de poder, sua experiência no mundo público é desprovida de autoridade e sujeita à ordem capitalista do trabalho. Em contrapartida e para a manutenção desses sistemas, instituiu-se histórica e socialmente que os homens exerceriam a posição hierárquica de controle e dominação no âmbito privado, sobre mulheres e crianças.

[...] Eles são educados pelos poderes dominantes a aceitar a desumanização e exploração a que estão submetidos no mundo público do trabalho, e ensinados a esperar que o mundo privado, o mundo do lar, das relações íntimas, restaure o seu senso de poder, que equiparam à noção de masculinidade. Eles aprendem que se tornaram aptos a dar as regras em sua casa, a controlar e dominar, que essa é a grande compensação por sua aceitação de uma ordem social e econômica de exploração. Ao aceitar e perpetuar a dominação dos homens sobre as

mulheres, a fim de evitar a rebelião no trabalho, os capitalistas, que ditam as regras, se certificam que a violência masculina será exercida em casa e não no trabalho (hooks, 2019, p. 180).

Dessa forma, hooks (2019) destaca um acontecimento histórico que abalou a dominação econômica no espaço doméstico: o ingresso das mulheres como força de trabalho. A partir desse momento, “a necessidade de dominar a mulher (socialmente construída pela ideologia da supremacia masculina), associada à agressão reprimida contra os empregadores que dão as regras torna o ambiente doméstico um centro de tensões explosivas que levam à violência” (hooks, 2019, p. 181). De acordo com a autora, soma-se a isso a impunidade dos crimes no âmbito privado, em comparação ao tratamento de crimes análogos cometidos no espaço público. Recentemente, com a crescente crise neoliberal do trabalho, o domínio econômico exercido pela figura masculina tornou-se ainda mais fragilizado e pode ser uma das razões, ao menos parcial, para a profusão contemporânea dos casos de violência de gênero.

Gago (2020, p. 89) argumenta no mesmo sentido, porém defendendo a ideia de uma “implosão do lar”, em que a figura masculina empreende uma guerra “interna” em função de sua impotência em outros âmbitos da sua vida. Essa implosão resulta do enfraquecimento do “pátrio poder”, desvelando contextos em que “a violência se volta para dentro, esburaca os corpos, destece as relações”.

A esse respeito, hooks (2019) reflete sobre os impactos da noção de masculinidade, aliada a outras formas de opressão presentes em nossa sociedade. Muitas vezes, os homens sentem-se oprimidos pelas condições que vivenciam, mas as normas sociais de gênero não permitem que expressem sua dor. Sendo assim, acabam por infligir esse sentimento reprimido a outrem – frequentemente, suas companheiras ou esposas – a partir de atos violentos. Já as mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social sobreposta à questão de gênero, acabam sofrendo, cotidianamente, diversas formas de dominação.

Para existências fragilizadas, a violência sofrida no âmbito familiar representa somente um problema entre tantos outros, com a diferença de que, nesse caso, recebem em troca o benefício do “cuidado”. Essa lógica pode acabar fazendo com que os sujeitos confundam violência com amor; os homens, porque estão exercendo seu poder de “direito”; as mulheres, por receberem uma versão

deturpada de “cuidado”, diferentemente de outros espectros de dominação que só lhes retiram direitos, acessos e agências.

A menos que as mulheres e os homens deixem de equiparar violência com amor, passando a compreender que desacordos e conflitos no âmbito das relações íntimas podem ser resolvidos sem uso da violência e rejeitando a ideia de que os homens deveriam dominar as mulheres, a violência masculina contra a mulher irá continuar, assim como as outras formas de agressão nas relações íntimas (hooks, 2019, p. 186).

Desse modo, Bandeira (2014) pontua que, apesar dos esforços para trazer a público a questão da violência de gênero, existem fatores históricos imanentes às próprias organizações familiares e relativos à esfera privada. Para a autora, a máxima “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” ainda não foi totalmente superada, e, nesse sentido, “se a luta do movimento feminista foi tornar pública a violência sofrida pelas mulheres, no sentido de reconhecê-la como problema que envolve a sociedade em geral, o poder familiar ainda a silencia” (BANDEIRA, 2014, p. 457).

Diante dessa reflexão sobre o caráter múltiplo e interconectado da violência de gênero, torna-se premente conceber as esferas pública e privada enquanto campo de tensões e disputas. Vale ressaltar que, tradicionalmente, o espaço privado foi considerado relativo às mulheres, ao passo que lhes é negado o ingresso nas dimensões pública e política. Mesmo assim, a dominação masculina concretiza-se, justamente, nesse espaço “das mulheres”, restringindo-se possibilidade de autonomia feminina tanto em contextos públicos quanto privados. Ademais, a construção do âmbito doméstico como um espaço de jurisdição familiar pode levar ao ocultamento e mesmo à naturalização de episódios de violência, dificultando sua identificação e enfrentamento.

É frutífero tecer uma análise sobre público e privado que ultrapasse seus próprios limites históricos, tradicionais e territoriais, abrindo espaço para novas concepções de lugares que operam tanto no enfrentamento da violência de gênero quanto na promoção da vida para diferentes corpos femininos e feminizados, atravessados por trajetórias muito distintas entre si.

5.4 Público versus privado, um campo de disputas

Para Butler (2018), os espaços e as estruturas sociomateriais importam quando reivindicados como “públicos”. Contudo, os corpos reunidos em alianças

coletivas independem de uma localização específica, podendo, inclusive, fazer surgir novas localidades que criam condições para falar e agir *em público*. No caso desta pesquisa, as mobilizações coletivas operam na missão de enfrentar a violência e demandar condições de vida dignas. Mesmo sob condições de intensa exclusão e dificuldade, a existência de redes corpóreas permite a conquista de espaços e direitos, bem como a transformação do próprio contexto, apesar das intempéries que dificultam o florescimento das suas reivindicações.

Para Biroli e Miguel (2014), a visão habermasiana do espaço público enquanto esfera onde ocorre a discussão *entre iguais* desconsidera as estruturas e desigualdades de gênero produzidas e reproduzidas nesse espaço. A divisão tradicional entre público e privado pressupõe, ainda, que os assuntos privados não devem compor debates públicos, e essa visão representa um risco para determinados grupos sociais, como mulheres em situação de violência.

Nesse contexto, a crítica feminista tradicionalmente se posiciona de forma contrária a uma divisão categórica entre público e privado. De acordo com essa perspectiva, quando o *privado* é considerado um campo descolado do *interesse público*, pode acabar resguardando espaços de violência e até mesmo protegendo agressores. Biroli e Miguel (2014) defendem que politizar as relações privadas é fundamental para entender as estruturas de poder em que estão engendradas e construir uma sociedade democrática. Assim, “[...] a análise crítica das relações de poder nas esferas tradicionalmente entendidas como não públicas ou não políticas é necessária para se compreenderem as consequências políticas dos arranjos privados” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 33).

Somando-se a isso, Gago (2020, p. 128-129) propõe a transposição desses limites para a construção de espaços coletivos pautados por segurança e liberdade, em que “[...] se constroem outras arquiteturas, porque são casas abertas à rua, ao bairro, às redes comunitárias, e seus tetos e paredes oferecem refúgio e abrigo sem encerrar em clausura”. Essa provocação lança a possibilidade de atribuir novos sentidos ao público e ao privado, repensando suas dinâmicas organizativas. A proposição da autora se concretiza, por exemplo, na construção de casas de passagem para mulheres em situação de violência que reúnem, ao mesmo tempo, possibilidades de proteção e liberdade.

Nesse sentido, Biroli e Miguel (2014) pontuam que as reivindicações por “igualdade” não ocorrem em espaços neutros, porque as concepções de

universalidade e cidadania possuem marcas sociais bem definidas no âmbito ocidental. A própria vida pública do sujeito liberal requer a resolução das questões de natureza privada. No mesmo sentido, os autores ressaltam que as feministas do século XIX costumavam delegar tarefas domésticas às “criadas”, revelando origens históricas classistas do movimento, desconsiderando que as trabalhadoras também eram mulheres.

Ao conceber o trabalho invisível das mulheres no âmbito privado, Gago (2020) sugere que, se de fato existe a mão invisível do mercado proposta por Adam Smith, essa mão é feminina, representada por tarefas como limpar, cozinhar e cuidar dos filhos. Afinal, quando a mulher é substituída e o trabalho continua a ser feito, sua falta individual não será percebida. Por outro lado, se todas as mulheres decidirem parar, todos paramos.

Historicamente, o trabalho invisível desempenhado pelas mulheres na esfera doméstica foi um pré-requisito para que os homens pudessem ocupar os espaços públicos e decisórios. Ao mesmo tempo, essas atividades têm o potencial de construir e manter a infraestrutura popular nos bairros, também dotada de valor político. Para ampliar o debate sem se ater a definições prévias e potencialmente estereotipadas, Gago (2020) resgata o pensamento de Angela Davis (2016) sobre os múltiplos sentidos do trabalho “público” e “privado”.

A distinção de Davis entre uma economia baseada no lar, mas com capacidade de projetar protagonismo econômico fora do lar, e uma esfera doméstica reclusa, onde o trabalho não é reconhecido como tal, revela a produção política do lar como confinamento. E permite entender que o problema não é a existência do lar ou de economias domésticas, mas a divisão entre uma economia capitalista do benefício, que deve se desenvolver no âmbito do público (ou seja, o “mercado de trabalho”), em contraponto a uma economia privada e inferior da esfera doméstica (o reino do trabalho gratuito e não reconhecido) (GAGO, 2020, p. 41).

Davis (2016⁶, apud GAGO, 2020) suscita uma reflexão sobre as diferentes composições assumidas pelos espaços públicos e privados, a partir dos sentidos adotados *por* e *para* diferentes corpos femininos e feminizados. Desse modo, compreender o espaço doméstico consiste justamente em entender se ele representa uma clausura ou um espaço fértil para a formação de comunidades expandidas, além da família nuclear burguesa. Assim, a autora se detém, especialmente, nas experiências das mulheres negras, sublinhando que

⁶ DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

[...] nunca foram apenas donas de casa, porque, depois de serem despojadas de seu protagonismo econômico, foram as primeiras a serem forçadas a ingressar no mercado de trabalho, mesmo que nunca deixassem de ser tratadas como “estranhas visitantes” nas fábricas. A articulação entre patriarcado, capitalismo e colonialismo fica clara (GAGO, 2020, p. 42).

Somando-se à problematização sobre a dicotomia público-privado, Segato (2012) propõe desnaturalizar preconceitos e estruturas de desigualdade difundidas nesses espaços. Na perspectiva descolonial, argumenta que diversos elementos tidos como culturais são, na realidade, frutos do fenômeno da colonial/modernidade. Sendo assim, a autora não se apoia em uma concepção cristalizada e imutável de cultura, mas, sim, propõe a substituição desse conceito essencialmente antropológico pela noção de “pluralismo histórico”, abarcando os processos formativos das populações ao entender que “[...] um povo é um projeto de ser uma história” (SEGATO, 2012, p. 112).

Nesse sentido, exercer a “devolução da história” representa reconstituir o domínio sobre processos decisórios para grupos, muitas vezes, oprimidos e marginalizados. Considera-se, assim, que formas de opressão e preconceitos são passíveis de superação, a partir de processos de empoderamento de tecidos comunitários explorados, somados à sua participação em espaços de decisão.

Enquanto um possível instrumento de “devolução da história”, Vera Candau (2008) destaca que a educação desempenha papel central para gerar processos de “empoderamento”, especialmente em favor dos sujeitos que, historicamente, tiveram menores possibilidades de participação nas decisões e nos processos sociais. Desse modo, favorecer o empoderamento não significa conceder poder a alguém, mas, sim, proporcionar as condições necessárias para que os sujeitos descubram e acionem suas potencialidades, em prol de uma sociedade mais igualitária.

De acordo com Candau (2008, p. 54), ações de empoderamento visam “[...] liberar a possibilidade, o poder, a potência que cada pessoa tem para que ela possa ser sujeito de sua vida e ator social”. Ademais, a autora destaca a dimensão coletiva desse “empoderamento” com relação a grupos sociais minoritários, discriminados e marginalizados em um sentido de organização e participação social no espaço público.

De toda forma, as próprias esferas concebidas enquanto públicas e políticas devem ser passíveis de questionamento. Para Segato (2012), a ordem

moderna entende a esfera pública como o espaço onde ocorrem as discussões sobre o bem comum enquanto privatiza o âmbito doméstico, acabando por expropriar esta esfera de sua dimensão política. A partir dessa transformação, os “vínculos exclusivos entre as mulheres, que orientavam para a reciprocidade e a colaboração solidária, tanto nos rituais como nas tarefas produtivas e reprodutivas, veem-se dilacerados no processo do encapsulamento da domesticidade como ‘vida privada’” (SEGATO, 2012, p. 121). Ou seja, ocorre um enfraquecimento dos tecidos comunitários e da potencial formação de alianças, que poderiam atuar no combate às formas de violência.

Embora a teoria feminista apresente críticas consistentes acerca da dicotomia tradicional do público *versus* privado, Biroli e Miguel (2014) ressaltam que esse ainda representa um profícuo debate contemporâneo. Nas concepções sobre a Justiça, por exemplo, o âmbito doméstico e familiar pode ser considerado um espaço em que os princípios da legislação não se aplicariam, devido à sua natureza afetiva. Essa forma de organização resulta tanto em uma compreensão superficial das dinâmicas e relações domésticas quanto na incompreensão dos seus impactos nos espaços ditos “públicos”.

Assim, os autores assinalam a importância de considerar as esferas privadas ou não políticas que podem revelar posições de autoridade, dinâmicas de subordinação e até mesmo interferências nos processos de agência individual e coletiva.

Ao refletir sobre os impactos da dicotomia público-privado nas pautas feministas, Céli Pinto (2003) analisa como o tema da violência contra a mulher foi restringido ao âmbito privado durante um longo período em nosso país, sendo pautado pelo feminismo somente a partir da década de 1980. Somando-se ao posicionamento de Segato (2012), a autora também compreende que a naturalização da violência tem origem na colonialidade.

A questão da violência contra a mulher foi sempre tratada no Brasil como um tema tabu, restrito à esfera privada. A posição do homem como portador do direito de vida ou morte sobre aqueles sob o seu teto tem raízes na casa-grande escravocrata. A mulher naquela situação era frequentemente objeto de estupro. Ou era a mulher branca, que se submetia ao homem por ser este seu dever de esposa para reproduzir a prole, ou era a mulher negra, objeto de desejo do homem branco que se permitia com ela prazeres não permitidos na casa-grande (PINTO, 2003, p. 80).

Para Pinto (2003), em um contexto de intensa apropriação sobre os corpos femininos e feminizados, as atitudes de não submissão às regras e padrões de gênero vigentes poderiam ser utilizadas como justificativa para exercer a violência.

A não submissão dessas mulheres ao poder do homem justificava a violência. Somava-se a esse poder de mando a moral católica e sexista que reinava no país e que constituía as mulheres como sujeitos submissos e castos desde a mais tenra idade, estabelecendo esse como o único padrão aceitável de feminilidade (PINTO, 2003, p. 80).

No mesmo sentido, diversos fatores socioculturais justificam a permanência das mulheres no âmbito privado. Como resultado do insulamento na esfera doméstica, Segato (2012) pontua que as mulheres acabam se afastando progressivamente de questões que as afetam, tanto de forma coletiva quanto individual. Biroli e Miguel (2014) também argumentam que, ao entender os espaços público e privado como dimensões separadas, desconsidera-se a sua complementaridade no sentido de produção e restrição de oportunidades para os indivíduos que as ocupam. Dessa forma, os papéis tradicionais de gênero que orientam mulheres para a domesticidade também podem suprimir sua possibilidade de participação pública e política.

Somando-se a esse debate, Biroli e Miguel (2014) relacionam o trabalho à participação das mulheres no espaço público. Para os autores, a valorização do trabalho remunerado, em oposição à desvalorização do trabalho doméstico, pode revelar uma postura classista do movimento feminista. Isso porque mulheres que experienciam condições precárias de trabalho podem encontrar pertencimento, acolhida e valorização no âmbito familiar. Ao mesmo tempo, a construção de uma carreira profissional restringe-se, em grande medida, àquelas que tiveram acesso a determinadas condições de educação formal e ingresso privilegiado no mercado de trabalho. Assim, não se pode adotar uma única experiência como regra para caracterizar os âmbitos público e privado, especialmente ao se tratar de mulheres com trajetórias muito distintas.

Feita essa ponderação, a permanência das mulheres nos espaços domésticos foi, durante um longo período, realizada de acordo com as possibilidades oferecidas pelo seu contexto, e não por mera escolha individual. Essa condição evidencia-se, por exemplo, no primeiro Código Civil brasileiro, de 1916, segundo o qual mulheres necessitavam de autorização de seus maridos

para trabalhar. De acordo com o portal Nossa Causa (2022), somente em 1962, com a criação do Estatuto da Mulher Casada, essa exigência deixou de existir.

Além do mais, o trabalho doméstico, exercido majoritariamente pelas mulheres, não é considerado digno de remuneração em nosso país, ainda sendo compreendido como parte dos “deveres de afeto e cuidado”, histórica e culturalmente atribuídos à população feminina. Para ampliar esse debate, Biroli e Miguel (2014) destacam como uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas pode implicar diretamente as possibilidades de participação pública das mulheres.

A socialização de tarefas domésticas, como preparo dos alimentos, a ampliação da responsabilidade social pelo cuidado com as crianças e os idosos, poderia ampliar, simultaneamente, o acesso das mulheres, sobretudo das mulheres mais pobres, à esfera pública e à privacidade (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 40).

Ao mesmo tempo, os autores destacam que a interferência estatal no meio familiar pode converter-se em violência simbólica e redução de autonomia, especialmente nas parcelas mais vulnerabilizadas da população.

[...] políticas públicas que legitimam a intervenção direta na vida doméstica e familiar, ainda que em nome da proteção aos mais vulneráveis, podem corresponder a formas de violência simbólica e redução da autonomia justamente dos mais vulneráveis, como negros, minorias étnicas e mulheres (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 40).

Apesar dos múltiplos sentidos assumidos pelas esferas pública e privada, entende-se que a ruptura de alianças políticas e redes comunitárias entre mulheres pode ocasionar um problema de segurança, na medida em que elas se encontram isoladas e mais vulneráveis à violência masculina em um espaço *privatizado*.

A privatização e conseqüente despolitização do espaço doméstico resulta na sua desvinculação do mundo externo, ou público. O olhar comunitário, que poderia se debruçar e prestar apoio em contextos de risco e violência, não tem acesso ao âmbito familiar encerrado em uma dimensão nuclear. Assim, desfazem-se possíveis redes de apoio para mulheres em situação de vulnerabilidade. Segato (2012) atribui, inclusive, a impunidade nos crimes de violência contra a mulher e feminicídio à sua origem de natureza “privada”, localizada na esfera doméstica, vista de forma descolada das questões de interesse público.

Desse modo, Bandeira (2014) argumenta que *tornar públicas as tensões privadas* representou uma ruptura na compreensão dos conflitos interpessoais, na

medida em que, teoricamente, essa publicização romperia com a intimidade das relações familiares. Nas palavras da autora,

[...] percebe-se que os conflitos interpessoais e as violências deles decorrentes são considerados pertencentes à singularidade das pessoas. Logo, para grande parte dos agentes públicos, a denúncia dessas violências aparece como ato imprudente, por quebrar o imperativo moral que mantém separadas as esferas “público e privado” (BANDEIRA, 2014, p. 467).

Ao mesmo tempo, a privatização das relações corresponde a investidas sexistas para ocultar as assimetrias de poder presentes nos contextos domésticos, bem como os episódios de violência resultantes desses arranjos desiguais.

Há um movimento sexista de privatização deste tipo de violência, o qual orienta pensamentos como: “ninguém deveria tomar conhecimento da violência praticada na intimidade da vida das pessoas”, ou seja, nas entranhas da sociedade, no interior das famílias, a menos que sejam violências inequivocamente criminalizadas há muito tempo, tal qual o assassinato (BANDEIRA, 2014, p. 467).

Entretanto, a transposição das barreiras entre os espaços público e privado para abarcar seus entrelaçamentos e incoerências pode levantar debates acerca da privacidade dos sujeitos. Muito embora as abordagens liberais relacionem privacidade à falta de intervenção do Estado, a perspectiva feminista defende que “[...] ausência de Estado não significa garantia à privacidade” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 39-40).

De acordo com Biroli e Miguel (2014), a possibilidade de obter o direito à privacidade no âmbito doméstico está intimamente ligada às posições de poder exercidas pelos indivíduos, dentro e fora desses espaços. Essa questão pode ser pensada transversalmente com relação a classe, raça e gênero. Assim, homens brancos de classe média poderão ter espaços de privacidade doméstica e profissional muito mais amplos do que mulheres negras em posições socialmente mais vulneráveis. Os autores problematizam como a interferência do Estado, fundamental para a criminalização da violência e do abuso de autoridade nos arranjos privados, também pode acabar minando a autonomia dos sujeitos nesses espaços.

Existem fatores interseccionais que podem garantir privacidade e liberdade mais amplas a alguns em detrimento de outros, de acordo com posições diferenciadas de poder nas sociedades. Sobre essa questão, Biroli e Miguel

(2014) consideram que as estruturas de desigualdade devem ser confrontadas, na medida em que a garantia à autodeterminação deve ser defendida e preservada.

O valor da privacidade carcerária, aqui, de um de seus aspectos mais relevantes, que é a autonomia dos indivíduos na definição do que deve ou não ser tornado público sobre si e sobre suas relações; o controle público compulsório é problemático, mas o silêncio compulsório devido a estigmas e ameaças de violência também é (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 45).

Essa mudança de perspectiva em prol da autonomia pode significar, por exemplo, a livre expressão da sexualidade e o respeito às relações homoafetivas, mesmo em sociedades fortemente ligadas à matriz familiar heterossexual. Nesse sentido, Biroli e Miguel (2014) preconizam a autonomia enquanto recurso fundante para a consolidação das democracias.

Entretanto, cultivar esferas públicas e privadas mais democráticas exige o combate às formas de violência e dominação historicamente associadas a esses espaços. Os autores reforçam que “a garantia da privacidade depende da crítica à dualidade convencional entre o público e o privado e às desigualdades de gênero a que essa dualidade tem, tradicionalmente, correspondido” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 46).

Ao tensionar a separação entre público e privado, evidencia-se que não se trata de espaços ou tempos separados, mas, sim, de um complexo de relações de poder dinâmicas e processuais. Dessa forma, torna-se possível refletir sobre as assimetrias e os problemas sociais que emergem dessa divisão, como a violência de gênero, além das interferências simultâneas exercidas por um âmbito sobre o outro. Biroli e Miguel (2014) ressaltam a importância do feminismo para a problematização das relações privadas na construção de uma sociedade democrática.

O feminismo mostra, assim, que é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática. Faz sentido, assim, abandonar a visão de que esfera privada e esfera pública correspondem a “lugares” e “tempos” distintos na vida dos indivíduos passando a discuti-las como um complexo diferenciado de relações, de práticas e de direitos – incluídos os direitos à publicidade e à privacidade – permanentemente imbricados, uma vez que os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma das esferas serão sentidos na outra (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 33).

Em suma, não se propõe o abandono das categorias público e privado enquanto lentes analíticas das violências, mas, sim, pretende-se percebê-las de forma permanentemente imbricada, produzida e reproduzida a partir de processos sociais. Em outras palavras, deve-se desnaturalizar a relação tradicionalmente atribuída por essas categorias aos papéis de gênero, visando compreender e problematizar as dinâmicas de desigualdade persistentes nesses espaços. Assim, mesmo que o problema da violência de gênero persista no âmbito doméstico, deve ser encarado e conduzido como assunto de interesse público.

PARTE II - CORPO-VIDA

Em nossa sociedade, não se encontra outro movimento por justiça social tão autocrítico quanto o movimento feminista. Essa disposição para mudar de direção sempre que necessário tem sido a principal fonte de vitalidade e força para a luta feminista. Essa crítica interna é essencial para qualquer política de transformação. Assim como nossas vidas não são estáticas, estão sempre mudando, nossa teoria tem de permanecer fluida, aberta, permeável ao novo.

bell hooks

A partir da premissa de que não basta combater a violência, mas também é necessário promover condições dignas de vida, a segunda parte deste trabalho apresenta as convergências entre o feminismo e o tema de pesquisa, como a tematização da violência, a institucionalização desse movimento social e a produção científica aliada à militância. Destacam-se, principalmente, as formulações feministas de interseccionalidade e solidariedade política, tanto no enfrentamento das desigualdades quanto na construção de iniciativas de emancipação social.

Nesse contexto, é fundamental compreender como o movimento concebe e combate à violência de gênero, uma vez que as feministas brasileiras protagonizaram diversos avanços em termos de legislação e organizações de conscientização e apoio às vítimas de violência. Assim, investigar teorias e práticas do feminismo propõe reflexões sobre o seu próprio desenvolvimento, buscando analisar o quanto esse constitui um campo fértil para expressão e representação de diferentes mulheres e, especialmente, daquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Esta parte da dissertação abrange a teoria e a práxis feministas (CARNEIRO, 2003; GAGO, 2020; LUGONES, 2014; hooks, 2019; PINTO, 2003); o papel desempenhado pelo feminismo no combate às violências de gênero (ALMEIDA, 2014; BANDEIRA, 2014; PINTO, 2003); e a relevância de formulações como a interseccionalidade (CARRERA, 2021; CRENSHAW, 2002) e a solidariedade política (hooks, 2019) na superação de desigualdades estruturais. Em seguida, apresenta-se o mapeamento histórico-descritivo da pesquisa, que originou as categorias: I – Rede Constitucional; II – Rede Institucional; III – Rede Científica; e IV – Rede de Comunicação Pública, considerando as mobilizações sociais e feministas fundamentais para sua consolidação.

6. CORPOS EM COMBATE

O feminismo, enquanto epistemologia e movimento social, tem demonstrado como os mesmos corpos oprimidos por estruturas sociais de gênero, raça e classe podem exercer sua potência de mobilização coletiva. Dentre as suas contribuições para o enfrentamento da violência de gênero, destaca-se a desnaturalização das posições assimétricas de gênero, a politização das relações afetivas, as iniciativas para retomada do poder pelos corpos femininos e feminizados, a participação em avanços legais e institucionais, dentre outras frentes. Essa atuação se evidencia, também, nas ações de preservação e promoção da vida, entendendo-se por “vida” o fortalecimento dos tecidos comunitários que permitem a coexistência em condições dignas e livres de violência.

Entretanto, as pautas feministas enfrentam desafios históricos e contemporâneos, que revelam a atualidade e urgência de suas questões. A título ilustrativo sobre as violências, atualmente, o Brasil representa o quinto país em número de feminicídios, estando entre as nações que mais matam mulheres por motivos de gênero. No mesmo sentido, conforme apontado pelo relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) “[...] o mero reconhecimento da violência contra a mulher como problema público, e não como um dado das relações privadas, levou décadas para ocorrer no país” (Relatório do CIDH, 2021).

6.1 O feminismo como *lugar* de pesquisa

Para situar o feminismo enquanto *lugar* de atuação da pesquisa, estabelecendo um posicionamento teórico e prático da pesquisadora, torna-se fundamental definir a concepção de feminismo adotada, elaborada a partir de embates, discussões e novas formulações tanto internas quanto externas à sua teoria e práxis.

Primeiramente, hooks (2019, p. 20) destaca o caráter aberto, plural e autocrítico do feminismo e reforça que “[...] precisamos de escritos feministas que falem a qualquer um, pois, do contrário, a educação feminista para uma consciência crítica não poderá vingar”. Assim, um texto feminista tem como

propósito estar aberto ao diálogo e ser compreensível para todas as pessoas, comprometendo-se com a formulação de uma consciência crítica.

Ainda de acordo com hooks (2019), o feminismo consiste na luta para acabar com a opressão sexista e, dessa forma, não deve ser confundido com simples formulações identitárias. Certamente, deve-se assumir um compromisso ético individual ao adotar um posicionamento *feminista*, mas também é necessário ter como horizonte a transformação social.

Ao enxergar o feminismo como um compromisso político, estamos nos contrapondo ao feminismo enquanto mera identidade individual e estilo de vida (que não deve ser confundido com a necessidade real e legítima de unir teoria e prática). Trata-se de uma forma de resistência que nos engaja numa práxis revolucionária (hooks, 2019, p. 63).

A esse respeito, hooks (2019) problematiza concepções ocidentais pautadas pelo sucesso individual, podendo provocar a cooptação e o esvaziamento de sentido dos movimentos sociais. Assim, formulações feministas devem conjecturar transformações estruturais que visam alcançar o “bem comum” de diferentes grupos de mulheres, e não a garantia de benefícios pessoais. Deve-se compreender, ainda, que esse “bem comum” tem matizes distintas, para não se recair em uma falsa universalidade das demandas individuais e sociais.

Um pensamento feminista também provoca a politização das relações e, em última análise, da própria vida. O lema “o privado é político”, amplamente disseminado pelos estudos culturais feministas, demonstra que todas as relações, em todos os espaços, são dotadas de politicidade. No entanto, hooks (2019) problematiza uma apropriação equivocada dessa expressão, de forma individualizada e, ironicamente, distante da política. Ao direcionarem o foco de atenção para experiências pessoais, algumas correntes feministas acabam negligenciando o desenvolvimento de uma consciência crítica e coletiva. Essa reflexão da autora permanece atual quando se analisam, por exemplo, as características da vertente liberal do movimento e a ascensão do pós-feminismo.

Ao passo que o feminismo questiona as posições sociais e culturais de gênero, confronta-se com constantes tentativas externas de ataque e desqualificação. Essa reflexão pode ser relacionada ao advento do pós-feminismo, que, segundo Angela McRobbie (2006), promove o apagamento sistemático do movimento. O advento de uma ideia de “sucesso feminino”, a partir de casos pontuais de mulheres que alcançaram reconhecimento pessoal,

consolidou-se e passou a ser considerado resultado do movimento feminista, que, supostamente, haveria cumprido seu papel e se tornado obsoleto.

Nesse contexto, Tatiane Leal (2015) analisa o surgimento da figura da “mulher poderosa”, amplamente disseminada pela mídia, em que o feminismo é representado como uma forma de poder interior e a realização pessoal ocorre a partir do consumo, da alta performance e do equilíbrio nas diferentes esferas da vida. Temáticas antes consideradas problemáticas pelas feministas, como a invisibilidade do trabalho doméstico e a pressão estética calcada em modelos inalcançáveis de beleza, são novamente naturalizadas pela figura de uma mulher que consegue *dar conta de tudo*. Mesmo assim, esse *tudo* diz respeito meramente ao âmbito individual, desconsiderando as realidades vivenciadas por mulheres muito diferentes entre si.

O pós-feminismo coloca a responsabilidade de prosperar em um mundo machista sobre os ombros de cada mulher, não pretendendo a transformação desse mundo. Dessa forma, “[...] sob a égide da liberdade individual, as mulheres são convocadas a corresponder a esse modelo de subjetividade, tornando-se livres, autênticas e poderosas pelas vias do consumo” (LEAL, 2015, p. 24). No entanto, McRobbie pontua que essa “liberdade” tem um custo: permanecer calada e não questionar as estruturas. Afinal, para os preceitos pós-feministas, a igualdade de oportunidades já foi alcançada e todas são livres para competir, em uma nova forma de discurso “meritocrático”.

Apesar das conquistas alcançadas pelo movimento feminista, a tendência pós-feminista remonta à visão universalizante do sujeito “mulher”, que, como pontuado anteriormente, não abrange a totalidade da experiência. Sendo assim, mesmo que uma perspectiva identitária possa gerar a aproximação inicial entre algumas mulheres e o movimento, também existe o risco de esvaziamento de sentido e cooptação pelo mercado, em que uma postura feminista pode ser erroneamente relacionada a consumir determinados produtos autointitulados *feministas*. Torna-se fundamental ressaltar, então, que um projeto de transformação social não ocorre a partir do consumo, que visa à geração de capital, mas se constitui a partir da consciência política e organização coletiva dos sujeitos, dos *corpos*.

É notório que a autonomia individual representa um aspecto importante, especialmente ao considerar pessoas cujas ações foram reprimidas, que não

tiveram suas vozes ouvidas. hooks (2019) pontua que o autoconhecimento e a autodeterminação individual são fundamentais, mas representam somente o primeiro passo na jornada para compreender a condição política das mulheres. Para a autora, “perspectivas mais amplas só podem emergir se examinarmos tanto a dimensão pessoal que é política, quanto os aspectos políticos da sociedade como um todo, assim como as políticas orientadas à revolução global” (hooks, 2019, p. 57).

Nesse sentido, alguns problemas e incoerências relativos à ideia de *sujeito universal* já foram problematizados na primeira parte deste trabalho, tais como a invisibilidade e exclusão daqueles que não se encaixam em um modelo *ideal* de sociabilidade. Entretanto, Biroli e Miguel (2014) ressaltam que, em certa medida, o momento inaugural do feminismo carregou proximidade com essa universalidade das narrativas, ao pautar a garantia de liberdades individuais entre homens e mulheres, considerando que as “mulheres” formariam um grupo homogêneo.

A crítica feminista ganha radicalidade e força quando as abordagens são capazes de incorporar nessa problematização o fato de que as relações de gênero impactam as experiências, mas o exercício do poder – assim como as formas de dominação e de exploração – se dá também internamente ao grupo “mulheres”. Uma democracia igualitária depende, portanto, do enfrentamento daquilo que faz rodar as engrenagens do gênero, mas também as de classe e de raça (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 14).

Já a ascensão do pós-feminismo, segundo McRobbie (2006), ora provoca a negação das conquistas do movimento, ora o reconhece como artefato do passado. Pode-se perceber, nesses processos, que os ataques empreendidos contra as lutas sociais são constantes, mesmo que se revistam de diferentes discursos em cada tempo histórico.

De toda forma, hooks (2019) destaca que as mulheres negras não compraram o discurso de “igualdade” entre homens e mulheres pautado pelo momento inicial do feminismo, pois sua experiência concreta costumava revelar como outras formas de opressão também atuavam sobre suas vivências – os homens negros, por exemplo, ainda enfrentavam o problema do racismo. Assim, uma proposta feminista emancipatória não poderia ser constituída a partir da mera reparação, mas, sim, almejar a transformação estrutural de desigualdades.

Emprestando-se a formulação de Gago (2020) de que o pensamento sempre tem corpo, a consciência feminista adquire um corpo coletivo a partir da crítica à submissão da mulher na esfera doméstica e sua conseqüente exclusão de espaços públicos. Assim, Biroli e Miguel (2014) pontuam que um posicionamento feminista não se limita às aspirações de igualdade entre homens e mulheres, devendo comprometer-se, também, com as especificidades contextuais, grupais e individuais que instituem e reiteram posições de opressão e silenciamento. Em síntese, um olhar feminista posiciona-se a partir de uma perspectiva crítica e transformativa, com vias à emancipação social.

Um pensamento, para se caracterizar como feminista, não se limita à afirmação literária da igualdade de talentos ou de valor entre mulheres e homens nem à reivindicação política da extensão dos direitos individuais a toda a espécie humana. O feminismo se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 19).

De modo geral, no cerne dessa discussão encontram-se relações de poder dinâmicas, múltiplas e assimétricas. Não se trata de um poder individualizado e exercido por cada sujeito – conforme sustentado pelo pós-feminismo –, mas, sim, de estruturas que formam e reiteram posições sociais de inferioridade impostas a determinadas pessoas, seja em razão de raça, classe, gênero ou outros fatores.

Desse modo, ao relacionar as noções de “poder” e “potência” às teorias e práticas do feminismo, não se pretende considerar que as mulheres têm, *a priori*, formas diferentes de exercício do poder – o que seria um engano, visto que os indivíduos estão entrelaçados nas mesmas estruturas sociais, culturais e políticas, conforme pontuado por hooks (2019). Pelo contrário, busca-se repensar e reformular as concepções de poder orientando-se por outras lógicas, buscando ultrapassar sistemas de dominação, assimetria e opressão vigentes.

Sendo assim, Gago (2020) faz coro à premissa sustentada por hooks (2019), conferindo ao feminismo um potencial de constituir teorias alternativas do poder. A partir da transposição de limites estabelecidos por um contexto sócio-histórico patriarcal e fundamentado em práticas de dominação, a autora argumenta que uma *potência feminista* traduz como os corpos femininos *podem* efetivamente tomar iniciativa na transformação de realidades, ultrapassando padrões sociais e culturais a eles conferidos.

A potência feminista se refere a uma teoria alternativa do poder. Potência feminista significa reivindicar a indeterminação do que se pode, do que podemos - isto é, entender que não sabemos do que somos capazes até experimentar o deslocamento dos limites em que nos convenceram a acreditar e que nos fizeram obedecer (GAGO, 2020, p. 10).

Segundo a autora, um posicionamento centrado na *potência* não se refere a uma teoria ingênua, ou simplificada, do poder. Pelo contrário, significa adotar uma postura ativa em prol da emancipação social para a construção de um *contrapoder*, opondo-se à privatização dos corpos e das demandas sociais e amplificando as possibilidades de transformação em contextos desiguais.

A potência, como a própria noção que vai de Spinoza a Marx e mais além, nunca existe desapegada de seu lugar de enraizamento, do corpo que a contém. Por isso, potência feminista é potência do corpo como corpo sempre individual e coletivo, e em variação; isto é, singularizado (GAGO, 2020, p. 11).

Gago (2020, p. 11) complementa explicitando o caráter transformacional do feminismo, em que os corpos femininos e feminizados expandem, modificam e atualizam noções tradicionais de *potência*, a qual “[...] expande o corpo graças aos modos como é reinventado pelas lutas de mulheres, pelas lutas feministas e pelas lutas das dissidências sexuais”. Enfim, adota-se uma perspectiva de feminismo em que os corpos reinventam as definições de poder com o intuito de resgatar sua autonomia, ao mesmo tempo individual e coletiva.

Para concluir, ou acender, a discussão, assumir um posicionamento *situado e feminista* representa reconhecer tanto as contribuições quanto as incoerências internas desse movimento social, político e epistemológico. Ademais, significa construir uma pesquisa *sobre e a partir* dos corpos e das redes que enfrentam as violências e sustentam a vida. Em um movimento cíclico e autocrítico, trata de reconhecer os desafios do tempo vigente, sem deixar de vislumbrar as possibilidades de esperança e transformação. Por fim, consiste em perceber que as potências feministas sofrem ataques constantes porque desestabilizam as ordens estruturais, naturalmente, incomoda os poderosos.

6.2 Redes feministas no enfrentamento da violência de gênero

De acordo com Pinto (2003), a violência contra a mulher no Brasil tem raízes comuns à colonialidade, e essa reflexão aciona diferentes possibilidades

de análise sobre o tema. O histórico colonial apresenta resquícios dessa forma de dominação, tanto na cultura quanto nas relações sociais, apontando para a necessidade de *descolonizar* o pensamento e o feminismo no enfrentamento das violências.

Nesse sentido, as mobilizações coletivas foram responsáveis pela politização das relações familiares, desconstruindo a noção de esfera doméstica enquanto espaço privado e apartado do interesse público. Com o passar do tempo, e como resultado das pressões da sociedade civil, formularam-se diversas políticas públicas e legislações de combate à violência de gênero e ao feminicídio. Dentre esses movimentos, destacam-se as redes feministas em diferentes frentes de atuação.

Inicialmente, o desenvolvimento do movimento feminista em nosso país guarda particularidades importantes. Pinto (2003) ressalta que, enquanto os Estados Unidos e diversas nações europeias vivenciavam um amplo levante feminista nas décadas de 1970 e 1980, a sociedade brasileira enfrentava um momento de grande repressão com a ditadura militar.

Nesse contexto, Pinto (2003) analisa como a violência de gênero não foi tematizada no momento inaugural do feminismo no Brasil, passando a ser problematizada somente a partir da década de 1980. Segundo a autora, esse período foi marcado pelo surgimento de diversas organizações de apoio às mulheres vítimas de violência, estabelecendo um novo momento para o feminismo brasileiro.

Apesar dos notórios avanços alcançados no período, Maria Gregori (1992) ressalta que a ausência de tipificação específica para os crimes praticados em razão de gênero ainda dificultava sua identificação e categorização, recorrendo-se aos relatos e demandas das próprias queixosas. De certo modo, o problema permanecia *invisível* aos olhos da Justiça e, muitas vezes, encerrado no espaço doméstico. Além disso, carecia-se de reflexão sobre a influência do gênero na ocorrência das violências.

Assim, pode-se considerar que a primeira contribuição importante do feminismo consistiu na desnaturalização dos papéis de gênero, revelando influências sócio-históricas mais profundas relacionadas às violências contra os corpos femininos e feminizados. Como afirma Almeida (2014), existe uma

centralização de violências sobre essas corporeidades em escala mundial, denunciada pelas mobilizações das próprias mulheres.

O movimento feminista e o movimento de mulheres, em suas diferentes gerações, matizes de pensamento e tendências políticas, vêm declarando a expressiva concentração deste tipo de violência sobre os corpos femininos situados em cenas rotineiras de assimetria frente aos corpos e aos polos superiores do poder masculino durante um longo período da história da humanidade até nossos dias (ALMEIDA, 2014, p. 329).

A autora destaca as contribuições feministas para tornar esse um problema público, merecedor da atenção do Estado, da academia e da sociedade civil, ressaltando que

A atuação e as reivindicações da militância feminista criaram as condições históricas, políticas e culturais necessárias ao reconhecimento da legitimidade e da gravidade da questão, aliando-se a esforços acadêmicos para dar visibilidade sociológica a essa violência entre os muros universitários, entre os governos e no seio da sociedade civil (ALMEIDA, 2014, p. 329).

Somando-se às reflexões de Almeida (2014), Bandeira (2014) pontua o papel crucial do feminismo para identificar as especificidades da violência perpetrada contra mulheres. Nesse contexto, atribuir concepções históricas e culturais aos sexos desconstruiu uma visão biológica totalizante, segundo a qual determinados comportamentos seriam esperados de homens e mulheres unicamente em razão de uma noção binária e estreita de sexualidade.

Segundo Bandeira (2014), a centralidade do movimento feminista para tematizar as violências praticadas contra mulheres reside justamente na importância concedida ao tema, provocando interações entre a academia, os espaços de militância e a sociedade civil. Essa inter-relação contribuiu para ressaltar a gravidade da questão e, posteriormente, desenvolver políticas públicas visando a publicização das relações familiares e a reivindicação para que os governos apresentem soluções para o problema da violência de gênero.

No mesmo sentido, Pinto (2003) destaca que a institucionalização do problema se concretizou a partir da formação de organizações não governamentais (ONGs), legislações específicas e espaços de apoio e proteção para mulheres, como delegacias especializadas e casas de passagem. Muitas das organizações nascentes atuavam sob uma perspectiva feminista, assim como políticas públicas respondiam às demandas do movimento, destacando-se novamente as repercussões da sua atuação.

No entanto, Bandeira (2014) defende que a “cidadania” como promessa de equidade social não se concretizava na vida prática, uma vez que desconsiderava a transformação de estruturas relegadas ao universo dos “costumes”, tais como as desigualdades existentes entre os sexos. O que a crítica feminista orquestrou, dessa forma, foi a exposição e desnaturalização de assimetrias há muito estabelecidas.

[...] a crítica das feministas abalou a crença ilusória de que a cidadania tem funções de integração social e garante, *ipso facto*, a equidade social, regulando conflitos interpessoais. Contra-argumenta-se que a cidadania, definida formalmente (direito ao voto, à educação etc.), não absorve esses conflitos, visto que estes estão mais enraizados nos costumes que nas desigualdades sociais (BANDEIRA, 2014, p. 466-467).

A autora pontua que, segundo os papéis tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres, a própria dominação masculina poderia justificar-se pela essência “submissa” das mulheres, sendo os episódios de violência resultantes de suas relações com os homens. Dessa forma, conceber a existência de um gênero independente do sexo biológico mostrou como a violência contra as mulheres diferencia-se de outras formas de violência, porquanto não principia de uma relação *entre iguais*, mas, sim, de hierarquias e disparidades que posicionam as mulheres em situação de desvantagem ou inferioridade. Bandeira (2014) argumenta que

[...] é pela perspectiva de gênero que se entende o fato de a violência contra as mulheres emergir da questão da alteridade, enquanto fundamento distinto de outras violências. Ou seja, esse tipo de violência não se refere a atitudes e pensamentos de aniquilação do outro, que venha a ser uma pessoa considerada igual ou que é vista nas mesmas condições de existência e valor que o seu perpetrador (BANDEIRA, 2014, p. 450).

Em outras palavras, as próprias hierarquias de gênero são parcialmente responsáveis por originar e manter as violências contra os corpos femininos e feminizados. Assim, a exposição das posições de poder no cerne dos lares e das famílias possibilitou a revelação de condições que provocam a dominação de uns e a consequente subjugação de outros. Bandeira (2014) destaca que, além do gênero, outros fatores podem interferir nas possibilidades de agência dos sujeitos.

[...] tal violência ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, a qual começa no universo familiar, onde as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas. Porém, em outras situações, quem subjuga e quem é subjugado pode receber marcas de raça, idade, classe, dentre outras,

modificando sua posição em relação àquela do núcleo familiar (BANDEIRA, 2014, p. 450).

Nesse sentido, as contribuições do feminismo no enfrentamento da violência de gênero reúnem esforços tanto dos movimentos sociais quanto das pesquisas centradas na condição das mulheres, pautando a desnaturalização de relações de poder e hierarquias fortemente estabelecidas em âmbitos privados, como nas famílias e relações conjugais. O reconhecimento das assimetrias de gênero e da profusão de crimes praticados contra mulheres foi fundamental para conferir à questão da violência de gênero o estatuto de interesse público, pautado por instituições governamentais, jurídicas e policiais.

[...] os atos e as reflexões da militância feminista, associados à comunidade acadêmica e aos grupos de mulheres organizadas, foram os formadores da área de estudos da violência de gênero, destacando a natureza das relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres, nas conjugalidades e famílias. Possibilitaram, ainda, evidenciar a existência dessa modalidade específica de violência e contribuíram para alterar parte dos equipamentos e serviços públicos, sem deixar de evidenciar as dificuldades de seu enfrentamento dentro das instituições públicas (BANDEIRA, 2014, p. 455).

Ao passo que reconhece as contribuições do feminismo para o entendimento da violência de gênero, Machado (2010) discorre sobre como as posições dos sujeitos não são fixas ou permanentes, mas se encontram em constante tensão, disputa e reconfiguração. Desse modo, um olhar antropológico corrobora o reconhecimento de diversidades existentes dentro das próprias concepções de gênero e de violência para, assim, lançar mão de categorias imutáveis e cristalizadas sobre feminino e masculino. O conceito de “alteridade de gênero” da autora reúne a diversidade cultural da Antropologia e a especificidade de gênero, fruto dos estudos feministas.

De toda forma, o movimento feminista foi muito além da problematização sobre as posições desiguais de gênero que atribuem lugares de inferioridade aos corpos femininos, uma vez que atuou ativamente na produção de pesquisas sobre a condição sociocultural das mulheres, no desenvolvimento de campanhas de promoção da igualdade e enfrentamento da violência, na formulação de políticas públicas para garantir o reconhecimento do problema e o atendimento digno àquelas em condição de vulnerabilidade ou abuso. Bandeira (2014) aponta como a atuação feminista transpôs barreiras, percorrendo âmbitos como saúde pública, legislação, política e educação.

Voltou-se contra o controle mantido pela ordem patriarcal sobre as relações íntimas, evidenciando aí não apenas as desigualdades de poder, mas a ameaça que ela significava à integridade física, moral e psicológica das mulheres. Agora, o movimento feminista, articulado com núcleos de pesquisas nas universidades e com ONGs, tem atuado para garantir a eficiência e a eficácia da rede de atendimento e de combate à violência contra as mulheres, pressionando e indicando formas de sanar os problemas descritos (BANDEIRA, 2014, p. 453-454).

Na contemporaneidade, a teoria e a práxis do feminismo exercem uma postura inquiridora, fiscalizando a aplicação das medidas de proteção das mulheres e identificando lacunas, tanto para a criação de novas práticas quanto para o aprimoramento de medidas preexistentes. Sendo assim, os avanços com relação à visibilidade social e ao reconhecimento jurídico da violência de gênero devem ser analisados sob uma perspectiva de problematização, visando enquadrar suas inconsistências e desafios contemporâneos. Afinal, de acordo com Almeida (2014),

[...] apesar de avanços na seara dos direitos, da disseminação de programas que protegem esses direitos, da mudança de mentalidades e do reconhecimento jurídico nacional e internacional da cidadania das mulheres e demais grupos feminizados em igualdade à dos homens, a realidade evidencia uma expressiva quantidade de casos de violência, que têm se apresentado cada vez mais truculentos e cruéis (ALMEIDA, 2014, p. 330).

Mesmo com o incremento das iniciativas de combate à violência de gênero, os dados relativos a esses crimes seguem em uma crescente alarmante. Para Bandeira (2014), isso acontece porque os valores sexistas se atualizam permanentemente, visando à manutenção das estruturas de poder preestabelecidas. Em um ordenamento sexista, os corpos femininos e feminizados são punidos com violência quando não correspondem aos papéis de gênero que lhes foram atribuídos.

Pela abundância de atos recorrentes de violência, percebe-se que a ordem tradicional se ressignifica permanentemente, remodelando os padrões e os valores sexistas, porém, não os elimina. Logo, não há ruptura significativa nas estruturas antigas, as que ordenam e regem as hierarquias e os papéis femininos e masculinos na esfera familiar (BANDEIRA, 2014, p. 456-457).

Bandeira (2014) argumenta, ainda, que as posições de feminilidade e masculinidade também se manifestam nos contextos institucionais, apresentando desafios para o acesso a direitos e a concretização da cidadania.

Isto é, as concepções dominantes de feminilidade e masculinidade ainda se organizam a partir de disputas simbólicas e materiais, que operam no interior dos espaços domésticos e que, por conseguinte, acabam por se

projetar a outras searas, sendo processadas em outros espaços institucionais (BANDEIRA, 2014, p. 456-457).

Ao considerar a importância do feminismo para tematizar e enfrentar a violência de gênero, não se pretende somente retratar suas contribuições históricas, mas também apontar suas formas de atuação enquanto perspectiva de superação da estrutura sexista. Conforme assinalado anteriormente, um posicionamento feminista propõe a formulação de novas concepções de poder, a partir da potência inerente aos corpos femininos e feminizados – ao mesmo tempo, individuais e coletivos.

Assim, esta reflexão também propõe uma perspectiva, ou horizonte, com relação ao enfrentamento da violência de gênero. Se o movimento feminista, historicamente, engendrou contribuições expressivas nesse âmbito, como pode responder aos desafios contemporâneos? Além disso, como a crítica feminista pode colaborar com o contexto de pesquisa? Em resposta aos desafios da atualidade, Gago (2020, p. 74) provoca: "o que significa produzir formas de autodefesa feminista diante do incremento das violências? Mais: o que significaria se o movimento feminista pudesse produzir suas próprias máquinas de justiça?".

6.3 Mapeamento histórico-descritivo das *redes em combate*

A partir da discussão conceitual sobre a violência de gênero e as contribuições do feminismo na tematização desse problema no Brasil, foi construída uma linha do tempo contendo eventos que possibilitaram o acesso das mulheres aos espaços públicos e políticos; mobilizações sociais e científicas para conferir visibilidade ao tema; desenvolvimento de políticas públicas e legislações de enfrentamento às violências; e influência da comunicação nesses processos.

Dessa forma, os acontecimentos pontuados na linha do tempo dividem-se em quatro eixos centrais, constituintes de diferentes redes de enfrentamento da violência e promoção da vida:

- I. REDE CONSTITUCIONAL – Acesso à cidadania
- II. REDE INSTITUCIONAL – Enfrentamento da violência
- III. REDE CIENTÍFICA – Conhecimento e pesquisa
- IV. REDE DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA – Visibilidade e debate público

As redes mapeadas estão interligadas e são interdependentes. Nesse sentido, acontecimentos constitucionais e institucionais possibilitaram o acesso à cidadania e a criação de legislações de proteção das mulheres, enquanto as redes científica e de comunicação pública articulam-se na produção de conhecimentos e na promoção da visibilidade sobre temas de interesse público.

6.3.1 Rede Constitucional – Acesso à cidadania

A primeira parte do levantamento de acontecimentos, intitulada *Rede Constitucional*, sublinha o acesso à cidadania e o combate às formas de discriminação contra as mulheres a partir de preceitos constitucionais.

Quadro 6 – Rede Constitucional – Acesso à cidadania

Ano	Acontecimentos históricos
1932	Direito ao voto feminino a partir do novo Código Eleitoral (PINTO, 2003).
1962	Promulgação do “Estatuto da Mulher Casada”, segundo o qual a mulher não precisaria mais de autorização do marido para trabalhar (BRASIL, 1962).
1983	Realização da “Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher” (ONU, 2022).
1984	Criação do Conselho Nacional de Defesa da Mulher (PINTO, 2003).
1985	Inauguração da primeira Delegacia de Atendimento à Mulher (BANDEIRA, 2014).
1988	Promulgação da Constituição Federal de 1988, estabelecendo direitos iguais entre homens e mulheres (BRASIL, 2022).
1993	Publicação da “Declaração de Viena”, marco histórico global para estabelecer condições de igualdade entre homens e mulheres (ONU, 2022).
1993	Fundação da ONG Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, instituição que atua a partir da promoção da educação em direitos; articulação das demandas coletivas e individuais com o Poder Público; e amparo jurídico na proteção e promoção dos direitos das mulheres (THEMIS, 2022).
1994	Realização da “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher”, também conhecida como “Convenção de Belém do Pará” (CIDH, 2022)
1994	Aprovação da primeira lei de cotas para mulheres em cargos políticos,

	estabelecendo 20% de candidatas mulheres nas listas partidárias das eleições de 1996 (PINTO, 2003).
1997	Promulgação de nova lei eleitoral, estabelecendo 30% de candidatas mulheres nas listas partidárias a partir das eleições de 2000 (PINTO, 2003).

Fonte: Elaboração própria.

Historicamente, é possível compreender as diferentes posições jurídicas e sociais ocupadas pelas mulheres no Brasil, como no Código Civil de 1916. Desenvolvido a partir de valores arraigados no século XIX, Maria Berenice Dias (2022) pondera que esse documento representava e reiterava um modelo de sociedade essencialmente conservadora, patriarcal, matrimonial e patrimonial. Ao mesmo tempo que o matrimônio constituía um pré-requisito para a formação e o reconhecimento jurídico das famílias, o instituto do casamento posicionava a figura masculina como *chefia* do núcleo familiar, posição que se concretizava no *pátrio poder*, relegando mulheres e crianças à posição jurídica de subalternidade, ou à condição de *relativamente incapazes*.

Um retrato que explicita os impedimentos de agência das mulheres em nosso país pode ser identificado com a luta pelo direito ao voto feminino, oficializado somente em 1932 como resultado das mobilizações feministas. Os argumentos de que as mulheres não teriam condições intelectuais para exercer o voto desnudam certas concepções socioculturais amplamente difundidas no período, segundo as quais as mulheres não deveriam ocupar posição de igualdade com os homens, conforme registrado em arquivo histórico do Senado Federal (WESTIN, 2022). O período que precedeu a garantia do direito ao voto é digno de análise, pois não havia sequer menção às mulheres no Código Eleitoral anterior a 1932, demonstrando como a população feminina era desconsiderada em termos de participação na vida pública e cidadania (PINTO, 2003).

No mesmo sentido, o espaçamento temporal de mais de 60 anos entre a conquista da garantia do direito ao voto às mulheres e a promulgação da lei de cotas para candidaturas femininas a cargos eletivos revela que o processo de inclusão de eleitoras não assegurou, necessariamente, inclusão política em outras esferas que podem garantir vez e voz em processos decisórios.

Pode-se considerar que os primeiros direitos adquiridos pelas mulheres no Brasil ocorreram pela via do Direito de Família, especialmente com a

promulgação da Constituição Federal de 1988, cujo art. 5º explicitou que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. Esse documento resultou, dentre outros fatores, das reivindicações da sociedade civil e dos movimentos sociais para atualização da concepção familiar preconizada pelo Código Civil de 1916, essencialmente patriarcal, matrimonial e patrimonial.

Conforme destacado anteriormente, as exigências do movimento feminista desempenharam um papel primordial para a consolidação de direitos como a possibilidade de voto, de candidatura política e de ingresso no mercado de trabalho.

6.3.2 Rede Institucional – Enfrentamento da violência

A segunda parte do levantamento de acontecimentos, intitulada *Rede Institucional*, apresenta a elaboração de regramentos jurídicos e convenções, bem como a criação de instituições comprometidas com o enfrentamento da violência de gênero.

Quadro 7 – Rede Institucional – Enfrentamento da violência

Ano	Acontecimentos históricos
1980	Criação do “SOS Mulher”, primeiro grupo de combate à violência contra a mulher, em São Paulo (PINTO, 2003).
1980	Criação da Comissão Contra a Violência no Rio de Janeiro (PINTO, 2003).
1981	Criação do “SOS Mulher” em Porto Alegre (PINTO, 2003).
1981	Condenação de Doca Street pelo assassinato de Ângela Diniz, como uma vitória do movimento das mulheres (PINTO, 2003).
1983	Realização da “Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher” (ONU, 2022).
1984	Criação do Conselho Nacional de Defesa da Mulher (PINTO, 2003).
1985	Inauguração da primeira Delegacia de Atendimento à Mulher (BANDEIRA, 2014).
1993	Primeira edição da formação de Promotoras Legais Populares (PLPs), em Porto Alegre/RS, realizada pela ONG Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos. Atualmente, o programa é reconhecido como política pública não estatal, presente em 14 municípios do Rio Grande do Sul e em 11 estados brasileiros (THEMIS, 2022).
1994	Realização da “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher”, também conhecida como “Convenção de Belém do

	Pará" (CIDH, 2022)
1994	Implantação da área técnica especializada em Saúde da Mulher (BANDEIRA, 2014).
2003	Promulgação da Lei nº 10.778/2003, emitindo notificação compulsória para atendimento dos casos de violência nos sistemas de saúde públicos e privados (BANDEIRA, 2014).
2006	Promulgação da Lei nº 11.340/2006, também conhecida como "Lei Maria da Penha", a partir de consórcio feminista com participação da ONG Themis (BANDEIRA, 2014).
2012	Votação pela constitucionalidade da "Lei Maria da Penha" (BANDEIRA, 2014).
2014	Campanha nacional com o tema "Violência contra a mulher – eu ligo 180" (BANDEIRA, 2014).
2015	Lei nº 13.104/2015, também conhecida como "Lei do Femicídio", que passa a considerar o feminicídio circunstância qualificadora do crime de homicídio, incluindo-o no rol dos crimes hediondos (BRASIL, 2015).
2018	Promulgação da Lei nº 13.718/2018, também conhecida como "Lei da Importunação Sexual", tipificando crimes de importunação sexual e divulgação de cena de estupro, crimes contra a liberdade sexual e crimes sexuais contra vulnerável (BRASIL, 2018).
2020	Primeira edição da Campanha Sinal Vermelho, um instrumento de denúncia contra a violência doméstica. A mulher vítima de violência pode pedir ajuda em qualquer estabelecimento comercial ou órgão público, mostrando um "X", preferencialmente na cor vermelha, na palma da mão. A pessoa que a atender acionará a Polícia Militar (SINAL VERMELHO, 2022).
2021	Promulgação da Lei nº 14.188/2021, também conhecida como Lei Sinal Vermelho, definindo o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica. Esse dispositivo legal altera a modalidade da pena de lesão corporal simples cometida contra a mulher e cria o tipo penal "violência psicológica contra a mulher".
2021	Promulgação da Lei nº 14.245/2021, também conhecida como "Lei Mariana Ferrer", com o objetivo de coibir a prática de atos que atentam contra a dignidade da vítima e de testemunhas durante processos investigativos (BRASIL, 2021).
2021	Declaração de inconstitucionalidade do princípio da "legítima defesa da honra" para justificar os crimes de violência de gênero e feminicídio (HAJE e SEABRA, 2022).
2022	Ampliação da "Lei Maria da Penha" para atender mulheres transgênero em casos de violência de gênero (AGÊNCIA BRASIL, 2022).

Fonte: Elaboração própria.

O reconhecimento público dos direitos das mulheres e a elaboração de iniciativas no combate às formas de violência de gênero permeou conferências, resoluções e dispositivos legais em nível nacional e global.

Dentre as iniciativas, destaca-se, primeiramente, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1979 e assinada pela República Federativa do Brasil. Em nosso país, o Decreto nº 4.377/1983, em seu artigo 1º, estabelece uma definição para a expressão "discriminação contra a mulher":

[...] a expressão "discriminação contra a mulher" significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo (BRASIL, 2002).

A Declaração de Viena, resultante da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos da ONU de 1993, também representa um marco histórico global para oficializar as condições de igualdade entre homens e mulheres. Nesse documento, a ONU externaliza preocupação com as formas de discriminação e violência contra as mulheres, imanes em todo o mundo. Ademais, situa a participação social igualitária de meninas e mulheres, bem como a erradicação das diferentes formas de discriminação contra elas, como compromisso prioritário da comunidade internacional. A declaração demonstra, ainda, a preocupação com preconceitos e violações originadas em discriminações relativas à raça, gênero, origem étnica, posição socioeconômica, dentre outras, reafirmando os direitos humanos inerentes a todos os sujeitos.

Para contextualizar a violência de gênero no Brasil, Pinto (2003) resgata a tese originada no Brasil Colônia que concebia a honra masculina como bem jurídico: a *legítima defesa da honra*. Durante muito tempo, esse princípio foi admitido pela jurisprudência para justificar crimes cometidos contra mulheres, em que o agressor, "protegido por uma legislação arcaica e uma moral conservadora" (PINTO, 2003, p. 80), poderia assassinar uma mulher apoiando-se na defesa da sua honra. De acordo com Danieli Benthien de Oliveira (2021), a legítima defesa da honra costumava ser acionada para justificar crimes de violência contra a mulher e feminicídio, podendo resultar na absolvição do réu.

Segundo Pinto (2003), um dos primeiros acontecimentos responsáveis por lançar o tema da violência contra a mulher à luz da esfera pública foi o assassinato de Ângela Diniz por seu ex-marido, Doca Street, em 1976. O caso

tornou-se notícia em grandes veículos jornalísticos do país, resultando na absolvição de Doca, apoiada na legítima defesa da honra.

Para Oliveira (2022), a partir da sentença do crime, desenrolou-se uma das primeiras campanhas públicas feministas no Brasil, com o slogan “Quem ama não mata”, contribuindo para a condenação do réu no segundo julgamento. Condenado a uma pena de 15 anos por homicídio doloso, Doca cumpriu apenas três anos em regime fechado e dois anos em regime semiaberto, conseguindo liberdade condicional para o restante da sentença.

O caso Ângela Diniz é particularmente icônico pela grande mobilização midiática em torno do crime, marcada por constantes ataques à sua personalidade e comportamento e culminando em uma perversa inversão: para a opinião pública, Doca Street passou a ser considerado vítima. Por outro lado, o levante feminista originado por esse acontecimento demonstrou o potencial das redes alternativas, informais e dos enfrentamentos coletivos, cujo alcance pode produzir transformações estruturais.

Dessa forma, torna-se fundamental analisar criticamente o contexto sociopolítico em que esse caso veio à tona. Apesar de a honorabilidade enquanto bem jurídico ter sido retirada do primeiro Código Criminal Brasileiro, em 1840, o princípio dos chamados crimes “passionais” passou a absolver casos de agressão e feminicídio, entendendo que o agente estaria com os sentidos temporariamente perturbados e não poderia responder por seus atos. Para Oliveira (2021), a partir desse princípio, a culpa costumava ser direcionada, invariavelmente, à vítima.

Além do mais, mesmo após a retirada da legislação, a legítima defesa da honra continuava sendo utilizada como recurso argumentativo, sendo considerada oficialmente inconstitucional somente em 2021, de acordo com resolução da Câmara dos Deputados (HAJE; SEABRA, 2021).

A partir da década de 1980, durante o processo de reabertura democrática, foram desenvolvidas diversas iniciativas institucionais de enfrentamento da violência contra a mulher. Nesse contexto, Bandeira (2014) ressalta o surgimento das Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAMs) enquanto espaços específicos para o atendimento das mulheres e o reconhecimento de suas demandas. Em um formato adotado, posteriormente, por outros países da América Latina, as DEAMs também passaram a demandar a formulação de um novo sistema de valores, bem como a capacitação de profissionais de segurança pública.

No mesmo período, Pinto (2003) destaca a inauguração do SOS Mulher, um espaço de acolhimento e reflexão sobre as condições de vida para mulheres vítimas de violências. A autora considera esse um divisor de águas para o movimento feminista brasileiro, porque, muitas vezes, as mulheres atendidas pelo SOS Mulher não desejavam abandonar seus relacionamentos ou se tornar feministas, buscavam somente não ser mais agredidas.

Assim, o feminismo começou a organizar-se na forma de prestação de serviços profissionais, com o atendimento em termos jurídicos e de saúde. Para Pinto (2003), esse processo inaugura uma tendência que “[...] se espalhou ao longo da década de 1980 e dominou o movimento na década de 1990, isto é, o feminismo profissionalizado das organizações não governamentais” (PINTO, 2003, p. 82).

Com a consolidação de organizações feministas de apoio às mulheres e combate às violências, paulatinamente surgiram legislações específicas relacionadas ao tema. A promulgação da Lei Maria da Penha,⁷ em 2003, concretizou-se a partir da formação de um consórcio feminista composto por diversas instituições signatárias, dentre as quais destaca-se a Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (Themis), uma das sete instituições que integram o objeto deste trabalho. Para Bandeira (2014), a vigência e aplicação da Lei Maria da Penha conferiu visibilidade às variadas formas de violência praticadas contra mulheres, atribuindo caráter público aos crimes antes restritos ao âmbito privado e familiar.

Apesar dos notórios avanços conquistados a partir desse regramento legal e de sua amplitude na tipificação dos crimes de violência contra a mulher, essa lei também apresenta possíveis lacunas e exclusões. A exemplo disso, somente em 2022 mulheres trans passaram a ter sua proteção assegurada pela Lei Maria da Penha, a partir de decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Esse acontecimento remete às assimetrias existentes entre os diferentes corpos femininos e feminizados.

⁷ A Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, foi intitulada “[...] em homenagem à luta de uma biofarmacêutica cearense que sofreu duas tentativas de homicídio pelo marido e tornou-se paraplégica, sendo seu agressor condenado após decisão em corte internacional” (BANDEIRA, 2014, p. 463).

Enquanto mulheres cis contam com uma proteção jurídica nos casos de violência desde 2003, apenas recentemente mulheres trans conquistaram o mesmo direito, demonstrando como as experiências e os níveis de opressão sofridos por mulheres distintas são muito variados em sua forma e intensidade.

O reconhecimento das violências de gênero como assunto de interesse público criou solo fértil para a emergência de dispositivos legais posteriores. A implementação de legislações como Lei do Feminicídio, Lei da Importunação Sexual, Lei Sinal Vermelho e Lei Mariana Ferrer não se deve a uma insuficiência da precursora Lei Maria da Penha, mas, sim, retrata a necessidade de se adotarem medidas direcionadas para expressões específicas de cada violência. A estruturação de legislações subsequentes somente se tornou possível a partir do primeiro dispositivo a nomear as violências em sua diversidade e complexidade.

Entretanto, Segato (2012) problematiza que, apesar do aparato jurídico formulado desde a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de 1993, em que foi cunhada a expressão "direitos das mulheres", a crescente violência contra a mulher pode ser pensada enquanto um verdadeiro "genocídio de gênero" influenciado pela colonialidade. De acordo com a autora, assim como os genocídios, os feminicídios consistem em "práticas quase mecânicas de extermínio das mulheres" (SEGATO, 2012, p. 121), características da modernidade colonial.

Na seara das insuficiências e contradições das legislações existentes, torna-se importante considerar possíveis retrocessos em diferentes momentos históricos, como as iniciativas de desinvestimento em políticas públicas de proteção às mulheres. Afinal, mesmo que as legislações sejam completas e eficazes, acontecimentos da realidade fática podem dificultar, ou mesmo impossibilitar sua plena aplicação.

Nesse sentido, Segato (2012), embora não desmereça o papel do Estado e das políticas públicas no combate à violência de gênero, problematiza a formulação de iniciativas universalizantes, que não levam em conta os contextos comunitários. Para a autora, o foco desses programas deveria ser o fortalecimento das comunidades no espaço público, contemplando lideranças femininas e masculinas. Assim, seria possível empoderar pessoas em prol de mudanças significativas junto ao seu grupo social. Essa visão converge com as reflexões empreendidas por hooks (2019) acerca do poder, propondo-se a não

adotar meramente a visão consolidada e hegemônica do poder representado na forma de recursos econômicos. A autora convida a formular novas concepções de poder, de modo a atuar produtivamente no combate ao sexismo e ao racismo, dentre outras formas de opressão.

6.3.3 Rede Científica – Conhecimento e pesquisa

A terceira parte do levantamento de acontecimentos, intitulada *Rede Científica*, destaca a produção de conhecimentos sobre feminismo e enfrentamento da violência de gênero a partir de saberes científicos e da atuação de movimentos sociais que pluralizam a compreensão sobre *mulheres e feminismos*.

Quadro 8 – Rede Científica – Conhecimento e pesquisa

Ano	Acontecimentos históricos
1979	Criação do primeiro grupo de Estudos da Mulher na Anpocs - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (PINTO, 2003).
1993	Fundação da ONG Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, instituição que atua a partir da promoção da educação em direitos; da articulação das demandas coletivas e individuais com o Poder Público; e do amparo jurídico na proteção e promoção dos direitos das mulheres (THEMIS, 2022).
1993	Primeira edição da formação de Promotoras Legais Populares (PLPs), em Porto Alegre/RS, realizada pela ONG Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos. Atualmente, o programa é reconhecido como política pública não estatal, presente em 14 municípios do Rio Grande do Sul e em 11 estados brasileiros (THEMIS, 2022).
1994	Implantação da área técnica especializada em Saúde da Mulher (BANDEIRA, 2014).
2000	Realização da primeira Marcha das Margaridas, coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), reunindo 20 mil mulheres – entre camponesas, ribeirinhas, quilombolas, agricultoras e marisqueiras – em frente ao Congresso Nacional (VIRISSIMO, 2022).
2015	Marcha das Mulheres Negras com o tema “Contra o racismo, a violência e pelo bem viver”, reunindo 50 mil mulheres negras em Brasília (VIRISSIMO, 2022).
2015	Campanha com a hashtag #MeuPrimeiroAssédio que motivou o compartilhamento de relatos de mulheres nas redes sociais e motivou manifestações de rua com dezenas de milhares de mulheres em capitais brasileiras. O objetivo, posteriormente alcançado, era barrar o Projeto de Lei (PL) n. 5.069/2013, que dificultava o acesso ao aborto mesmo para mulheres com gestação decorrente de

	estupro (VIRISSIMO, 2022).
2018	Movimento #EleNão, considerado por Céli Pinto como a maior manifestação de mulheres da história do Brasil. A mobilização contra o então candidato à presidência Jair Bolsonaro ocorreu em cerca de 100 cidades do Brasil e do mundo. Estima-se que no Largo da Batata, em São Paulo, havia 100 mil manifestantes na primeira edição do #EleNão (VIRISSIMO, 2022).
2019	Realização da Primeira Marcha de Mulheres Indígenas em Brasília, com o eixo “Território, nosso corpo, nosso espírito”, composta por 2.500 representantes de 130 povos (VIRISSIMO, 2022).
2020	Primeira edição da Campanha Sinal Vermelho, um instrumento de denúncia contra a violência doméstica. A mulher vítima de violência pode pedir ajuda em qualquer estabelecimento comercial ou órgão público, mostrando um “X”, preferencialmente na cor vermelha, na palma da mão. A pessoa que a atender acionará a Polícia Militar (SINAL VERMELHO, 2022).

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com Pinto (2003), inicialmente o feminismo não era um movimento das camadas populares, sendo ocupado de forma expressiva por mulheres intelectuais de classe média alta, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos e em países europeus. A aproximação entre o movimento feminista e a população não resulta de um processo natural, mas, sim, de escolhas políticas e estratégicas que foram possibilitadas, em grande medida, a partir da incorporação de outros grupos de mulheres na luta feminista. O princípio da comunicação pública de não fechamento do público (ESTEVES, 2011) demonstra como englobar as diversidades sociais é fundamental para a pluralização dos debates dentro do movimento.

Somando-se a isso, Pinto (2003) destaca a existência de movimentos de mulheres no Brasil que não se caracterizam como feministas, mesmo antes da década de 1970. Apesar de esses coletivos, *a priori*, não questionarem as estruturas de opressão e subalternidade na vida das mulheres, a partir da condição de mães, donas de casa e esposas, as integrantes encontravam maneiras de romper o isolamento privado para atuar no mundo público. Assim, Pinto assinala como exemplos “[...] os movimentos contra a carestia, os clubes de mães, o movimento pela anistia, entre muitos outros” (PINTO, 2003, p. 43).

Ademais, mesmo que o feminismo acadêmico, originalmente, estivesse restrito a um grupo específico, é preciso reconhecer a profícua e diversa produção de pesquisas que ocorre, principalmente, a partir da ampliação da participação

feminina nesses espaços. As principais contribuições das redes científicas consistem não só nos conhecimentos sobre pautas de gênero e feminismo, mas também na elaboração de conjecturas e soluções para desafios contemporâneos relacionados a esse tema, tais como a violência.

No levantamento do estado de conhecimento desta pesquisa, entre as grandes áreas de pesquisa identificadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em pesquisa sobre o termo “violência de gênero”, destacam-se a Saúde, com expressões na Enfermagem e na Psicologia; o Direito, analisando-se a instituição e aplicação dos marcos jurídicos e regulatórios de enfrentamento à violência de gênero em nosso país; e a Educação, enquanto recurso para transformação de estruturas e contextos socioculturais que possibilitam a ocorrência desse tipo de violência.

A ampla abordagem do tema das violências em diferentes campos de conhecimento evidencia seu caráter amplo e multifacetado, abrangendo aspectos da vida distintos e acionando diferentes setores na academia e na sociedade.

A partir da relevância do movimento feminista para tematizar a violência de gênero na esfera pública, a centralidade conferida às corporalidades em rede e seus processos interacionais, em pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, adotei os termos centrais “violência contra a mulher” e “violência de gênero”, associados às palavras-chave “comunicação”, “comunicação pública”, “feminismo”, “corpos” e “redes”, com o intuito de contemplar os principais enquadramentos adotados neste estudo. Para refinar os resultados apresentados pelo portal, foram aplicados filtros relativos às áreas de Ciências Humanas e Ciências Humanas Aplicadas em um recorte temporal entre 2018 e 2022, localizando, assim, pesquisas concluídas nos últimos cinco anos.

Quadro 9 – Palavras-chave para busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

Violência contra a mulher	Violência de gênero
<ul style="list-style-type: none"> ● Comunicação ● Comunicação pública ● Feminismo ● Corpos ● Redes 	

Fonte: Elaboração própria.

O período temporal selecionado para a realização deste levantamento justifica-se pelo posicionamento do governo federal vigente entre 2018 e 2022, presidido por Jair Bolsonaro, frente às mulheres e ao problema da violência de gênero. Esse recorte é fortemente marcado por políticas de desfinanciamento do enfrentamento das violências e desqualificação das minorias, entre elas, as mulheres. A título de exemplo, a Agência Senado (2019) relatou que, no ano de 2019, o presidente vetou uma proposta que obrigava os profissionais de saúde a registrarem indícios de violência contra a mulher no prontuário médico das pacientes, bem como comunicar a suspeita à polícia.

Ao realizar a pesquisa no portal da Capes, primeiramente, cabe destacar que a “violência de gênero” pode referir-se, além das mulheres, à população LGBTQIA+, enquanto a “violência contra a mulher” confere maior centralidade às mulheres. Apesar de, muitas vezes, essas nomenclaturas serem utilizadas como sinônimos, ao longo da pesquisa optei pela denominação relacionada ao “gênero”, enquanto categoria analítica desencadeadora de desigualdades e diferentes formas de opressão. Ademais, a noção de “mulher” pode ser excludente em alguns casos, enquanto o gênero visa reunir todos os corpos que se identificam como “femininos e feminizados” – ou seja, carregam a “marca” simbólica relacionada ao gênero feminino. De acordo com Almeida (2014), a conceituação “violência de gênero” revela, essencialmente, condições de assimetria e desigualdade entre vítimas e perpetradores:

Ao se optar pela modalidade “violência de gênero”, vê-se que as ações violentas são produzidas em contextos e espaços sociais relacionais, quer sejam interpessoais quer sejam da ordem impessoal ou de grandes guerras. Isto é, essa violência não se refere a atitudes de fazer sofrer ou aniquilar o outro que seja alguém considerado igual ou que é visto nas mesmas condições de existência e valor que o/s seu/s perpetrador/es. A centralidade das ações violentas (físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais) incide sobre a alteridade do feminino na esfera doméstico familiar, na esfera pública e na esfera dos conflitos internacionais (ALMEIDA, 2014, p. 329).

A violência de gênero mobiliza diferentes áreas da sociedade, devido à sua complexidade e prevalência. Destaca-se, a seguir, pesquisas empreendidas nas áreas da Saúde, do Direito, da Educação e, principalmente, da Comunicação, foco de estudos desta dissertação.

Sobre o papel da Educação na construção de uma cultura não violenta, destaca-se a dissertação publicada em 2019, *Educação: Prevenção da Violência Contra as Mulheres?*, de autoria De Meiry de Paula Ferreira. Esse trabalho reflete como a educação pode prevenir a violência contra a mulher, questionando por que o Estado investe majoritariamente em políticas de enfrentamento, em comparação às iniciativas de prevenção.

De acordo com Ferreira (2019), a Educação Integral⁸ pode desempenhar um importante papel não só para prevenir, mas também reverter os altos índices de violência contra a mulher, a partir do desenvolvimento de habilidades socioemocionais que podem ajudar os sujeitos a lidarem com situações de conflito sem utilizar a violência. Essa é uma problematização substancial para o desenvolvimento do presente trabalho, uma vez que desloca o foco de atenção do “enfrentamento da violência” e “proteção das mulheres” para refletir como seria possível evitar a própria ocorrência da violência, uma importante alteração de perspectiva somente possibilitada a partir de mudanças nas estruturas socioculturais, para as quais a Educação pode apontar estratégias e caminhos.

No mesmo sentido, a dissertação na área da Psicologia “*Violência contra a mulher, o Teatro do Oprimido e o Teatro das Oprimidas: construindo formas de intervenção social*”, de Renata Cibelli Freire Barbosa (2021) analisa as aplicações do Teatro do Oprimido (TO)⁹ enquanto dispositivo emancipatório que visa compreender diferentes formas de opressão, bem como elaborar estratégias de intervenção nos casos de violência de gênero. A partir dessa pesquisa, Barbosa (2021) demonstra a importância do Teatro do Oprimido para o debate das opressões e a construção de pontes dialógicas e libertadoras para pautar a violência de gênero. Ademais, apresenta a proposta “Teatro das Oprimidas” para permear as discussões que interseccionam gênero, raça e classe.

⁸ O conceito de educação integral visa "garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais" (Centro de Referências em Educação Integral, 2021).

⁹ Segundo Barbosa (2021), “visando questionar e subverter a ordem vigente do teatro e, por consequência, da sociedade, o Teatro do Oprimido nasceu com o objetivo de que povo reassumisse sua função protagônica através do teatro para, então, se preparar para a atuação fora dele. O TO visa fortalecer grupos de oprimidos e oprimidas para a luta pela conquista de direitos e felicidade” (BARBOSA, 2021, p. 51).

Contudo, como a Educação pode exercer impacto no contexto presente, em que a violência, muitas vezes, já ocorreu? A tese intitulada *Grupos Reflexivos para Autores de Violência contra a Mulher: isso funciona?*, realizada por Cecília Teixeira Soares na área da Psicologia, oferece uma possível resposta para essa questão. Dentre as implementações asseguradas pela Lei Maria da Penha, existe o comparecimento obrigatório de homens autores de violência contra mulher em grupos reflexivos.

O estudo de natureza qualitativa, realizado por Soares (2018) com agressores após a participação em um ciclo de oito encontros em um grupo reflexivo do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Rio de Janeiro, analisou a efetividade dessa iniciativa para coibir as violências de gênero. A partir da análise do grupo, o estudo demonstrou que os sujeitos, inicialmente, viam-se como vítimas da denúncia da mulher, sentiam como se estivessem cumprindo uma pena ao comparecer aos encontros. No decorrer do tempo, entretanto, começaram a repensar as próprias práticas e até mesmo a valorizar os espaços de troca com outros homens e com as mediadoras, formulando a possibilidade de soluções não violentas para os desentendimentos familiares e cotidianos.

No âmbito da comunicação, é possível identificar diversos trabalhos que abordam a cobertura jornalística sobre os casos de violência, como a dissertação *Da manutenção à ruptura do silêncio: a cobertura jornalística da Rede Globo sobre os estupros cometidos pelo médium “João de Deus”*, de Larissa Flavia Monteiro Silva Rosa, que analisou o posicionamento jornalístico da Globo sobre os casos de violência sexual praticados por João de Deus, publicada em 2021.

Ademais, diversos trabalhos pautam a representação das violências de gênero nas telenovelas. Nesse sentido, cabe ressaltar a importância das representações midiáticas sobre a violência, no sentido de publicizar, tornar visíveis as possíveis causas, dinâmicas de operação e consequências do problema. Ao mesmo tempo, é preciso observar em que nível essas representações que rompem a invisibilidade podem acabar sendo responsáveis por criar determinados sentidos e percepções públicas a respeito da violência, problematizar como os produtos comunicacionais atuam não só na sua exposição do tema aos públicos, mas também na elaboração de percepções coletivas sobre o problema.

A dissertação *A comunicação em coletivos de mulheres: organização, mobilização e formação feminista*, de Sabrina Stieler Teixeira foi o trabalho localizado que mais se aproxima do presente objeto de pesquisa. Teixeira (2022) analisou a comunicação em coletivos de mulheres em Porto Alegre/RS ligados às questões de violência, raça e natureza, buscando identificar regularidades e distinções da comunicação nos coletivos. Dessa forma, a autora identificou uma profusão de organizações protagonizadas por mulheres na cidade, bem como os processos comunicacionais contribuem com a cidadania e a construção de outros futuros possíveis.

Quadro 10 – Teses e dissertações

Portal	Ano	Número de Publicações
Banco de Teses e Dissertações da Capes	2018	22.746
Banco de Teses e Dissertações da Capes	2019	23.761
Banco de Teses e Dissertações da Capes	2020	20.408
Banco de Teses e Dissertações da Capes	2021	20.811
Banco de Teses e Dissertações da Capes	2022	13.984
Total		101.710

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 11 – Artigos científicos

Portal	Período	Número de Publicações
Google Acadêmico	2018-2022	16.300
Scielo	2018-2020	2.355
Total		18.655

Fonte: Elaboração própria.

No âmbito dos eventos em Ciências da Comunicação, destaca-se a criação do “GT10 - Mídia, gênero e raça” somente na última edição do Compolítica - Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e

Política¹⁰, realizada em 2021, recebendo o total de 12 trabalhos sobre esses temas.

Na Compós - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação¹¹, apesar do “GT - Comunicação, Raça e Interseccionalidades” disponibilizar ementa e dados de coordenação no site do evento, não foi possível localizar publicações nesse segmento nos Anais das últimas edições, indicando que a criação desse espaço de debate ocorreu recentemente. Ainda na Compós, o GT “Comunicação, Gêneros e Sexualidades” foi criado e começou a receber trabalhos a partir de 2019. Para a sistematização do número de trabalhos, optou-se pelo agrupamento das edições, identificando que o congresso recebe dez trabalhos, anualmente, em cada divisão temática.

Por fim, no Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação¹², destacam-se dois Grupos de Trabalho que reúnem os assuntos desta pesquisa. O GT “Comunicação para a Cidadania” apresenta temáticas como comunicação pública, política, gênero, participação e mobilização social. Enquanto isso, o GT “Estéticas, Políticas do corpo e Gêneros” possui enfoque nas performances de gênero e seus sentidos, abordando implicações das corporalidades em diferentes contextos sociais e pautando o combate de preconceitos tais como racismo e misoginia. Além disso, há notória convergência entre os temas abordados pelos GTs, explicitando a complexidade dos temas que norteiam, também, a presente pesquisa. Em outras palavras, a política está para os corpos assim como os corpos mobilizam-se em prol de transformações políticas.

Quadro 12 – Grupos de trabalho em eventos

Congresso	Grupo de trabalho	Número de Trabalhos
Compolítica (2021)	GT10 - Mídia, gênero e raça	12
27º Compós (2018) 28º Compós (2019) 29º Compós (2020) 30º Compós (2021) 31º Compós (2022)	Comunicação e Cidadania	50

¹⁰ Site oficial do Compolítica: <http://compolitica.org/novo/>.

¹¹ Site oficial da Compós: <https://compos.org.br/>.

¹² Site oficial do Intercom: <https://www.portalintercom.org.br/>.

28º Compós (2019) 29º Compós (2020) 30º Compós (2021) 31º Compós (2022)	Comunicação, Gêneros e Sexualidades	40
41º Intercom (2018)	Estéticas, Políticas do corpo e Gêneros	39
41º Intercom (2018)	Comunicação para a Cidadania	32
42º Intercom (2019)	Estéticas, Políticas do corpo e Gêneros	38
42º Intercom (2019)	Comunicação para a Cidadania	49
43º Intercom (2020)	Estéticas, Políticas do corpo e Gêneros	57
43º Intercom (2020)	Comunicação para a Cidadania	34
44º Intercom (2021)	Estéticas, Políticas do corpo e Gêneros	51
44º Intercom (2021)	Comunicação para a Cidadania	43

Fonte: Elaboração própria.

Ao conceber o este levantamento do estado de conhecimento como parcial e impermanente, dada a rapidez na circulação de novas informações, perspectivas e pesquisas na contemporaneidade, os estudos mapeados até este momento demonstraram uma carência da operacionalização da “comunicação pública”, conforme proposta por Esteves (2011) e Weber (2017), nos estudos com enfoque feminista sobre a violência de gênero. Desse modo, esta pesquisa se propõe a pensar a comunicação pública em uma perspectiva ampliada, contendo a abordagem a partir dos corpos femininos e feminizados, analisando como esses corpos podem formar redes de comunicação pública (WEBER, 2017).

No mesmo sentido, o mapeamento dos GTs em três congressos nacionais de Comunicação demonstrou a crescente abordagem teórica a partir das interseccionalidades nos últimos cinco anos, inferindo-se que esse representa um profícuo e relativamente recente prisma para se pensarem os estudos da área.

Na análise das teses e dissertações selecionadas na área de Comunicação, verifica-se a predominância de estudos de caso segmentados de acordo com uma localização geográfica, situação ou estratégia de atuação relacionadas à violência de gênero.

No Catálogo de Teses e Dissertações da Capes também é possível notar um grande volume de trabalhos que analisam a Lei Maria da Penha, primeira implementação jurídica de enfrentamento da violência de gênero, responsável por caracterizar a ampla gama de violências que podem recair sobre as mulheres e diversos dispositivos de combate existentes, como, por exemplo, a realização de grupos reflexivos com agressores e a aplicação de medidas protetivas para as vítimas. Mais do que nomear e categorizar formas de opressão até então naturalizadas e privatizadas, essa legislação mobilizou diversos setores da sociedade e, especialmente, o movimento feminista, para propor soluções mais específicas para a questão da violência.

Em termos estatísticos, foram localizadas mais de 100 mil teses e dissertações relacionadas à comunicação e à violência de gênero no recorte temporal entre 2018 e 2022, mais de 18 mil publicações nas plataformas Scielo e Google Acadêmico e cinco Grupos de Trabalho (GTs) envolvendo corpo, violência de gênero, feminismos e interseccionalidades nos congressos Intercom, Compólitica e Compós, nacionalmente reconhecidos no campo da Comunicação. Os quadros que apresentam o detalhamento desses dados estão disponíveis no Apêndice.

Na Comunicação, as pesquisas acadêmicas que versam sobre gênero passaram por significativas mudanças ao longo do tempo, acompanhando as transformações da própria sociedade. Para Escosteguy (2020), as pesquisas em comunicação e gênero podem ser divididas em quatro momentos fundamentais: o primeiro consiste em uma “[...] arrancada inaugural, nos anos 1970 e 1980; o segundo impulso nos 1990; o terceiro, dos anos 2000 até 2015 e, por fim, o que está em curso a partir do que se convencionou chamar ‘a primavera feminista’” (ESCOSTEGUY, 2020, p. 109-110).

De acordo com Escosteguy (2020), o primeiro momento das pesquisas de comunicação e gênero ocorre concomitantemente à ditadura militar, centrando-se na representação das mulheres na mídia e sendo fortemente marcado pelo uso sistemático da categoria “mulher”.

No segundo momento, o termo “gênero” começa a ser utilizado com escassa densidade conceitual nos estudos de mídia, empregado como *mera etiqueta*. Ao passo que as demandas feministas ganham espaço e as mulheres conquistam novos direitos, identifica-se a ascensão da perspectiva neoliberal, o

consequente individualismo e o esfacelamento dos movimentos sociais. Nesse contexto, Escosteguy (2020) pontua que “[...] na virada do milênio, aparecem, inclusive, indícios antifeministas ou pós-feministas, associados à circulação de ideias que vinculam o feminismo com algo antigo e superado” (ESCOSTEGUY, 2020, p. 110).

O terceiro momento é marcado pela dualidade entre a popularização do “fim” do feminismo e a formulação de uma crítica a esse posicionamento, identificando-se a primeira convergência entre as teorias do Sul e do Norte globais.

Por fim, o quarto impulso ocorre a partir da “primavera feminista”, composta por grandes manifestações, tais como a Marcha das Margaridas, das Mulheres Negras e do Empoderamento Crespo. Nesse sentido, atua-se em um “[...] horizonte aberto pela explosão dos feminismos, impulsionada pelas novas mídias digitais e por movimentos sociais negros, de favelas e de diversidade sexual” (ESCOSTEGUY, 2020, p. 110-111). Ao mesmo tempo, observa-se a escalada de uma onda conservadora e de discursos antifeministas.

6.3.4 Rede de Comunicação Pública – Visibilidade e debate público

A comunicação pública, de acordo com formulações de Weber (2017) e Esteves (2011), contribui com a compreensão das redes constitucional, institucional e científica, ao passo que permeia avanços e reivindicações sociais. Nesse sentido, entende-se que a comunicação foi e continua sendo responsável por manter as discussões sobre gênero, feminismo e violências na alçada do interesse público, possibilitando a formulação de debates em espaços formais e alternativos, governamentais e midiáticos.

Ao conceber que não há democracia sem a participação efetiva da sociedade, a comunicação pública ocupa posição central ao traduzir os anseios e as pressões sociais, acompanhando transformações e fornecendo respostas. Desse modo, torna-se possível manter os acontecimentos vivos através de debates, conferindo visibilidade a sujeitos, grupos, temas e problemas tanto históricos quanto contemporâneos.

Em função do seu compromisso com o interesse público, identifica-se a rede de comunicação pública (WEBER, 2017) como recurso estratégico fundamental no enfrentamento das violências e na promoção da vida das mulheres.

6.4 Interseccionalidade, solidariedade política e insurgência de vida

Para Sueli Carneiro (2003), é fundamental “enegrecer o feminismo”, reconhecendo as especificidades de experiências e contribuições das mulheres negras para a teoria e a prática feministas. Nesse sentido, os conceitos de interseccionalidade e solidariedade política representam importantes contribuições do feminismo negro e poderosas chaves de leitura para refletir sobre as possibilidades de promoção da vida. Inicialmente, cabe ressaltar os esforços para politizar a própria definição de *vida*, em que um posicionamento efetivamente em prol da vida deve situar-se de forma contrária às violências e condições de precariedade às quais os corpos femininos e feminizados são submetidos.

O conceito de interseccionalidade, formulado inicialmente por Kimberlé Crenshaw (2002), visa abarcar as múltiplas formas de opressão que se entrecruzam e afetam as vidas – e os corpos – de diferentes mulheres. Originalmente, o termo remetia aos sistemas de Justiça, em que as discriminações de “raça” e “gênero” se referiam, respectivamente, a homens negros e mulheres brancas, conferindo invisibilidade às mulheres negras nesses espaços. Para Fernanda Carrera (2021), a interseccionalidade colocou em evidência o encontro de duas ou mais estruturas discriminatórias e seus complexos desdobramentos, que ultrapassam o simples somatório de formas de opressão e permeiam a experiência concreta dos sujeitos. Com o passar do tempo, a perspectiva interseccional passou a compor outras áreas do conhecimento além do Direito, ampliando o leque de estruturas de preconceito em seu âmbito de análise.

De acordo com Carrera (2021), um posicionamento interseccional ultrapassa o mero reconhecimento das formas de opressão e seus efeitos, uma vez que se propõe à superação de estruturas discriminatórias e excludentes, como um manifesto em prol da emancipação social. Sendo assim, esse conceito

representa uma ferramenta para a construção de pesquisas acadêmicas, na medida em que desnaturaliza os papéis tradicionalmente atribuídos a diferentes grupos sociais. Além disso, estudos efetivamente comprometidos com a interseccionalidade devem compreender como as estruturas de opressão se mantêm, almejando a justiça social.

Reconhecer diferenças é uma das etapas do processo analítico, mas esse reconhecimento se torna a base para o enfrentamento de injustiças e opressões estruturais. Assim, qualquer delineamento metodológico para pesquisas nesse conceito, se ajustado à teoria fundamental e às suas bases sociais, deve ser comparativo, complexo e emanar ares de manifesto e denúncia, porque seu princípio é, irremediavelmente, o da justiça social (CARRERA, 2021, p. 5)

Em certa medida, a compreensão de Candau (2008) sobre as dinâmicas de empoderamento pode ser relacionada à própria interseccionalidade. Esses dois conceitos partem do reconhecimento das desigualdades e assimetrias existentes entre os sujeitos, mas também ultrapassam a mera descrição, adotando um posicionamento em prol da transformação social.

Os conceitos de “empoderamento” e “interseccionalidade” não propõem uma visão totalizante dos indivíduos, nem objetivam eclipsar suas possibilidades de agência. Pelo contrário, acolhem a multiplicidade que emerge de experiências individuais e coletivas muito distintas, envolvendo a circulação entre dimensões públicas e privadas da vida social. Assim, a combinação entre interseccionalidade e empoderamento representa a liberação de potências individuais e coletivas indissociáveis, a partir dos próprios sujeitos e grupos sociais.

A partir da consciência das marcas interseccionais que os atravessam, os mesmos corpos individuais e coletivos que enfrentam violências reúnem-se enquanto potência de transformação de suas próprias realidades. Somado à interseccionalidade, o corpo-território de Gago (2020) nomeia o caráter, ao mesmo tempo, indeterminado e produtivo da dimensão corporal. Muito embora tenham sido historicamente espoliados, maltratados e excluídos, os territórios corporais e existenciais também são indeterminados quanto à sua potência de atuação e de recursos pessoais. Assim, concretiza-se uma compreensão de poder presente *nos* corpos individuais e coletivos, conforme apresentado na Parte I deste trabalho.

No mesmo sentido, hooks (2019) considera que o princípio de *solidariedade* foi pouco explorado pelas correntes feministas, preferindo-se

noções de *apoio*. No entanto, a autora problematiza como o apoio pode relegar as mulheres à condição de vítimas, enquanto a solidariedade atenta para sua autonomia individual e partilhada.

Além disso, as ações embasadas na solidariedade demandam comprometimento contínuo. Nesse sentido, a formação de laços de *irmandade* entre as mulheres – pauta de diferentes correntes, discussões e momentos históricos do feminismo – pode beneficiar-se, em grande medida, da conceituação de *solidariedade política* da autora.

Solidariedade e apoio são coisas distintas. A experiência da solidariedade requer uma comunhão de interesses, crenças e objetivos em torno dos quais se possa formar uma aliança, uma irmandade. O apoio pode ser ocasional. Ele pode ser oferecido e retirado com a mesma facilidade. A solidariedade requer um compromisso firme, contínuo. No movimento feminista, para que possamos crescer, é preciso diversidade, divergência e diferenças (hooks, 2019, p. 108).

hooks (2019) indica a solidariedade política como uma estratégia feminista no enfrentamento das formas de opressão sexista. Para que esse propósito seja alcançado, é preciso repensar concepções de poder e formas de opressão além da dominação masculina. A autora ressalta a inter-relação entre racismo e branquitude, por exemplo, em que as feministas brancas podem desconsiderar as experiências de mulheres negras que sofrem os efeitos da discriminação racial, além do sexismo. Para hooks (2019), todas as formas de preconceito representam um obstáculo para alcançar, plenamente, a solidariedade política.

Compreendendo a diversidade humana como antídoto ao preconceito, as experiências individuais e coletivas adquirem centralidade para ampliar abordagens e pautas, certamente, mas também para mapear os *laços* entre as mulheres, criando espaços onde suas vozes sejam ouvidas. Mobilizar-se a partir da solidariedade política não significa eliminar as diferenças entre as mulheres, mas, sim, descobrir formas de operar a partir do respeito e do reconhecimento da diversidade inerente aos grupos sociais. Assim, “podemos ser irmãs unidas pelo compartilhamento de interesses e crenças, unidas em nosso apreço pela diversidade, unidas em nossa luta para acabar com a opressão sexista, unidas na solidariedade política” (hooks, 2019, p. 174).

Somando-se à proposta de solidariedade política de hooks (2019), Butler (2018) argumenta que o exercício da liberdade se consolida a partir das relações, bem como dos desdobramentos produzidos pelos processos intersubjetivos:

[...] a liberdade é mais frequentemente exercitada com outros, não necessariamente de uma maneira unificada e conformista. Ela não exatamente presume ou produz uma identidade coletiva, mas um conjunto de relações possibilitadoras e dinâmicas que incluem suporte, disputa, ruptura, alegria e solidariedade (BUTLER, 2018, p. 34).

Um horizonte existencial constituído pela solidariedade política concretiza-se na formação de alianças, vínculos de autonomia forjados coletivamente. No mesmo sentido, a perspectiva interseccional se propõe a um salto entre o reconhecimento de opressões que atravessam os sujeitos e a elaboração de estratégias para transpor as assimetrias de poder estabelecidas. Por conseguinte, a combinação desses conceitos mostra-se frutífera para conjecturar a superação de desigualdades e a promoção de formas mais equitativas de sociabilidade.

INTERLÚDIO

Será tempo o bastante que tenho pra viver?
 Eu não sei, eu não posso saber
 Mas enquanto houver amor, eu mudarei o curso da vida
 Farei um altar pra comunhão
 Nele, eu serei um com o mundo até ver
 O ponto da emancipação
 Porque eu descobri o segredo que me faz humano
 Já não está mais perdido o elo
 O amor é o segredo de tudo
 E eu pinto tudo em amarelo

Emicida

O objetivo central do “Interlúdio” consiste em realizar a transição da *morte* para a insurgência de *vida* a partir da experiência amorosa, de acordo com as concepções de bell hooks (2020) e Renato Nogueira (2020). Desse modo, reflete sobre a politização do amor e das relações afetivas para analisar, também, a possibilidade de formas de comunicação e sociabilidade pautadas por uma ética amorosa (hooks, 2020).

Politização do amor em prol da vida

A segunda parte deste trabalho sustentou que não basta enfrentar a violência, também é necessário promover a vida, ou seja, almejar a existência de condições dignas para que a energia vital possa florescer e se desenvolver plenamente. Então, comecei a refletir sobre os sentidos do amor.

Pode parecer contraditório abordar o amor em uma pesquisa acadêmica, considerando diferentes manifestações e apropriações desse conceito em tempos e culturas distintas. O amor e, especialmente, o amor romântico, tem sido tema de produções musicais, poéticas, comunicacionais e cinematográficas desde períodos imemoriais. Ao primeiro olhar, tudo isso não combina com fazer pesquisa.

No entanto, ao adotar a visão proposta por hooks (2020), segundo a qual “o amor é o que o amor faz”, torna-se possível refletir sobre a politização das relações amorosas e afetivas. Afinal, se o amor é indissociável da ação no mundo, é inconcebível a sua existência em contextos de dominação, violência e opressão. Nesse sentido, a campanha “Quem ama não mata”, na década de

1970, em resposta ao julgamento pelo assassinato de Ângela Diniz, evidencia as investidas do movimento feminista para tematizar as relações de afeto como assuntos públicos.

A temática do amor também é frutífera para compreender as violências de gênero porque, não raro, esses crimes são perpetrados como fruto de uma visão distorcida sobre o amor. Para hooks (2020), esse comportamento estabelece um paradoxo. Se o amor reside nas ações, é impossível agir com violência quando se ama, e o amor não estaria, de forma alguma, relacionado à violência e à morte. Ainda assim, a autora analisa como sociedades pautadas na dominação exaltam a morte enquanto obstáculo para a insurgência de vida.

Culturas de dominação cortejam a morte. Por isso a fascinação constante pela violência, a falsa insistência de que é natural os fortes atacarem os fracos, os poderosos atacarem os sem poder. Em nossa cultura, a adoração da morte é tão intensa que se põe como obstáculo ao amor (hooks, 2020, p. 221).

Ao mesmo tempo, hooks (2020) reconhece que as relações íntimas permeadas pela violência não são compostas meramente por episódios violentos, podendo representar, também, manifestações deturpadas de proteção e afeto não encontrados nos espaços públicos, por exemplo.

Ao compreender a subversão das relações íntimas e da própria noção de amor e conceber que este repousa nas atitudes, a autora defende que o amor não deve se associar à violência nem ser causador de sofrimento, invalidando a possibilidade dos chamados “crimes passionais”, isto é, matar porque se “ama demais”. Ademais, embora os sentimentos humanos pareçam incontroláveis, a maioria das pessoas concorda que exercemos poder sobre nossas ações e, sendo assim, também devemos assumir responsabilidade sobre elas.

Quando entendemos o amor como a vontade de nutrir o nosso crescimento espiritual e o de outra pessoa, fica claro que não podemos dizer que amamos se somos nocivos ou abusivos. Amor e abuso não podem coexistir. Abuso e negligência são, por definição, opostos ao cuidado. Ouvimos com frequência sobre homens que batem na esposa e nos filhos e então vão ao bar da esquina proclamar apaixonadamente o quanto os amam. Se você conversar com a esposa num dia bom, ela pode insistir que ele a ama, apesar da violência. [...] Muitos de nós precisamos nos apegar a uma ideia de amor que torne o abuso aceitável ou que ao menos faça parecer que, independente do que tenha acontecido, não foi tão ruim assim (hooks, 2020, p. 48).

Esta digressão sobre o amor evidencia a multiplicidade de elementos que envolvem experiências de sofrimento e violência, especialmente em se tratando do âmbito privado, no qual posições hierárquicas são naturalizadas e se

confundem, erroneamente, com afeto. hooks (2020) também aciona, novamente, o papel exercido pelas famílias durante o desenvolvimento dos sujeitos, que pode ser fundante da sua compreensão sobre valores subjetivos, como noções de *cuidado* e *lar*. Sendo assim, reflete-se sobre a dificuldade de identificação e libertação de contextos violentos, pois esses movimentos perpassam importantes desconstruções por parte dos indivíduos sobre suas próprias relações, entendimentos e histórias de vida.

Ao expandir esse debate a um nível estrutural, hooks (2020, p. 110) defende que “[...] o princípio que alicerça a sociedade capitalista e o princípio do amor são incompatíveis”, em razão dos mecanismos de opressão que sustentam o modelo socioeconômico do capitalismo. Desse modo, a autora apresenta o medo como oposição do amor e sustentáculo dos sistemas de opressão. O temor ao diferente acaba gerando aversão e, por conseguinte, embasando preconceitos e violências.

Culturas de dominação se apoiam no cultivo do medo como forma de garantir a obediência. [...] O medo é a força primária que mantém as estruturas de dominação. Ele promove o desejo de separação, o desejo de não ser conhecido. Quando somos ensinados que a segurança está na semelhança, qualquer tipo de diferença parece uma ameaça. Quando escolhemos amar, escolhemos nos mover contra o medo – contra a alienação e a separação. A escolha por amar é uma escolha por conectar – por nos encontrarmos no outro (hooks, 2020, p. 129).

No mesmo sentido, a precarização da vida e o esfacelamento dos laços coletivos estão diretamente vinculados aos moldes capitalistas de ganância e adoração ao dinheiro, justificando a desumanização e exclusão dos sujeitos, uma vez que “para manter e satisfazer a ganância, é preciso apoiar a dominação. E um mundo de dominação sempre é um mundo sem amor” (hooks, 2020, p. 157).

Como afirma o filósofo decolonial Noguera (2020), que se debruçou sobre amor em diferentes mitologias, culturas e concepções filosóficas em sua obra “Por que amamos: o que os mitos e a filosofia têm a dizer sobre o amor”, amamos porque estamos vivos. Além disso, o autor pontua que a experiência amorosa não pode ser vivenciada individualmente, mas se concretiza a partir das conexões estabelecidas com outras pessoas. Somando-se às concepções de hooks (2020), Noguera (2020, p. 79) afirma que “[...] amar não é da ordem da posse, mas da troca”, e, expandindo essa compreensão para as comunidades, esse amor mostra-se como “[...] um exercício de manter a vida pessoal e coletiva em equilíbrio”.

Em meio às reflexões proporcionadas por este trabalho, algumas perguntas se tornaram urgentes. Afinal, como o amor está para a vida? Como sustenta a vida? Como produz e, ao mesmo tempo, é produzido pela vida?

hooks (2020, p. 114) fornece algumas pistas para alcançar as respostas a essas questões ao entender o “[...] amor como uma força ativa que deveria nos levar a uma comunhão mais ampla com o mundo”, possibilitando, assim, a superação das formas de dominação e opressão. Em outras palavras, a autora propõe uma politização do amor a serviço da vida, enxergando o amor como intensificação da própria experiência vivida.

A politização do amor, para hooks (2020), pode ser alcançada a partir de uma ética amorosa constituída pelos princípios de cuidado, compromisso, confiança, responsabilidade, respeito e conhecimento vivenciados nas práticas cotidianas. Dessa forma, comecei a refletir sobre o papel de uma ética amorosa para o enfrentamento da violência e a promoção da vida, buscando vislumbrar a responsabilidade da comunicação nesses processos. Como seriam veículos e produtos de comunicação guiados por uma ética amorosa? Como se dariam processos interacionais orientados por essa lógica e prática?

A comunicação sob uma ética amorosa poderia deslocar o foco da espetacularização dos acontecimentos para buscar a sensibilização dos públicos, sejam eles próximos ou não do tema em pauta. No caso da violência de gênero, trata-se de um problema estrutural, histórico e sem perspectiva de resolução, que deveria receber a atenção de toda a sociedade civil. Assim, comunicadores guiados pela ética amorosa deveriam refletir criticamente sobre as imagens que produzem e reproduzem, assim como sobre seus impactos individuais e sociais.

Enfim, tematizar o amor propõe repensar as formas como tecemos as relações, em contraposição ao poder hierárquico vigente em nossa sociedade. Não no sentido de um amor romântico, ou reduzido a uma relação entre duas pessoas, mas um amor vivido em comunidades, construído e construtor dessas comunidades, força motriz que mantém as redes em sinergia. hooks (2020) reconhece que viver regido por uma ética amorosa requer coragem e superação de medos.

Para vivermos nossa vida com base em princípios de uma ética amorosa (demonstrando cuidado, respeito, conhecimento, integridade e vontade de cooperar), temos de ser corajosos. Aprender como encarar nossos medos é uma das formas de abraçar o amor. Talvez nosso medo não vá embora, mas já não ficará no caminho (hooks, 2020, p. 137).

A superação de medos também pode impulsionar o reconhecimento e respeito às diversidades. Ao mesmo tempo, a autora defende que ter a coragem de abraçar uma ética amorosa pode romper o isolamento individual para construir vínculos coletivos.

Aqueles de nós que já escolheram adotar uma ética amorosa, permitindo que ela governe e oriente o modo como pensamos e agimos, sabemos que, ao deixar nossa luz brilhar, atraímos e somos atraídos por outras pessoas que também mantêm sua chama acesa. Não estamos sozinhos (hooks, 2020, p. 137).

Finalizo este interlúdio com reticências, ciente de que há muito mais para discorrer sobre o tema. Por ora, sustento que o amor e a ética amorosa estão essencialmente vinculados à irrupção da vida e à constituição de comunidades, buscando compreender esses elementos na comunicação das instituições estudadas nesta pesquisa.

PARTE III - CORPO-REDE

Há quem diga que a alma anima o corpo. No entanto, e se resolvêssemos imaginar por um instante que é o corpo que anima a alma, que a ajuda a se adaptar à vida concreta, que analisa e traduz, que fornece o papel em branco, a tinta e a pena com os quais a alma pode escrever nas nossas vidas? [...] Será que temos força suficiente para renegar o pensamento geral e prestar atenção, com profundidade e sinceridade, ao nosso corpo como um ente poderoso e sagrado?

Clarissa Pinkola Estés

A terceira parte desta dissertação considera que os movimentos coletivos e comunicacionais têm o potencial de *salvar* mulheres de situações de risco e violência. A congregação dos corpos em rede, ou *Corpo-rede*, exerce o papel de expor condições de vida partilhadas, rompendo o individualismo vigente em uma sociedade capitalista e marcadamente neoliberal.

Desse modo, o corpo isolado e suscetível à violência percebe-se acompanhado por outros corpos, reconhecendo tanto suas condições de precariedade quanto suas possibilidades de superar obstáculos (BUTLER, 2018). Como demonstrado pelas mobilizações feministas, responsáveis por colocar a violência de gênero em um espaço público de discussão, a luta de diferentes sujeitos e de temas sensíveis da realidade social pelo direito de aparecer constitui elemento fundante para o pleno exercício democrático.

Nesse sentido, Butler (2018) reconhece a importância das condições sociomateriais que permitem expressar as reivindicações coletivas – como recursos discursivos, tecnológicos e comunicativos. No mesmo sentido, a autora adota uma concepção de “comunicação” que abarca todas as dinâmicas que ocorrem *em redes, entre os corpos*, incluindo-se os recursos mediadores dessas relações, bem como as condições de globalidade e localidade existentes em diferentes contextos. Afinal, mesmo que uma demanda social seja *localizada* geográfica e historicamente, tem o potencial de alcançar públicos para além de suas próprias fronteiras, especialmente por intermédio das ferramentas digitais.

A partir de uma comunicação que concebe as relações estabelecidas entre as mulheres, adoto a comunicação pública como lente de análise social sobre o problema da violência de gênero e a formação de redes de enfrentamento.

Para Weber (2017) e Esteves (2011), o conceito de “comunicação pública” é polissêmico, dotado das dimensões normativa, fática e crítica. Assim, opero

com uma perspectiva crítica, buscando apreender o tensionamento entre as dimensões normativa e fática nas relações sociais, bem como o seu papel para a produção do debate público. No mesmo sentido, procuro tecer uma crítica à abordagem formal de esfera pública, adotando um ponto de vista material das relações sociais, a partir dos corpos e da vida. Afinal, o que é a vida? O que seria uma *boa vida* de ser vivida? Esses questionamentos se colocam em torno da *promoção da vida*, e acredito que a deliberação *em redes* pode ajudar a respondê-los.

De acordo com Weber (2017), interesse público e debate público são preceitos fundamentais da comunicação pública, visto que a mobilização em torno de assuntos de interesse da sociedade civil exige posicionamentos dos poderes democraticamente instituídos. Em convergência com essa concepção, a combinação entre comunicação pública e estudos feministas contribui para ocupar espaços constituídos, mas também para produzir novos âmbitos de elaboração, debate e atuação coletiva.

Um importante ponto de encontro entre o feminismo e a comunicação pública é que ambos almejam a emancipação social. No entanto, como abarcar a complexidade dos temas, agentes e polos de discussão inerentes ao movimento feminista?

A conceituação das redes de comunicação pública desenvolvida por Weber (2017) apresenta uma resposta possível para essa questão, uma vez que traduz o caráter dinâmico, processual e plural das transformações sociais, conquistadas a partir do embate entre diferentes realidades que transitam do individual ao coletivo, das questões públicas àquelas de origem privada.

Em suma, entendo que o estudo das redes de comunicação pública pode contribuir para a compreensão da visibilidade, da credibilidade e da atuação das mulheres no combate à violência de gênero e na promoção da vida. **Neste momento, o desafio consiste em examinar os processos comunicacionais em redes a partir da comunicação pública.** Como essas redes se mobilizam para assegurar a permanência do tema na esfera de debate? Como operam para a resolução e a prevenção da violência? Como contribuem para a insurgência de uma vida “boa de ser vivida” (BUTLER, 2018), para além da mera sobrevivência? **Como a comunicação pública pode operar contra as políticas de morte e em prol da vida?**

Desenvolve-se a terceira parte deste trabalho a partir das seguintes formulações teóricas: esfera de aparecimento, conceito desenvolvido por Butler (2018); potência dos corpos quando reunidos em aliança (BUTLER, 2018; GAGO, 2020); paridade de participação entre as mulheres (FRASER, 2007); concepção normativa da comunicação pública e sua relação com as democracias (ESTEVES, 2011; MAIA, 2008; WEBER, 2017; WEBER e LOCATELLI, 2022); e redes de comunicação pública que traduzem as diversidades inerentes aos variados sujeitos e grupos sociais (WEBER, 2017).

Em seguida, realiza-se a análise de instituições que atuam na transição do *Corpo-morte* para o *Corpo-vida*: Coletivo Nós, seguras; GRITAM – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres; Patrulha Maria da Penha; e Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos.

Por fim, realiza-se a análise de instituições que atuam na transição do *Corpo-vida* para o *Corpo-rede*: Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal; Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade (CliFI); Projeto Gradiva; e Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos.

7. Corpos em aliança

As diferentes formulações sobre as *redes* corpóreas podem ser associadas às *alianças* propostas por Gago (2020), em que os corpos femininos e feminizados perseveram porquanto tecem novos territórios de resistência a partir de manifestações plurais, consistentes e coletivas.

Com efeito, torna-se primordial mapear as redes que circundam tanto a questão da violência quanto a promoção da vida, podendo assumir as mais variadas configurações – institucionais, corporais, comunitárias e digitais – dotadas de dimensões comunicativas. Afinal, como as redes de corpos femininos e feminizados se formam e mantêm? Como as práticas de resistência operam em diferentes níveis?

Dessa forma, deve-se compreender a visibilidade, a credibilidade e a autonomia incorporadas pelas redes e assumidas pelas mulheres envolvidas, sem desconsiderar a possível invisibilidade de mulheres, assuntos ou dos próprios coletivos. O posicionamento interseccional representa um recurso estratégico importante, pois contribui para revelar dinâmicas de desempoderamento e entender assimetrias existentes na esfera pública, perseguindo tanto a paridade argumentativa (ESTEVEZ, 2011) quanto a paridade de participação (FRASER, 2007) dos sujeitos.

A partir dos desafios contemporâneos do movimento feminista no enfrentamento das violências e na promoção da vida, a noção de corpo-território (GAGO, 2020) também se apresenta como um ideal a ser perseguido, em que as alianças – ou redes – de mulheres cis, trans e travestis possibilitam o acesso ao problema e a formulação de resistências. Além disso, as dimensões de público e privado novamente entram em cena para demonstrar como a participação em espaços públicos e decisórios permite a constituição de um *corpo político*.

7.1 Esfera de aparecimento e o potencial das assembleias

Ao refletir sobre as condições de aparecimento de diferentes temas e grupos sociais, Butler (2018) considera que as assembleias reivindicam o direito de reunir-se sem temer a violência policial ou a censura política. Apesar das diversidades socioculturais, temáticas e subjetivas presentes em alianças

coletivas, o direito ao aparecimento e à manifestação é legítimo e comum mesmo em contextos distintos, como uma forma de apelo político.

Então, embora o corpo em sua luta contra a precariedade e a persistência esteja no coração de tantas manifestações, ele também é o corpo que está exposto, exibindo o seu valor e a sua liberdade na própria manifestação, representando, pela forma corpórea da reunião, um apelo ao político (BUTLER, 2018, p. 23-24).

Para Butler (2018, p. 24-25), “os corpos reunidos ‘dizem’ não somos descartáveis, mesmo quando permanecem em silêncio”. Ao se colocarem em um plano de aparecimento e reivindicarem a importância de suas vidas, as manifestações plurais em assembleia emitem uma mensagem corpórea incontornável. Corpos que respiram e agem no mundo também afirmam sua própria existência, saindo da invisibilidade e rompendo dinâmicas de desvalorização.

Em outras palavras, esses corpos mostram que suas existências *importam* e devem ser reconhecidas. Além disso, a natureza coletiva da assembleia demonstra condições de vida compartilhadas, expondo dinâmicas de desigualdade e opressão comuns a diferentes sujeitos e instaurando uma forma de performatividade plural e corporificada, demarcada por dependência e resistência:

Criaturas em assembleia como essas dependem de um conjunto de processos institucionais e de vida, de condições de infraestruturas, para persistir e fazer valer juntas o direito às condições de sua persistência. Esse direito é parte de um apelo mais amplo por justiça, um apelo que pode muito bem ser articulado por um posicionamento silencioso e coletivo. Por mais importantes que sejam as palavras para esse posicionamento, elas não exaurem a importância política da ação plural e corpórea (BUTLER, 2018, p. 24-25).

No mesmo sentido, Rousiley Maia (2008) considera que os impactos das associações coletivas são mais significativos do que movimentos realizados individualmente. Entretanto, nem todas as associações seguem princípios democráticos, podendo existir coletividades que fomentam, por exemplo, movimentos preconceituosos e autoritários. Para a autora, é necessário tomar as práticas das associações de forma específica e contextualizada, analisando seu compromisso com procedimentos democráticos, como “[...] participação inclusiva de todos os afetados ou concernidos, respeito à igualdade moral e política dos demais participantes, não tirania, escuta respeitosa e justificação recíproca das próprias proposições e revisibilidade das opiniões” (MAIA, 2008, p. 329).

Para Maia (2008), as associações e os movimentos sociais podem apresentar respostas para a apatia política da sociedade. Essa influência concretiza-se pela mobilização de indivíduos e grupos sociais, bem como pela produção de conhecimentos que visam enriquecer o repertório e o debate político. A título de exemplo, a ONG Themis adota essa postura ao formar multiplicadoras populares de saberes e práticas relacionados ao sistema de Justiça e direitos sociais, bem como ao disponibilizar conhecimento acadêmico sobre gênero, feminismos e Direito, dentre outros temas.

As associações democráticas, segundo Maia (2008), devem ser analisadas a partir da possibilidade de desenvolvimento nos domínios individual, público e institucional. Além disso, devem ser observadas as metas estabelecidas pelos grupos sociais, as funções democráticas que podem ser desempenhadas e o seu contexto social e histórico de atuação.

Ao passo que reconhece a importância das assembleias, Butler (2018) analisa como os Estados também podem organizar manifestações populares para legitimar seu poder e reafirmar ações políticas, não sendo esse um recurso exclusivo da sociedade civil. Ademais, a autora analisa como as “condições de aparição” dos corpos em assembleia envolvem recursos de infraestrutura e tecnologia. Aqui, pode-se considerar que a comunicação ocupa posição central para os agrupamentos coletivos, enquanto troca interacional que permite a própria formação de assembleias.

Os recursos de comunicação representam “condições de aparição” que permitem a “performatividade coletiva” defendida por Butler (2018). Essas condições de comunicação, infraestrutura e tecnologia destacam a relevância dos elementos não humanos para o contexto em análise, como dispositivos tecnológicos e organização arquitetônica das ruas, em convergência com as análises produzidas por Latour (2012) e Mol (2002).

Por mais transitórias que as reuniões corporificadas possam parecer, seu potencial está precisamente na sua instabilidade e imprevisibilidade, pois “[...] elas podem acontecer a qualquer momento” (BUTLER, 2018, p. 25-26). Muito embora não sejam a própria democracia, esses movimentos concretizam *rotas de fuga* para a reivindicação popular que possibilitam o exercício democrático. Além do mais, podem apresentar respostas legítimas à negligência e ao esquecimento do

Estado e das instituições formais, que deveriam operar contra a violência e em prol da vida.

7.2 Comunicação pública: o interesse público como horizonte

Em convergência com as reflexões de Butler (2018) e Weber (2017), considera-se que as assembleias são formadas em torno de temas mobilizadores. Neste estudo, a violência de gênero é considerada assunto de interesse público (WEBER, 2017) que deve ser pautado nos espaços de debate, possibilitando a elaboração de estratégias coletivas de enfrentamento.

Inicialmente, entende-se que a tematização desse problema pelo Estado e a sociedade civil permitiu a emergência de medidas e políticas públicas de enfrentamento. Para tanto, é notória a importância dos movimentos sociais, especialmente, do feminista, para a insurgência do assunto na esfera pública, ou “esfera de aparecimento” de Butler (2018).

Cabe ressaltar, também, que essa exposição implica reconhecer as altas taxas contemporâneas dos crimes em razão de gênero e suas características próprias, como as condições assimétricas de gênero às quais os corpos femininos e feminizados – ainda – são submetidos.

De certa forma, expressar o caráter público da violência de gênero também rompe uma tradição sócio-histórica de permanência no âmbito privado, familiar, interpessoal. A reivindicação pública de medidas efetivas, tanto para enfrentar a violência quanto para fornecer condições de vida dignas, suscita um debate sobre os recursos necessários para se libertar de contextos violentos. Além disso, a atualidade da questão revela-se a partir de uma leitura apurada do contexto contemporâneo, marcado, de um lado, pela emergência da primavera feminista e, de outro, confrontado por ações reacionárias de governo, como as políticas de desinvestimento no enfrentamento das violências contra as mulheres nos últimos quatro anos, conforme apontado em pesquisa do Lab Think Olga (2022).

Com o problema identificado como *de interesse público*, paulatinamente começam a surgir novas legislações, medidas de apoio e espaços formais de atendimento, ou espaços públicos. No entanto, Esteves (2011) pontua que um espaço público não é propriamente territorial, mas se configura no âmbito

simbólico, com a congregação de diferentes grupos reunidos em torno do assunto em discussão.

Desse modo, os espaços públicos são formulados e nutridos a partir de assuntos relevantes para diferentes grupos sociais, como no caso do problema da violência. Juntamente com Weber, Carlos Locatelli (2022) nomeia como “temas mobilizadores” as questões que promovem o agrupamento dos sujeitos em redes produtoras de sentido, a partir de fenômenos como *associação*, *tensionamento* e *debate*.

Esses sistemas desencadeiam o debate público ao responderem ao agendamento de temas de interesse coletivo, tais como educação, saúde, emprego, violência, corrupção, entre outros. São temas mobilizadores dos poderes da república, da sociedade civil, da imprensa, das redes digitais e do mercado, que na medida de seus interesses participam e respondem ao debate público, inibindo-o ou fortalecendo-o com suas produções simbólicas (WEBER; LOCATELLI, 2022, p. 143).

O interesse público consiste em uma premissa definidora das mobilizações do Estado e da sociedade, “[...] considerando a circulação dos temas que afetam a sociedade, os indivíduos, as instituições públicas e organizações privadas, com origem em discursos, ações ou propostas legais” (WEBER, 2017, p. 44).

Para Weber (2017), o interesse público deveria compor discursos e práticas dos fenômenos comunicativos nas democracias. No entanto, esse compromisso por vezes é subvertido, e mesmo suprimido, em prol de interesses privados e projetos de poder. Nesse contexto, as mobilizações da sociedade civil podem responder às ausências e negligências do próprio Estado e das instituições formais, trazendo a público condições de precariedade, invisibilidade ou violência. Ademais, grupos sociais comprometidos com o interesse público adquirem força política para pressionar os poderes, demandando respostas eficazes para suas questões (WEBER; LOCATELLI, 2022).

O conceito de “comunicação pública” representa um enquadramento interessante para analisar como os assuntos de interesse público passam a ocupar a agenda dos governos e da sociedade. De acordo com Esteves (2011, p. 201), a comunicação pública representa um princípio norteador para análise dos movimentos sociais, contribuindo para a formação de “[...] um novo paradigma compreensivo da realidade social”. Assim, estudar o movimento feminista e o problema da violência sob o prisma da comunicação pública visa compreender como as mulheres, as dinâmicas e as transformações formam “[...] um corpo

politicamente ativo, na medida em que pode dimensionar-se como espaço (público) de comunicação” (ESTEVES, 2011, p. 210).

Em sua dimensão *normativa*, a comunicação pública demarca o momento em que temas sensíveis transcendem o âmbito privado e passam a ocupar a esfera pública. Dessa forma, tem o potencial de iluminar questões como desigualdades e violências de gênero, tratando-os como assuntos de interesse público que devem compor os espaços de discussão. No mesmo sentido, a multiplicidade comunicacional do feminismo, enquanto movimento político, evidencia-se no constante tensionamento de diferentes abordagens, vertentes e realidades, que coexistem entre debates e novas formulações.

Da perspectiva da comunicação pública, o problema da violência de gênero pode ser considerado, ao mesmo tempo, *sensível, vital e político* (WEBER, 2017). Sua natureza *sensível* revela-se a partir dos expressivos dados de violência de gênero, bem como de preconceitos persistentes que colocam as *mulheres* e o *feminino* em posição de subalternidade. A dimensão *vital* reside no enfrentamento das violências, impulsionado pelo movimento feminista. Além disso, manifesta-se a partir da disseminação de conhecimentos sobre direitos sociais e teorias de gênero, ou *pedagogia feminista*. Por fim, sua perspectiva *política* consiste no desenvolvimento de normativas, delegacias e políticas públicas de enfrentamento das violências, bem como na transformação estrutural que almeja tornar o espaço *privado* um assunto *político*.

Para Weber e Locatelli (2022), a convergência entre a comunicação pública e a política reside justamente no compromisso com as democracias, em que os processos comunicacionais devem ser orientados pelo interesse público. Desse modo, a aplicação normativa da comunicação pública atesta a qualidade do exercício democrático, visto que a atuação dos Estados, das instituições e da sociedade civil em nível fático também deve ser submetida ao interesse público. Em outras palavras, a ação política e comunicativa não deve se alienar da experiência concreta dos sujeitos.

Somando-se a isso, Esteves (2011) define três princípios fundamentais da comunicação pública que podem ser relacionados às redes de enfrentamento da violência e promoção da vida: não fechamento do público; não fechamento temático; e paridade argumentativa.

O *não fechamento do público* representa a ampla liberdade de participação e o potencial ilimitado de expansão dos públicos, a partir da constante integração de novos agentes mobilizados pelos assuntos de interesse, transformando os próprios espaços de discussão. Na dicotomia entre prática acadêmica e militância, hooks (2019) analisa como o momento inaugural do feminismo contemplava majoritariamente mulheres brancas, intelectualizadas, de classe média a alta, desconsiderando as assimetrias de poder existentes entre diferentes mulheres. Com a ampliação do movimento, essas fragilidades começaram a ser expostas e novos elementos foram pautados, como os fatores interseccionais e descoloniais, evidenciando a importância do não fechamento do público.

O *não fechamento temático* introduz a possibilidade de incorporar novos assuntos ao debate público, de acordo com o momento sócio-histórico e as proposições dos próprios agentes. É possível tecer uma correlação entre a ampliação temática e a dos públicos, pois a ampla participação dos sujeitos introduz demandas específicas que pluralizam as discussões. A inserção do tema da *violência de gênero* no feminismo exemplifica a expansão de assuntos, decorrente de transformações e demandas sociais, especialmente a partir da incorporação de novos grupos de mulheres no movimento.

Além do mais, o princípio de não fechamento temático colabora para a manutenção de um espaço aberto e dialógico dentro do feminismo, possibilitando a proposição de demandas não consideradas até o momento presente. Mesmo na esfera de aparecimento (BUTLER, 2018), os assuntos não costumam receber o mesmo grau de relevância, visibilidade e credibilidade, em função de disputas internas e externas que incidem diretamente sobre a sua constituição. Temas sensíveis como o aborto, por exemplo, podem não ter evidência em decorrência de aspectos morais e religiosos, mas também de discordâncias do próprio movimento feminista.

A partir do não fechamento de públicos e temas, ainda é preciso garantir a *paridade argumentativa* entre os agentes. De acordo com esse princípio, “[...] a todos os participantes deve ser reconhecida uma igualdade essencial de estatuto, ou seja, a sua posição no debate público deve estar protegida” (ESTEVEZ, 2011, p. 210). Portanto, é fundamental identificar as relações de poder inerentes aos espaços públicos, bem como os processos de desempoderamento que atravessam as experiências de diferentes mulheres. Se inexistir um *discurso*

único no feminismo, não há uma categoria universal de *mulher* nem uma compreensão unívoca sobre a violência, as posições argumentativas também podem ser muito distintas.

O conceito de *paridade participativa* de Nancy Fraser (2007) pode somar-se à paridade argumentativa, visando constituir a equidade de condições de atuação nos espaços públicos do feminismo. A autora propõe um modelo tridimensional para construir uma sociedade mais igualitária, em que o reconhecimento de identidades, a redistribuição de oportunidades e a representação política são eixos centrais no combate às assimetrias de poder.

Nesse sentido, Fraser (2007) reconhece a pluralização de debates e de agências como herança exitosa da segunda onda feminista. No entanto, questiona os limites impostos pelo mero *reconhecimento* de identidades, bem como sua perigosa combinação ao neoliberalismo, resultando em proposições identitárias em detrimento de transformações estruturais. Para a autora, as lutas sociais acabaram sendo substituídas por lutas culturais, suprimindo perspectivas de igualdade social.

Como possível resposta a essa questão, Fraser (2007) argumenta que os movimentos sociais são afetados por transformações globais. Assim, o *feminismo transnacional* busca compreender assimetrias de poder em escala planetária, como fenômenos pós-coloniais e dimensões de poder imunes ao alcance da Justiça.

O âmbito transnacional comporta questões democráticas relacionadas ao gênero, atuando sobre sua visibilidade ou apagamento, resolução ou inércia. Para Fraser (2007), existe um problema de mau enquadramento das questões sociais e de gênero, que pode ser solucionado a partir do modelo tridimensional de redistribuição, reconhecimento e representação. Na perspectiva da autora,

[...] representação não é apenas uma questão de assegurar voz política igual a mulheres em comunidades políticas já constituídas. Ao lado disso, é necessário reenquadrar as disputas sobre justiça que não podem ser propriamente contidas nos regimes estabelecidos. Logo, ao contestar o mau enquadramento, o feminismo transnacional está reconfigurando a justiça de gênero como um problema tridimensional, no qual redistribuição, reconhecimento e representação devem ser integrados de forma equilibrada (FRASER, 2007, p. 305).

Dessa forma, considero a paridade de participação uma lente para a observação dos espaços de aparecimento constituídos pelo movimento feminista, especialmente no que tange à violência de gênero. Além de compreender e

exercer os direitos sociais conquistados, é fundamental ocupar e participar da construção desses espaços, em uma atuação *desde dentro* dos sistemas existentes.

Em suma, para que qualquer assunto adquira relevância e politicidade no espaço público, primeiramente é necessário possibilitar suas condições de aparecer, o que se efetiva a partir de assembleias coletivas e corporificadas. Uma vez situados enquanto assuntos de interesse público, os temas passam a ocupar o centro de disputas individuais, sociais, políticas e discursivas, em que a comunicação contribui para o debate, para a elaboração de novos sentidos e até mesmo de percursos para a resolução. Desse modo, a comunicação pública tem como horizonte normativo a deliberação sobre assuntos de interesse público que afetam a vida social.

No contexto estudado, o interesse público mobiliza *redes* a partir do enfrentamento da violência de gênero e da promoção da vida. Essas *alianças* persistem ao longo do tempo e das mudanças, pois o problema da violência ainda não foi solucionado, e a resistência coletiva desses corpos impede que o assunto da violência de gênero seja – novamente – esquecido, ocultado ou silenciado.

7.3 Redes de comunicação pública e emancipação social

A comunicação relaciona-se com a violência de gênero a partir do momento em que rompe o silenciamento sobre o assunto, tematizando esse problema social no espaço público. Nesta pesquisa, os discursos comunicacionais podem ser nocivos ao levarem, de um lado, à espetacularização dos casos de violências, e, de outro, à naturalização desse fenômeno, dado o seu volume e a sua persistência nas editorias policiais. Ao mesmo tempo, as iniciativas de comunicação midiática podem colocar o tema em evidência, denunciar o volume e a impunidade dos casos, cobrar instituições responsáveis e influenciar a conscientização da sociedade civil.

Nesse contexto, a comunicação pública surge como aliada na identificação, na prevenção e no enfrentamento das violências de gênero, em razão do seu respeito aos princípios democráticos em prol da justiça social. Para Weber e Locatelli (2022), uma pesquisa pautada pela comunicação pública deve englobar

a complexidade contextual, analisando como estratégias, tecnologias e discursos estão orientados para o debate e o interesse público.

Estudar empiricamente a comunicação pública, portanto, é identificar atores, relações, discursos, mídias e produtos comunicacionais quanto à sua responsabilidade a partir do preconizado em dispositivos legais, constitucionais e especialmente orientados pela postura ético-moral para além da sua função eminentemente fática e imediata (WEBER; LOCATELLI, p. 142-143).

Ao tecer relações entre as premissas da comunicação pública e as teorias e práticas do movimento feminista, analisa-se como seria um olhar feminista para a comunicação pública. A partir de aproximações e afastamentos entre esses universos teóricos, torna-se possível refletir criticamente sobre a formação de imaginários coletivos e estratégias de resistência relacionados ao tema das violências.

Primeiramente, cabe pontuar o constante embate entre *normatividade* e *facticidade* na comunicação pública. A partir da tradição teórica de Esteves (2011), Weber e Locatelli (2022) argumentam que a dimensão *normativa* deve ser orientada pelo interesse público, em que as instituições democráticas e os dispositivos comunicacionais cumprem um papel constitucional perante a sociedade. Entretanto, analisar contextos reais revela a dimensão *fática* da comunicação pública, em que os princípios democráticos podem não se concretizar, sendo influenciados ou mesmo monopolizados por interesses privados. Dessa forma, o conflito entre normatividade e facticidade revela desafios aos propósitos comunicacionais de diferentes grupos sociais.

Somando-se a isso, Weber e Locatelli (2022) destacam que o embate fático-normativo demonstra a existência de disputas relacionadas a diferentes formas de poder, narrativas, agências, ferramentas e versões sobre um mesmo acontecimento ou tema. Os autores também reconhecem que essas disputas ocupam o cerne das análises em comunicação pública.

[...] quando se pesquisa empiricamente a comunicação pública, é preciso perceber as próprias conclusões sobre o normativo desejável, o fático percebido, e compreender que os planos fáticos e normativos são também acionados pelos atores envolvidos nos processos e reveladores de suas estratégias no jogo político (WEBER; LOCATELLI, 2022, p. 152).

A permanente tensão entre fático e normativo também pode contribuir para mapear posições diferenciais ocupadas pelos sujeitos em determinados espaços e debates, revelando assimetrias e suscitando importantes questões sobre seus

interesses. Afinal, quem deseja a manutenção das estruturas de poder? E quem almeja transformações em prol da justiça social? Quais estratégias norteiam as iniciativas comunicacionais dos governos e dos grupos sociais?

Nesse sentido, a interseccionalidade contribui para identificar as identidades femininas e feminizadas implicadas no contexto estudado, fomentando uma compreensão ampliada sobre quem são essas mulheres, onde estão situadas e quais são os seus propósitos pessoais e coletivos, considerando fatores que atravessam suas existências. Além disso, a perspectiva interseccional se compromete tanto com o reconhecimento de opressões quanto com a emancipação social, a partir da superação das assimetrias existentes (CARRERA, 2021).

A violência de gênero também pode ser observada em relação às disputas fático-normativas. Ao passo que, normativamente, existem instituições e legislações de combate às violências e canais de apoio às vítimas, na realidade observa-se a ascensão nas taxas de violência e o descaso por parte do Estado.

A política de desfinanciamento do combate à violência contra a mulher representa somente um exemplo desse cenário, em que os próprios instrumentos democráticos são empregados no desmonte de conquistas sociais. O próximo quadro apresenta uma breve reflexão acerca do abismo entre normatividade (dever ser) e facticidade (ser) a respeito da violência de gênero.

Quadro 13 – Normatividade versus facticidade da violência de gênero

Normatividade (dever ser)	Facticidade (ser)
<ul style="list-style-type: none"> ● Aplicação da legislação existente ● Queda dos índices de violências ● Transformação social estrutural ● Instituições públicas ● Estrutura política 	<ul style="list-style-type: none"> ● Dificuldade de aplicação da legislação ● Barreiras no sistema de Justiça ● Desconhecimento da população sobre direitos ● Políticas de desfinanciamento do combate das violências ● Redes de enfrentamento da violência e promoção da vida

Fonte: Elaboração própria.

Em meio ao debate fático-normativo, a dimensão crítica da comunicação pública engloba públicos e instituições que exercem diferentes papéis, como de acompanhamento, ampliação de debates e exercício da cidadania, em que “[...] a manifestação dos públicos, a mobilização social e o movimento de redes de

comunicação funcionam como a vigilância dos poderes executivo, legislativo e judiciário” (WEBER, 2017, p. 38).

Dessa forma, as redes de enfrentamento exercem papel fundamental, tanto ao cobrarem respostas do Estado frente aos desafios contemporâneos, quanto ao atuarem junto a demandas que não estão sendo supridas pelos espaços formais. Essas redes tornam-se vitais, principalmente, fornecendo diagnósticos sobre a complexidade da realidade concreta, muitas vezes invisível para institutos que, normativamente, seriam os responsáveis por solucionar o problema da violência.

Para Weber (2017), assuntos de interesse público como a violência de gênero têm o potencial de reunir grupos em redes de comunicação pública, constituídas por visibilidade, credibilidade e mobilização, enquanto elementos norteadores para compreender diferentes mulheres, trânsitos, discussões e agências. Essas redes vinculadas à sociedade mantêm a democracia, tanto a partir de grupos sociais organizados quanto de manifestações mais espontâneas de duração indefinida – ou assembleias.

A metáfora das *redes*, adotada por Weber (2017), traduz as conexões que permitem a circulação de informações, ações e opiniões dentro e fora dessas associações coletivas, reconhecendo a amplitude de inter-relações que beira o infinito. Ademais, as redes de comunicação pública devem ser consideradas espaços de poder, que acionam diferentes lugares sociais ocupados por indivíduos e grupos.

De certo modo, uma das principais contribuições das redes para o exercício democrático reside justamente em manter os debates acesos e os assuntos de interesse público em pauta. Nesse sentido, Weber (2017) considera que a *esfera de visibilidade pública* mantém os temas em discussão, não permite que sejam silenciados, ocultados ou esquecidos. As tensões existentes entre diferentes mulheres e instituições atestam a validade desse processo contínuo, contribuindo para a compreensão e resolução de temas que impactam a vida coletiva.

Em outras palavras, as redes contribuem para a construção e a manutenção da deliberação, recurso fundamental para realizar discussões sustentadas pelo interesse público. Entre motivações públicas e privadas, debates e acordos permanentemente provisórios, os temas adquirem relevância, novas interpretações e se transformam, acompanhando o ritmo da sociedade.

Para Weber (2017, p. 86), quando sujeitos engajados em um assunto de interesse público organizam-se em rede, “[...] são desencadeados sucessivos processos comunicacionais, em que outros atores – da mesma ou de outras Redes – expressam as suas versões ou opiniões sobre o tema em evidência”. Ademais, Weber e Locatelli (2022, p. 145) argumentam que “o Estado pode ser impermeável à sociedade”, mas as redes de comunicação pública encontram formas de pressionar os poderes por respostas.

As redes de comunicação pública contribuem para reconhecer a realidade fática dos processos sociais, composta por divergências, disputas, possíveis avanços e retrocessos. Dessa forma, Maia (2008) argumenta que a pluralidade das associações é responsável por promover avanços significativos e fortalecer as democracias.

[...] O aprofundamento da democracia exige, assim, uma pluralidade de relações entre forças políticas distintas dentro da própria sociedade civil e, também, nas instituições do centro do sistema político. Em outras palavras, uma democracia robusta requer uma pluralidade de formas de participação política por parte dos cidadãos, de associações com diversos nichos de especialização e de formas distintas de articulação com os agentes do Estado (MAIA, 2008, p. 347).

Para Maia (2008), diferentes sujeitos e grupos apresentam demandas e projetos políticos relativamente autônomos e múltiplos, originando espaços de disputa e negociação. Além disso, é fundamental estabelecer conexões entre setores – tais como sociedade civil, Estado e sistema de Justiça – a fim de tratar o tema em disputa de forma mais ampla e efetiva.

Desse modo, Weber (2017) destaca uma ampla possibilidade de redes de comunicação pública, a depender da sua natureza, abordagem e alcance. No caso do enfrentamento da violência e da promoção da vida, as instituições analisadas podem ser definidas como *redes de comunicação social*, uma vez que mobilizam diferentes coletivos da sociedade civil em prol de objetivos relacionados a direitos sociais e exercício da cidadania.

Entretanto, essas redes não constituem espaços fechados de comunicação, mas, sim, conectados a outras redes que integram o seu funcionamento. Assim, entende-se que as *redes de comunicação social* pesquisadas se articulam com redes de outras naturezas, como *redes de comunicação jurídica*; *redes de comunicação científico-educacional*; e *redes de comunicação política*.

As *redes de comunicação jurídica* são representadas por legislações, instituições e espaços formais de Justiça relacionados ao enfrentamento da violência de gênero. A conexão com os saberes jurídicos demonstra-se fundamental, não somente na disseminação de conhecimentos jurídicos, mas também na reflexão sobre problemáticas que ainda demandam solução e nos casos em que a aplicação fática dos preceitos legais não se concretiza.

As *redes de comunicação científico-educacional*, por sua vez, reúnem conhecimentos técnico-científicos relacionados ao tema em pauta, podendo ratificar ou contestar assuntos de interesse público. Nesta pesquisa, consistem na produção e disseminação de conhecimentos sobre gênero, violência e feminismos, dentro e fora de espaços acadêmicos. A relevância dessas redes revela-se ao considerar que o campo científico trouxe diversos desses temas à luz, ou possibilitou olhares diferenciados sobre eles.

Por fim, as *redes de comunicação política* atuam na defesa de ideologias que visam a mudanças políticas e impactam a sociedade como um todo. Sendo assim, articulam-se a partir da pressão sobre os poderes na reivindicação por cidadania e transformação da realidade, em defesa dos direitos humanos e das mulheres.

Para o funcionamento das redes de comunicação pública, diferentes recursos de comunicação são fundamentais. Dentre os elementos sociomateriais necessários para a sua formação e manutenção, é importante analisar a prevalência e utilização das ferramentas digitais. Nesse contexto, Maia (2008) analisa as possibilidades de interação apresentadas pela internet nas democracias. Para a autora, os espaços da web não configuram, *a priori*, uma esfera pública em prol do fortalecimento democrático.

Pelo contrário, é necessário examinar pontualmente a presença – ou ausência – de elementos de interação comunicativa. Maia (2008, p. 280) destaca que a “esfera pública é caracterizada como o *locus* da argumentação, os espaços nos quais as pessoas discutem questões de interesse comum, apresentam suas inquietações e formam opiniões”.

A partir dessa noção de *esfera pública*, Maia (2008) discorre acerca das limitações e controvérsias da internet, como diferentes níveis de acesso que podem provocar assimetrias de participação e exclusões. A autora também pontua as dificuldades de estabelecer diálogos efetivos e concretizar a

racionalidade nesses espaços. Mesmo que o acesso a informações seja muito mais amplo e ágil nas redes digitais, as pessoas podem acabar buscando somente posicionamentos alinhados às suas opiniões prévias, fazendo com que um espaço de debate não seja efetivamente estabelecido. Nesse sentido, a internet não é obrigatoriamente um espaço público, mas contém possibilidades de formação de um espaço público.

Também existem potenciais benefícios dos vínculos constituídos nas redes web, como a formação de laços de solidariedade a distância que podem conectar grupos geograficamente separados e *salvar* mulheres em situação de risco.

A internet facilita a operacionalização de formas variadas de participação em âmbitos distintos – no nível local, nacional ou transnacional. Atores coletivos críticos da sociedade civil têm utilizado os recursos da rede com criatividade, para gerar conhecimento único competente, memória ativa, recursos comunicativos, exigência de prestação de contas e solidariedade à distância (MAIA, 2008, p. 347-348).

Ademais, os dispositivos comunicacionais e tecnológicos complexificam a organização das mobilizações de mulheres, inserindo novos componentes, limitações e possibilidades de análise, como o ativismo digital e a chamada primavera feminista. Para Escosteguy (2020), o ano de 2015 pode ser considerado um divisor de águas para as manifestações feministas amparadas pelas ferramentas digitais no Brasil. Além de expressarem reivindicações históricas do movimento feminista e LGBTQIA+, com destaque aos movimentos de mulheres negras e jovens, essas ações foram potencializadas nos espaços da internet.

Somando-se a essa visão, Weber (2017) pontua a importância das mídias alternativas, compostas – mas não somente – por ferramentas digitais. Esses espaços podem oferecer uma resistência à comunicação midiática, um espaço de visibilidade e expressão para as redes de comunicação social, reconhecendo debates e práticas que podem passar despercebidos pela mídia tradicional.

Em suma, os espaços alternativos contribuem com a consolidação de movimentos em prol de direitos civis – como o enfrentamento das violências e a promoção da vida. Desse modo, é possível inferir que o formato da comunicação não é necessariamente definidor de sua efetividade. Na verdade, acredito que o que realmente influencia a eficácia da comunicação é a sua consistência, que nasce do compromisso contínuo dos movimentos sociais e de suas reivindicações. Em outras palavras, a eficácia da comunicação depende do

potencial das redes de *permanecerem juntas*, apesar das inúmeras intempéries para o florescimento de mobilizações coletivas.

Para Weber (2017), a democracia é formada por um modo de comunicação que conecta instituições, sociedade e indivíduos, em que a tipologia das *redes* visa compreender as relações tecidas em diferentes instâncias. As estratégias das redes de comunicação pública devem ser analisadas a partir dos preceitos de *legitimidade*, *visibilidade* e *credibilidade*, que "[...] apontam para a qualidade do discurso e a capacidade de deliberação dos públicos" (WEBER, 2017, p. 54), fundamentais para alcançar objetivos relacionados ao interesse público.

Weber (2017) define o princípio de *legitimidade* como o mais importante, uma vez que engloba a repercussão de todas as ações exercidas nas redes. Assim, deve considerar as lideranças e posições de autoridade nesses espaços que, direta ou indiretamente, incidem sobre os debates.

O princípio de *visibilidade* relaciona-se à competência técnica e à recepção dos assuntos pelos diferentes públicos das redes, revelando posicionamentos diferenciados sobre questões convergentes e provocando disputas discursivas, fundamentais para a manutenção dos processos deliberativos.

Por fim, o princípio de *credibilidade* conecta-se com o reconhecimento dos argumentos apresentados sobre temas de interesse público, impactando a sua amplitude e repercussão. Essa credibilidade relaciona-se diretamente com "[...] a capacidade de incidir na decisão e deliberação sobre a questão de interesse público. Provavelmente, as redes organizadas terão mais credibilidade devido a sua história e registros de ações públicas" (WEBER, 2017, p. 55).

Nesse âmbito, Weber (2017) preconiza que as redes se tornam públicas devido ao seu poder simbólico, que reverbera na valoração sobre um determinado assunto ou acontecimento de interesse público. Essas redes têm o potencial de transformar a vida de cidadãos e cidadãs com a comunicação de temas relevantes, a partir de questionamentos, deliberação e desacato ao poder estabelecido. Assim, considera que a comunicação pública pode ser experienciada "[...] nas vozes, nos corpos, performances dos diferentes públicos, em rede" (WEBER, 2017, p. 56).

7.4 Instituições atuantes na transição do *Corpo-morte* para o *Corpo-vida*

Esta seção aborda o impacto das instituições que atuam no enfrentamento da violência a partir da disseminação de conhecimentos sobre legislação, assistência na abertura de processos e acompanhamento de determinações legais. A análise estrutura-se a partir de breve histórico, formas de atendimento, potencial de alcance, iniciativas de comunicação e presença digital.

As instituições que operam na transição do *Corpo-morte* para o *Corpo-vida* oferecem informações e assistência jurídica para mulheres em situação de violência. Nesse sentido, entende-se que um primeiro passo importante para a superação de contextos opressivos é que cada mulher possa se reconhecer – e ser reconhecida – como cidadã.

Esse processo é, ao mesmo tempo, intersubjetivo e social. De um lado, as mulheres precisam conhecer os próprios direitos para compreender possíveis violações e as respectivas medidas para a proteção individual e de suas famílias. De outro, os operadores formais de Justiça precisam garantir a aplicação das políticas de enfrentamento da violência existentes, reconhecendo possíveis lacunas e desenvolvendo medidas em prol da sua superação.

Quadro 14 - Instituições atuantes na transição do *Corpo-morte* para o *Corpo-vida*

Instituições	Atuação
<ul style="list-style-type: none"> • Coletivo Nós, seguras • GRITAM – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres • Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos 	Compartilhamento de informações sobre direitos humanos e das mulheres.
<ul style="list-style-type: none"> • GRITAM – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres • Patrulha Maria da Penha 	Assessoria para aplicação de medidas legais, como abertura de processo e acompanhamento de medida protetiva.

Fonte: Elaboração própria.

No Quadro 10, observa-se a organização das instituições que atuam na transição do *Corpo-morte* para o *Corpo-vida* a partir de suas abordagens junto das mulheres atendidas.

7.4.1 Coletivo Nós, seguras

O Coletivo Nós, seguras oferece atendimento e orientação jurídica para mulheres de forma totalmente gratuita. Quando há necessidade de abertura de processo, as conselheiras realizam o encaminhamento da mulher a órgãos qualificados gratuitos, tais como instituições da Defensoria Pública, Redes de Apoio e Núcleos de Prática Jurídica, entre outros espaços. Esse projeto é formado por mais de 150 advogadas que oferecem orientação sobre assuntos jurídicos.

Os atendimentos da Nós, seguras são realizados virtualmente, prezando pelo conforto e segurança das mulheres atendidas. Desse modo, é possível expandir o alcance geográfico dessa iniciativa dentro e fora do Brasil, bem como oferecer os recursos de mensagem de texto, e-mail, chamada de vídeo ou de voz. O tempo de espera para um atendimento pode variar entre 48 horas e 7 dias, a depender da gravidade e urgência do caso. O coletivo orienta o canal Ligue 190 quando há necessidade de assistência imediata. Além disso, quando percebem a importância de acompanhamento psicológico, as voluntárias encaminham a mulher atendida para instituições parceiras.

Esta pesquisa identificou considerável presença digital do projeto nos canais Facebook (560 seguidores) e Instagram (19.500 seguidores)¹³. O enfoque da comunicação nesses espaços consiste em publicações informativas sobre a área do Direito para mulheres, englobando também direitos humanos e de família. Nesse sentido, a organização desenvolve conteúdos que apresentam dúvidas frequentes relacionadas a esses assuntos.

¹³ Levantamento do número de curtidas e de seguidores nas redes sociais das instituições realizado em junho de 2023.

Figura 3 – Campanha sobre legislação



Fonte: Página no Instagram @nosseguras

Em campanha sobre legislação da página no Instagram @nosseguras, observam-se as transformações legais sobre a laqueadura, uma mudança histórica com a revogação da lei que exigia de autorização do parceiro para realizar o procedimento, vigente desde 1996.

Figura 4 – Orientações para situação de violência



Fonte: Página no Instagram @nosseguras

As orientações ao presenciar uma situação de violência fornecem um passo a passo com medidas de apoio e proteção da vítima, reforçando que o enfrentamento desses crimes é responsabilidade de toda a sociedade.

Ao disponibilizar conteúdo informativo e formativo sobre gênero, direitos humanos e enfrentamento de violências, o coletivo também demarca constantemente sua identidade feminista interseccional. Isso ocorre a partir do posicionamento diante de questões de interesse público e eventos políticos, homenagens a datas e personalidades importantes. Assim, demonstra-se preocupação com o empoderamento individual e coletivo das mulheres, contribuindo para a formação de um cenário em que a transformação estrutural é possível.

Figura 5 – Campanha em homenagem a personalidades



Fonte: Página no Instagram @nosseguras

A homenagem a personalidades como Maria da Penha demonstra o reconhecimento de mulheres importantes na luta para combater a violência contra a mulher em nosso país.

Figura 6 – Campanha em homenagem a personalidades



Fonte: Página no Instagram @nosseguras

A presença de pensadoras feministas de outros países, como a norte-americana Audre Lorde, também pluraliza a compreensão sobre os direitos das mulheres e o próprio movimento, semeando uma consciência crítica acerca das relações de poder que nos envolvem.

Além disso, cabe destacar a apropriação de ferramentas das redes sociais e a diversificação nos formatos de entrega de conteúdos, tais como a publicação de vídeos *reels* e a realização de *lives* com especialistas.

Figura 7 – Promoção de lives com especialistas



Fonte: Página no Instagram @nosseguras

Reunir as perspectivas e conhecimentos de especialistas manifesta a intenção de educar a audiência sobre a atuação do coletivo, sanando possíveis dúvidas e compartilhando saberes caros ao apoio das mulheres atendidas. Mesmo se tratando de uma amostra representativa, cabe pontuar a presença somente de mulheres brancas como palestrantes das *lives* realizadas em março de 2023.

O coletivo também realiza campanhas visando ao combate às diferentes expressões da violência e disponibiliza um formulário para solicitação de atendimento e e-mail¹⁴ para contato em suas páginas no Facebook e Instagram. Além disso, possui a iniciativa de um Clube de Leitura Feminista, apostando no desenvolvimento de um pensamento crítico e reflexivo de forma coletiva.

Figura 8 – Dica de leitura



Fonte: Página no Instagram @nosseguras

O posicionamento interseccional concretiza-se a partir de referências e indicações que abordam outras formas de opressão convergentes com o gênero, tais como a branquitude.

Nesse sentido, o Coletivo Nós, seguras atua quando as mulheres buscam conhecimentos sobre seus direitos, oferecendo um espaço informativo e de acolhimento. Também estabelece parcerias com instituições formais para dar continuidade à resolução de problemas apresentados pelas mulheres atendidas. Apesar de apresentar expressivo alcance nas redes sociais, especialmente no

¹⁴ E-mail para contato do Coletivo Nós, seguras: nossegurasrede@gmail.com.

Instagram, não foi possível localizar um site institucional do projeto, ou notícias que façam menção às suas atividades.

De modo geral, identifica-se que a comunicação da Nós, seguras demonstra preocupação com o enfrentamento das violências de gênero, bem como com a promoção dos direitos humanos e das mulheres. Trata-se de uma comunicação realizada com consistência e periodicidade nas redes sociais, valendo-se de sua amplitude de formatos e voltando-se, especialmente, para as mulheres atendidas, público-alvo da organização.

Em certa medida, também é possível identificar a formação de uma consciência crítica em prol da transformação da realidade, o que se materializa em iniciativas como, por exemplo, o Clube de Leitura Feminista. Assim, percebe-se a preocupação com a formação contínua das mulheres integrantes a partir de conteúdos textuais e audiovisuais contendo atualizações sobre cidadania, direitos e empoderamento através do conhecimento.

7.4.2 GRITAM – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres

O GRITAM – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres é um grupo interdisciplinar do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU/UFRGS). O SAJU é um Projeto de Extensão formado, atualmente, por 20 grupos autônomos de trabalho que englobam diferentes áreas do Direito, contemplando temas caros à sociedade civil. Esse projeto é responsável, ainda, pela "Revista do SAJU – Por uma visão crítica e interdisciplinar do Direito", publicação científica de artigos relacionados ao acesso à Justiça e aos Direitos Humanos. No entanto, a última edição do periódico foi lançada em 2013, o que pode apontar para a sua descontinuidade.

O GRITAM é autônomo e estrutura-se a partir do reconhecimento das múltiplas formas de opressão que impactam as vidas das mulheres. Desse modo, compromete-se com o empoderamento de mulheres cis, trans e travestis a partir da informação sobre direitos humanos e das mulheres, favorecendo o acesso às condições de justiça e demonstrando interesse pelo debate sobre igualdade de gênero. Em sua atuação prática, o GRITAM presta assessoria judicial e

extrajudicial em casos relacionados à violência de gênero. O atendimento é realizado em formato híbrido, presencial ou remoto.

O GRITAM situa-se em uma perspectiva interseccional, reconhecendo o risco e a vulnerabilidade potencializados por fatores como raça, classe e gênero. Para abarcar as diferentes frentes do enfrentamento às violências, o coletivo reúne graduandos e professores de áreas como Direito, Serviço Social, Psicologia e Sociologia. De acordo com Loiva de Oliveira, professora de Psicologia participante do projeto, o GRITAM não se fecha em si mesmo – ou nos muros da universidade –, mas busca alcançar e servir os diferentes grupos da sociedade. Assim, proporciona um lugar de protagonismo às mulheres atendidas, como sujeitos de direitos que ocupam posição central na sua própria história.

Os canais de comunicação identificados consistem em uma página do projeto no site da UFRGS, páginas nas redes sociais Facebook (2.700 seguidores) e Instagram (1.317 seguidores) e perfil de empresa no LinkedIn. Na página oficial da UFRGS, é possível encontrar uma breve apresentação do GRITAM, informações sobre a seleção de novos integrantes do grupo, horários de atendimento¹⁵ e endereço de e-mail¹⁶ para contato.

Figura 9 – Página institucional do GRITAM no site da UFRGS

Saju Serviço de Assessoria Jurídica Universitária
1950 - 2010 / 60 anos

COMO RECEBER ATENDIMENTO DO SAJU NA PANDEMIA

Início

Sobre o SAJU

Grupos

- G1 - Direito Cível, Família, Trabalhista e Previdenciário
- G2 - Direito Cível, Família, Trabalhista e Consumidor
- G3 - Cível e Família
- G4 - Cível e Família
- G5 - Direitos da Criança e do Adolescente
- G6+Direitos - Direitos Humanos, cível e de família
- G7 - Direito do Consumidor

GRITAM - assessoria a mulheres em situação de violência

A GRITAM - Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria para Mulheres - tem como objetivo prestar assessoria judicial e extrajudicial em demandas relacionadas à violência de gênero, buscando a garantia dos direitos humanos e do acesso à justiça, além de fomentar o acesso à informação como instrumento de autonomia e empoderamento das mulheres (cis, trans e travestis).

A necessidade de trabalhar com direitos de gênero fundamenta-se pelas condições históricas de vulnerabilidade social a que as mulheres estão expostas, as quais se refletem em violências cotidianas. Nesse sentido, a violência de gênero contra as mulheres compreende problema social grave que não se restringe ao âmbito privado.

Entendemos que essas violências são consequências de opressões estruturais – raça, gênero, classe e sexualidade – que são pautadas através de uma lógica sociocultural construída por e para homens, a qual institui posição de autoridade desses sobre mulheres. O patriarcado, nesse tocante, é sustentado não só pelo machismo, mas também por vieses heteronormativos, cissexistas, racistas, classistas, gordofóbicos, capacitistas.

Fonte: Portal SAJU UFRGS

¹⁵ O atendimento do GRITAM – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres ocorre às segundas-feiras, das 17h às 19h, e aos sábados, das 9h às 13h.

¹⁶ E-mail do GRITAM: gritam.saju@gmail.com.

Nas páginas em redes sociais, identificam-se campanhas informativas sobre o Direito, bem como a seleção de novos integrantes responsáveis pelo atendimento das mulheres. Assim como o Nós, seguras, o GRITAM investe na indicação de conteúdos como livros, filmes e séries que contribuem para a construção de um olhar crítico sobre as relações e as violências de gênero.

Figura 10 – Dicas de livros, filmes e séries



Fonte: Página no Instagram @gritamsaju

As indicações de produtos culturais são uma forma de democratizar informações sobre feminismo, empoderamento e direito das mulheres, exercendo uma pedagogia feminista através das mídias sociais.

O GRITAM também estabelece parcerias com organizações da sociedade civil, como a Mulheres Mirabal, tanto no encaminhamento de mulheres para representação jurídica quanto para a realização de campanhas.

Figura 11 – Campanha em parceria com a Casa de Mulheres Mirabal



Fonte: Página no Instagram @gritamsaju

A campanha de combate à pobreza menstrual exemplifica essa parceria, apresentando a gravidade do problema e convidando a audiência a engajar-se por meio de doações. Assim, é possível perceber que a comunicação do grupo se conecta com demandas urgentes e contemporâneas.

O perfil do GRITAM no LinkedIn indica cinco funcionários cadastrados, porém não possui publicações ou histórico de interações.

Quanto ao SAJU, projeto de Extensão do qual o grupo faz parte, foram identificadas páginas no Facebook (5.400 curtidas) e no Instagram (2.322 seguidores). Esses canais são utilizados para divulgar informações sobre a seleção de novos membros do projeto de Extensão. Os atendimentos do SAJU são realizados com a participação de estudantes e profissionais de diferentes cursos e instituições.

Figura 12 – Campanha de seleção de novos integrantes



Fonte: Página no Instagram @sajudaufrgs

As campanhas de seleção de novos integrantes apresentam o funcionamento do SAJU e os requisitos para fazer parte dos grupos temáticos.

Com relação a publicações sobre o GRITAM em outros espaços além dos seus canais oficiais, localizou-se um total de duas notícias, nos sites da RCSM Advocacia e do Jornal da Universidade da UFRGS, bem como um artigo intitulado “Pedagogia crítica feminista e assessoria popular: a experiência do Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria para Mulheres (GRITAM)”.

O GRITAM realiza o atendimento jurídico a mulheres em situação de violência, mas também busca parcerias para cobrir outras frentes de atuação, como as dimensões psicológica e social. No entanto, essas inter-relações não são facilmente percebidas em seus produtos comunicacionais. Pelo contrário, a comunicação da organização parece estar voltada, especialmente, para o seu público interno, como na divulgação de processos seletivos e de iniciativas realizadas. Nesse sentido, pode ser interessante ampliar o alcance das ferramentas para as pessoas atendidas, que também necessitam trilhar um percurso de informações até, efetivamente, buscarem medidas jurídicas formais.

7.4.3 Patrulha Maria da Penha

A Patrulha Maria da Penha é um projeto da Rede de Atendimento da Segurança Pública para enfrentar a violência doméstica e familiar no Rio Grande

do Sul (RS). Esse programa, implementado em 2012 pela Brigada Militar do estado, visa atender especificamente os casos de violência contra a mulher tipificados pela Lei Maria da Penha. De acordo com o site da Brigada Militar, atualmente a Patrulha está presente em 114 municípios rio-grandenses, em um processo gradual de implementação.

O trabalho desenvolvido pela Patrulha consiste no acompanhamento de medidas protetivas de urgência a partir de visitas de policiais militares previamente treinados, para verificar o cumprimento das determinações legais pelo agressor ou acusado e a situação familiar da mulher protegida. É possível afirmar que sua atuação ocorre no momento pós-delito, mas também exerce impacto na prevenção de violências futuras, ao romper ciclos de abusos em contextos familiares específicos.

Em observação participante na formação de Promotoras Legais Populares da ONG Themis, em 2018, foram acompanhadas aulas sobre direitos humanos, direitos das mulheres e cidadania. Uma dessas aulas foi ministrada por três integrantes da Patrulha, relatando seu processo formativo, atuação cotidiana e desafios. O grupo é formado por homens e mulheres treinados para atuar em casos de violência contra a mulher, destacando-se a importância do acolhimento das mulheres e famílias atendidas.

A respeito dos canais de comunicação relacionados à Patrulha Maria da Penha, foi possível localizar uma página específica no site da Brigada Militar do RS.

Figura 13 – Página institucional – Patrulha Maria da Penha



Fonte: Site da Brigada Militar

A página institucional apresenta breve histórico, cronograma de cursos e seminários formativos para policiais militares, imagens da equipe, dados de produtividade e telefones úteis¹⁷ para contato.

Os cursos e seminários realizados pela Brigada Militar objetivam a capacitação e qualificação profissional da Patrulha sobre a violência contra as mulheres e temas sensíveis relacionados. Esses eventos são constituídos com a participação de pesquisadoras e especialistas em gênero e direitos das mulheres, apresentando abordagens teóricas a partir dos estudos feministas. Apesar da relevância dessas iniciativas, cabe ressaltar que as últimas edições foram realizadas em 2021.

¹⁷ Telefones úteis da Patrulha Maria da Penha: <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/telefones-uteis>.

Figura 14 – Cursos e seminários – Patrulha Maria da Penha

1ª edição

uergs
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

CURSO DE QUALIFICAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES PARA PROFISSIONAIS DAS PATRULHAS MARIA DA PENHA

1ª edição

CURSO DE QUALIFICAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES PARA PROFISSIONAIS DAS PATRULHAS MARIA DA PENHA

MÓDULOS

Módulo 01 – As bases da violência contra as mulheres (19/4/21 a 30/4/21)

Módulo 02 – Um olhar desde a Psicologia (03/5/21 a 14/5/21)

Módulo 03 – Um olhar desde o Direito (17/5/21 a 28/5/21)

Módulo 04 – Trocando experiências (31/5/21 a 11/6/21)

EQUIPE DE COORDENAÇÃO DO CURSO:

Profª Drª Cassiane da Costa

Profª Drª Vânia Roseli Correa de Melo

Profª Drª Martha Narvez

Major Karine Pires Soares Brum

Público alvo: profissionais das Patrulhas Maria da Penha

Fonte: Site da Brigada Militar

Quanto ao alcance da Patrulha, destaca-se, na Figura 15, a sua atuação em números no período entre 2012 e maio de 2022, conforme atualização mais recente disponibilizada no site da Brigada Militar.

Figura 15 – Dados de produtividade – Patrulha Maria da Penha



Fonte: Site da Brigada Militar

Os dados divulgados referem-se a um período de dez anos, em que 127.539 vítimas foram cadastradas para receber as visitas e a proteção da Patrulha. No entanto, segundo os relatórios da Coordenadoria Estadual da Mulher

em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (CEVID-TJRS), do início de 2022 a maio de 2023 foram registradas 205.853 medidas protetivas no referido estado. Comparando-se essas taxas alarmantes ao número de mulheres atendidas pela Patrulha, conclui-se que a ampliação do projeto poderia beneficiar mais pessoas em situação de violência. Assim, levanta-se o questionamento: o abismo entre esses dados existe pelo excesso de demanda, que não pode ser absorvida, ou pela ausência de divulgação do programa junto ao público-alvo?

A Patrulha Maria da Penha exerce autonomia integrada, pois seus serviços são acionados para preservar a integridade física e psicológica das mulheres e de suas famílias quando diversas medidas legais já foram tomadas, tais como denúncia e medida protetiva. Desse modo, o papel fiscalizador do projeto permite que as mulheres retomem suas vidas livres de violência.

Em síntese, a comunicação da Patrulha pode ser definida como institucional e informativa. Um aspecto positivo a ser destacado refere-se à transparência na apresentação de informações, percebendo-se a preocupação com a prestação de contas sobre as atividades do programa perante a sociedade.

Entretanto, para além de oferecer dados e orientações sobre o seu funcionamento e formas de contato, as ferramentas de comunicação da Patrulha Maria da Penha também poderiam ser utilizadas para aproximar o projeto do público principal – mulheres com medida protetiva e suas famílias. Dessa forma, seria possível sanar dúvidas e estimular a formação de uma relação de confiança com a Patrulha, o que poderia incentivar as mulheres a procurar os seus serviços em momentos de risco.

7.4.4 Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos

A Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos é uma organização não governamental feminista fundada por advogadas e cientistas sociais em Porto Alegre/RS, a fim de combater a discriminação contra mulheres nos sistemas de Justiça. Para tanto, desenvolve iniciativas em prol do empoderamento legal a partir da educação popular; dialoga com os operadores de Justiça e desenvolve pesquisas a partir da teoria feminista do Direito; e advoga em casos estratégicos para proteger e alavancar os direitos das mulheres. Sua visão almeja a

construção de “um mundo onde as mulheres sejam protagonistas de seus direitos e vivam livres de quaisquer formas de violência” (THEMIS, 2023), a partir da seguinte tríade de valores: Justiça; Democracia; e Direito das mulheres.

Historicamente, a ONG Themis contribuiu substancialmente para diversas conquistas das mulheres brasileiras, dentre as quais destaca-se a participação no consórcio feminista de implementação da Lei Maria da Penha. Ademais, conta com diversas parcerias¹⁸ institucionais que contribuem para sua atuação nacional e internacional. De acordo com o site institucional, 55 ONGs no Brasil foram formadas a partir da metodologia da Themis entre os anos de 1998 e 2005.

Contemporaneamente, a instituição continua promovendo a disseminação de conhecimentos jurídicos, somada ao enfrentamento de desigualdades raciais, socioeconômicas e culturais. Assim, trabalha no fortalecimento de grupos e do exercício da cidadania a partir das seguintes iniciativas: Promotoras Legais Populares (PLPs) e aplicativo PLP 2.0; Trabalhadoras Domésticas e aplicativo Laudelina; Advocacia Feminista e Jovens Multiplicadores da Cidadania (JMCs).

Este estudo debruça-se, especialmente, sobre a formação de Promotoras Legais Populares (PLPs), que consiste na capacitação jurídica de lideranças comunitárias. O curso formativo das PLPs é formado por 80 horas/aula e engloba conhecimentos sobre direitos humanos e das mulheres, somados a abordagens teóricas e reflexões sobre temas sociais como gênero, raça e classe. Dessa forma, mesmo mulheres distantes dos espaços formais de Justiça podem reconhecer os próprios direitos e realizar denúncias em caso de abusos.

Trata-se de um projeto voltado para mulheres com os mais variados perfis –donas de casa, trabalhadoras da iniciativa pública e privada, previamente envolvidas ou não com as questões da sua região. Até o ano de 2023, foram realizadas 17 edições da formação, cabendo destacar que cada uma é pensada a partir das demandas locais e de um mapeamento prévio que visa contemplar as questões apresentadas por diferentes grupos sociais.

¹⁸ De acordo com o site institucional, a Themis conta com as seguintes parcerias: Ford Foundation, Fundo de Investimento Social ELAS, Brazil Foundation, Google Impact Challenge, Geledés, UN Woman, OIT, Fundação Luterana de Diaconia (FLD), Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul (MPT-RS), Ajuris, Risü, Agence Française de Développement (AFD), Care International, Womanity Foundation, FENATRAD, Democracia e Mundo do Trabalho em Debate, UniRitter, Clínica Feminista UFRGS, União de Mulheres de São Paulo, Ministério Público do Trabalho (MPT), Associação dos Juízes Federais do Rio Grande do Sul, Global Fund for Women, Veja, Cummins, Fundo Global de Direitos Humanos, Fundo Canadá e Embaixada da Nova Zelândia (THEMIS, 2023).

Uma vez formadas, as Promotoras Legais Populares (PLPs) tornam-se multiplicadoras voluntárias de conhecimentos jurídicos e sociais e prestam assistência às suas comunidades. As líderes desempenham um papel informativo e formativo sobre saberes jurídicos, durante muito tempo restritos às formações acadêmicas e aos espaços institucionais do Direito.

De acordo com o site institucional da ONG Themis, as promotoras "[...] escutam, orientam, dão conselhos e auxiliam outras mulheres a ter acesso à justiça e aos serviços que devem ser procurados quando sofrem algum tipo de violação de seus direitos" (THEMIS, 2023). Em suma, atuam nas esferas de defesa das mulheres, prevenção de violações e promoção de direitos, desenvolvendo ações desde a educação sociocomunitária até a representação política em espaços formais.

Figura 16 – Atuação das Promotoras Legais Populares (PLPs)



Fonte: Página no Instagram @themis.org.br

As PLPs participam de eventos informativos, como nas unidades de Serviço de Informação à Mulher (SIM), espaços físicos institucionais de atuação das promotoras e visam aproximar as pessoas dos serviços públicos. Atualmente, existem seis unidades: SIM Leste, SIM Restinga, SIM Eixo Baltazar, SIM Lomba do Pinheiro, SIM Cruzeiro e SIM Canoas.

Quanto à comunicação, a ONG Themis apresenta canais variados e significativa presença em veículos midiáticos. O site institucional reúne histórico, produção científica e de relatórios, descrição das principais atividades, portal de notícias, espaços para contato e realização de doações.

Figura 17 – Página inicial – ONG Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos



Fonte: Site da ONG Themis

No site da Themis, é possível acompanhar o percurso histórico e os projetos atuais desenvolvidos. A organização também se compromete com a produção e a democratização de saberes relacionados a questões socioculturais e de gênero, bem como com a divulgação e transparência sobre suas atividades.

O espaço “Pensamos” no site abriga uma série de estudos e relatórios, arquivos históricos e novas abordagens acerca de empoderamento legal e defesa das mulheres. Nesse sentido, cabe destacar que a publicação mais recente do portal é intitulada “Relatório de atividades 2021”. De acordo com o documento, nesse ano foram assistidas “[...] 284 mulheres em situação de violência e 98 Promotoras Legais Populares (PLPs) [...] e 47 Promotoras Legais Populares foram certificadas no curso de Atualização da Lei Maria da Penha”.

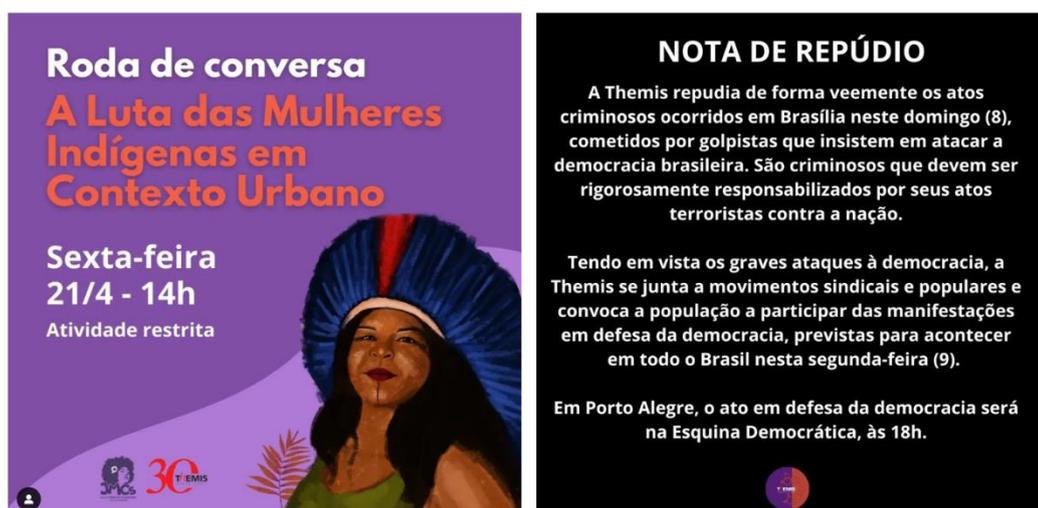
Figura 18 – Publicações e obras – ONG Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos



Fonte: Site da ONG Themis

No âmbito das mídias digitais, a Themis possui páginas no Facebook (8.463 curtidas), Instagram (9.088 seguidores) e Twitter (78 seguidores). A atuação nesses espaços ocorre, majoritariamente, a partir da divulgação de atividades institucionais e campanhas que abordam temas diversos, como combate ao assédio, conscientização sobre o racismo e participação política das mulheres. Além disso, é possível perceber, também, os esforços em prol da capacitação tecnológica e o posicionamento político da ONG, com a publicação de notas de repúdio e a organização de manifestações públicas acerca de temas sensíveis. No Instagram, especialmente, é possível encontrar informações institucionais, bem como agenda e projetos no espaço dos “Destaques”.

Figura 19 – Temas de interesse público e posicionamento político



Fonte: Página no Instagram @themis.org.br

O posicionamento político da organização reflete o seu compromisso com acontecimentos que afetam diretamente os direitos humanos e das mulheres. A sua comunicação manifesta essa preocupação, formando alianças de solidariedade com diferentes grupos sociais.

Atualmente, a ONG Themis busca ampliar sua atuação no âmbito digital, a partir do “uso democrático das tecnologias digitais” (THEMIS, 2022). Algumas iniciativas compuseram as ações da instituição durante o período da pandemia, entre 2020 e 2021, como a criação da Rede Nacional de Promotoras Legais Populares, visando à aproximação e troca de conhecimentos entre PLPs de diferentes regiões. As páginas no Facebook (1.000 curtidas) e Instagram (878

seguidores) do projeto apresentam *lives*, encontros e círculos formativos, fortalecendo a conexão entre as promotoras dentro e fora do âmbito digital.

Figura 20 – Rede Nacional de PLPs



Fonte: Página no Instagram @plp_rede_nacional

A criação de um espaço *em rede* permite a articulação de mulheres e demandas geograficamente distantes, resultando na ampliação dos debates e na confluência de causas a serem defendidas, bem como no fortalecimento coletivo das PLPs.

Destaca-se, também, a participação da Themis na campanha Levante Contra o Femicídio, que reuniu mais de 116 mil assinaturas em abaixo-assinado online (OBCOMP, 2021).

Figura 21 – Campanha Levante Contra o Femicídio



Fonte: Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP)

Essa campanha foi uma resposta aos amplos índices de violência e feminicídio durante a pandemia e o isolamento social, mobilizando a sociedade civil para coibir esses crimes.

Na seara das inovações e uso das tecnologias digitais, existem projetos como o aplicativo PLP 2.0, nomeado com a sigla de Promotoras Legais Populares (THEMIS, 2022). Essa ferramenta, desenvolvida para auxiliar mulheres em situação de violência doméstica, familiar ou sexual que possuem medida protetiva de urgência, destina-se a usuárias selecionadas pela Vara de Violência Doméstica de acordo com o grau de vulnerabilidade ao qual estão expostas. Dessa forma, se a mulher se encontrar em situação de risco iminente, pode ativar o botão de pânico do *app*, que aciona a Polícia Militar e envia um aviso às PLPs da região em que ela se encontra. Esse projeto resulta da parceria entre a Themis e o Geledés – Instituto da Mulher Negra, tendo conquistado o Prêmio Desafio de Impacto Social Google em 2014.

Em 2021, foi lançado um curso de atualização para as Promotoras Legais Populares em formato online, apresentando mudanças na Lei Maria da Penha e questões relacionadas. A formação foi desenvolvida em parceria com a universidade UniRitter e abordou os seguintes temas: Violência doméstica e familiar e interseccionalidades; Conceitos da Lei Maria da Penha; Procedimentos e Medidas Protetivas de Urgência; Rede de atendimento e boas práticas.

Além dos canais de comunicação institucionais, é possível verificar registros sobre a atuação da ONG Themis em diversos outros espaços midiáticos. Nesse sentido, destaca-se a visibilidade concedida ao marco dos 30 anos de existência da instituição, que se tornou capa da edição de maio de 2023 na Revista Donna, do Grupo RBS.

Figura 22 – Reportagem sobre a Themis



Fonte: Revista Donna

Na reportagem, a advogada e cofundadora da Themis Márcia Soares reconhece os avanços das últimas três décadas no enfrentamento das violências e na institucionalização de espaços voltados a esse fim. Ao mesmo tempo, aponta desafios contemporâneos que precisam ser enfrentados, como a atuação na

prevenção das violências. Segundo ela, "a rede precisa ser ampliada e precisamos investir na prevenção da violência e do agravamento dela, o feminicídio. Isso porque a maioria dos serviços que temos é de acolhida a mulheres quando a violência já aconteceu". No mesmo sentido, é fundamental combater mazelas sociais como o racismo institucional, que incide sobre os corpos e as vivências das mulheres negras.

A abordagem da comunicação da ONG Themis não é predominantemente informativa, mas, sim, formativa e de organização das mulheres. Portanto, diferentes públicos podem ser contemplados pelos conteúdos produzidos pela organização, tais como mulheres que precisam de atendimento e lideranças comunitárias. É possível observar, também, esforços em prol do fortalecimento dos públicos e posicionamentos definidos da instituição quanto a temas políticos e sociais.

No entanto, as redes sociais e o site da Themis não têm o objetivo específico de educar; a pedagogia feminista da instituição se concretiza em outros espaços – como as formações de PLPs, as unidades de atendimento do SIM, publicações científicas e relatórios de prestação de contas. Desse modo, nota-se a diferença entre a abordagem de comunicação da Themis e a do Coletivo Nós, seguras, por exemplo, que utiliza os canais digitais para uma explicação introdutória da legislação para as mulheres, demonstrando como aplicá-la às suas experiências.

7.4.5 Reflexões do Corpo-morte para o Corpo-vida

Nesta análise, foi possível observar diversos pontos convergentes entre as instituições que atuam na transição do *Corpo-morte* para o *Corpo-vida*, tais como o empenho em transmitir informações sobre direitos sociais e das mulheres e empreender uma pedagogia feminista. Também se observam diferenças, como os modos de atuação em diferentes momentos da violência e a comunicação direcionada a diferentes públicos. Identificou-se, ainda, a presença constante em canais digitais, muito embora os usos e as abordagens apresentem diferenças significativas.

Dentre os pontos de destaque de cada instituição, o Coletivo Nós, seguras apresenta amplo alcance geográfico em razão dos atendimentos online; já o

GRITAM se propõe a romper as fronteiras da universidade, convertendo a teoria em prática a serviço da sociedade; a Patrulha Maria da Penha presta um serviço fiscalizador importante, recuperando a segurança e a autonomia dentro dos lares das mulheres atendidas; e a ONG Themis atua na formação de líderes multiplicadoras de conhecimentos jurídicos e sociais, proporcionando o fortalecimento interno das comunidades.

7.5 Instituições atuantes na transição do *Corpo-vida* para o *Corpo-rede*

Esta seção aborda o impacto das instituições que atuam no enfrentamento da violência a partir do acolhimento psicológico somado ao empoderamento individual e coletivo das mulheres *em redes*. A análise desse impacto estrutura-se a partir de breve histórico, formas de atendimento, potencial de alcance, iniciativas de comunicação e presença digital.

As instituições que operam na transição do *Corpo-vida* para o *Corpo-rede* reconhecem a importância do acompanhamento psicológico para superar contextos opressivos, bem como propiciar a formação de coletividades multiplicadoras de temas de interesse público, como o enfrentamento da violência e a promoção da vida.

Apesar desses fatores, aparentemente, não estarem relacionados, entende-se o fortalecimento individual possibilitado pela atenção à saúde mental como pré-condição para engajar-se em lutas coletivas de forma consistente, ou seja, com *solidariedade política*.

Quadro 15 – Instituições atuantes na transição do *Corpo-vida* para o *Corpo-rede*

Instituições	Atuação
<ul style="list-style-type: none"> • Casa de Referência da Mulher - Mulheres Mirabal • Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade (ClIFI) • Projeto Gradiva 	Promoção de acolhimento psicológico.
<ul style="list-style-type: none"> • Casa de Referência da Mulher - Mulheres Mirabal • Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade (ClIFI) • Projeto Gradiva • Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos 	Empoderamento e apoio a outras mulheres.

Fonte: Elaboração própria.

No Quadro 11, observa-se a organização das instituições que atuam na transição do *Corpo-vida* para o *Corpo-rede* a partir de suas abordagens junto das mulheres atendidas.

7.5.1 Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal

A Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal está localizada na zona norte de Porto Alegre e é responsável por acolher mulheres em situação de violência e seus filhos. Essa ocupação, iniciada em 2016 por militantes do Movimento Olga Benário, tornou-se um centro de referência da mulher que, constantemente, é pressionado pelo poder público a fechar as portas. Atualmente, o projeto voluntário se mantém a partir de iniciativas de financiamento coletivo (MIRANDA; BELMONTE, 2023).

Para apresentar a Mulheres Mirabal, é imprescindível compreender a questão da moradia como central ao tratar da violência contra a mulher, especialmente quando manifesta nos formatos doméstico e familiar, que representam 85,85% dos casos, segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres (MIRANDA; BELMONTE, 2023). No entanto, a Mulheres Mirabal oferece muito mais do que abrigo e moradia, englobando serviços de orientação jurídica, psicológica e social, bem como cozinha para produção de alimentos visando contribuir com a geração de renda. Além disso, o brechó da ocupação funciona com roupas doadas pela comunidade, e a renda é revertida para a manutenção da Casa (MIRANDA; BELMONTE, 2023).

De acordo com a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID, 2023) do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, os abrigos para mulheres proporcionam atendimento integral às mulheres e filhos menores de idade em situação de violência doméstica e familiar. Essa medida extrema será aplicada quando houver risco de vida ou ameaça à integridade física da mulher e de sua família.

Atualmente, existem somente 14 casas-abrigo¹⁹ no Rio Grande do Sul, demonstrando ser esse um formato de proteção relativamente escasso, apesar de sua relevância no enfrentamento das violências. De acordo com Guarnieri, Alves e Bressan (2023), em Porto Alegre existem somente três iniciativas, e esse número pode estar desatualizado.

A Casa Mirabal também se diferencia de outros abrigos por possuir regras mais flexíveis; as mulheres podem buscar os serviços por conta própria, sem necessidade de apresentar boletim de ocorrência (BO) ou encaminhamento de órgãos públicos. Além disso, podem procurar assistência acompanhadas dos filhos e permanecer durante o período necessário – nas casas geridas pelo Estado, o tempo de permanência costuma ser limitado a seis meses (GUARNIERI; ALVES; BRESSAN, 2023).

No âmbito dos canais de comunicação da Mirabal, foi possível localizar páginas nas redes sociais Facebook (14 mil seguidores) e Instagram (13,5 mil seguidores), além de reportagens em diferentes veículos jornalísticos sobre o funcionamento da casa e conflitos com os poderes públicos para assegurar seu funcionamento.

A abordagem comunicacional da organização é muito diversa, abrangendo: convocação para assembleias e manifestações públicas; registros dessas reuniões; iniciativas em prol da manutenção financeira da Casa; divulgação dos canais para atendimento de mulheres em situação de violência; campanhas de doação. Esses temas são destacados em todos os espaços de comunicação digital.

¹⁹ Os endereços e telefones das casas-abrigo são mantidos sob sigilo para garantir a segurança das mulheres atendidas, mas podem ser consultados no Centro de Referência da Mulher Estadual Vânia Araújo Machado, no Telefone Lilás 0800 541 0803.

Figura 23 – Organização de manifestações



Fonte: Página no Instagram @casamulheresmirabal

A organização de manifestações é marca registrada da Mirabal, demonstrando como suas causas e iniciativas transitam do modelo online para reuniões corporificadas. Nas assembleias, é notória a atenção a temas caros à vida das mulheres, como o enfrentamento da violência. Além disso, a instituição promove espaços de acolhimento sobre questões como maternidade e saúde das mulheres.

A Casa também promove eventos para a geração de renda, que costumam ter preço acessível e estão relacionados às pautas defendidas. O almoço de Dia das Mães de 2023, por exemplo, foi organizado com contribuição voluntária, criando um espaço inclusivo para diferentes mulheres.

Figura 24 - Organização de eventos



Fonte: Página no Instagram @casamulheresmirabal

Iniciativas como o MiraCine também demonstram o compromisso da Mulheres Mirabal com eventos culturais. Além disso, a Casa desenvolve produtos que traduzem sua identidade feminista e interseccional, cuja receita contribui para a sua manutenção.

Figura 25 - Divulgação de produtos



Fonte: Página no Instagram @casamulheresmirabal

Na Figura 25, identifica-se a divulgação de pôsteres e camisetas para venda nas redes sociais da Casa, como fontes de renda.

A Mirabal também se preocupa com a construção de autonomia financeira das mulheres atendidas. Nesse sentido, existe uma página no Instagram voltada à geração de renda com a produção de alimentos, intitulada Quitutes Mirabal (1.252 seguidores).

Figura 26 – Produtos Quitutes Mirabal



Fonte: Página no Instagram @quitutes.mirabal

O projeto Quitutes Mirabal tem lugar na cozinha da Casa e oferece opções de alimentos diferenciadas de acordo com datas comemorativas, como Páscoa e Natal.

Considerando as pressões do Estado para reintegração de posse do prédio ocupado pela Casa Mulheres Mirabal, a campanha *#resistemirabal* ocupa as redes digitais, mas também aparece nas assembleias, nos muros das ruas e das universidades, dentre outros espaços de Porto Alegre. A mobilização da sociedade civil demonstra a importância social do coletivo que atua em prol da vida das mulheres.

É possível considerar que a Mulheres Mirabal exerce autonomia integrada, ao expandir sua atuação para acolher as famílias das mulheres atendidas. Identifica-se, ainda, a existência de redes na própria manutenção da Casa, o que ocorre por meio de parcerias e doações que contribuem para a promoção da autonomia – e da vida – das mulheres abrigadas.

A manutenção do espaço Mulheres Mirabal demanda o envolvimento de diversos setores da sociedade. Essa organização possui um grau de institucionalização menor, estando formalmente vinculada somente ao movimento social de mulheres Olga Benário. Entretanto, também é possível perceber que a Mirabal se mantém a partir de contribuições de múltiplas redes, porque existe uma interconexão com diferentes instituições e movimentos sociais, o que se evidencia, inclusive, em suas peças de comunicação. Além disso, as iniciativas em prol da sustentabilidade financeira da Casa e das mulheres atendidas dependem da participação ativa da sociedade civil.

Em suma, a existência da Mirabal configura-se *em redes*, a partir da coexistência com diferentes núcleos de abordagem e atuação, possibilitando a oferta de serviços como moradia, geração de renda, apoio jurídico e acolhimento psicológico. Nesse caso, as *alianças* são justamente uma condição para o funcionamento da autonomia integrada na Casa, sobretudo frente às constantes pressões para o seu desmanche.

7.5.2 Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade (CliFI)

A Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade (CliFI) é um projeto de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que

atua em parceria com duas outras instituições mapeadas nesta pesquisa: a ONG Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos e a Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal.

De acordo com a página da CliFI no site institucional da UFRGS, o grupo teve início em 2019, com a parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional e a Clínica de Atendimento Psicológico, ambos integrantes do Instituto de Psicologia. Centradas na saúde mental de mulheres em situação de violência, as atividades da clínica ocorrem por meio da mobilização de docentes, servidoras técnico-administrativas, estudantes de pós-graduação e profissionais da rede pública. Para desenvolver suas iniciativas, o programa estrutura-se a partir de três grupos de trabalho (GTs): GT Formação; GT Acolhimento; e GT Comunicação.

A CliFI atua em prol do fortalecimento de redes de saúde mental para mulheres em situação de violência. Desse modo, oferece dispositivos como a escuta e a assistência para o público atendido, realizadas individualmente e em grupo. O formato coletivo concretiza-se a partir da “Roda de Mulheres”, composta por até cinco escutadas e cinco escutadoras e realizada semanalmente nos formatos presencial e online.

Figura 27 – Divulgação da Roda de Mulheres



Fonte: Página no Instagram @clinicafeministaufrgs

A divulgação da Roda de Mulheres apresenta datas, horários e locais de atendimento, bem como uma breve explicação do funcionamento do grupo e

contato via WhatsApp para mais informações. A participação das mulheres pode ser contínua ou pontual, dependendo da singularidade de cada mulher.

Ao assumir um posicionamento ético e político a partir do feminismo interseccional, o projeto também fomenta a produção e disseminação de conhecimentos acerca de relações de gênero, raça e classe, bem como seus possíveis impactos no sofrimento psíquico das mulheres.

Figura 28 – Divulgação de ciclo formativo

II CICLO FORMATIVO
CLÍNICA FEMINISTA NA
PERSPECTIVA DA
INTERSECCIONALIDADE
UFRGS

Sábados 10h às 12h - Mensal

Encontros abertos à comunidade para debates e reflexões em torno das problematizações teórico-metodológicas que a trajetória de escuta às mulheres no âmbito da CliFI nos apresenta.

16/07/2022: Sala de aula feminista de bell hooks - *Luciana Rodrigues*

20/08/2022: Fios de ouro sob o abismo: sobre abuso sexual infantil - *Karina Acosta*

17/09/2022: Violência Patriarcal e a Psicologia do Ressentimento - *Juliana Baldasso*

22/10/2022: Capacitismo e violências de gênero - *Raquel Silveira*

19/11/2022: Clínica das masculinidades: feminismo é anti-homem? - *Yan Menezes Oliveira*

Fonte: Página no Instagram @clinicafeministaufrgs

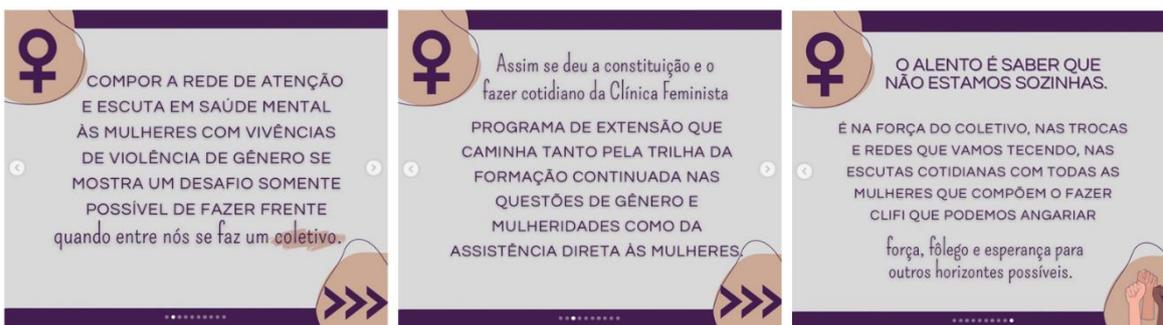
Os ciclos formativos são abertos a toda a sociedade civil, democratizando debates restritos a âmbitos acadêmicos, mas também questões que impactam diretamente a vida das pessoas. Dessa forma, a CliFI alia-se ao compromisso da universidade pública com a responsabilidade social e a disseminação de saberes.

A comunicação digital clínica identificada nesta pesquisa consiste na página do grupo no site institucional da UFRGS, páginas no Facebook (1.000 curtidas) e Instagram (2.289 seguidores). Além disso, a CliFI disponibiliza informações para contato²⁰, atalho para as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher no RS e Centros de Referência de Atendimento à Mulher no RS em sua página no Instagram.

A mídias digitais da CliFI apresentam campanhas de conscientização sobre as violências de gênero, divulgação e registro de eventos e informações referentes aos atendimentos e ao funcionamento do grupo.

²⁰ Canais de contato: (51) 99544-8377; extensaoclinicafeminista@gmail.com.

Figura 29 – Campanha informativa



Fonte: Página no Instagram @clinicafeministaufrgs

As campanhas institucionais e informativas sobre o funcionamento da CliFI reforçam a importância de atuar em um *coletivo* para proporcionar a escuta e atenção à saúde mental. Além disso, destaca-se a formação continuada das mulheres participantes dessa rede, para que a escuta, a acolhida e a esperança sejam chamadas vivas disponíveis a todas.

Entretanto, apesar de a comunicação representar um dos três eixos de trabalho centrais da clínica, a periodicidade em mídias sociais é variável – a última publicação na página no Facebook, por exemplo, é datada de março de 2023.

É possível perceber a relevância do trabalho desenvolvido pela CliFI e a rede de parcerias que torna seus serviços mais amplos e completos no atendimento da mulher em situação de violência – como a proximidade com a Mulheres Mirabal e a ONG Themis.

7.5.3 Projeto Gradiva

Com uma abordagem semelhante à da CliFI, a iniciativa Gradiva também é um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), focado no atendimento clínico a distância de mulheres em situação de violência. No entanto, diferencia-se por adotar a perspectiva da psicanálise a partir de atendimentos individuais, bem como por estender sua atuação, prestando consultoria para profissionais atuantes no âmbito da violência contra a mulher.

O projeto, formado por profissionais com graduação e pós-graduação nas áreas de Psicologia, Sociologia, Filosofia, saúde mental e coletiva, completou três

anos em outubro de 2022, sendo o primeiro a oferecer atendimento psicanalítico gratuito no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, somente em 2022, foi responsável pelo atendimento de cerca de 55 mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social.

Atualmente, a equipe do Projeto Gradiva é formada por 18 psicanalistas, apoiadas por profissionais de áreas complementares ao processo de análise das mulheres atendidas, bem como instituições parceiras. Além disso, a iniciativa já desenvolveu grupos de leitoras, grupos terapêuticos de palavra, grupos de estudo e Rodas de Conversa, dentre outros eventos.

Os canais de comunicação identificados consistem em uma página no site do projeto Revira de saúde coletiva, bem como páginas no Facebook (660 curtidas), Instagram (1.340 seguidores) e canais de contato²¹.

Figura 30 – Página institucional do Projeto Gradiva



Fonte: Site do grupo Revira

A página institucional do Projeto Gradiva no site do grupo Revira é essencialmente institucional, contendo uma breve apresentação da clínica e canais para contato.

A abordagem comunicacional nas mídias digitais abrange a realização de rodas de conversas, indicação de livros e divulgação de campanhas relacionadas à importância da saúde da mulher e do combate às violências.

²¹ Canais de contato: (51) 997535368; gradivaprojeto@gmail.com.

Figura 31 - Campanhas Grupo de Palavra e atendimento às mulheres



Fonte: Página no Instagram @projeto gradiva

As campanhas divulgam informações sobre iniciativas do projeto, como o Grupo da Palavra, além de replicar campanhas do Governo Federal relacionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher.

No dia 6 de maio de 2023, o grupo realizou uma assembleia para aprovação do seu Regimento Interno, delimitando os critérios da psicanálise decolonial adotados.

Figura 32 – Primeira Assembleia Ordinária



Fonte: Página no Instagram @projeto gradiva

Ao divulgar a realização da assembleia, o projeto apresenta brevemente seu histórico e compromisso com o atendimento de mulheres pela psicanálise.

De acordo com publicação na página no Instagram, o nome “gradiva” é derivado do latim e significa "aquela que avança", também representando a

feminização de um dos epítetos do deus romano Marte, *Mars Gradivus*, isto é, "Marte que avança". Ao adotar a perspectiva de *avanço*, o Projeto Gradiva oportuniza escuta clínica para que as mulheres em situação de violência possam realizar elaborações e, assim, seguir em frente com suas vidas após situações ou contextos violentos.

De modo geral, é possível perceber que o Projeto Gradiva está em processo de estruturação. Os canais de comunicação identificados abrangem tanto a comunicação com as integrantes quanto a prestação de contas sobre os serviços desenvolvidos e o contato com mulheres que podem necessitar de atendimento.

7.5.4 Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos

Além de atuar na transição do *Corpo-morte* para o *Corpo-vida*, a ONG Themis integra o *Corpo-rede*. A interpretação dessa organização enquanto um emaranhado de redes interconectadas justifica-se pela formação de parcerias internacionais e com operadores de Justiça, bem como pelo fortalecimento das relações entre diferentes grupos de mulheres. Nesse contexto, as Promotoras Legais Populares são representantes fundamentais dos valores e objetivos da instituição, atuando em prol da formação, manutenção e expansão de vínculos comunitários.

Essa organização congrega uma rede composta por diversas integrantes, prestando orientação, apoio e ampliando o alcance de atividades comunitárias específicas. A consolidação de elos abrange espaços físicos e canais digitais, migrando constantemente entre esses a partir de iniciativas como campanhas em redes sociais, intervenções artísticas e realização de feiras. Com essas iniciativas, as redes conferem visibilidade a temas sensíveis como o enfrentamento da violência de gênero, a reivindicação de direitos sexuais e reprodutivos e a promoção da participação política das mulheres.

7.5.5 Reflexões do *Corpo-vida* para o *Corpo-rede*

As instituições situadas na transição do *Corpo-vida* para o *Corpo-rede* possuem diferentes matizes e atuam em frentes distintas da violência de gênero. No entanto, um importante ponto de convergência entre elas é a formação de alianças internas e externas que asseguram a sua continuidade e ampliação.

A Casa Mulheres Mirabal apresenta uma congregação de recursos tanto em canais digitais quanto nas ruas – como na campanha *#resistemirabal* –, e a própria continuidade da organização depende de uma rede engajada continuamente, formada por parcerias com outras instituições, voluntárias e mulheres integrantes.

A CliFI, por sua vez, pode ser considerada a própria manifestação das *redes*, pela formação de coletivos de atenção à saúde mental, redes formativas sobre feminismo, interseccionalidade e saúde da mulher acessíveis à sociedade civil e alianças com outras instituições, como a Casa Mirabal e a ONG Themis, que permitem a expansão da atuação na autonomia psicológica.

Também na seara da Psicologia, o Projeto Gradiva destaca-se pelo auxílio a pessoas que atuam diretamente no campo da violência contra a mulher, semeando o acolhimento a partir dos preceitos da Psicanálise. Além disso, é a primeira clínica de atendimento psicanalítico gratuito no RS, atuando na vertente descolonial dos saberes.

Por fim, a ONG Themis atua pelo empoderamento de lideranças e, conseqüentemente, de comunidades, além de formar redes com diversas organizações nacionais e internacionais – dentre elas, a CliFI e a Mulheres Mirabal. Sendo assim, cabe questionar a possibilidade de expandir essas parcerias para o âmbito da comunicação. Como uma divulgação integrada poderia contribuir para enfrentar as violências e promover a vida?

PARTE IV – REDE DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA E INSURGÊNCIA DA VIDA (REVIVA)

*abrazamos los cuerpos plurales
somos seres duales - placeres astrales
defendemos tierras ancestrales
luchamos aunque nos señalen*

*nos queremos vivas
otro femicidio en las noticias
nos queremos vivas
no daremos paz hasta que haya justicia*

Nos queremos vivas – Rebeca Lane

A terminologia *Rede de enfrentamento da violência e insurgência da vida* (Reviva) pretende sintetizar os termos *rede*, *violência* e *vida*, também reunindo o simbolismo da possibilidade de (re)viver, renascer após episódios de opressão. Desse modo, pretende lançar luz à autodeterminação das mulheres, apesar das marcas possivelmente deixadas em suas subjetividades pelas violências.

A Reviva refere-se a um modo de superação da violência que migra do individual para o coletivo, possibilitando condições de emancipação para mulheres integrantes e atendidas. Desse modo, delineia-se uma extensa rede de interconexões entre diferentes contextos, corpos, organizações e formas de atuação, com graus distintos de institucionalização.

Apesar das diferenças entre as instituições analisadas, o que importa para esse contexto de lutas são as suas confluências, reveladas e acentuadas a partir de interações. Sendo assim, a comunicação contribui para mapear os vínculos existentes e possíveis, proporcionando atendimento integral das mulheres em condições de vulnerabilidade.

Entendo que a comunicação entre as instituições permite formar um sistema integrado e autossustentável, tal qual um organismo vivo, em que diferentes aspectos são assumidos em uma *rede de apoio* em prol da produção de autonomias. Ademais, os processos comunicativos contribuem com a replicação de conhecimentos sobre direitos humanos e das mulheres, permitindo a continuidade da própria rede de enfrentamento da violência e promoção da vida – Reviva. Em suma, a comunicação entre as instituições e as mulheres é um ingrediente indispensável para a existência – e resistência – da Reviva.

Ao reconhecer a centralidade da comunicação para a formação e manutenção da Reviva, as redes de comunicação pública contribuem para refletir sobre a interconexão de violências. Assim, o tema mobilizador das violências garante as interações contínuas *dentro* das organizações e *entre* organizações, tendo como objetivo uma guinada para resgatar mulheres de contextos opressivos. Em torno da violência, também se estruturam diferentes atividades das instituições que visam à autonomia das mulheres atendidas.

Se as violências permitem a convergência de forças para o seu enfrentamento, o rompimento do ciclo de violência na vida de uma única mulher permite a expansão da Reviva. Esse aspecto se evidencia a partir dos canais formativos existentes nas instituições mapeadas, que oferecem ferramentas para a replicação de conhecimentos sobre a preservação da vida em sua totalidade – dos direitos fundamentais à saúde mental, passando pelo suporte com aspectos sociomateriais.

Em suma, a Reviva emerge como desacato às formas contemporâneas de violência que agem sobre os corpos femininos e feminizados, abrindo espaço para novas formas de sociabilidade e solidariedade política enquanto compromisso contínuo, conforme proposto por hooks (2019). Essa insurgência que persiste apesar das intempéries visa, como fim último, proporcionar condições férteis para a retomada da autonomia em suas variadas esferas.

Desse modo, o *Corpo-rede* é uma imagem-conceito que se compõe a cada mobilização feminista, dos movimentos de mulheres, de institutos, regramentos legais e pactos internacionais, originando partículas de comunicação que vão se aglutinando, tomando *corpo*. Esse corpo social constituído é público, porquanto reúne reivindicações, posicionamentos e debates que representam um retrato da sociedade – ou uma animação, considerando sua natureza transitória e impermanente.

O *corpo* metafórico pode ser representado pela figura de uma mulher fictícia que vai se constituindo e fortalecendo, mas também reverbera sobre corpos individuais e de grupos sociais. Essa mulher congrega dores, questionamentos, formulações e potências dos corpos femininos e feminizados, reunindo diferentes marcas de opressão e experiências sociais. Em outras palavras, reconhece a subalternidade conferida a tudo o que é feminino, mas também explicita a insurgência de vida que emerge mesmo sob solos inférteis.

Entretanto, mesmo que esse *Corpo-rede* atue na superação do *Corpo-morte* e em prol do *Corpo-vida*, ainda constitui um processo dialético e constante. Isso porque, ao passo que a rede se movimenta em direção à vida, o *Corpo-morte* faz investidas contínuas que representam a invisibilidade, a contestação de direitos adquiridos e a ocorrência de violências.

Por isso, a desproteção do *Corpo-morte* não se refere, somente, às mulheres isoladas, desprovidas de vínculos sociais. Pelo contrário, relaciona-se a todas as políticas de morte que colocam seus corpos em condição de isolamento, como o silenciamento das vítimas, a desqualificação dos espaços de Justiça, dentre outras medidas necropolíticas.

É notório que os ataques do *Corpo-morte* originam novas iniciativas voltadas ao *Corpo-vida*. Um exemplo fático foi o desenvolvimento de regramentos como a "Lei de Importunação Sexual" e a "Lei Mariana Ferrer", como respostas a desafios históricos reconhecidos recentemente pela Justiça. Entretanto, apesar do aparato jurídico robusto, ainda existem dificuldades na aplicação prática dessas medidas, que se revelam nas experiências individuais, mas também compõem um problema político.

Nesse sentido, o cerne político do *Corpo-rede* se impõe a partir do contexto sócio-histórico dos sujeitos, das suas possibilidades de agência e condições de aparecer em um determinado espaço público, do conhecimento sobre direitos a serviço da cidadania.

A comunicação adquire centralidade a partir de práticas de pedagogia popular, ou pedagogia feminista, que possibilitam o enfrentamento do *Corpo-morte* e a formulação de um *Corpo-vida*. A força da sociedade traduzida nesse corpo metafórico engloba um potencial de ação comunicativa que se manifesta nas relações entre instituições, mulheres e outras redes implicadas na resolução do problema da violência.

A imagem da *rede* é adequada a partir da inter-relação entre diferentes polos comunicacionais, pela constante conexão e tensionamento que mantém assuntos, sujeitos e coletivos em movimento.

Desse modo, o *Corpo-rede* representa a discussão teórica sobre a transição do *Corpo-morte* para o *Corpo-vida*, fornecendo subsídios analíticos para caracterizar o problema da violência de gênero, dotado de complexidades e ambivalências. A *rede* atua como um potencializador de forças no enfrentamento

das violências e na promoção da vida, demonstrando o potencial da comunicação em diferentes contextos e momentos históricos.

Já o conceito-síntese Reviva representa a materialização desse corpo social, da mulher fictícia que guarda os anseios, as lutas e as conquistas históricas de muitas, múltiplas mulheres. Então, se a violência é um problema complexo, polivalente e multifacetado, é necessário reunir todos os esforços possíveis para combatê-lo. Na perspectiva da Reviva, é necessário reunir as instituições que atuam de forma pontual, pensando em como aglutinar diferentes funções e estabelecer parcerias, e em quais tensionamentos e debates podem ser suscitados.

Figura 33 – Diagrama da Rede de enfrentamento da violência e insurgência da vida (Reviva)



Fonte: Elaboração própria.

O diagrama da Reviva demonstra o tensionamento entre *vida*, *morte* e *rede*, em que os corpos femininos e feminizados correm o risco de violência e são salvos o tempo todo, ciclicamente. Essas dinâmicas são atravessadas pelas redes constitucional, institucional e científica, responsáveis por retirar, formalmente, as mulheres de situações de risco e isolamento. No centro, encontram-se as redes alternativas que compõem a Reviva, identificando

lacunas e formulando soluções coletivas a partir do que é apresentado pelas próprias mulheres.

Para a formação e continuidade de parcerias na Reviva, defende-se que as redes de comunicação pública (WEBER, 2017) têm o potencial de restaurar tecidos comunitários, que se rompem em meio a dicotomias como público e privado, individual e coletivo, dentre outras. Acredita-se que o senso de comunidade, ou cidadania, dissipa-se no *Corpo-morte*, quando a mulher acredita que a precariedade atinge somente a ela e é de sua responsabilidade, desconsiderando aspectos estruturais que influenciam as trajetórias de vida de todas as pessoas.

Portanto, a tentativa de individualizar problemas coletivos é confrontada pela comunicação pública, que, além de conferir visibilidade a assuntos de interesse da sociedade, fornece ferramentas práticas para a constituição de assembleias e o desenvolvimento dessa *mulher comunicacional*. As redes de comunicação pública são consideradas mecanismos de inteligência coletiva (GAGO, 2020), uma vez que propiciam processos de deliberação constante, plural e não linear em torno das violências. No *Corpo-rede* e nas instituições da Reviva, há a retomada da compreensão de cada mulher enquanto cidadã de direitos, passo fundamental na direção da sua autonomia e empoderamento.

A Parte IV deste trabalho apresenta o estudo de caso das instituições atuantes no enfrentamento da violência e na promoção da vida em Porto Alegre, aplicando as categorias de análise da comunicação pública e dos estudos feministas previamente definidas. A partir dos resultados desta investigação, o estudo propõe a constituição da Reviva – Rede de enfrentamento da violência e insurgência da vida.

8. COMUNICAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES MAPEADAS

Conforme Braga (2008), a aplicação do estudo de caso sustenta-se a partir de três esferas de inferências. A primeira é a análise de funcionamento do caso singular, neste trabalho, realizada a partir da descrição e do aprofundamento sobre a atuação das sete instituições analisadas. A segunda inferência refere-se à inserção do caso em um contexto social, realizada a partir da relação das instituições com as redes constitucional, institucional, científica e de comunicação pública. Por fim, a terceira inferência sustenta-se nas comparações transversais a partir de pontos de convergência, colaboração e distinção, que tomam forma na proposição da Reviva, a partir de relações estabelecidas e possíveis entre as instituições e mediadas pela comunicação.

Nesse sentido, para compreender a comunicação das sete instituições, analisam-se as principais características observadas na sua comunicação: fases da violência; abordagem; público(s); presença digital; e produção de conhecimento.

No quesito *fases da violência*, a comunicação das instituições é voltada a diferentes momentos enfrentados por mulheres em contextos opressivos, orientando os públicos sobre como agir em casos específicos. Essas fases subdividem-se em *pré-delito*, quando a violência ainda não ocorreu, mas existe o risco; *durante* a violência, quando a mulher demanda atendimento urgente; e *pós-delito*, considerando os impactos posteriores de episódios violentos na vida das mulheres.

Além disso, as fases da violência determinam, em certa medida, os modos de *abordagem* dos produtos comunicacionais. Na *fase pré-delito*, as iniciativas podem estar voltadas à orientação e educação para a cidadania; *durante* a experiência de violência, podem promover ações de orientação, acolhimento e intervenção; e na *fase pós-delito*, podem fornecer informações sobre legislação e espaços de atendimento, abertura de processos e acompanhamento das mulheres atendidas.

Já a análise dos *públicos* subdivide-se em *público interno* e *público externo*, considerando para quais pessoas as iniciativas de comunicação são orientadas, bem como possíveis impactos na efetivação dos serviços das

instituições. Uma comunicação direcionada majoritariamente para o público interno, por exemplo, pode distanciar-se do público-alvo dos serviços ofertados.

O item *presença digital* conecta-se à possibilidade de alcançar *ubiquidade*, que, segundo Gago (2020), refere-se à oportunidade de estar em muitos lugares ao mesmo tempo. O uso de ferramentas digitais tanto para a comunicação quanto para o atendimento de mulheres teve centralidade durante a pandemia da Covid-19, mas também consolidou a realização de interações entre mulheres geograficamente distantes, permitindo a ampliação do alcance das instituições.

Por fim, a *produção de conhecimento* refere-se à formulação e disseminação de saberes sobre direitos humanos, das mulheres e enfrentamento das violências, colocando experiências teóricas e práticas das instituições a serviço da sociedade. Também se relaciona à *pedagogia feminista*, segundo a qual uma consciência crítica sobre as assimetrias de gênero emerge a partir do conhecimento – que deve estar disponível a todos.

A partir dessas características, o Quadro 12 apresenta a comunicação das instituições consideradas de **autonomia jurídica**: Coletivo Nós, seguras; GRITAM – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres; e Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos.

Quadro 16 – Comunicação e instituições de autonomia jurídica

COMUNICAÇÃO	INSTITUIÇÕES DE AUTONOMIA JURÍDICA		
	Coletivo Nós, seguras	GRITAM Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres	THEMIS Gênero, Justiça e Direitos Humanos
Fase(s) da violência	<ul style="list-style-type: none"> • Pré-delito • Durante • Pós-delito 	<ul style="list-style-type: none"> • Durante • Pós-delito 	<ul style="list-style-type: none"> • Pré-delito • Durante • Pós-delito
Abordagem	<ul style="list-style-type: none"> • Informativa • Educativa • Política 	<ul style="list-style-type: none"> • Institucional • Política 	<ul style="list-style-type: none"> • Informativa • Educativa • Política
Público(s)	<p>Público externo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mulheres em situação de violência • Sociedade civil 	<p>Público externo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mulheres em situação de violência 	<p>Público externo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mulheres em situação de violência • Poder público • Sociedade civil

	Público interno • Mulheres atendidas	Público interno • Comunidade da UFRGS • Participantes do grupo	• Público interno • Mulheres atendidas • Líderes comunitárias
Presença digital	• Informação • Atendimento • Clube de leitura	• Atendimento híbrido	• Aplicativos • Cursos • Rede Nacional de PLPs
Produção de conhecimento	• Campanhas em mídias sociais	• Campanhas em mídias sociais • Revista científica	• Atuação das PLPs • Cursos • Eventos • Publicações científicas • Relatórios

Fonte: Elaboração própria.

No Quadro 12, identifica-se que a comunicação de todas as instituições de autonomia jurídica atua nas fases *durante a violência* e *pós-delito*, bem como apresenta diversas iniciativas de *produção de conhecimento*. A *presença digital* também é amplamente utilizada, tanto para atendimentos quanto para campanhas informativas, cursos e formação de redes – como o Clube de Leitura e a Rede Nacional de PLPs.

O Quadro 13 refere-se à comunicação das instituições consideradas de **autonomia psicológica**: Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade (CLiFI) e Projeto Gradiva.

Quadro 17 – Comunicação e instituições de autonomia psicológica

COMUNICAÇÃO	CLiFI Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade	Projeto Gradiva
Fase(s) da violência	• Pré-delito • Durante • Pós-delito	• Pré-delito • Durante • Pós-delito
Abordagem	• Informativa • Institucional • Denúncia	• Informativa • Institucional
Público(s)	Público externo • Mulheres em situação de violência • Sociedade civil	Público externo • Mulheres em situação de violência • Pessoas que trabalham com violência de gênero
	Público interno • Comunidade da UFRGS	Público interno • Comunidade da UFRGS

Presença digital	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento individual e coletivo • Campanhas • Grupos de estudos 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento psicanalítico individual • Consultoria para profissionais que atuam na área das violências
Produção de conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Campanhas • Ciclos formativos • Eventos 	<ul style="list-style-type: none"> • Eventos • Grupo de escuta • Grupo de leitura • Prestação de contas

Fonte: Elaboração própria.

No Quadro 13, observa-se que a comunicação nas instituições de autonomia psicológica abarca as três fases da violência, investindo em campanhas informativas para contribuir com o seu enfrentamento. Nesse sentido, as ferramentas digitais são recursos importantes para a realização de atendimentos individuais e coletivos, destacando-se a consultoria do Projeto Gradiva para profissionais que atuam na área das violências. A presença digital também representa um recurso de transparência dos projetos, além de possibilitar a produção e disseminação de conhecimentos sobre gênero, violências e saúde da mulher.

Por fim, o Quadro 14 refere-se à comunicação das instituições consideradas de **autonomia integrada**: Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal e Patrulha Maria da Penha.

Quadro 18 – Comunicação e instituições de autonomia integrada

COMUNICAÇÃO	Casa de Referência da Mulher - Mulheres Mirabal	Patrulha Maria da Penha
Fase(s) da violência	<ul style="list-style-type: none"> • Durante • Pós-delito 	<ul style="list-style-type: none"> • Pós-delito
Abordagem	<ul style="list-style-type: none"> • Informativa • Mobilizadora • Promocional 	<ul style="list-style-type: none"> • Institucional
Público(s)	Público externo <ul style="list-style-type: none"> • Mulheres em situação de violência • Instituições parceiras • Sociedade civil 	Público externo <ul style="list-style-type: none"> • Mulheres em situação de violência • Sociedade civil
	Público interno <ul style="list-style-type: none"> • Mulheres integrantes 	Público interno <ul style="list-style-type: none"> • Brigada Militar

Presença digital	<ul style="list-style-type: none"> • Campanhas • Divulgação de eventos • Venda de produtos 	<ul style="list-style-type: none"> • Breve histórico e dados do projeto
Produção de conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Eventos • Mostras culturais 	<ul style="list-style-type: none"> • Núcleo formativo na Brigada Militar do RS

Fonte: Elaboração própria.

No Quadro 14, observa-se que as estratégias de comunicação nas instituições de autonomia integrada têm em comum a atuação na fase *pós-delito*, porém apresentam abordagens muito diferentes. Enquanto a Patrulha Maria da Penha desenvolve campanhas institucionais e, principalmente, voltadas ao seu público interno, a Casa Mulheres Mirabal está em constante diálogo com a sociedade civil, estabelecendo parcerias e formando redes de proteção para as mulheres. Além disso, a Casa atenta-se aos acontecimentos contemporâneos e posiciona-se através de eventos, manifestações, notas de repúdio, dentre outras iniciativas que demonstram o posicionamento combativo da instituição.

A partir dessas informações, a submissão das instituições às categorias de análise da comunicação pública e dos estudos feministas mapeadas pela pesquisa propõe a constituição da rede de enfrentamento da violência e insurgência de vida (Reviva). Dentre esses aspectos, destacam-se:

- I. comunicação *desde* as vivências das mulheres, impulsionada pela interseccionalidade e a paridade de participação;
- II. realização de assembleias e produção de inteligência coletiva, a partir do contexto de atuação, do pluralismo histórico e da solidariedade política;
- III. abordagem da violência de gênero como assunto de interesse público, a partir dos conceitos de corpo-território e debate público;
- IV. comunicação pública e transformação política em redes de comunicação pública, constituídas por credibilidade, legitimidade e visibilidade;
- V. ética amorosa como contraproposta ao poder hierárquico, empoderando sujeitos a partir dos saberes do corpo e das comunidades.

As próximas seções deste trabalho apresentam os desdobramentos das categorias de análise em relação às instituições investigadas, a partir das suas iniciativas de comunicação. A combinação dos conceitos da comunicação pública

e dos estudos feministas nesta análise visa compreender as possíveis contribuições e tensionamentos entre esses campos teóricos, abrindo espaço para novas formulações.

Cabe ressaltar que a identificação das categorias de análise nas instituições resulta da abordagem teórico-metodológica adotada neste estudo, não esgotando as possibilidades interpretativas do objeto.

8.1 Comunicação desde as vivências das mulheres

A comunicação está presente desde a capacidade de cada mulher colocar a violência em palavras, oralidade que pressupõe uma elaboração pessoal e coletiva. É preciso lançar um olhar crítico sobre a própria realidade para nomear o sofrimento, e esse processo ocorre a partir de vivências pessoais e compartilhadas, com a apreensão de novos conhecimentos e práticas. Assim, emerge o potencial das instituições de enfrentamento das violências e promoção da vida, congregando saberes, histórias e possibilidades para contribuir com processos tanto sociais quanto intersubjetivos.

Para considerar as múltiplas realidades apresentadas por diferentes mulheres e exercer processos de comunicação desde as suas vivências, entende-se que as instituições podem ser pautadas pela **interseccionalidade** e a **paridade de participação**.

8.1.1 Interseccionalidade

Uma perspectiva feminista interseccional consiste na *compreensão das diferentes marcas de desigualdade e desempoderamento que atravessam corpos femininos e feminizados, operando-se com vistas à sua superação*, e pode ser observada em todas as instituições analisadas nesta pesquisa. É notório que a interseccionalidade faz parte da identidade das instituições, compondo seus posicionamentos, discursos e práticas.

Nesse sentido, a **Patrulha Maria da Penha** não apresenta esse posicionamento definido, porém realiza debates caros ao enfrentamento das

violências e estudos feministas em convergência com outras lutas sociais, demonstrando a preocupação com pautas interseccionais.

Nas instituições analisadas, a interseccionalidade perpassa a produção e disseminação de conhecimentos sobre gênero e relações de opressão, em prol da conscientização e do fortalecimento individual e coletivo das mulheres atendidas. Além disso, os amplos debates sobre temas interseccionais – como raça, classe e gênero, mas também capacitismo, LGBTfobia, dentre outras formas de desempoderar os sujeitos – promovem a disseminação de conhecimentos e a formulação de uma consciência sobre o tema na sociedade civil.

Portanto, a interseccionalidade contribui com a formulação de estratégias de ação e comunicação alinhadas às marcas sociais dos sujeitos, respeitando diversidades e lutando pela superação de preconceitos estruturais.

8.1.2 Paridade de participação

Conceito proposto por Fraser (2007), a paridade de participação representa um modelo tridimensional de cidadania e participação política, composto por *reconhecimento, redistribuição e representação*. Essa categoria de análise *destaca a importância do reconhecimento de identidades, da redistribuição de oportunidades e da representação política para o pleno exercício da cidadania*.

Embora todas as instituições mapeadas considerem importante o *reconhecimento* individual de diferentes mulheres, os quesitos *redistribuição* e *representação* tendem a ficar em segundo plano. Nesse sentido, destaca-se a atuação da Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal e da Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos por congregarem, de modos diferentes e complementares, as três vertentes da paridade de participação.

A **Casa Mulheres Mirabal** considera tanto a *representatividade* e a escuta das mulheres atendidas quanto o fomento a condições financeiras para que elas possam sair de condições de violência. Nesse sentido, é possível perceber o enfoque no quesito *redistribuição*, visando criar condições de possibilidade psicológicas, sociais e materiais para cessar ciclos de violência.

A **ONG Themis**, por sua vez, exerce pressão sobre os poderes públicos em prol da cidadania das mulheres integrantes. Esse processo ocorre a partir das

iniciativas da ONG, mas também de mobilizações das próprias mulheres enquanto lideranças, ou simplesmente partícipes de uma rede comunitária – cada vez mais – ciente de seus direitos. Desse modo, o enfoque da Themis reside nas possibilidades de *representação*, que podem culminar na exigência de redistribuição de oportunidades e recursos.

8.2 Assembleias e produção de inteligência coletiva

De acordo com Gago (2020, p. 195), "[...] há um chamamento necessário para a assembleia", que é convocada em momentos de indeterminação e se concretiza pela comunicação. Historicamente, diversas assembleias podem ser identificadas em nosso país, como a mobilização feminista pela condenação de Doca Street no assassinato de Ângela Diniz, na década de 1970. Contemporaneamente, com as ferramentas digitais, também é possível identificar movimentos impulsionados pelas tecnologias alcançando larga escala, tais como as *hashtags* #meuprimeiroassedio e #vamosjuntas.

Para Gago (2020), as assembleias reconfiguram as relações sociais pelo simples fato de que as mulheres passam a *estar juntas*. Esse “*acorpamento*” tem o potencial de produzir inteligência coletiva em três atos principais. Primeiro, com a imaginação de uma ação comum, a formulação de uma demanda coletiva; depois, com a avaliação de forças para constituir uma rede; por fim, a partir da capacidade prática de operacionalizar uma decisão coletiva.

O processo de assembleia é entremeado pelas condições de aparecimento de cada mulher e grupo social. Nessa perspectiva, forma-se em meio à indeterminação, nos momentos em que *não se sabe o que fazer*, gerando consequências imensuráveis.

O conflito é o que produz a situação, a assembleia é o dispositivo de inteligência coletiva que o diagnostica e projeta, e o deslocamento é o que permite cartografar isso que chamamos de forças em disputa e tramar proximidade (GAGO, 2020, p. 209).

Nesta pesquisa, a formação de assembleias e suas conseqüentes formulações coletivas estão relacionadas ao **contexto constitucional, institucional e científico** de atuação e à existência de **pluralismo histórico e solidariedade política** dentro dos movimentos, expressos através da

comunicação.

8.2.1 Contexto constitucional, institucional e científico

O contexto sócio-histórico de atuação, ao mesmo tempo, possibilita e demanda a formação de assembleias. Entende-se que as sete instituições mapeadas estão imbricadas nas quatro redes – constitucional, institucional, científica e de comunicação pública –, uma vez que os acontecimentos a elas relacionados permitem o florescimento de políticas formais e informais de enfrentamento das violências. Entretanto, cada um dos projetos está relacionado, em maior ou menor grau, com as redes do mapeamento histórico-descritivo.

As instituições mais próximas da **rede constitucional** se valem dos preceitos constitucionais, acordos nacionais e internacionais que visam coibir a discriminação e a violência contra as mulheres, favorecendo o acesso à cidadania e fortalecendo os preceitos democráticos, em prol da reivindicação e concretização dos direitos humanos.

Já as instituições mais relacionadas à **rede institucional** operam a partir do aparato jurídico e institucional disponível, seja a partir de sua aplicação ou da cobrança junto ao poder público. A atuação conectada a essa rede também fomenta o surgimento de novas prerrogativas, tanto formais quanto alternativas, visando suprir lacunas existentes no combate às violências. Em outras palavras, organizações próximas da rede institucional tanto participam das estruturas institucionais contemporâneas quanto as subvertem, mantendo o tema em pauta e participando ativamente da formulação de enfrentamentos.

As instituições associadas à **rede científica** baseiam-se na ampla produção de conhecimentos acadêmicos e não acadêmicos sobre feminismos, violência de gênero e direitos das mulheres, dentre outros temas relacionados. Essas instituições podem estar vinculadas, ou não, a espaços de produção de conhecimentos formais, como as universidades. Ao apostarem em estratégias de educação comunitária e pedagogia feminista, conferem visibilidade às pautas de pesquisa relevantes para o problema da violência. Assim, a proximidade da rede científica tem o potencial de produção e disseminação de saberes, contribuindo substancialmente para transformações sociais significativas.

A **rede de comunicação pública** permeia os universos constitucional,

institucional e científico, na medida em que é responsável por conferir visibilidade aos temas e sujeitos, promovendo o debate público e impedindo que a pauta da violência caia no esquecimento.

Entre aproximações e afastamentos, torna-se possível elaborar interconexões, como em uma constelação, representando a vinculação das instituições às redes constitucional, institucional e científica, influenciadas pela rede de comunicação pública.

Figura 34 - Diagrama - Contexto sócio-histórico e instituições



Fonte: Elaboração própria.

Esse diagrama foi desenvolvido analisando-se a maior proximidade entre cada instituição e uma respectiva rede, mesmo que todas elas componham seu cenário de atuação. Os projetos CliFI, Gradiva e GRITAM, por exemplo, aproximam-se mais da rede científica, por serem vinculados a uma universidade.

A inter-relação entre redes e instituições demonstra como a produção de acordos globais, normativas legais e conhecimentos sobre feminismos, direitos humanos e das mulheres é peça-chave na elaboração de assembleias que enfrentam a violência e promovem a vida.

8.2.2 Pluralismo histórico

O conceito de pluralismo histórico de Segato (2012, p. 112) preconiza que “[...] um povo é um projeto de ser uma história”. Desse modo, considera que os integrantes das comunidades devem desempenhar papel central nos processos de deliberação e decisão, bem como em ações para superar desigualdades. Essa categoria de análise sustenta-se pelo *reconhecimento das contribuições e insuficiências dos espaços formais de enfrentamento das violências, promovendo a devolução da iniciativa às próprias comunidades, ou redes*.

Nas instituições analisadas, foi possível observar uma aposta na educação para superar contextos opressivos. Adotar uma perspectiva emancipadora do conhecimento pode contribuir para ampliar a autonomia das mulheres e até mesmo levá-las não só a ocupar espaços decisórios, mas também a formular novos núcleos de deliberação para suprir carências contemporâneas.

No quesito *pluralismo histórico*, destaca-se a atuação das instituições: Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal; Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade (CliFI); Projeto Gradiva; e Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos.

A **Casa Mulheres Mirabal** concretiza o pluralismo histórico a partir de condições sociomateriais para o desenvolvimento das mulheres atendidas, como iniciativas de educação, geração de renda e fortalecimento coletivo. Além disso, subverte a imagem do lar enquanto âmbito da violência patriarcal, criando um espaço formado e mantido por laços entre mulheres e seus filhos.

Os projetos **CliFI** e **Gradiva**, por sua vez, exercem a escuta das mulheres e a atenção à sua saúde mental, considerando realidades particulares na elaboração de soluções coletivas. Assim, proporcionam o reconhecimento de experiências, emoções e pensamentos traduzidos em relatos, preservando e fortalecendo a jurisdição das mulheres sobre suas próprias vidas.

Por fim, a **ONG Themis** destaca-se ao participar de espaços formais – como assembleias e tribunais – mas também impulsionar a formulação de âmbitos próprios das comunidades. Como exemplo, o Serviço de Informação à Mulher (SIM) representa uma célula de Direito e cidadania dentro da região das PLPs, gerida pelas próprias líderes com apoio da Themis. Assim, os membros da

comunidade apresentam seus problemas, mas também são responsáveis por transmitir informações sobre a legislação e formular soluções. A trajetória da ONG confere confiabilidade junto aos poderes públicos e espaços formais, que é utilizada para impulsionar o protagonismo das comunidades.

8.2.3 *Solidariedade política*

O comprometimento contínuo com o enfrentamento das violências e a promoção da vida é fundamental para o funcionamento das instituições. Desse modo, a *solidariedade política* de hooks (2019) representa o alinhamento de posicionamentos, discursos e práticas às causas defendidas pelas instituições.

Uma atuação pautada pela solidariedade política requer *comprometimento contínuo com uma causa a partir da comunhão de interesses, crenças e objetivos, possibilitando a formação e continuidade de alianças coletivas. De maneiras distintas, a solidariedade política pôde ser identificada nas sete instituições analisadas.*

A **Casa Mulheres Mirabal** assume um compromisso contínuo com o bem-estar integral das mulheres atendidas, buscando compreender e oferecer respostas às suas demandas. Essa postura revela-se tanto a partir dos espaços físicos da casa, como a cozinha para geração de renda, quanto nas campanhas relacionadas a temas caros às suas existências – por exemplo, a campanha de combate à pobreza menstrual em parceria com o GRITAM.

A **ClIFI** realiza ciclos formativos sobre violências, feminismos e os impactos de um contexto patriarcal na saúde psíquica das mulheres. No mesmo sentido, o **Projeto Gradiva** amplia os conhecimentos sobre as suas causas a partir do treinamento de profissionais que atuam no campo de enfrentamento da violência contra a mulher. A iniciativa Grupo da Palavra também promove debates sobre temas caros ao projeto.

Já o **Coletivo Nós, seguras** demonstra esse comprometimento no âmbito digital, com ampla promoção de conhecimentos sobre legislação e atendimento das mulheres. Apesar de disponibilizar formas de contato com espaços formais de enfrentamento das violências, o coletivo também se preocupa com a formulação de uma consciência crítica sobre o problema, a qual representa uma condição

importante para o seu enfrentamento.

O **GRITAM**, por sua vez, atua para romper as barreiras entre o saber acadêmico e a sociedade, oferecendo atendimentos jurídicos voluntários e aplicando conhecimentos adquiridos à realidade concreta.

A **Patrulha Maria da Penha** está implicada com o enfrentamento das violências a partir dos treinamentos diferenciados para atendimento da violência contra a mulher voltados a policiais da Brigada Militar. Além disso, o programa atua há 11 anos e conta com mais de 120 mil mulheres cadastradas.

Por fim, a **ONG Themis** promove processos de solidariedade contínua por meio da disseminação de conhecimentos em defesa dos direitos das mulheres, tanto na comunicação institucional quanto a partir de lideranças formadas pela ONG. Desse modo, percebe-se que o objetivo é empoderar, promover autonomia, mantendo os laços de colaboração existentes entre as PLPs, as comunidades e a Themis.

8.3 Violência de gênero e interesse público

O compromisso com assuntos de interesse público contribui para a integração de temas sensíveis em espaços formais e informais de discussão. Assim, posicionar a violência de gênero como assunto de interesse público rompe suas condições de confinamento na esfera *privada*, por um longo período considerada *apolítica*. Para Butler (2018) e Gago (2020), o reconhecimento público das violências contra os corpos femininos e feminizados permite compreender outras formas de precarização da vida, gerando uma confluência de lutas.

Para compreender a comunicação das instituições e sua conexão com o interesse público, é fundamental reconhecer as dinâmicas relacionadas que migram, constantemente, do âmbito digital para o não digital, do público para o privado, do individual para o coletivo. Desse modo, torna-se possível adquirir ubiquidade para atuar em diferentes esferas.

A fim de conceber os debates sobre público e privado, considerando-se a importância de posicionar o enfrentamento da violência e a promoção da vida em esferas de discussão, abordam-se as categorias de análise **corpo-território, interesse público, visibilidade e debate público**.

8.3.1 Corpo-território

Os embates entre público e privado são amplamente debatidos nos estudos feministas, com vistas a não segmentar esses conceitos como âmbitos estanques e separados, considerando seus significados em diferentes contextos. Assim, problemas tradicionalmente considerados *privados* tornam-se *públicos*.

Os espaços formados sob a denominação do *corpo-território* não se opõem, necessariamente, ao âmbito doméstico e dito privado, mas, sim, ao confinamento por ele representado. Para Gago (2020), muitas vezes as instituições públicas e a própria democracia invisibilizam questões apresentadas pelos corpos e grupos dissidentes, por serem consideradas pessoalistas ou minoritárias. Para tanto, é importante observar tanto a possibilidade de participação dessas instituições em espaços “formais” quanto a reivindicação e o questionamento acerca de práticas vigentes.

Uma atuação orientada pelo corpo-território consiste na *análise das tensões imanentes às relações público-privadas, visando compreender o quanto é possível ocupar territórios públicos existentes. Além disso, conjectura sobre formular novos territórios de atuação, e mesmo tornar o próprio corpo um território.*

Esta pesquisa identificou as seguintes instituições situadas sob essa perspectiva: Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal; Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade (CliFI); Patrulha Maria da Penha; Projeto Gradiva; e Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos.

A **Casa Mulheres Mirabal** tensiona e subverte espacialidades de público e privado, tornando *pública* uma casa que, tradicionalmente, seria considerada *privada*. O espaço da Mirabal oferece proteção para que as moradoras possam viver, recuperar-se e desenvolver-se, transformando a concepção usual do âmbito doméstico como espaço de confinamento, riscos e violências. Essa Casa também é diferente porque permanece aberta às ruas, à chegada das mulheres e seus filhos, a novos atendimentos e projetos. Além disso, a campanha *#resistemirabal* atravessa os âmbitos digital e não digital, tomando desde as redes digitais até os muros das ruas.

De forma convergente, a **Patrulha Maria da Penha** proporciona a retomada do espaço doméstico enquanto âmbito seguro, ressignificando esse lugar com o apoio e a proteção de policiais treinados para lidar com contextos de violência de gênero.

A **CliFI** e o **Projeto Gradiva**, por sua vez, possibilitam um processo de cura individual e compartilhado do *território existencial* das mulheres atendidas, a partir da atenção à saúde mental.

Por fim, a **ONG Themis** exerce o corpo-território a partir da ocupação de tribunais, delegacias e centros de saúde da mulher, da construção de espaços nas ruas – como feiras e oficinas, da criação de casas de passagem para mulheres em situação de violência e da formulação de novos espaços institucionais pertencentes às comunidades – como o Serviço de Informação à Mulher (SIM).

8.3.2 *Interesse público*

A relação entre as instituições e o interesse público sustenta-se através do *comprometimento com os assuntos de interesse público em xeque, considerando-se que esses assuntos mantêm o processo de deliberação em redes.*

Esta pesquisa demonstrou que as sete instituições analisadas atuam a partir de assuntos de interesse público mobilizadores da sociedade: enfrentamento da violência e promoção da vida.

A **Casa Mulheres Mirabal** evidencia esse compromisso a partir de um posicionamento político definido, realizando manifestações para mobilizar a sociedade civil em torno de temas sensíveis relacionados ao combate das violências e à proteção das mulheres.

A **CliFI** atua em benefício do interesse público por meio da organização de ciclos formativos sobre temas sensíveis e fundamentais para compreender as estruturas de opressão sobre as mulheres, elaborando caminhos possíveis de transformação a partir do conhecimento.

Já o **Coletivo Nós, seguras** utiliza os canais digitais para democratizar conhecimentos sobre direitos, iniciativas de combate às violências e orientações sobre como agir para apoiar mulheres em situação de risco.

O **GRITAM** traduz o compromisso social da universidade pública ao reunir professores, servidores e estudantes de diversas áreas do conhecimento, colocando os saberes científicos em prática em benefício das mulheres em situação de violência.

O **Projeto Gradiva** realiza consultorias para profissionais que atuam diretamente com as violências, auxiliando a semear um olhar e uma escuta pautados nas perspectivas da Psicanálise e dos estudos decoloniais. Assim, pode contribuir para um contato mais humanizado com mulheres em situação de vulnerabilidade.

A **Patrulha Maria da Penha** opera no interesse público com a realização de cursos e seminários de capacitação dos policiais sobre violência, direitos das mulheres e desigualdades de gênero. Contudo, cabe pontuar que o último treinamento, segundo o site da Patrulha, ocorreu em 2021.

Por fim, a **ONG Themis** fomenta o interesse público a partir da produção e disponibilização de pesquisas científicas, realização de eventos sobre temas sensíveis e formação de lideranças comunitárias multiplicadoras de conhecimentos sobre temas de interesse público, levando adiante a proposta de pedagogia popular e feminista realizada pelas próprias comunidades.

8.3.3 *Visibilidade*

De acordo com Weber (2017), a *visibilidade* da informação é pré-condição para a deliberação pública, uma vez que permite conhecer e posicionar-se a respeito de um determinado tema ou acontecimento. Desse modo, “sem informação não há argumentação e sem possibilidade de criticar, argumentar, não há comunicação, sobressai a propaganda, a divulgação do poder que tenta se legitimar e, portanto, não há comunicação pública” (WEBER, 2017, p. 28).

Como categoria de análise, a visibilidade se manifesta por meio da *garantia das "condições de aparecimento" das redes, das mulheres integrantes e das demandas apresentadas no espaço público, englobando disputas discursivas existentes*.

Nesta pesquisa, a visibilidade assume um caráter polissêmico, englobando temas, causas, instituições e mulheres responsáveis por enfrentar a violência e

promover a vida. De modo geral, é possível assumir que as sete instituições analisadas trabalham a partir da visibilidade de assuntos caros à igualdade de gênero e ao combate às violências.

A **Casa Mulheres Mirabal** confere visibilidade à importância da mobilização coletiva, que promove a conscientização sobre as diferentes formas de opressão. Essa força compartilhada, ao mesmo tempo, mantém a Casa e é mantida por ela.

Já a **ClIFI** e o **Projeto Gradiva** atuam pela visibilidade da saúde mental, fundamental para superar contextos de opressão e vivências traumáticas. Esse trabalho de recuperação psíquica é empreendido individual e coletivamente.

O **Coletivo Nós, seguras** promove a visibilidade das legislações e espaços de Justiça disponíveis, enquanto o **GRITAM** investe na visibilidade do próprio projeto e das formas de participação. No mesmo sentido, a **Patrulha Maria da Penha** destaca o funcionamento da Patrulha, apresentando informações sobre dados de produtividade e seminários ministrados a policiais militares.

Por fim, a **ONG Themis** congrega diferentes iniciativas de visibilidade das mulheres integrantes e da própria instituição, tais como a realização de eventos, a implementação de unidades de Serviço de Informação à Mulher (SIM) e a participação da ONG em reportagens para veículos midiáticos.

Com diferentes níveis de institucionalização, as iniciativas de visibilidade empreendidas por cada instituição relacionam-se ao universo de saberes e práticas voltados ao enfrentamento das violências.

8.3.4 Debate público

O debate público é formado pelas discussões relacionadas a assuntos de interesse público. Para Weber (2017), a efetivação de um debate público ocorre a partir de visibilidade, deliberação e comunicação. Esse debate pode ser suscitado e mantido por diferentes setores da sociedade, tais como Estado, veículos midiáticos e grupos sociais – ou seja, diferentes redes interconectadas. Uma contribuição substancial do debate público para os assuntos de interesse é mantê-los vivos, em destaque, dignos da atenção dos poderes e da sociedade.

Nessa categoria de análise, considera-se a possibilidade de elaborar espaços de discussão mobilizados pelo interesse público. Sendo assim, analisar as instituições sob o prisma do *debate público* parte da *compreensão do tensionamento entre normatividade e facticidade nas relações de comunicação, a fim de tecer novas perspectivas e iniciativas*.

Dentre as instituições analisadas, é notória a presença de temas de interesse público e núcleos deliberativos que são fundamentais para o seu funcionamento. Entretanto, considerando a solidariedade política de hooks (2019) e a importância de um comprometimento constante com as causas defendidas em diálogo com a sociedade, algumas instituições assumem formas próprias de debate público.

Destaca-se a formação de um espaço de pedagogia popular e feminista consistente na **Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade (CliFI)**; no **Coletivo Nós, seguras**; e na **Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos**. Além disso, a **Casa Mulheres Mirabal** se compromete e participa do debate público a partir de manifestações nas ruas, que demandam condições de dignidade e justiça para todas as mulheres.

8.4 Comunicação pública e transformação política

Nesta dissertação, aborda-se a comunicação pública a partir de uma perspectiva crítica e formada pela opinião pública, que tem o potencial de congregar indivíduos e grupos em redes de comunicação pública. Para Weber (2017), a dimensão crítica revela os pactos e disputas discursivas mobilizadores de diferentes grupos sociais:

A dimensão crítica é marcada pela reação e contribuição dos públicos e instituições ao debate público. Os pactos e disputas em torno dos princípios democráticos contam com múltiplos modos de definir democracia e de disputar o poder. Em cena, partidos, políticos, organizações privadas e a sociedade capazes de desequilibrar apoios e investimentos públicos e privados (WEBER, 2017, p. 38).

A diversidade da opinião pública dá origem às redes de comunicação pública, desencadeadas por temas mobilizadores da sociedade civil. Essas redes têm o potencial de restaurar os tecidos comunitários a partir da congregação de sujeitos, vivências, potências e saberes. Desse modo, a recuperação de laços

coletivos rompe o isolamento individual da violência, demonstrando esse problema enquanto coletivo, e convocando diferentes setores da sociedade a oferecerem respostas para a sua superação.

As alianças investigadas nesta pesquisa mantêm-se juntas a partir do enfrentamento da violência e da promoção da vida. São elas responsáveis por confrontar a facticidade dos acontecimentos, como o amplo volume de violências e as insuficiências do Estado. Para Gago (2020), a potência coletiva reside justamente na possibilidade de conflitos – internos e externos – em que o “minoritário” ganha centralidade e descobre-se partilhado:

O poderoso é que, ao integrar essa multiplicidade de conflitos, a dimensão de massas é redefinida a partir de práticas e lutas que foram historicamente consideradas “minoritárias”. Com isso, a oposição entre minoritário e majoritário se desloca: o minoritário ganha escala massiva como vetor de radicalização no interior de uma composição que não para de se expandir. Desafia-se, assim, a maquinaria neoliberal de reconhecimento de minorias e de pacificação da diferença (GAGO, 2020, p. 280).

Assim, desenha-se uma composição de demandas, lutas e disputas discursivas de comunicação, o que torna as redes organismos vivos, contraditórios e impermanentes. As tensões são, justamente, o que permite o avanço dos debates e, nesse contexto de disputas, **credibilidade** e **legitimidade** são elementos fundantes das **redes de comunicação pública**.

8.4.1 Redes de comunicação pública

A metáfora das redes contém os pontos de convergência de informações e ações que constituem a comunicação pública. Para Weber (2017, p. 45), as redes de comunicação pública são “[...] espaços de poder devido a sua natureza e à pluralidade dos públicos que, mesmo com interesses particulares, se mantêm ligados, com dinâmicas, protocolos, acordo e distúrbios próprios”. A força imanente a essas redes é sustentada pela comunicação e pode atrair outros agentes, instituições e grupos sociais, apresentando potencial amplamente indeterminado.

Essas redes podem ser associadas às assembleias de Gago (2020), resultantes de um somatório de forças que produzem inteligência coletiva em resposta aos desafios contemporâneos. A autora destaca o materialismo da

assembleia, como um “[...] lugar concreto onde as palavras não podem se descolar do corpo. Onde colocar a voz é gesticular, respirar, transpirar e sentir que as palavras resvalam e se travam no corpo das outras” (GAGO, 2020, p. 194).

Mesmo reconhecendo a importância das redes digitais para reunir vivências, demandas e sujeitos, Gago (2020) argumenta que há uma dimensão corporal sempre presente, e que a inteligência coletiva também consiste em sustentar a tensão entre os corpos, elaborar soluções sem necessariamente produzir consensos.

Quando as demandas devem, obrigatoriamente, ser apresentadas dentro de uma formatação institucional, são ignoradas as mensagens transmitidas pela "simples" reunião dos corpos em posição subalterna – sua respiração, seu silêncio, suas formas plurais de manifestação. Desse modo, é preciso encontrar um equilíbrio entre participar dos espaços formais e construir novos espaços de assembleia.

Para Gago (2020), as assembleias conferem politicidade aos discursos e práticas que não seguem os moldes predefinidos pelo poder, em uma forma de empoderamento que nasce a partir das práticas insurgentes. O somatório de violências e a conseqüente confluência de lutas permite percorrer as intersecções *sobre o que se deseja* nas redes, podendo assumir nuances e direcionamentos muito distintos.

No mesmo sentido, as *redes de comunicação pública* traduzem a conflituosidade própria do universo fático e das organizações coletivas, em que a circulação de informações, ações e interpretações mobilizam o debate público e mantêm os temas caros à sociedade em pauta. No enfrentamento da violência e promoção da vida empreendido pelas instituições, as redes de comunicação assumem denominações específicas. A identidade das instituições analisadas aproxima-se mais das *redes de comunicação social*, mas também se articula com as dimensões *científica, institucional e jurídica*:

- *Rede de comunicação social* – mobilização da sociedade civil em torno de assuntos de interesse público, fomentando espaços de deliberação coletiva.

- *Rede de comunicação científica* – produção e/ou disseminação de conhecimento científico pertinente ao enfrentamento das violências e promoção da vida.
- *Rede de comunicação institucional* – vinculação a instituições formais, como universidades, Brigada Militar e poderes públicos.
- *Rede de comunicação jurídica* – influência dos regramentos, institutos e espaços legais no funcionamento da instituição.

Desse modo, o Quadro 15 apresenta as redes de comunicação pública identificadas nas sete instituições de enfrentamento das violências e promoção da vida analisadas em Porto Alegre.

Quadro 19 - Instituições e redes de comunicação pública

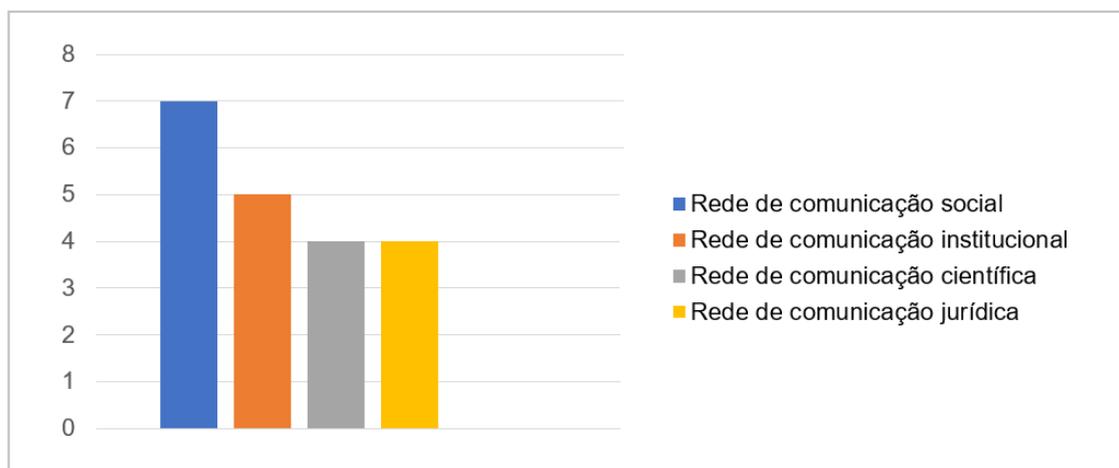
Instituições	Redes de comunicação pública
Casa de Referência da Mulher - Mulheres Mirabal	Rede de comunicação social
Clínica Feminista na Perspectiva da Interseccionalidade (ClIFI)	Rede de comunicação científica Rede de comunicação institucional Rede de comunicação social
Coletivo Nós, seguras	Rede de comunicação jurídica Rede de comunicação social
GRITAM – Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres	Rede de comunicação científica Rede de comunicação institucional Rede de comunicação jurídica Rede de comunicação social
Patrulha Maria da Penha	Rede de comunicação institucional Rede de comunicação jurídica Rede de comunicação social
Projeto Gradiva	Rede de comunicação científica Rede de comunicação institucional Rede de comunicação social
Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos	Rede de comunicação científica Rede de comunicação institucional Rede de comunicação jurídica Rede de comunicação social

Fonte: Elaboração própria.

No Quadro 15, destaca-se que as *redes de comunicação social* compõem a essência das instituições analisadas, enquanto as *redes de comunicação institucional* relacionam-se à vinculação das instituições a espaços formais, como setores de universidades e da Brigada Militar. Já as *redes de comunicação científica* estão vinculadas à produção formal e informal de conhecimentos, bem como à parceria com âmbitos acadêmicos e não acadêmicos, unindo teorias e práticas no enfrentamento das violências. Por fim, as *redes de comunicação jurídica* referem-se ao posicionamento das instituições frente aos regramentos e espaços de Justiça, articulando o constante acompanhamento e cobrança em prol da efetivação dos direitos humanos e das mulheres.

A articulação entre as mobilizações da sociedade e outras redes importa na disputa por *visibilidade, legitimidade e credibilidade*, fatores fundamentais para suscitar o debate público. Em síntese, identifica-se a seguinte proporção das redes de comunicação pública presentes nas instituições:

Gráfico 1 - Proporção das redes de comunicação pública



Fonte: Elaboração própria.

Embora fundadas a partir das redes de comunicação social em defesa de direitos e reivindicação da cidadania, essas redes relacionam-se a outras esferas tecendo relações de apoio, questionamento, tensão e deliberação. Assim, a atuação das instituições influencia e é influenciada pela existência de outras esferas que têm o potencial de levar os debates adiante, tendo como horizonte a transformação social.

8.4.2 Credibilidade

A *credibilidade* está relacionada ao reconhecimento dos argumentos apresentados sobre um determinado assunto de interesse público, o que incide diretamente sobre o potencial de repercussão em outras redes. Atuar a partir da credibilidade é fundamental para que as vozes sejam ouvidas, e as opiniões consideradas legítimas.

Desse modo, também se relaciona à *possibilidade de ocupar o espaço público, dialogando com as redes preexistentes, bem como reconhecimento dos argumentos apresentados sobre um determinado tema de interesse público.*

À sua maneira, cada instituição formula perspectivas e iniciativas para compreender e combater o problema das violências, tecendo abordagens diferenciadas e complementares em prol da vida que atestam sua credibilidade.

Inicialmente, cabe destacar que a atuação alinhada às temáticas da interseccionalidade, seja direta ou indiretamente, favorece a inclusão de pautas e a diversidade de mulheres participantes, possibilitando circular entre diferentes espaços, defender causas distintas mesmo em redes comuns. Também permite articulações *entre redes*, pluralizando os debates e abrindo espaço para o florescimento de soluções integradas.

Especificamente, a **Casa Mulheres Mirabal** exerce credibilidade a partir da sua trajetória de lutas para manutenção do espaço e apoio integral às mulheres atendidas.

Já a **CiFI** e o **Projeto Gradiva** oferecem respostas práticas para a demanda crescente de atenção à saúde mental. Mesmo com a alta procura, a psicoterapia ainda é inacessível a uma expressiva parcela da população e, sendo assim, o trabalho desses projetos promove inclusão a partir dos atendimentos gratuitos.

O **Coletivo Nós, seguras**; o **GRITAM**; e a **ONG Themis** exercem credibilidade a partir da democratização de conhecimentos jurídicos. Enquanto isso, a **Patrulha Maria da Penha** promove a ruptura do ciclo de violências em contextos específicos, podendo reverberar para mudanças estruturais mais profundas.

8.4.3 Legitimidade

Para Weber (2017, p. 54), a *legitimidade* representa o critério mais importante e complexo de avaliar na comunicação pública, uma vez que está relacionado à “[...] capacidade de liderança, de representação e de reconhecimento por diferentes instâncias, direta e indiretamente implicadas no debate”.

Nesta pesquisa, a legitimidade se expressa através da *repercussão das ações exercidas nas redes, bem como lideranças que incidem – direta ou indiretamente – nesses espaços*. Instituições distintas apresentam diferentes níveis de legitimidade, expressas a partir de parcerias institucionais, lideranças e assertividade da comunicação perante os públicos.

A **Casa Mulheres Mirabal** expressa legitimidade por ser integrante do Movimento de Mulheres Olga Benário, bem como parceira de outros coletivos e instituições, como a CliFI e a ONG Themis.

Já as iniciativas **CliFI, GRITAM e Projeto Gradiva** assumem a legitimidade conferida à universidade pública e à rede de comunicação científica, em que os conhecimentos acadêmicos são mobilizados a serviço da sociedade.

A legitimidade do **Coletivo Nós, seguras** pode ser identificada por meio de atendimentos, produção de conteúdos e eventos desenvolvidos por profissionais da área do Direito.

A **Patrulha Maria da Penha**, por sua vez, adquire legitimidade por ser um projeto da Brigada Militar do RS, além de apresentar dados consistentes de atuação na proteção das mulheres e suas famílias. Ainda assim, o desconhecimento sobre a atuação do projeto pode afastar mulheres potencialmente beneficiadas.

Por fim, a **ONG Themis** apresenta legitimidade em diversas frentes. A atuação da instituição é reconhecida nacional e internacionalmente, reunindo diversos prêmios, além de contar com integrantes que são referência nas áreas de gênero e direitos humanos. Somando-se a isso, a ONG atua em processos e espaços formais de Justiça, fomentando a participação das PLPs, enquanto lideranças, em suas comunidades e além delas.

8.5 Redes de comunicação pública feministas em prol da vida

A submissão das instituições às categorias de análise demonstrou que, de diferentes maneiras, a comunicação estrutura-se *em redes* de ferramentas, estratégias, corpos engajados no enfrentamento da violência e promoção da vida. Cabe destacar que a identificação dessas categorias representa um retrato parcial da realidade estudada, que se mantém impermanente em razão das constantes transformações sociais. Em outras palavras, trata-se de uma análise com *vida própria* que procura traduzir a incidência das categorias em cada contexto, permanecendo aberta a interpretações distintas. Assim, a organização dos resultados em quadros não visa produzir uma imagem fechada das descobertas realizadas pela investigação, mas, sim, sintetizar visualmente os resultados obtidos.

As categorias de análise dos estudos feministas – *interseccionalidade, paridade de participação, pluralismo histórico, solidariedade política e corpo-território* – demarcam a identidade de muitas das instituições investigadas. Ademais, representam um horizonte transformativo das relações de gênero existentes, marcadas pelo poder hierárquico e pela opressão. Em síntese, o Quadro 16 relaciona as categorias de análise dos estudos feministas às sete instituições de autonomia jurídica, psicológica e integrada.

Quadro 20 - Instituições e categorias de análise - Estudos Feministas

INSTITUIÇÕES	Interseccionalidade	Paridade de participação	Pluralismo histórico	Solidariedade política	Corpo-território
Casa Mulheres Mirabal	X	X	X	X	X
ClIFI	X		X	X	X
Coletivo Nós, seguras	X			X	
GRITAM	X			X	
Patrulha Maria da Penha	X			X	X
Projeto Gradiva	X		X	X	
ONG Themis	X	X	X	X	X

X	Categoria de análise identificada
	Categoria de análise não identificada

No Quadro 16, é possível perceber que a interseccionalidade e a solidariedade política são comuns a todas as instituições. A *interseccionalidade* é demonstrada a partir do reconhecimento das diversidades existentes entre os sujeitos integrantes, enquanto a *solidariedade política* refere-se ao comprometimento contínuo e coletivo com as causas defendidas.

Já as categorias de análise da comunicação pública – *interesse público*, *visibilidade*, *debate público*, *credibilidade* e *legitimidade* – representam princípios norteadores da comunicação das instituições, em prol do reconhecimento de todos os sujeitos integrantes. Tendo como horizonte a emancipação social, esses preceitos garantem a continuidade dos debates sobre temas sensíveis e a ampliação de públicos, pluralizando as percepções sobre determinada realidade social. Nesse sentido, o Quadro 17 relaciona a atuação das instituições aos princípios da comunicação pública.

Quadro 21 - Instituições e categorias de análise – Comunicação Pública

INSTITUIÇÕES	Interesse público	Visibilidade	Debate público	Credibilidade	Legitimidade
Casa Mulheres Mirabal	X	X	X	X	X
CiIFI	X	X	X	X	X
Coletivo Nós, seguras	X	X	X	X	X
GRITAM	X	X		X	X
Patrulha Maria da Penha	X	X		X	X
Projeto Gradiva	X	X		X	X
ONG Themis	X	X	X	X	X

X	Categoria de análise identificada
	Categoria de análise não identificada

No Quadro 17, observa-se que todas as instituições analisadas estão comprometidas com o *interesse público*, o que se evidencia a partir das iniciativas enfrentamento da violência. Além disso, foram identificados os quesitos de *visibilidade*, *credibilidade* e *legitimidade* em diferentes níveis e formatos. O debate público, por outro lado, não pôde ser identificado em todos os contextos analisados, demonstrando a importância de estabelecer espaços de discussão entre os membros das instituições, os poderes e a sociedade civil.

Situada no âmbito democrático e da cidadania, a comunicação pública realiza constantes esforços para a participação paritária dos sujeitos nos espaços públicos e políticos. Somando-se a isso, o movimento feminista aponta assimetrias de poder persistentes nesses mesmos espaços, elaborando possibilidades de superação. Assim, a combinação de preceitos feministas e da comunicação pública é frutífera tanto para ocupar os espaços de poder existentes quanto para elaborar formulações alternativas em comunidades, com a participação da sociedade.

Em suma, as *redes de comunicação pública feministas* em prol da vida preconizam a congregação de conhecimentos e experiências de todas as instituições analisadas, a fim de reunir recursos e potências em prol de um objetivo comum – o enfrentamento das violências. De modo geral, a análise das sete instituições revela a importância de ir além do atendimento das mulheres em situação de violência, visando proporcionar meios para o seu empoderamento e a replicação de conhecimentos.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em briga de marido e mulher, as redes de comunicação pública salvam a mulher.

Esta dissertação reúne esforços para migrar do *corpo individual* para o *corpo coletivo* que tem a possibilidade de formar *redes*. A dimensão corpórea representou a via de acesso a partir da qual decidi investigar o problema das violências, sendo o corpo entendido como manifestação política que comunica condições de vida compartilhadas e assuntos dignos da atenção pública. Essas mobilizações podem consistir no uso de um lenço verde, como proposto pela campanha *#niunaamenos*, ou em uma marca registrada na mão, como na campanha Sinal Vermelho.

Nesse contexto, o objetivo da pesquisa consistiu na *investigação das contribuições da comunicação pública em instituições que atuam para interromper a violência contra mulheres e promover a vida em Porto Alegre*. Para responder a este objetivo e *dar corpo* ao estudo, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa exploratória; mapeamento histórico-descritivo; e estudo de caso.

Partindo-se do objetivo geral, o problema norteador de pesquisa questionou *de que forma redes de comunicação pública femininas e feminizadas podem operar na transição da iminência de morte para a insurgência da vida*. A partir do levantamento bibliográfico e da análise da comunicação das instituições mapeadas, demonstrou-se que esse processo ocorre de forma integrada, em redes que atuam a partir de diferentes configurações e consequências da violência de gênero.

Para compreender o enfrentamento das violências e a promoção da vida na comunicação dessas instituições, a pesquisa partiu de quatro premissas centrais que se articulam às quatro partes do trabalho. A primeira premissa considera que *a violência de gênero impede a emancipação social, política, econômica e afetiva dos corpos femininos e feminizados e, portanto, o pleno exercício da sua cidadania*. Essa premissa relaciona-se ao aprofundamento sobre a violência de gênero, sendo confirmada a partir do referencial teórico que demonstra a subalternidade imposta por condições de violência e opressão.

Desse modo, a primeira parte do trabalho, *Corpo-morte*, defendeu a relação entre violência de gênero e hierarquias de poder que relegam os corpos

femininos e feminizados a posições de inferioridade. Apesar dos avanços legais e institucionais no enfrentamento das violências, argumenta-se que existem elementos históricos, culturais e estruturais baseados no controle de alguns corpos sobre outros, levando à desumanização de determinados sujeitos e grupos sociais. A violência emerge como um resultado perverso desse contexto e o seu enfrentamento encontra entraves significativos, como o embate entre *público* e *privado* para situar este problema como assunto de interesse público.

A segunda premissa, de que *o enfrentamento das violências ocorreu, desde o início, em redes, constituídas e/ou impulsionadas pelos movimentos feministas e responsáveis por incorporar esse tema à esfera pública*, está relacionada aos estudos feministas, sendo confirmada no mapeamento histórico-descritivo. Os acontecimentos referentes às redes Constitucional, Institucional, Científica e de Comunicação Pública demonstram a importância dos movimentos sociais para a tematização das violências e a elaboração de respostas a essa mazela estrutural.

A segunda parte do trabalho, *Corpo-vida*, demonstrou as contribuições históricas e contemporâneas do movimento feminista na exposição e no enfrentamento da violência de gênero. Nesse sentido, a produção científica aliada à militância promoveu avanços importantes em prol dos direitos sociais e da proteção das mulheres, conforme descrito nos acontecimentos das redes Constitucional, Institucional, Científica e de Comunicação Pública. De um lado, os estudos feministas foram indispensáveis para denunciar relações de gênero desiguais que culminam em violências. De outro, a militância feminista empreendeu avanços históricos junto à sociedade civil, como a implementação da Lei Maria da Penha.

Além disso, a compreensão do feminismo como organização política dos corpos também promove uma atualização das noções de *poder*, revelando uma espécie de *potência* que emana dos corpos, uma indeterminação *do que podemos* quando engajadas coletivamente. Ao assumir um posicionamento feminista nesta pesquisa, reconheço a possibilidade de atuação desde o contexto vigente, vislumbrando possibilidades de transformação.

A terceira premissa, relacionada aos estudos feministas e à comunicação pública, preconiza que *não basta combater as violências, também é necessário promover condições dignas de vida, e as redes alternativas adquirem*

protagonismo ao suprirem carências do aparato institucionalizado. Essa premissa suscita a recuperação da vida após a violência, e confirma-se a partir da análise das instituições que atuam além do enfrentamento da violência, buscando também promover condições dignas de vida.

Nesse sentido, as *formas de autonomia jurídica, psicológica e integrada* atribuídas às instituições buscam traduzir a promoção da vida presente em suas práticas. Apesar de possuírem diferentes abordagens e modos de atuação, a formação de *redes* nesses espaços contribui para denunciar condições de precariedade compartilhadas e, potencialmente, instrumentalizar mulheres para se libertarem de situações de risco e violência.

A pesquisa demonstrou, também, que a combinação teórico-metodológica da *comunicação pública* e dos *estudos feministas* contribui para permanência do enfrentamento das violências no debate público, construindo novas perspectivas sobre esse *tema sensível, vital e político* que perpassa relações públicas e privadas. Sendo assim, as *redes de comunicação pública* atuam como mecanismos de inteligência coletiva, reunindo forças da sociedade que incidem sobre os poderes e as decisões políticas formais. As instituições pesquisadas foram consideradas *redes de comunicação social*, em razão da vinculação à sociedade civil, porém se articulam a *redes de comunicação institucional, científica e jurídica*.

Por fim, a quarta premissa considera que *a comunicação se faz presente a partir das interações das redes, nas redes e entre as redes que contribuem para a recuperar a autonomia e a própria vida das mulheres.* Essa proposição demonstrou-se verdadeira, considerando as parcerias estabelecidas entre algumas das instituições analisadas. Sendo assim, é possível refletir sobre o potencial da comunicação para fortalecer vínculos preexistentes e, até mesmo, favorecer novas parcerias, contribuindo com esse contexto. De toda forma, é interessante perceber a existência de *alianças* bem estruturadas enquanto uma realidade no enfrentamento das violências e na promoção da vida.

Um importante ponto de destaque consiste na presença da interdisciplinaridade para atender esferas distintas afetadas pela violência como, por exemplo, as dimensões jurídica e psicológica. Reconhecendo a impossibilidade de dissociar a violência de gênero das esferas social, econômica,

subjetiva, intergeracional, dentre tantos outros contextos imbricados, torna-se imprescindível atuar de forma integrada para combater suas diferentes facetas.

Desse modo, a proposição da *Rede de Enfrentamento da Violência e Promoção da Vida (Reviva)* toma corpo a partir das intersecções, aproximações e afastamentos entre as instituições pesquisadas, que revelam um vasto campo de possibilidades. Assim como existe a violência, existem modos de resistência situados em um *Corpo-Rede* dotado de diferentes saberes e práticas, que origina a Reviva.

Em resposta à sobreposição de violências, as diferentes formas de autonomia contribuem para a retomada da vida e a produção da Reviva, em razão dos múltiplos aspectos contemplados em sua atuação. Ademais, argumenta-se que a Reviva é formada, sustentada e potencializada pela comunicação, ao romper o silenciamento sobre temas de interesse público e demandar ações concretas para tratar diferentes problemas sociais.

É fundamental ressaltar que esta pesquisa, que visa contribuir com os estudos acerca do enfrentamento da violência de gênero, não esgota as possibilidades de análise sobre um universo tão vasto e complexo. Uma das possibilidades de contribuição, tensionamento e expansão do tema consiste em *construir junto* das comunidades, em um processo dialógico de constante construção e reconstrução de premissas e formulações prévias a partir do que é apresentado em campo. Ao investigar a comunicação a partir das interlocutoras, torna-se possível compreender a recepção dos produtos de comunicação, bem como *levar a campo* as proposições apresentadas neste estudo.

Além disso, existe a possibilidade de realizar a *jornada* percorrida por mulheres que buscam os serviços das instituições mapeadas, visando compreender a efetividade da sua atuação para atingir os fins de acolhimento, apoio, ruptura de um ciclo de violências, dentre outros compromissos potencialmente assumidos. Assim, demonstram-se novas formas de entender a contribuição destes espaços no enfrentamento das violências e na promoção da vida.

EPÍLOGO

Ética amorosa: uma contraproposta ao poder hierárquico

Por que nossa cultura determinaria papéis de gênero tão estreitos? E por que seria tão importante para a nossa cultura rotular toda gentileza e compaixão como *feminina*? Porque é proibindo a expressão dessas qualidades que o status quo mantém seu poder. Em uma cultura tão desequilibrada como a nossa – em que alguns poucos acumulam bilhões enquanto outras pessoas morrem de fome, em que guerras são criadas por causa de petróleo, em que crianças são mortas a tiros enquanto fabricantes de armas e políticos ganham seu dinheiro manchado de sangue – compaixão, humanidade e vulnerabilidade não podem ser toleradas. Compaixão e empatia são grandes ameaças para uma sociedade injusta.

Glennon Doyle

Este trabalho começa com a *dor* da violência, mas é concluído com a esperança do *cuidado* e do *amor* enquanto potências transformadoras da realidade. O amor é apresentado como uma inteireza de vida, uma intensificação da existência que constrói e é construída em comunidades. Dessa forma, argumenta-se que as violências se sustentam a partir do poder hierárquico, que permeia as relações sociais nas dimensões públicas e privadas. Essa forma de poder resulta em posições desiguais dos sujeitos – dos corpos – procurando justificar o injustificável, as práticas de opressão.

Assim, propõe-se que a *interseccionalidade* dá visibilidade aos problemas estruturais existentes, enquanto a *solidariedade política* nas *redes de comunicação pública* almeja a construção de uma *ética amorosa*. Essa formulação materializa preceitos feministas em prol da insurgência de vida, bem como o horizonte da comunicação pública pela emancipação social.

Uma *vida boa* de ser vivida é concebida livre das violências e pautada pela ética amorosa. É notório que o corpo é uma precondição para a existência e a preservação da vida, reunindo recursos de subsistência, proteção e mobilização. Mas, além disso, a dimensão corporal também é dotada de continuidade política que permite transformações estruturais possíveis, formadas coletivamente. Portanto, a organização dos corpos em redes tem o potencial de restauração dos laços comunitários, a partir da congregação gerada pelos temas mobilizadores de enfrentamento da violência e promoção da vida.

Para hooks (2019), o modelo capitalista exerce dominação sobre os homens que, por sua vez, reproduzem as mesmas práticas no espaço doméstico. Em um mundo forjado pelo poder, pode-se confundir *opressão* com *normalidade* e

violência com afeto. Nos espaços formais de Justiça, isso pode ser observado em argumentos como a *legítima defesa da honra* e os chamados *crimes passionais* – que, na realidade, são feminicídios.

Somando-se a isso, as relações interpessoais são complexas, dotadas de dimensões culturais, intergeracionais, psicológicas e sociais, podendo ser difícil reconhecer e libertar-se de contextos opressivos. Assim, a atuação *em redes* ganha centralidade na comunhão com o outro, no acesso a novos espaços e saberes, no questionamento sobre práticas determinadas pelo poder e, até então, naturalizadas. Considera-se que não pode haver *autonomia* genuína enquanto houver violência e, desse modo, *poder* e *controle* são opostos à promoção da vida. Mas, se não o poder, o que pode nortear as relações?

A *ética amorosa* desenvolvida por hooks (2020) apresenta uma possível resposta a essa questão, como um *ímpeto de vida* em contraproposta às relações de poder. Nesse sentido, os princípios da ética amorosa – cuidado, compromisso, confiança, responsabilidade, respeito, conhecimento – contribuem para abandonar as hierarquias de uns sobre os outros e considerar a potência única e múltipla dos sujeitos em redes.

A conversão do poder hierárquico em ética amorosa contribui, também, para repensar a noção de lar, que não precisa ser sinônimo de clausura, controle e violência. Pelo contrário, pode ser um espaço expandido de cuidado, afeto e autonomia, a exemplo da Casa Mulheres Mirabal, que concretiza a politicidade doméstica pela formação de alianças, geração de renda, organização de eventos e manifestações, dentre outras iniciativas que configuram um espaço profundamente transformativo.

Além disso, Gago (2020) argumenta ser possível tornar o próprio *saber do corpo um poder*. A *potência feminista* da autora revela a dimensão do que *podemos*, em oposição à privatização dos corpos realizada pelo poder, ao passo que as lutas sociais ampliam o *corpo individual*, convertendo-o em *corpo político*. Em uma combinação de privacidade e autonomia, ao mesmo tempo, individual e coletiva, torna-se possível atuar a partir das potências, respeitando as diversidades e reconhecendo as convergências de diferentes pautas.

A insurgência da ética amorosa representa uma potência em si mesma, uma vez que emerge das comunidades – suas demandas, afetos, anseios e desejos – impactando os espaços públicos e políticos. Iniciativas de liderança

popular, como as PLPs, projetam novas formas de compreender as relações, questionando o poder e oferecendo soluções coletivas para os problemas identificados.

Em síntese, argumenta-se que *o poder está para a morte como a ética amorosa está para a vida*. Isso porque o poder hierárquico naturaliza que os poderosos subjuguem os sem poder, enquanto a ética amorosa provoca a insurgência contra todas as formas de opressão, irrompendo nas fissuras para o florescimento de formas de existência digna.

Essa mudança de paradigma pode parecer utópica, mas compreender como as instituições presentes nesta pesquisa exercem a ética amorosa ajuda a conceber a sua amplitude, o seu potencial de repercussão dentro das casas, das famílias, dos espaços de Justiça. A prática de uma ética amorosa também representa uma forma de empoderamento dos sujeitos femininos e feminizados que tornam o enfrentamento da violência uma realidade, e a insurgência de vida um sonho possível.

Em uma perspectiva que converge com o pluralismo histórico (SEGATO, 2012), as próprias comunidades têm poder de gestão sobre suas vidas e a autonomia passa a ser entendida como somatório de forças e recursos presentes em todas as mulheres. No mesmo sentido, Biroli e Miguel (2018) definem a autonomia como a possibilidade de enfrentar as desigualdades, garantindo os direitos à privacidade e autodeterminação. Em última análise, as *alianças* são capazes de formar novos vínculos de autonomia.

Essa postura converge com a *alteridade de gênero* proposta por Machado (2010), que reconhece as especificidades culturais e de gênero, atuando por meio destas estruturas em prol da vida. Nesse sentido, acredita-se que as redes de enfrentamento da violência e promoção da vida (Reviva) também são capazes de produzir fraturas no tecido social, a partir dos seus questionamentos e práticas, e reintegrá-lo coletivamente por meio de experiências subjetivas, coletivas e corporais.

Ao considerar a ética amorosa como expressão da vida a ser integrada às instituições, como seriam um atendimento e uma comunicação pautados pelos seus princípios?

O princípio do *cuidado* está presente na atenção a todas as dimensões da vida das mulheres, como ao proporcionar apoio jurídico, psicológico e econômico,

fomentar atividades de lazer e cultura, dentre outras ações. Também é exercido nas práticas de acolhimento e escuta ativa em situações de vulnerabilidade, bem como no empoderamento em prol da autonomia das mulheres. Nesse modo de empoderamento (CANDAUI, 2008), desenvolve-se as potencialidades internas, a serem despertadas e partilhadas e pelo sujeito, em contraposição às imposições externas de poder.

O *compromisso* se traduz em solidariedade política (hooks, 2019) com os temas caros ao enfrentamento da violência e promoção da vida, a partir de manifestações públicas e um posicionamento definido frente aos desafios da realidade fática.

A *confiança* reside na formação de vínculos que contribuem para recuperar importantes aspectos da vida, como segurança e privacidade, especialmente depois de experienciar contextos opressivos.

A *responsabilidade* emerge no engajamento com a transformação estrutural da realidade, a partir de debates, manifestações públicas e políticas.

O *respeito* é demonstrado no reconhecimento às diversidades, que se traduzem nos princípios de interseccionalidade (CRENSHAW, 2011) e representam um antídoto ao preconceito e à exclusão.

O *conhecimento* se expressa a partir da educação feminista, que contribui para a formulação de uma consciência crítica sobre as relações de poder (hooks, 2019) e a organização coletiva dos corpos.

A ética amorosa como horizonte político dá fôlego ao objetivo de emancipação social do feminismo e da comunicação pública. Para tanto, é fundamental envolver setores do Estado, da academia, da militância e da sociedade civil, responsáveis por denunciar as assimetrias de poder existentes e criar novas formas de sociabilidade possíveis, aliadas à promoção da vida.

Nesse sentido, o cerne das instituições analisadas é uma materialização dos saberes e práticas feministas, e sua comunicação congrega princípios fundantes da comunicação pública. A organização dessa potência em *redes de comunicação pública* oferece respostas aos ataques empreendidos pelas políticas de morte, exclusão e dominação, que se atualizam a cada avanço na concretização de direitos.

Combinada às redes de comunicação pública, a *ética amorosa* permite a formulação de novas formas de sociabilidade possíveis, realizando

questionamentos acerca do poder hierárquico para operar contra as políticas de morte e em prol da vida. Com seus princípios de cuidado, compromisso, confiança, responsabilidade, respeito e conhecimento, delinea propostas de transformação a partir da realidade fática, em todas as suas potencialidades e carências. Acredita-se, dessa forma, que a ética amorosa pode operar tanto no fortalecimento das alianças existentes quando na formação de novas alianças, fundamentadas em um compromisso consistente no enfrentamento da violência e na promoção da vida.

Diante disso, torna-se possível delinear uma *realpolitik*²² revolucionária (GAGO, 2020), em que se atua desde o contexto existente enquanto se cultiva um horizonte de ética amorosa. A insurgência dessas ações advém da situação subalterna, negando os moldes tradicionais e centralizando o que realmente importa a partir das deliberações das comunidades. Por fim, entende-se a rede de enfrentamento da violência e promoção da vida (Reviva) enquanto rede de apoio que produz autonomia, representada pela *mulher comunicacional* que sofre ataques e revela potencialidades – sempre únicas e múltiplas.

²² Para Gago (2020), a *realpolitik* revolucionária de Rosa Luxemburgo propõe um enquadramento revolucionário nas práticas cotidianas, opondo-se a ideais meramente reformistas. Nesta pesquisa, representa a possibilidade de atuar em conjunto e a reivindicação dos institutos formais de enfrentamento das violências, ao passo que se criam novos espaços que também promovem a vida.

REFERÊNCIAS

ALASUUTARI, Pertti. The rise and relevance of qualitative research. **International Journal of Social Research Methodology**, 2009, 1–17.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, maio/ago. 2014.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, maio/ago. 2014.

BARBOSA, Renata Cibelli Freire. **Violência contra a mulher, o Teatro do Oprimido e o Teatro das Oprimidas: construindo formas de intervenção social**. 2021. 145p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

BARFKNECHT, Taíse Souza. Empoderamento jurídico e humanizado: uma vivência na form(ação) de Promotoras Legais Populares. **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas (REIA)**. v. 7, n. 1, 2020.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRAGA, José Luiz. Aprender metodologia ensinando pesquisa: Incidências mútuas entre metodologia pedagógica e metodologia científica. Artigo síntese feito a convite do CECOM. **ECA/USP**, 2016.

BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. **Matrizes**, n. 2, abr. 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 maio 2022.

BRASIL, 2002. Decreto nº 4.377. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979. Presidência da República, Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos, 13 set. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm#:~:text=Para%20os%20fins%20da%20presente,com%20base%20na%20igualdade%20do. Acesso em: 27 mar. 2022.

BRASIL. Estatuto da Mulher Casada. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4121.htm. Acesso em: 26 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 12 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 22 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 12 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, torna pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13718.htm. Acesso em: 12 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021. Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14188.htm. Acesso em: 12 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021. Visa coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14245.htm. Acesso em: 12 maio 2022.

BRIGADA MILITAR RS. Patrulha Maria da Penha, 2022. Histórico da Patrulha Maria da Penha. Disponível em: <<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/pmp>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos dele “sexo”. 1ª ed. 1ª reimp. Buenos Aires: Paidós, 2005.

CANDAU, V. M. F. Direitos humanos, educação e interculturalidade, **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 37 jan./abr, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf> . Acesso em: 21 mar. 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados 17 (49), p. 117 – 132, 2003.

CARRERA, Fernanda. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, v. 24, jan–dez, 2021, p. 1–22.

CASA MULHERES MIRABAL. Página no Facebook. Disponível em: <<https://www.instagram.com/casamulheresmirabal/>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

CASA MULHERES MIRABAL. Página no Instagram. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MulheresMirabal/>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Educação Integral, 2022. Conceito. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/conceito/#>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

CEVID-TJRS. Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Estatísticas - Medidas protetivas concedidas. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/novo/violencia-domestica/estatisticas/>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

CHADE, Jamil. Brasil não adere a ato de 60 democracias na ONU pela defesa das mulheres. **UOL**, 08 mar. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/03/08/brasil-nao-adere-a-ato-de-60-democracias-na-onu-pela-defesa-das-mulheres.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 29 out. 2022.

CLÍNICA FEMINISTA UFRGS. Página no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/clinicafeministaufrgs/>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

CLÍNICA FEMINISTA UFRGS. Página no Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/clinicafeministaufrgs/>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

COLETIVO NÓS, SEGURAS. Página no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/nosseguras>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

COLETIVO NÓS, SEGURAS. Página no Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/nosseguras/>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID). **Abrigos para Mulheres no RS**. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/novo/violencia-domestica/orientacoes/abrigos-para-mulheres-no-rs/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher - “Convenção de Belém do Pará”, 06 jun. 1994. Disponível em: <<http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

CHRISTIAN, Hérica. Senado acaba com autorização obrigatória do cônjuge para laqueadura. **Rádio Senado**, 10 ago. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/08/10/senado-acaba-com-autorizacao-obrigatoria-do-conjuge-para-laqueadura>. Acesso em: 13 set. 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COMPOLÍTICA. Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2022. Disponível em: <<http://compolitica.org/novo/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

COMPÓS. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2022. Disponível em: <<https://compos.org.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos Editora, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Berenice. A mulher no Código Civil. **Investidura Portal Jurídico**. Disponível em: <https://investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/direito-civil/2247-a-mulher-no-codigo-civil>. Acesso em: 29 mar. 2022.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Comunicação e Gênero no Brasil: discutindo a relação. **Revista Eco Pós**, Dossiê Crise, Feminismo e Comunicação, v. 23, n. 3, 2020.

ESTEVES, João Pissaras. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

EVANS, Leighton. Authenticity Online: using webnography to address phenomenological concerns. In: MOUSOUTZANIS, A.; RIHA, D. (orgs.). **New Media and the Politics of Online Communities**. Oxford: InterDisciplinary Press, 2010.

FERREIRA, Meiry de Paula. **Educação: prevenção da violência contra as mulheres?** 2019. 146p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Formação de Professores e Humanidade: Curso de Pedagogia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, Goiânia, 2019.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre. Sulina, 2011 (167 a 203).

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, 2007, p. 291-308.

GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GRITAM (Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria para Mulheres). Porto Alegre: UFRGS, 14 set. 2022. 1 vídeo (5 min 32 s). Publicado pelo canal UFRGS TV. Disponível em: https://youtu.be/1h_mdymfxOXM. Acesso em: 12 jun. 2023.

GUARNIERI, Caroline; ALVES, Mariana; BRESSAN, Valentina. Prefeitura quer fechar Mirabal enquanto vítimas de violência doméstica sofrem com regras rigorosas e poucas vagas. **Matinal**, 11 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/casa-mirabal-excesso-de-burocracia/>>. Acesso em: 26 fev. 2023.

MAIA, Rousiley. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. *In*: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia**: novas perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

GREGORI, Maria F. Cenas e queixas: mulheres e relações violentas. **Novos Estudos Cebrap**, v. 23, São Paulo, 1989, p. 163-175.

GRITAM - Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres. Página no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/gritamsajuufrgs/>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

GRITAM - Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres. Página no Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/gritamsaju/>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

HAJE, Lara; OLIVEIRA, Marcelo. Governo gastou apenas R\$ 5,6 milhões de um total de R\$ 126,4 milhões previstos com políticas para mulheres. **Agência Câmara de Notícias**, 12 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/668512-governo-gastou-apenas-r-56-milhoes-de-um-total-de-r-1264-milhoes-previstos-com-politicas-para-mulheres/>>. Acesso em: 29 out. 2022.

HAJE, Lara. SEABRA, Roberto. Projeto de lei reitera proibição da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio. **Agência Câmara de Notícias**, 10 maio 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/753198-projeto-de-lei-reitera-proibicao-da-tese-de-legitima-defesa-da-honra-em-crimes-de-femicidio/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

HINE, Christine. **Etnografia virtual**. Barcelona. Editorial UOC, 2004.

hooks, bell. **Teoria feminista da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020.

INTERCOM. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2022. Disponível em: <<https://www.portalintercom.org.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

LAB THINK OLGA. **Cuidado e Política** - O desfinanciamento da proteção às mulheres. Think Olga. Disponível em: <https://lab.thinkolga.com/violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 13 set. 2022.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador-Bauru: Ed. EDUSC/EDUFBA, 2012.

LAZZAROTTO, Gislei Domingas Romanzini. Políticas públicas contribuem para superar as desigualdades de gênero. **ADufrgs Sindical**, 18 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.adufrgs.org.br/component/content/article/56-mes-da-mulher/576-politicas-publicas-contribuem-para-superar-as-desigualdades-de-genero?Itemid=101>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

LEAL, Tatiane. **A mulher poderosa**: construções da vida bem-sucedida feminina no jornalismo brasileiro. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 139 p, 2015.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22 (3): 320, p. 935 – 952, setembro-dezembro, 2014.

MACHADO, Lia Zanotta. **Antropologia e Feminismo diante da violência**. In: Mulheres em movimento. 2. ed. São Paulo: Francis, 2010.

MACHADO, Lia Zanotta. Campo intelectual e feminismo: alteridade e subjetividade nos estudos de gênero. **Série Antropologia**, 170, Brasília, 1994.

MARRE, Jacques A. L. **A Construção do Objeto Científico na Investigação Empírica**. Curso Ministrado: Seminário de Pesquisa do Oeste Do Paraná Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná Cascavel (PR), 16 a 18 de outubro de 1991.

MARTELLO, Alexandre. Governo Bolsonaro propõe 94% menos de recursos no Orçamento para combate à violência contra mulheres, diz levantamento. **Portal G1**, Brasília, 29 set. 2022. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/29/governo-bolsonaro-propoe-94percent-menos-de-recursos-no-orcamento-para-combate-a-violencia-contra-mulheres-diz-levantamento.ghtml>>. Acesso em: 29 out. 2022.

MARTIN, Denise; SPINK, Mary Jane; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. **Corpos múltiplos, ontologias políticas e a lógica do cuidado**: uma entrevista com Annemarie Mol. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 22, n. 64, p. 295-305, 2018.

McROBBIE, Angela. Post-feminism and popular culture: Bridget Jones and the new gender regime. In: CURRAN, J.; MORLEY, D. (eds) **Media and cultural theory**. Londres: Routledge, 2006.

MIRANDA, Teresa. BELMONTE, Lauriane. Mulheres Mirabal: uma ocupação, um sonho. **Revista PUCRS**. Disponível em: <<https://www.pucrs.br/revista/mulheres-mirabal-uma-ocupacao-um-sonho/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MOL, Annemarie. **Actor-Network Theory**: sensitive terms and enduring tensions. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, v.50, n.1, p.253-269, 2010.

MOL, Annemarie. **The Body Multiple**: ontology in medical practice. Durham/Londres: Duke University Press, 2002.

NATHANY, Morgana; ASSUNÇÃO, Sheyla. Bolsonaro veta notificação de casos de suspeita de violência contra a mulher. **Agência Senado**, 10 out. 2019.

Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/10/bolsonaro-veta-notificacao-de-casos-de-suspeita-de-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em: 29 out. 2022.

Nem pense em me matar! - Levante feminista contra o feminicídio. **Change.org**. Disponível em: <<https://www.change.org/p/supremo-tribunal-federal-nem-pense-em-me-matar>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

NOGUERA, Renato. **Por que amamos**: o que os mitos e a filosofia têm a dizer sobre o amor. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2020.

NOSSA CAUSA. **Conquistas do feminismo no Brasil: uma linha do tempo**.

Disponível em: <<https://nossacausa.com/conquistas-do-feminismo-no-brasil/>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

OLIVEIRA, Daniely Benthien de. A Tese da Legítima Defesa da Honra: o que é e por que é inconstitucional? **Politize**, 29 de jul. de 2021. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/tese-da-legitima-defesa-da-honra/#>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

ONU MULHERES - Organização das Nações Unidas. **Declaração de Viena**: ONU Mulheres, 1993, 26p. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_viena.pdf. Acesso em: 27 mar. 2022.

PALUDO, Leticia. "Precisamos investir na prevenção do feminicídio", diz fundadora da ONG Themis. **Gaúcha ZH**. Caderno Donna, 05 maio 2023.

Disponível em:

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/noticia/2023/05/precisamos-investir-na-prevencao-do-feminicidio-diz-fundadora-da-ong-themis-clh9hbd4c0086016xt8uguca8.html>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PASUCH, Leticia. Projetos ligados à UFRGS auxiliam mulheres em situação de violência a acessarem direitos. **Jornal da Universidade da UFRGS**, 20 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jornal/projetos-ligados-a-ufrgs->

auxiliam-mulheres-em-situacao-de-violencia-a-acessarem-direitos/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PINTO, Céli. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLIVANOV, Beatriz. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **Esferas**, Ano 2, no 3, julho a dezembro de 2013.

PROJETO GRADIVA. Página no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/projetogradiva/>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

PROJETO GRADIVA. Página no Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/projetogradiva/>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

Promotoras Legais Populares. **Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos**. Fazemos. Disponível em: <http://themis.org.br/fazemos/promotoras-legais-populares/historico/>. Acesso em: 19 fev. 2022.

REDE NACIONAL DE PLPS. Página no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/rede.plp.nacional>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

REDE NACIONAL DE PLPS. Página no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/plp_rede_nacional/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

REVIRA. Projeto Gradiva, 2022. Atendimento clínico psicanalítico a mulheres em situação de violência. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/revirasaudecoletiva/mapa-de-teleconsultoras/Projeto-Gradiva>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

RCSM ADVOCACIA. Advogada da RCSM fala sobre trabalho voluntário para mulheres vítimas de violência. **Jornal da Universidade da UFRGS**, 03 jun. 2020. Disponível em: <<https://rasm.com.br/advogada-da-rasm-fala-sobre-trabalho-voluntario-para-mulheres-vitimas-de-violencia/>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ROSA, Larissa Flavia Monteiro Silva. **Da manutenção à ruptura do silêncio: a cobertura jornalística da Rede Globo sobre os estupros cometidos pelo médium “João de Deus”**. 2021. 141p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SAJU UFRGS. **GRITAM - assessoria a mulheres em situação de violência**. Página inicial. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/saju/grupos/gritam>> Acesso em: 28 jun. 2023.

SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cardenos CES** (Online), 18, 2012: 106-131.

SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA (SAJU/UFRGS). GRITAM - assessoria a mulheres em situação de violência, 2022. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/saju/grupos/gritam>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SINAL VERMELHO. **Sobre a Sinal Vermelho**. Disponível em: <<https://sinalvermelho.amb.com.br/sobre-a-sinal-vermelho/>>. Acesso em: 08 nov. 2022.

SOARES, Cecília Teixeira. **Grupos reflexivos para autores de violência contra a mulher: isso funciona?** 2018. 163 p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

STJ aceita aplicação da Lei Maria da Penha para mulheres transexuais. **Agência Brasil**, Brasília, 5 abril 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2022-04/stj-aceita-aplicacao-da-lei-maria-da-penha-para-mulheres-transexuais>>. Acesso em: 29 out. 2022.

Tecnologia prioriza atendimento a mulheres em situação de violência – PLP 2.0. **Portal Geledés**, 18 dez. 2015. Disponível em: <<https://rb.gy/c3p5oy>>. Acesso em: 19 fev. 2022.

TEIXEIRA, Sabrina Stieler. **A comunicação em coletivos de mulheres: organização, mobilização e formação feminista**. 2022. 220p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

THEMIS. **Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos**. Página inicial. Disponível em: <<http://themis.org.br/>>. Acesso em: 19 fev. 2022.

THEMIS. Página no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/themis.org.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

THEMIS. Página no Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/themis.org.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

THEMIS. Página no Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/Themis_org>. Acesso em: 12 jun. 2023.

VIRISSIMO, Vivian. Primavera feminista, Marcha das Mulheres Negras, #EleNão: quais os contextos do 8M em 2022? **Brasil de Fato**, 8 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/03/08/primavera-feminista-marcha-das-mulheres-negras-elenao-quais-os-contextos-do-8m-em-2022>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (Org.). **Comunicação Pública e Política: pesquisa e práticas**. Florianópolis: Insular, 2017.

WEBER, Maria Helena; LOCATELLI, Carlos. Realidade e Limites da Pesquisa Empírica em Comunicação Pública. **Matrizes**, V.16 - Nº 1 Jan./abr. 2022 São Paulo - Brasil.

WESTIN, Ricardo. Para críticos do voto feminino, mulher não tinha intelecto e deveria ficar restrita ao lar. **Arquivo Senado Federal**, 04 fev. 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/para-criticos-do-voto-feminino-mulher-nao-tinha-intelecto-e-deveria-ficar-restrita-ao-lar>>. Acesso em: 04 nov. 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**. Planejamento e Métodos. Bookman, 2005.